Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-graduação em História

Amaro Hélio Leite da Silva

COLÔNIA MILITAR LEOPOLDINA: "DAS MATAS INCULTAS" ÀS "MATAS CIVILIZADAS" (1851 - 1867)

Recife
2016

Amaro Hélio Leite da Silva

COLÔNIA MILITAR LEOPOLDINA:
"DAS MATAS INCULTAS" ÀS "MATAS CIVILIZADAS"
(1851 - 1867)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito para a obtenção do título de Doutor em história, sob a orientação da Profa. Dra. Tânya Maria Pires Brandão.

Recife

2016

Catalogação na fonte
Bibliotecária Maria Janeide Pereira da Silva, CRB4-1262

S586c Silva, Amaro Hélio Leite da.
Colônia Militar Leopoldina : das "Matas Incultas" às "Matas Civilizadas" (1851-1867) / Amaro Hélio Leite da Silva. – 2016.
287f. : il. ; 30 cm.

Orientadora : Profª. Drª. Tanya Maria Pires Brandão.
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em História, 2016.
Inclui Referências.

1. História. 2. História - Alagoas. 3. Colônia Leopoldina (AL). 4. Colônia militar. I. Brandão, Tanya Maria Pires. II. Título.

981 CDD (22. ed.) UFPE (BCFCH2016-69)

Amaro Hélio Leite da Silva

“COLÔNIA MILITAR LEOPOLDINA:

DAS “MATAS INCULTAS” ÀS “MATAS CIVILIZADAS” (1851 – 1867)”

Tese apresentada ao **Programa de Pós-Graduação em História** da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de **Doutor** em **História**.

Aprovada em: **29/06/2016**

BANCA EXAMINADORA

Profª. Drª. Tanya Maria Pires Brandão
Orientadora (Universidade Federal de Pernambuco)

Profª. Drª. Christine Paulette Yves Rufino Dabat
Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)

Prof. Dr. Cristiano Luis Christillino
Membro Titular Interno (Universidade Federal de Pernambuco)

Profª. Drª. Juliana Alves de Andrade
Membro Titular Externo (Universidade Federal Rural de Pernambuco)

Prof. Dr. Caio Augusto Amorim Maciel
Membro Titular Externo (Universidade Federal de Pernambuco)

Aos meus pais, José Manoel e Francisca Leite,

meus grandes mestres na história da vida,

com profunda gratidão e admiração!

AGRADECIMENTOS

Como toda pesquisa acadêmica, que demanda algum tempo de dedicação e labuta, esta jamais seria possível sem a colaboração preciosa das pessoas e instituições, abaixo relacionadas, a quem eu agradeço a interlocução, amizade e o companheirismo durante essa longa jornada. Apesar dos momentos de isolamento – nos arquivos, bibliotecas, de frente ao computador ou de posse de uma caneta e uma folha de papel – a construção desta tese foi fruto de um esforço coletivo. Por tudo isso, agradeço:

Ao professor Marc Hoffnagel, meu primeiro orientador no PPGH/UFPE, que embora tenha sido breve sua orientação, norteou os rumos deste trabalho. Nossos encontros foram poucos, mas muito produtivos e agradáveis.

À professora Tanya Brandão, minha segunda orientadora, que sempre orientou com paciência e sabedoria a construção desta tese, sobretudo nos meus momentos de angústia, dúvidas e incertezas. Se este trabalho tem alguma importância historiográfica, devo muito aos seus ensinamentos.

À professora Maria Verônica Secreto, da UFF, por ter me acolhido na universidade e ter aberto as portas do seu grupo de pesquisa e de sua disciplina *Enfoques Comparados, Globais e Conectados na História da Escravidão*, durante o estágio de curta duração realizado no Rio de Janeiro. Foram três meses de estudos e pesquisas intensivas, além de muita troca de experiência e amizade.

Aos professores da pós-graduação em história da UFPE, que compartilharam suas experiências, dúvidas, incertezas, histórias, métodos, saberes e amizade.

À FACEPE, pela bolsa auxílio de três meses na minha pesquisa, realizada nos principais arquivos do Rio de Janeiro, em especial no Arquivo Nacional, Arquivo do Exército Brasileiro e na Universidade Federal Fluminense (UFF).

Ao grande amigo e professor Luís Sávio de Almeida, que me ensinou, desde a graduação, a crítica da história, mostrando a necessária relação entre a vida acadêmica e a realidade social; sobretudo dos trabalhadores, negros, índios e pobres em geral. Formador de gerações de pesquisadores – tanto na graduação quanto na pós-graduação, inclusive da minha – suas aulas são um diálogo com a vida; sua amizade um porto seguro para os que querem

aprender a fazer ciência e a viver com companheirismo e honestidade. Ainda hoje, um grande interlocutor para todos os assuntos. Se em minha vida acadêmica fiz alguma coisa de bom, devo muito a ele!

Aos amigos de turma do PPGH/UFPE: Luana Texeira, Eloy Barbosa de Abreu, Manoel Felipe da Fonseca, Wanderson de França, Arthur Curvelo, Marcelo Góes – parceiros de disciplinas, dúvidas e troca de experiências – e, em especial aos amigos Gilberto Geraldo Ferreira e Hélder Silva de Melo, que além de companheiros de curso, estiveram presentes nos momentos mais difíceis dessa jornada acadêmica.

À amiga Maria do Carmo, mulher batalhadora e dona de casa, que, em Recife, me confiou abrigo e amizade, durante os primeiros anos de curso.

Ao amigo Elson Leão, que além de ser um companheiro de lutas por uma sociedade mais justa, foi companheiro no momento mais difícil da minha vida.

Ao amigo Dr. Frederico Tavares, neurocirurgião, que me permitiu continuar fazendo e contando a minha história, ao "abrir" minha cabeça para uma nova vida.

Ao grande amigo Valverde Barros, exemplo de cristão, pelo grande incentivo e companheirismo nos momentos mais difíceis do doutorado e da minha vida. Sua história de vida é um exemplo, sua experiência uma referência de sabedoria.

Aos funcionários da secretaria do PPGH/UFPE, pela dedicação e paciência, em especial a Sandra Regina por fazer da burocracia um momento alegre e poético.

À professora Maria Luiza Ferreira de Oliveira, da UNIFESP, pela indicação de algumas leituras preciosas e pelo diálogo revelador com os seus textos.

Aos professores Juliana Andrade e Cristiano Cristilino, que participaram da banca de qualificação e defesa, corrigindo os defeitos e dando um norte para a tese; bem como aos professores Christine Dabat e Caio Maciel, que a partir das suas observações críticas apuradas (na banca final), contribuíram para o aprimoramento teórico da tese.

Aos funcionários dos arquivos públicos de Alagoas (APA) e Pernambuco (APEJ), Arquivo Nacional (AN) e Arquivo do Exército Brasileiro (AEX), pela dedicação e eficiência na prestação dos seus serviços.

Ao Instituto Federal de Alagoas, que proporcionou as condições necessárias para o desenvolvimento da minha pesquisa.

E, finalmente, à minha família, por compartilhar todos os momentos dessa jornada: as angústias por não encontrar algumas respostas, as incertezas sobre determinadas questões, as tristezas por pensar, ás vezes, que eu não iria conseguir, e a alegria de chegar até aqui, mesmo sabendo que é o início de mais uma nova história. Por tudo isso, agradeço, em especial, aos meus pais, José Manoel da Silva e Francisca Leite da Silva, exemplos de honestidade e tenacidade; ao meu sogro, Arnaldo Rocha e a minha sogra, Euse-Eny Leão, exemplos de luta e solidariedade; a minha esposa, Lucyana, companheira de todos os momentos, pela grande paciência, cumplicidade e afeto; e aos meus filhos Pedro, Malu e Milena, inspiração da minha vida e do meu trabalho.

RESUMO

Em 1850, o governo imperial criou, no espaço do antigo Quilombo dos Palmares e da Guerra dos Cabanos, a Colônia Militar Leopoldina. Seu objetivo era policiar e povoar uma região tradicionalmente marcada por revoltas e rebeliões. A Colônia foi criada para civilizar a gente das matas e dominar esse espaço, que há 200 anos o poder colonial e imperial tentavam conquistar. É difícil ponderar o peso da Colônia nesse processo, mas é possível afirmar que ela foi fundamental como instrumento de segurança e reorganização política e territorial da região norte. Nosso foco de análise é a segunda metade do século XIX, período de grandes mudanças na política nacional e local, sobretudo na região da mata norte alagoana a partir da criação da Colônia Militar Leopoldina (1850-1867). Eram mudanças que refletiam a nova configuração do Estado nacional, com sua política centralizadora, de unidade territorial, policiamento das matas e fronteiras e controle social dos pobres. Neste sentido, podemos afirmar que a importância historiográfica deste trabalho é propor uma revisão e ampliação da história social da "gente das matas", sobretudo no que se refere à transição de um espaço de insurreições populares (das "matas incultas") para um espaço de civilização, de povoamento e expansão das fronteiras agrícolas (das "matas civilizadas"). Nesse processo de transição a política de colonização militar teve um papel fundamental.

Palavras-chave: Colônia militar. Gente das matas. Civilização. Resistência

ABSTRACT

In 1850, the imperial government created in the space of the former Quilombo Palmares and Cabanos War, the military colony Leopoldina. Their goal was to police and populate a region traditionally marked by revolts and rebellions. The colony was created to civilize the people of the forests and dominate this space, that 200 years ago the colonial and imperial power tried to conquer. It is difficult to consider the weight of the colony in the process, but it can be said that it was essential as a security tool and political and territorial reorganization of the northern region. Our analytical focus is the second half of the nineteenth century, major changes in national and local policy period, especially in the region of the north woods alagoana from the creation of the Military Colony Leopoldina (1850-1867). Were changes reflecting the new nation-state configuration, with its centralizing policy, territorial unit, border policing and social control of the poor. In this sense, we can say that the historiographical importance of this work is to propose a revision and expansion of the social history of "people of the forest", especially with regard to the transition from a popular insurrections space (the "uncultivated forests") to a space of civilization, of settlement and expansion of the agricultural frontier (the "civilized forests"). In this transition the military settlement policy played a key role.

Keywords : Military colony. People of the forest. Civilization. Endurance.

LISTA DE MAPAS E ILUSTRAÇÕES

Mapa 1- Aldeias indígenas de Alagoas – séculos XVII e XVIII 58

Mapa 2- Mapa físico da costa sul de Pernambuco – Alagoas do século XVII 65

Mapa 3- Mapa geopolítico das comarcas das Alagoas século XIX 107

Mapa 4- Localização do povoado Riacho do Mato 110

Mapa 5- Planta do terreno para colônia militar da província das Alagoas, nas matas de Jacuípe (1851) 117

Mapa 6- Matas de Jacuípe e Água Preta (1851) 139

Mapa 7- Localização dos principais povoados da Colônia Militar Leopoldina (1851) 152

Mapa 8- Planta da povoação da Colônia Militar Leopoldina (1858) 204

Mapa 9- Localização da casa do diretor da Colônia Militar Leopoldina 228

Ilustração 1- Ruínas da Chaminé do antigo engenho Taquara 165

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Número de requerimentos de posse de propriedade por tempo de serviço dos colonos da Colônia Militar Leopoldina (1855-1867) 195

Gráfico 2- Indicativo do número de petições de compra, relação do número de compradores e posse definitiva de lotes de terra da Colônia Militar Leopoldina (1861-1869) 198

Gráfico 3- Mapa demonstrativo dos habitantes da Colônia Militar Leopoldina e seus distritos com declaração dos sexos e idades, no ano de 1860 208

Gráfico 4- Dispensa e engajamento de colonos de 1ª e 2ª classes da Colônia Militar Leopoldina (1851-1864) 220

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Movimento populacional dos habitantes da Colônia Militar Leopoldina e seus distritos (1854-1867) 206

Tabela 2- Mapa demonstrativo dos quarteirões do distrito da subdelegacia da Colônia Militar Leopoldina, com declaração das léguas que distam deste povoado, nº de almas e fogos que eles compõem (1867) 239

Tabela 3- Resumo das despesas feitas pela Colônia Militar Leopoldina, relativa ao pessoal (1851-1867) 247

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Quadro Indicativo das Tribos e Números de Almas de cada Aldeia 60

Quadro 2- Relação das madeiras Apreendidas por conta da Fazenda Nacional, no lugar Pé de Serra, e juntas no corte das madeiras para serem tiradas e contrabandeadas (1854) 83

Quadro 3- Colônias militares existentes em 1858 92

Quadro 4- Quadro demonstrativo dos habitantes das colônias militares (1858-1870) 210

LISTA DE ABREVIATURAS

AN - Arquivo Nacional

APA - Arquivo Público de Alagoas

APEJE - Arquivo Público Jordão Emerenciano

AHEX - Arquivo Histórico do Exército

ANPUH - Associação Nacional dos Professores de História

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino

CML - Colônia Militar Leopoldina

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

FACEPE - Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco

IHGAL - Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas

IAHGP - Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano

IHGB - Instituto Histórico e Geográfico do Brasileiro

PPGH - Programa de Pós-Gradução em História

UFF - Universidade Federal Fluminense

UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO..... 18

2 DAS "MATAS INCULTAS" ÀS "MATAS CIVILIZADAS": BREVE HISTÓRIA SOCIAL DAS MATAS ALAGOANAS 44

2.1 Projeto de colonização das Alagoas: do litoral ao interior das matas 44
2.2 Fronteiras de resistência: as matas de Palmares e os índios da mata norte de Alagoas 48
2.3 Povoamento da mata norte alagoana 64
2.4 Civilizando as matas 69
2.5 A mata na rota de acumulação do capital 79

3 COLONIZAÇÃO MILITAR E CONFLITO NAS MATAS DE JACUÍPE 90

3.1 Colônias militares: agrícolas ou mistas? 94
3.2 Conflitos nas matas: o rescaldo da Cabanada e da Praieira em Alagoas 99
3.3 Os projetos de colonização militar do Brasil Império 113
3.4 Projeto de colonização militar para Alagoas 115
3.5 A fundação da Colônia Militar Leopoldina: sua instalação e regulamento especial 119
3.6 Colônias militares: para integração e segurança do território nacional 126
3.7 Imigração estrangeira para as colônias militares do Norte 129
3.8 A natureza policial das colônias militares 132

4 COLÔNIA MILITAR LEOPOLDINA 134

4.1 O espaço da Colônia Militar Leopoldina 138
4.2 A Colônia e seu entorno 149
4.3 A gente do Riacho do Mato: ou a resistência cabana 159
4.4 Conflitos internos: ameaça de sublevação e recrutamento 166
4.5 A Colônia começa a progredir: desenvolvimento demográfico e econômico 171
4.6 Cólera: a "epidemia reinante" na Colônia 179
4.7 O problema da terra: disputas e mercantilização dos lotes de terra da Colônia 183

5 REVISÃO DO PROJETO DE COLONIZAÇÃO MILITAR NO BRASIL E EM ALAGOAS 202

5.1 O imperador visita a Colônia: Leopoldina chama atenção do Império 212
5.2 Desmilitarização da Colônia 219
5.3 A administração de Olavo Eloy Pessoa da Silva: a Colônia se transforma em "casa de maribondo" 225
5.4 Representação dos moradores da Colônia Militar Leopoldina contra o tenente diretor Olavo Eloy Pessoa da Silva 236
5.5 A caminho da emancipação 245
5.6 Extinção ou reorganização: que fazer com as colônias militares? 253
5.7 O destino da gente das matas 257

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 263

FONTES 269

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 277

1 INTRODUÇÃO

As matas norte da província das Alagoas serviram de cenário para as maiores insurreições dos séculos XVII e XIX, a exemplo do Quilombo dos Palmares, Guerra dos Cabanos e Revolta da Praieira. Eram as chamadas "matas incultas" e inconquistáveis, devido à história de rebeldia de seus habitantes: negros quilombolas e mucambeiros papa-méis[1], índios aldeados e rebelados, cabanos guerrilheiros, mestiços e brancos pobres. Era o espaço habitado pela "gente das matas", mas cobiçado pelo poder de mando local e nacional. Nesse contexto, colocaremos em evidência a Colônia Militar Leopoldina, que foi criada em 1850 para civilizar essa gente e dominar esse espaço, que há 200 anos o poder colonial e imperial tentavam conquistar. É difícil ponderar o peso da Colônia nesse processo, mas é possível afirmar que ela foi fundamental como instrumento de segurança e reorganização territorial da região Norte.

Eram matas ricas em biodiversidade[2], que interessavam a todos os segmentos sociais. Suas águas eram abundantes em pescado e, em alguns rios, facilitavam a navegação; suas terras férteis eram exploradas pelos roçados da gente pobre das matas e pela *plantation*; suas madeiras eram fonte de riqueza para os engenhos e para os negócios de El-Rey[3]. Daí a necessidade de preservação para garantir a extração das formidáveis madeiras de Sua Majestade[4]. Entretanto, há diferentes paisagens da mata construída ao longo da história de ocupação da região norte das Alagoas. A mata quilombola do século XVII não é a mesma mata cabana do século XVIII e, consequentemente, esta não é a mesma mata da Colônia militar de meados do século XIX.

---

[1] Para Dirceu Lindoso, ser negro quilombola ou mucambeiro papa-mel significava recusar a escravidão dos engenhos e viver uma vida de liberdade nas matas, numa condição de "rebelião passiva e permanente". LINDOSO, Dirceu. *Utopia Armada*: rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real. Maceió: EDUFAL, 2005, p. 265-266.

[2] O Relatório do Capitão-General José César Meneses, em 1774, já apontava para essa biodiversidade. Ver MENESES, José César de. Idea da População da Capitania de Pernambuco e das suas anexxas, extensão de suas Costas, Rios e Povoações notáveis, agricultura, números dos Engenhos, Contratos e Rendimentos Reais, aumento que estes tem tido && desde o Ano de 1774 em que tomou posse do Governador das mesmas Capitanias o Governador e Capitam General... *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro,* vol. XL (1918), Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923, p. 54.

[3] MATTOS MOREIRA, José de Mendonça. As Matas das Alagoas: providências acerca delas e sua descrição. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de (Org.). *Mata e palmares nas Alagoas*. Arapiraca: EDUAL, 2004, p. 34-36.

[4] Ibid., p. 24.

Foi nesses diferentes contextos que a "gente das matas" se formou e construiu as suas estratégias de sobrevivência, que podiam ser de acomodação, negociação ou de resistência[5]. Negros, índios, mestiços e brancos pobres fizeram das matas o seu espaço de subsistência e liberdade. Era o espaço das brenhas, dos esconderijos, dos mucambos, das cabanas e das aldeias. As circunstâncias históricas criavam as estratégias e os espaços dessa gente.

É difícil estabelecer os limites da mata norte das Alagoas no século XIX. Não podemos delimitar com precisão esse espaço, mas podemos dar uma ideia geral, considerando os rios Jacuípe e Persinunga, ao norte; Alagoas do Sul (atual Marechal Deodoro), ao sul; o Oceano Atlântico, a leste; e as matas de Inhamunhá, a oeste. Nestas delimitações, encontramos as Vilas de Porto Calvo e Atalaia, o arraial de Jacuípe e a Colônia Militar Leopoldina, espaço que até as primeiras décadas do século XIX era conhecido como mata sul de Pernambuco. A compreensão desse espaço geográfico – seus usos e significados – torna-se fundamental para o entendimento do processo de transformação das matas alagoanas e de sua gente.

Nosso foco de análise é a segunda metade do século XIX, período de grandes mudanças na política nacional e local, sobretudo na região da mata norte alagoana a partir da criação da Colônia Militar Leopoldina (1850-1867) – implicando o reordenamento do espaço e das vivências cotidianas dos "povos da floresta". Eram mudanças que refletiam a nova configuração do Estado nacional, com sua política centralizadora, de unidade territorial, policiamento das fronteiras e controle social dos pobres.

Nesta perspectiva, tempo e espaço estão em relação, fazem parte de uma mesma realidade histórica que, segundo Milton Santos, está sempre em processo de construção pela sociedade humana[6]. Assim, o espaço das matas adquire diversas feições, à medida que as ações de sua realização e uso também mudam com o tempo. Daí a existência de uma mata quilombola, no século XVI; da tentativa de criação de uma mata cabana, no século XIX; e de uma "mata civilizada", no período da Colônia Militar Leopoldina.

A história social das matas alagoanas teve início com a política genocida do governo colonial contra os Caeté e os quilombolas dos Palmares. Povoamento e militarização dos

[5] Dick Geary afirma que numa sociedade escravocrata poderia existir "[...] uma variedade de estratégias de sobrevivência, estratégias estas que incorporavam tanto a acomodação quanto a resistência, muitas vezes simultaneamente e de maneira bastante complexa". Ver GEARY, Dick. Europa e o Protesto Escravo nas Américas, CIRCA 1780-1850. In: LIBBY, Douglas Colle; FURTADO, Júnia Ferreira (Orgs.). *Trabalho Livre, Trabalho Escravo*: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006, p. 320.
[6] SANTOS, Milton. *A natureza do espaço:* técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997, p. 4.

"espaços rebeldes" tornaram-se uma prática comum da classe senhorial para conquistar as matas e consolidar o seu poder político e econômico. Foi justamente o que aconteceu na segunda metade do século XIX, com a fundação da Colônia Militar Leopoldina, fortalecendo o poder de mando local sobre o trabalho e a propriedade da gente das matas.

Consideramos esta questão fundamental, pois ela nos leva às bases da formação histórica das Alagoas no século XIX: ambiente, sociedade e poder. Isso significa repensar e ampliar a compreensão sobre o processo de ocupação e formação do território alagoano, numa região marcada por grandes rebeliões populares e pela ocupação tradicional de diferentes povos e etnias[7], onde foram construídas duas colônias militares para eliminar essas rebeliões: a Colônia Militar Leopoldina, em Alagoas, e a Colônia Militar de Pimenteira, em Pernambuco.

A criação dessas colônias era a evidência de que a queda do Quilombo dos Palmares não significou o domínio absoluto das matas por parte da empresa colonial portuguesa. As matas alagoanas e pernambucanas continuavam sendo espaço de resistência, um desafio para a unidade e formação do Estado nacional.

A ideia de colônia militar que iremos trabalhar é aquela que surge a partir dos anos 1850, como estabelecimentos militares criados pelo Império para garantir segurança e povoamento às áreas isoladas ou habitadas por povos rebeldes. Isto significava, na prática, a existência de colônias de caráter misto, agrícola-militar, que buscavam desenvolver a função de policiamento das matas e o desenvolvimento da agricultura, a exemplo da Colônia Militar Leopoldina. Apesar de ser polêmico e dividir as opiniões das autoridades, é esse tipo de colonização militar que se torna hegemônico no Brasil Império. Desse modo, alertava o presidente da província das Alagoas, essas colônias deveriam "Estabelecer núcleos de população laboriosa, abrir estradas e introduzir a civilização no centro dessas matas só habitadas por homens semisselvagens, e por esta forma acabar com o foco de criminosos"[8].

---

[7] A região da mata alagoana continua sendo um espaço de disputas territoriais entre os proprietários rurais e a "gente das matas". Atualmente, além dos índios Wassu-Cocal, é crescente o número de acampamentos e assentamentos de Sem-Terra na mesma área. Ver ALMEIDA, Luiz Sávio de. Manuel Correia de Andrade: os empobrecidos e a terra. In: *Revista de Ciências Econômicas da faculdade de Economia, Administração e Contabilidade* – UFAL. Maceió, V. 3, p. 09-45, 2010, p. 25.

[8] Fala dirigida à Assembleia Legislativa da Província das Alagoas, na abertura da segunda sessão ordinária da 14ª legislatura, pelo Exmo. Presidente da Província, Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo, em 24 de outubro de 1863. Typographia Progressista, 1863. Disponível em www.crl.edu.brazil/provincial/alagoas. Acesso em 20 mar 2014.

Para David Lyle Wood, a instalação desses estabelecimentos militares era uma forma de antecipação do fim do tráfico de escravos. A ideia de colônia militar atendia às necessidades econômicas do Brasil Império. O fim do tráfico de escravos e a expectativa da abolição ameaçavam destruir a frágil economia do Império; é justamente nesse momento que surgem as colônias militares como alternativa[9].

No caso da Colônia Militar Leopoldina, seu principal objetivo era eliminar os últimos focos de resistência rebeldes nas matas e garantir segurança à região de fronteira – em parceria com a colônia Militar de Pimenteiras –, além de povoar e desenvolver a agricultura. Ela foi o divisor de águas entre as "matas incultas" e as "matas civilizadas", encerrando o período das grandes rebeliões nas matas norte de Alagoas[10]. Nosso objetivo é compreender como se deu esse processo na segunda metade do século XIX, numa região tradicionalmente marcada por insurreições, revoltas e rebeliões.

Ao comentar *O Relatório do Capitão-General José César de Meneses*, governador de Pernambuco em 1774, sobre as matas de Alagoas, Dirceu Lindoso afirma que, na visão de Meneses, "matas incultas" eram aquelas que se estendiam pela costa do mar norte de Alagoas, selvagens, mas abundantes de rios, terras férteis e madeira de lei[11]. Matas de uma natureza exuberante e espaço tradicional dos "negros mucambeiros"[12]. Apesar de selvagens, essas matas eram promissoras para o desenvolvimento tanto dos negócios da Coroa como da região.

> [...] perfil selvagem, aristocraticamente voluptuoso pela luxúria da vegetação, e derramavam-se, quase virgens [...] ocupando opulosas os ricos tratos de terras ubres [...] ricas de madeira de lei, e, desde o começo da colonização antiga, foram celeiro e reduto dos negros mucambeiros[13].

Eram essas matas incultas que o projeto de colonização militar pretendia ocupar, e "civilizar" sua gente. Isso significava pacificar a área, eliminando os povos rebeldes e povoando com colonos trabalhadores, morigerados e pacíficos. Em outras palavras, era preciso criar um microcosmo da civilização branca, estabelecendo um espaço de fronteira social, econômica e cultural, em que aquilo que estivesse dentro da Colônia era considerado dominado, domesticado e disciplinado – seja a natureza que se tornaria útil ou os colonos que

---

[9]WOOD, David Lyle. *Abortive Panacea*: Brazilian Military Settlements, 1850 to 1913. Utah, 1972.193 f. Tese (Doutorado em História). University of Utah, Michigan,1972, p. 159.

[10] Nesse mesmo período foi criada a Colônia Militar de Pimenteiras em Pernambuco, seguindo os mesmos propósitos da Colônia Militar Leopoldina. Ver BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1850. Decreto 729, de 9 de novembro de 1850, p. 226, vol. 1, pt. II.

[11] LINDOSO, Dirceu. 2005, p. 73-74.

[12] Ibid., p. 73.

[13] Id.

serviriam como soldados, operários e trabalhadores rurais; e aquilo que estivesse fora era considerado selvagem, incivilizado, mau e ameaçador. Frederick Turner, em *O Espírito Ocidental Contra a Natureza*, explica melhor o significado das fronteiras de civilização e suas implicações para as "terras e os povos selvagens":

> A "civilização" teve que acomodar os conceitos contrastantes de "terras selvagens" e de povos das terras selvagens. Os povos civilizados deram os primeiros passos no processo corrente de isolar o homem do restante da criação, traçando fronteiras de seu mundo com muros, casas, depósitos de grãos, cisternas, reservatórios. [...] O que estava dentro dos muros, ao alcance das valas de irrigação, era natureza dominada, a natureza adequadamente utilizada; o que estava fora, quer fossem terras, povos ou espíritos, era selvagem, imprevisível, malévolo[14].

Para se compreender o conceito de civilização, é preciso conhecer a sua história e seu significado no contexto que estamos enfocando, pois, segundo Koselleck, o conceito não é um fenômeno apenas linguístico, ele é também extralinguístico: histórico, social e político[15]. Portanto, concordamos com Koselleck quando afirma que não podemos reduzir a história dos conceitos ao campo da narração linguística. "É evidente que uma análise histórica dos respectivos conceitos deve remeter não só à história da língua, mas também a dados da história social, pois toda semântica se relaciona a conteúdos que ultrapassam a dimensão linguística", afirma Koselleck[16].

Analisando a sociogênese do conceito de civilização na França, Nobert Elias afirma que o processo civilizatório busca eliminar tudo aquilo que é bárbaro e irracional, que se manifesta como obstáculos à burguesia ou ao desenvolvimento do comércio. Ainda segundo Elias, este processo deve ser contínuo e "seguir-se ao refinamento de maneiras e à pacificação do país pelos reis"[17].

Foi imbuído desse propósito civilizatório europeu que a Corte de D. Pedro II criou as colônias militares, em especial a Colônia Militar Leopoldina. O interior das matas pernambucanas e alagoanas ainda era habitado por povos que desafiavam o ethos da vida civilizada: era a gente das matas que se rebelava contra qualquer tipo de controle político ou econômico e domínio do seu território. Nesse sentido, as matas e os seus habitantes eram um

---

[14] TURNER, Frederick. *O Espírito Ocidental Contra a Natureza*: Mito, História e as Terras Selvagens. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 34.
[15] KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012, p. 103.
[16] Id.
[17] ELIAS, Nobert. *O Processo Civilizador*: Uma história dos costumes. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, p. 62.

obstáculo a formação do Estado nacional por ser um obstáculo ao "aprofundamento" do comportamento civilizado e ao desenvolvimento do comércio interno, além de desafiar, com revoltas e rebeliões, a unidade territorial. Daí a criação das colônias militares para a pacificação destas áreas e controle político e social desses povos, tão necessários a esse processo civilizatório.

Trabalharemos com o conceito de "Civilização" no contexto de integração da gente das matas às colônias militares do século XIX, o que significava atender a uma série de pré-requisitos para a inserção dessa gente na Colônia militar, tais como: ser trabalhador (pacífico e morigerado), educar nas letras e na religião católica; disciplinar para o trabalho e para as atividades militares; formar uma moral livre dos vícios e crimes dos povos das matas, conforme o artigo 13 do Regulamento Especial da Colônia Militar Leopoldina, criado em 9 de novembro de 1850[18]. Em outras palavras, civilizar era formar trabalhadores rurais disciplinados e militarizados, obedientes à ordem senhorial e à moral cristã, prontos para combater qualquer comportamento rebelde nas matas alagoanas. Daí a coexistência entre o trabalho agrícola e a militarização dos colonos.

Entendemos gente das matas no mesmo sentido dado por Marcus Carvalho, como "[...] identidades constituídas no cotidiano da luta pela terra e pela sobrevivência [...] É o amálgama de gente de diferentes procedências, etnias e raças..."[19]. Concordamos com Carvalho, ao afirmar que essa gente não pode ser enquadrada em "modelos pré-fixados", que não levam em conta a dinâmica de suas histórias[20]. Desse modo, a "gente das matas" não pode ser identificada apenas por índios e negros, de forma linear e essencialista, pois são identidades constituídas no convívio de diferentes povos, sendo, portanto, identidades dinâmicas[21], construídas historicamente por diversas relações, que poderiam ser de unidade ou disputa entre os próprios grupos dessa gente. Portanto, acreditamos que as experiências vividas nas matas – suas lutas, dificuldades e formas de vida alternativas – formaram o principal elemento unificador dessa gente, embora tivesse contribuído também para separá-la.

O projeto civilizatório da sociedade senhorial alagoana – através da Colônia Militar Leopoldina – visava ao fim da resistência dessa gente das matas e das suas formas alternativas

[18] ALAGOAS. Regulamento Especial da Colônia Militar Leopoldina, 9 de novembro de 1850. Arquivo Público de Alagoas. APA, caixa 160.
[19] CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. A Mata Atlântica: Sertões de Pernambuco e Alagoas, Sécs. XVII-XIX. *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*. n. 25-2, p. 249-266, 2007, p. 260.
[20] Ibid., p. 251.
[21] Id.

de vida, seja marginalizando-a ou transformando-a em colonos e trabalhadores rurais. Nesta perspectiva senhorial, a gente das matas seria vista de forma etnocêntrica: como selvagem ou como mão de obra em detrimento das suas especificidades socioculturais, bem como da sua capacidade de resistir e reelaborar estratégias de sobrevivência.

Daí surge nosso grande problema: como o governo central e a elite da província das Alagoas tentaram pacificar a gente das matas que participou das grandes rebeliões – Guerra dos Cabanos e Revolta da Praieira – na primeira metade do século XIX? Em outras palavras, como foi o processo de colonização militar de uma gente historicamente marcada pela resistência e rebeldia?

Embora existam alguns estudos sobre a Colônia Militar Leopoldina (ainda que sejam raros e superficiais) e sobre a participação da gente das matas nessas grandes rebeliões (estes bem mais aprofundados), eles ainda não conseguiram responder a esta questão, deixando uma lacuna historiográfica fundamental para o conhecimento de uma gente e de uma experiência tão importante na formação da sociedade local e nacional.

Em 1872, a Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano inicia o seu primeiro número chamando atenção para "as coisas do passado, memória de suas grandezas e justiça da gente de sua terra"[22], que por serem atos de "grandezas" e "justiça" não poderia ser a "gente das matas", e sim a "gente do poder". Essa revista funda uma tradição historiográfica que se mantém hegemônica até a década de setenta do século XX. Ela constrói a imagem de uma sociedade ideal, que não precisa das "gentes" indígenas, negras e pobres para existir.

A ruptura com essa tradição historiográfica veio com Manuel Correia de Andrade, em *A Guerra dos Cabanos*, final da década de 1970. Manuel Correia chama atenção para a necessidade de estudo sobre os movimentos populares que ocorreram no Brasil imperial. Destacando a Guerra dos Cabanos, ele afirma que este movimento foi visto, durante muitos anos, "como revolta de bandido, de escravos fugidos do cativeiro e olvidada pelos estudiosos" [23]. O próprio Manuel é um dos primeiros a destacar o papel político dos cabanos como essencial para a compreensão da nossa história. Este destaque é dado também por Décio Freitas em *Os Guerrilheiros do Imperador*, Dirceu Lindoso em *Utopia Armada*, Luiz Sávio

[22] CAROATÁ, José Prospero Jehovah da Silva. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano.* Maceió, 2.12.1872, nº 1, p. 1.
[23] ANDRADE, Manuel Correia de. Um Livro importante para o Nordeste. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Memorial biográfico de Vicente de Paula, o capitão de todas as matas*: guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana. Maceió: EDUFAL, 2008, p. 20.

de Almeida em *Memorial Biográfico de Vicente de Paula*, Marcus Carvalho em *Hegemony and rebelion in Pernambuco (Brasil), 1832-1835,* entre outros.

Nós seguimos os caminhos abertos por esta nova historiografia, refletindo sobre a colonização militar das matas alagoanas na segunda metade do Oitocentos, mas, ao mesmo tempo, pretendemos também fazer aquilo que Jurandir Malerba chama de "a prática da crítica historiográfica"[24]: refletir sobre a produção historiográfica em relação à gente das matas. Isto significa pensar o caráter autorreflexivo do conhecimento histórico e o trabalho do historiador, que nas palavras do próprio Malerba, "[...] exige um exercício de memória, de resgate da produção do conhecimento sobre qualquer tema que se investigue"[25].

Nesse sentido, podemos afirmar que a importância historiográfica deste trabalho é propor uma revisão e ampliação da história social da "gente das matas", sobretudo no que se refere à transição de um espaço de insurreições populares (das "matas incultas") para um espaço de "civilização", de povoamento e expansão das fronteiras agrícolas (das "matas civilizadas"). Nesse processo de transição a política de colonização militar teve um papel fundamental.

Nossa hipótese é a de que a Colônia Militar Leopoldina transforma a região norte e sua gente, introduzindo instrumentos de "civilização" num espaço antes predominantemente inculto e dominado pelos povos rebeldes das matas. Esses instrumentos – tais como disciplina militar, ordem moral e religiosa, código de leis, distribuição de terras, entre outros – vão se constituindo barreiras para a formação das comunidades alternativas – sobretudo indígenas e quilombolas – e para as revoltas e rebeliões que tanto assustavam os senhores de terra e as autoridades locais, além de contribuir para a unidade territorial e consolidação do Estado nacional e local. Ou seja, ela completa o ciclo de domínio territorial e conquista do espaço alagoano, que teve início com o genocídio Caeté, passou pela destruição dos Palmares e culminou com a Colônia, tornando-se um exemplo de sucesso entre as colônias militares do século XIX, ainda que esse sucesso tenha sido temporário, haja vista o ressurgimento das lutas dos povos da floresta na segunda metade do século XX.

Nos últimos anos, têm crescido as pesquisas sobre as colônias militares no Brasil Império; porém, ainda sabemos pouco sobre a Colônia Militar Leopoldina, mata norte de

[24] MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir. *A História Escrita*: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2009, p. 15.
[25] Id.

Alagoas. Desse modo, consideramos que o estudo dessa experiência contribuirá para a compreensão do projeto de formação do Estado nacional a partir da política de controle de suas fronteiras e matas incultas, além da "civilização" dos povos rebeldes. A região de fronteira ocupada pelas Colônias militares Leopoldina e Pimenteiras era considerada um desafio para a conquista da unidade territorial do Brasil Império, devido a sua história de grandes revoltas e rebeliões. Conquistar as matas norte de Alagoas e sul de Pernambuco tinha duas grandes funções estratégicas para o Estado, a de controle social e político dos seus habitantes e a do grande potencial econômico de suas terras e de seus recursos naturais.

Para estudar esta experiência utilizamos uma diversidade de fontes e documentos, tais como: mapas, correspondência oficial, falas e relatórios das autoridades do governo imperial e da província, regulamentos, leis e resoluções; além de dados estatísticos diversos sobre o desenvolvimento social e econômico da colônia.

A historiografia sobre a colonização militar no Brasil Império é muito recente. Ela ficou obscurecida pela historiografia da colonização europeia, talvez pelo sucesso desta e o fracasso daquela. Entretanto, pesquisas apontam que este fracasso foi relativo em algumas províncias. Se, por um lado, a maioria das colônias militares fracassou, tanto do ponto de vista do desenvolvimento regional quanto do ponto de vista da segurança e controle das fronteiras e matas do interior do Brasil, por outro, algumas dessas colônias conseguiram atingir o seu objetivo principal, que foi o de pacificar as fronteiras e matas, retomando para o Estado pontos de controle estratégicos fundamentais. Este foi o caso, por exemplo, da Colônia Militar Leopoldina, considerada exemplo de sucesso por parte das autoridades.

Foram mais de 30 colônias militares criadas no Brasil Império, normatizadas por leis e regulamentos muito semelhantes; porém, suas experiências foram muito diversas e ainda estão esperando para ser exploradas pela historiografia e outras ciências sociais. Como exemplos temos as colônias militares de Leopoldina, Alagoas, e Pimenteiras, Pernambuco; apesar de serem criadas pelo mesmo decreto e de ocuparem praticamente o mesmo espaço das antigas matas quilombolas e cabanas, cada uma construiu sua própria história.

O relatório do Ministério dos Negócios da Guerra, apresentado à Assembleia Geral em 1865, apontava a existência de, aproximadamente, 30 colônias militares e agrícolas, além de presídios militares, criados em quase todo Brasil, a partir dos anos 1850[26]. Segundo o

[26] VASCONCELOS, José Rufino Rodrigues. *Colônias Militares*: Memória. Rio de Janeiro, Typographia Universal, 1867. AN.

relatório, no Pará, foram criadas as primeiras colônias: Pedro II, em 6 de maio de 1840 (foi a primeira); Santa Teresa (1849), cujo nome passou a se chamar depois São João de Araguaya, além de Óbidos (1854); todas com o objetivo de auxiliar a navegação e a agricultura. No Amazonas, foi criada uma colônia e 9 presídios militares para auxiliar a navegação, a agricultura e policiamento das fronteiras. No Mato Grosso, foram criadas 4 colônias: Nioac e Brilhante, para abrigar colonos portugueses; e Dourados e Miranda, para auxiliar a navegação e proteger os moradores dos "povos selvagens". Em São Pedro do Rio Grande do Sul, foi criada a colônia de Cazeros, para pecuária e agricultura. Em Santa Catarina, foi criada Santa Thereza, que tinha por objetivo a distribuição de terras a praças escusas do serviço militar. No Paraná, destacamos a de Jatahy, que, apesar de ser denominada militar, era considerada essencialmente agrícola. Em São Paulo destacou-se a de Itapura, composta de quatro classes de colonos: praças, operários, moradores e marinheiros, onde desenvolveram o cultivo de vários gêneros de pequena cultura. Em Minas gerais, podemos citar Urucu, que teve por fim acabar com as correrias dos índios que habitavam as matas[27]. No Maranhão, destaca-se a de São Pedro de Alcântara, vista com boa potencialidade para as produções agrícolas do país, especialmente o café, cacau, arroz cana e mandioca, apesar de ter como meta o combate aos índios e quilombolas[28]; e Gurupi, que pretendia ser um polo avançado de civilização, mas se restringiu a proteção da fronteira "sob pena de agitações sublevações de escravos e rompimentos" da unidade territorial[29].

Vimos, então, que os trabalhos militares nas colônias se confundiam com os trabalhos agrícolas, na medida em que o governo imperial pretendia não apenas policiar o interior das matas e as fronteiras do país, mas também povoar e desenvolver a agricultura. Embora as colônias tenham sido criadas com objetivos distintos – desde a integração de imigrantes estrangeiros e nacionais a proteção dos rios e moradores das correrias dos índios selvagens –, a preocupação do governo central era articular ocupação com militarização dos espaços interioranos das matas.

---

[27] Todas as informações sobre estas colônias foram tiradas do texto *Colônias Militares*: Memória, de José Rufino Rodrigues Vasconcelos. Id.

[28] GOMES, Flávio dos Santos, *A Hidra e os Pântanos:* Quilombos e Mocambos no Brasil (Sécs. XVII-XIX). Campinas, 1997. 742 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1997, p.301.

[29] SANTOS, Arthur Roberto Germano. Fronteira e Formação do Estado: colonização militar em meados do Oitocentos a partir de uma província do Norte. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH, São Paulo, julho de 201, p. 3.

As primeiras reflexões sistemáticas sobre as colônias militares surgiram ainda durante a segunda metade do Oitocentos. Trata-se de um texto memória do Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, José Rufino Rodrigues Vasconcelos – *Colônias Militares*: *Memória* (1867)[30] – e de duas obras de José Vieira Couto Magalhães: *Memória sobre as colônias militares, nacionais e indígenas* (1875)[31] e *O Selvagem* (1876)[32]. Rodrigues Vasconcelos era chefe da 1ª seção da diretoria fiscal da secretaria de estado dos negócios da guerra e ficou responsável pela elaboração de uma proposta de reestruturação das colônias militares. Sua obra faz um balanço das colônias militares no Brasil Império – fundação, desenvolvimento e declínio – e propõe um plano de reorganização. Já Couto Magalhães estava preocupado com a economia e a formação de mão-de-obra a partir da integração dos índios à sociedade nacional, através da catequese e das colônias militares. Embora a primeira obra esteja mais voltada para o estudo linguístico dos índios, as duas obras de Couto Magalhães procuram refletir sobre a melhor forma de civilizar os índios.

Na mesma linha desses pensadores militares, surge, em 1884, o major Alfredo Ernesto Jacques Ourique, um dos organizadores da revista do Exército da década de 1880 e um dos maiores críticos do sistema de colônias militares tradicionais. Analisando a história dessas colônias e outras experiências estrangeiras, Jacques Ourique chega à mesma conclusão de José Rufino Rodrigues Vasconcelos e José Vieira Couto Magalhães, a de que nas colônias militares devem coexistir estrategicamente as funções militar, política e social[33].

Os primeiros trabalhos acadêmicos sobre as colônias militares surgiram na década de 1970 do século passado. Um deles é a tese de doutorado de David Lyle Wood, *Abortive Panacea: Brazilian Military Settlements (1850 to 1913)*, que traça um panorama sobre as colônias militares no Brasil império[34]. Outro é a dissertação de Luiz do Nascimento, *Considerações Histórico-Econômicas, Acerca das Tentativas de Colonização Agrícola de Nacionais, em Pimenteiras (PE) e Leopoldina (AL), 1850-1870*, que faz uma análise

[30] SANTOS, Arthur Roberto Germano. Fronteira e Formação do Estado: colonização militar em meados do Oitocentos a partir de uma província do Norte. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH, São Paulo, julho de 201, p. 3.
[31] COUTO MAGALHÃES, José Vieira. *Memória sobre as colônias militares, nacionais e indígenas*. Rio de Janeiro: Topografia da Reforma, 1875.
[32] COUTO MAGALHÃES, José Vieira. *O Selvagem*. Rio de Janeiro: Topographia da Reforma, 1876.
[33] OURIQUE, Alfredo Ernesto Jacques. Colônias e Estradas Militares. In: OURIQUE, Alfredo Ernesto Jacques (et al.). *Revista do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia da Revista do Exército, 1885, p. 99.
[34] WOOD, David Lyle. Op. cit., 1972.

comparativa entre as colônias de Pimenteiras e Leopoldina[35]. Depois desses trabalhos, destacamos a tese de doutorado de Flávio dos Santos Gomes (1997), *A Hidra e os Pântanos: Quilombos e Mocambos no Brasil (Sécs. XVII-XIX)*, na qual as colônias militares aparecem como instrumentos de combate aos índios e quilombos da região amazônica, ao mesmo tempo em que o autor discute algumas propostas de incorporação destes e outros pobres do Norte e Nordeste a este projeto colonial[36]. E a tese de Luiz Sávio de Almeida (1995), *Memorial Biográfico de Vicente de Paula, o capitão de todas as matas: guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana*, que apesar de não ser o objetivo do seu estudo, ele ensaia os motivos que levaram à criação da Colônia Militar Leopoldina[37].

Nos últimos anos, têm aumentado os estudos acadêmicos sobre o tema. Entre eles destacamos a tese de Antonio Marcos Myskiw (2009), *A Fronteira Como Destino de Viagem: a Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888/1907)*, um estudo de história agrária, que trata das dificuldades enfrentadas pela Colônia Militar de Foz do Iguaçu, tais como o isolamento geográfico, a sobrevivência na região de fronteira, além das disputas e conflitos agrários[38]. Também a dissertação de Adelson André Brüggemann (2013), *A Sentinela isolada: o cotidiano da colônia militar de Santa Thereza (1854-1883)*, que mostra o cotidiano dos colonos que viveram na Colônia Militar de Santa Thereza, situada na província de Santa Catarina, na segunda metade do século XIX, ressaltando suas formas de trabalho e as relações estabelecidas entre eles[39]. Além dos artigos emblemáticos de Maria Luiza Ferreira de Oliveira (2013), *No Centro das Matas: as colônias militares no projeto conservador dos anos 1850*, no qual é possível ter uma visão panorâmica das colônias militares, sobretudo das colônias de

[35] NASCIMENTO, Luiz do. *Considerações Histórico-Econômicas, acerca das tentativas de Colonização Agrícola de Nacionais em Pimenteiras (PE) e Leopoldina (AL), 1850-1970*. Recife, 1974. 128 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1974.

[36] GOMES, Flávio dos Santos, *A Hidra e os Pântanos:* Quilombos e Mocambos no Brasil (Sécs. XVII-XIX). Campinas, 1997. 742 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1997.

[37] ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Memorial biográfico de Vicente de Paula, o capitão de todas as matas*: guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana. Recife, 1995. 409 f. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1995. p. 207-232.

[38] MYSKIW, Antonio Marcos. *A Fronteira Como Destino de Viagem:* a Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888/1907). Niterói, 2009. 238 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

[39] BRÜGGEMANN, Adelson André. *A Sentinela isolada:* o cotidiano da colônia militar de Santa Thereza (1854-1883). Florianópolis, 2013. 313 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

Pimenteiras e de Leopoldina[40]; e, novamente, Luiz Sávio de Almeida (2013), desta vez com o artigo *Capital e Terra: o aldeamento do Urucu nas Alagoas*, onde ele discute a reestruturação fundiária na mata norte de Alagoas a partir das rotas de acumulação do capital e da criação da Colônia Militar Leopoldina, afetando o aldeamento Urucu[41].

Além dos já citados acima, outros textos, mais recentes, têm revisitado a historiografia das colônias agrícolas e militares no Norte do país. São textos que discutem essas colônias a partir das ações do governo imperial e das províncias do Norte, questionando, sobretudo, suas políticas de controle social no contexto de formação do Estado Nacional. Dentre eles, destacamos o texto de Arthur Roberto Germano Santos, *Fronteira e Formação do Estado: colonização militar em meados do Oitocentos a partir de uma província do Norte*, onde o autor discute a formação e consolidação do Estado imperial a partir das práticas administrativas dos diretores da Colônia Militar de São Pedro de Alcântara do Gurupi[42]. Outro texto interessante é *Colonização Agrícola e Núcleos Coloniais nas Terras de Florestas da Amazônia Oriental (Pará, século XIX)*, de Francivaldo Alves Nunes, o qual pretende compreender algumas das muitas relações sociais tecidas em torno da colonização agrícola no Pará (1870-1889), tendo como base os projetos de colonização agrícola na região[43]. E, finalmente, destacamos o texto de Johny Santana de Araújo, *O Estabelecimento de Colônias Agrícolas Civis e Militares na Província do Piauí no Pós-Guerra do Paraguai (1865-1888)*. Neste artigo, o autor discute a ocupação do território do sul e do sudoeste do Piauí a partir da criação das colônias civis e militares, tendo como foco os projetos civilizatórios do governo imperial e provincial[44].

---

[40] OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. No Centro das Matas: as colônias militares e os embates dos anos 1850. In: BESSONE, Tânia Maria; NEVES, Lucia Maria Bastos P.; GUIMARÃES, Lucia Maria P. (org.). *Elites Fronteiras e Cultura do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013, p. 111-138.

[41] ALMEIDA, Luiz Sávio de. Capital e Terra: o aldeamento do Urucu nas Alagoas. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de; LIMA, José Carlos da Silva; OLIVEIRA, Josival dos Santos (org.). *Terra em Alagoas*: temas e problemas. Maceió: EDUFAL, 2013.

[42] SANTOS, Arthur Roberto Germano. Fronteira e Formação do Estado: colonização militar em meados do Oitocentos a partir de uma província do Norte. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História* – ANPUH, São Paulo, julho de 2011. Trata-se de resultado de uma pesquisa mais ampla intitulada "*Avante, Civilização! Soldados, migrantes, índios e quilombolas numa colônia militar no Maranhão Oitocentista*", coordenado pela profa. Regina Helena Martins de Farias.

[43] NUNES, Francivaldo Alves. Colonização Agrícola e Núcleos Coloniais nas Terras de Florestas da Amazônia Oriental (Pará, século XIX). *Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS* (AEDOS), Porto Alegre, v. 2, n. 3, jan./jun. 2009. p. 137-161.

[44] ARAÚJO, Johny Santana. O Estabelecimento de Colônias Agrícolas Civis e Militares na Província do Piauí no Pós-Guerra do Paraguai (1865-1888). *Revista Oficina do Historiador,* Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 6, n. 2, jul./dez. p. 57-77, 2013.

No caso da Colônia Militar Leopoldina, alguns autores já se reportaram a ela. Entretanto, embora alguns destaquem em suas pesquisas a organização socioeconômica, outros, a organização administrativa e militar – trazendo novas questões e novos problemas para a reflexão –, nenhum desses estudiosos aprofundou a análise sobre esse tipo de colonização em Alagoas, ficando restritos a uma visão fragmentada e superficial da história dessa colônia.

Detalhemos essas obras citadas, para melhor compreensão de sua importância nesta reflexão.

David Lyle Wood é o primeiro a estudar as colônias militares. Wood propõe discutir o projeto de colonização militar criado pelo governo imperial para controlar as fronteiras e civilizar os "elementos marginais" do interior do Brasil, tais como índios hostis, fugitivos da justiça, vagabundos, entre outros.

Wood faz uma análise tanto qualitativa quanto quantitativa das colônias militares. Embora dê mais ênfase às experiências econômicas, ele destaca vários aspectos da organização dessas colônias: administração, colonos, ambiente, disciplina militar, regime de trabalho e economia. Porém, sua tese tende a generalizar os diferentes tipos de experiências das colônias militares. Ele chega a diferenciar alguns aspectos das colônias militares, mas ao procurar defender a sua tese de fracasso econômico generalizado, ele estende esse fracasso para as estratégias de segurança e controle militar.

A dissertação de Luiz do Nascimento é a primeira a tomar como objeto de estudo especificamente as colônias militares de Leopoldina e de Pimenteiras. Nascimento tem como propósito fazer uma análise comparativa do que ele chama de "elementos condicionantes do processo histórico-econômico no qual as colônias agrícolas de Pimenteiras (PE) e Leopoldina (AL) se situaram"[45]. A ênfase nas colônias agrícolas e não militares deixa clara a preocupação central do autor: a economia das colônias.

Tomando como ponto de partida a abordagem "histórico-estrutural da dependência", Nascimento utiliza fontes manuscritas diversas sobre as colônias de Pimenteiras e Leopoldina. São falas e relatórios dos diretores das colônias e dos presidentes das províncias de Alagoas e Pernambuco. Apesar da tentativa de fazer um panorama da "dependência histórico-estrutural" do Brasil e, em especial, do Nordeste – buscando situar as colônias de Leopoldina e

[45] NASCIMENTO, Luiz. Op. cit., 1974, p. 4.

Pimenteiras nesse contexto –, o trabalho de Nascimento é superficial e próximo do que poderíamos chamar de um marxismo ortodoxo-economicista.

Embora tivesse como propósito fazer uma analogia entre as duas colônias, Nascimento tende a destacar mais o processo evolutivo da Colônia Militar Leopoldina, sobretudo do seu desenvolvimento socioeconômico. Daí o porquê de os dados quantitativos terem um peso significativo no seu trabalho. Nascimento traz uma documentação inédita até então, principalmente no que diz respeito aos manuscritos e relatórios das autoridades provinciais. Ele chega a tentar fazer uma análise qualitativa dessas fontes, mas termina caindo na superficialidade ortodoxa do marxismo economicista.

Luiz Sávio de Almeida tem como objetivo na sua tese refletir sobre a liderança política do capitão de todas as matas, líder da Guerra dos Cabanos, Vicente Ferreira de Paula. Segundo Almeida, foi justamente após o fim dessa guerra e da Praieira que as autoridades começaram a pensar na montagem de uma colônia agrícola-militar nas matas norte das Alagoas. Almeida não discute esta montagem, mas nos dá as pistas sobre as razões que levaram à criação da Colônia Militar Leopoldina.

Fazendo uma análise essencialmente qualitativa das fontes, Almeida as interpreta para entender a montagem da matriz de produção alagoana e a resistência das sociedades alternativas. Diferentemente de Luiz Nascimento, Almeida toma como base o marxismo para compreender a articulação entre economia, política e cotidiano, longe da ortodoxia economicista. Nesta perspectiva, a Colônia Militar Leopoldina foi consequência desse contexto.

Em um artigo mais recente sobre a relação índio-capital-terra (2013) nas mesmas matas, Almeida discute um pouco mais a experiência da colonização militar de Leopoldina. Neste trabalho, ele procura refletir sobre as terras do aldeamento Urucu, demonstrando que esse processo estava diretamente associado às rotas de acumulação do capital, que passavam necessariamente pela Colônia Militar Leopoldina.

Embora Almeida não use uma grande variedade de fontes historiográficas neste artigo, sua análise parece ser o suficiente para provocar alguns questionamentos importantes a respeito da reestruturação fundiária do antigo aldeamento Urucu e da Colônia Militar

Leopoldina. O autor mostra que o controle das matas foi fundamental para o sistema e isto só foi possível com a abertura de estradas e a construção da Colônia Militar Leopoldina[46].

Outro trabalho importante para compreender a Colônia Militar Leopoldina são os artigos de Maria Luiza Ferreira de Oliveira sobre as colônias militares no contexto de formação do Estado nacional e na consolidação do projeto conservador dos anos 1850 (2011 e 2013, respectivamente). Embora os dois artigos tenham como propósito um estudo mais abrangente sobre as colônias militares no projeto conservador dos anos 1850, eles situam muito bem a Colônia Leopoldina nesse contexto.

Para compreender a razão do projeto conservador para as colônias militares, Oliveira fez uso de uma gama variada de fontes e documentos. Dentre essas fontes, destacam-se as falas e relatórios dos presidentes das províncias de Alagoas e Pernambuco, que tratam, por exemplo, da necessidade de se criarem as colônias militares; os relatórios do Ministro do Império que tratam, por exemplo, dos trabalhos promissores das colônias de Leopoldina e Pimenteiras; a "Coleção das Leis do Império", que regulamenta a organização social e administrativa das colônias; os relatórios dos diretores desses estabelecimentos militares e dos Ministérios do Império, da Guerra e da Justiça; além das correspondências oficiais das províncias, que abordam, entre outras coisas, as colônias no projeto conservador do Estado nação. Um conjunto de fontes fundamental que também pesquisamos.

A partir da documentação trabalhada, Oliveira faz uma breve analogia entre as colônias militares, mas muito instigante. Ela chama atenção para a preocupação dessas autoridades com os movimentos rebeldes nas matas, sobretudo com o rescaldo da Praieira de Pedro Ivo e Caetano Alves, além da importância estratégica das colônias militares nas matas. Embora procure fazer uma analogia entre as colônias militares do Brasil império, Oliveira dá ênfase às colônias de Leopoldina e Pimenteiras. Tomando como base a documentação já citada, ela tece uma reflexão sobre a fundação e função estratégica dessas colônias, chamando atenção para o papel destas na política de controle social do Estado Nacional. Ou seja, Oliveira destaca o fato de que essas colônias foram criadas para policiar e civilizar a região das matas, um espaço tradicionalmente habitado por grupos rebeldes, sobretudo herdeiros da Guerra dos Cabanos e da Revolta da Praieira[47].

[46] ALMEIDA, Luiz Sávio de. 2013, p. 220.
[47] OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. 2013, p. 111-138.

Essa nova historiografia não se contenta em trabalhar apenas com os "velhos" documentos de arquivos, ela dialoga também com as outras fontes das ciências humanas e, em alguns aspectos, com as ciências exatas e naturais. Ela ressignifica o próprio documento, questionando antigos paradigmas, descobrindo novos objetos de estudo, levantando novos problemas; em fim, construindo novas metodologias historiográficas.

Neste mesmo sentido, buscamos trabalhar com a perspectiva metodológica da História Social, abrindo o diálogo com as ciências sociais – sobretudo, com a antropologia – e as diversas fontes de pesquisa, tanto quantitativas quanto qualitativas. O problema, nos alerta Thompson, é que tanto os significados quanto os dados estatísticos não podem ser vistos de forma isolada do processo e das relações urdidas pela história, eles devem ser vistos dentro de um contexto[48]. Portanto, "[...] há de se encontrar a *estrutura* na particularidade histórica do *conjunto* das relações sociais"[49].

Desse modo, buscamos novos problemas e novos documentos, numa postura próxima à "revolução documental" provocada pelos *Annales*, onde tudo pode ser documento[50]. Como afirma Le Goff, "O interesse da memória coletiva e da história já não se cristaliza exclusivamente sobre os grandes homens, os acontecimentos [...]. Interessa-se por todos os homens"[51], inclusive pela gente das matas.

Lucien Febvre define bem a diversidade dessas fontes ao falar do fazer histórico com "textos" e documentos[52]; ou seja, com todos os textos que podem servir como documentos-testemunhos de uma história "viva e humana". Nas palavras de Febvre:

> 'A História faz-se com textos', dizia a fórmula célebre. Os textos, sem dúvida, mas todos os textos. E não só os documentos de arquivos em cujo favor se cria um privilégio. [...] Mas, também, um poema, um quadro, um drama: documentos para nós, testemunhos de uma história viva e humana, saturados de pensamento e de ação em potência[53].

Nesta perspectiva, o documento não é apenas registro escrito e imparcial; ele é testemunho de um tempo vivido, pensado e que, por isso mesmo, pode se manifestar de várias formas. Para Saliba, Febvre acaba com a ilusão do documento isolado, na medida em que ele

---

[48] THOMPSON, E. P. As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (Orgs.). *E. P. Thompson. As Particularidades dos Ingleses e Outros Artigos*. São Paulo: Ed. Unicamp, 2014, p. 243.
[49] Ibid., p. 248. Grifos no original.
[50] GOFF, Jacques Le. Documento/Monumento. In: *Memória História*. Enciclopédia Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 98-99.
[51] Ibid., p. 99.
[52] FEBVRE, Apud SALIBA, Elias Thomé. Pequena História do Documento: aventuras modernas e desventuras pós-modernas. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 316.
[53] Id.

está relacionado à "participação ativa, rigorosa e seletiva do historiador"[54]. Isto ficou evidenciado, por exemplo, na pesquisa que realizamos no APA, quando trabalhamos os documentos da Colônia Militar Leopoldina e vimos suas variadas interpretações possíveis, inclusive para o entendimento da formação do Estado Nação e do destino da gente das matas na segunda metade do século XIX, apesar das lacunas e silêncios encontrados em algumas fontes.

Isto nos faz pensar no arquivo como espaço do documento. Para Arlette Farge, "[...] o arquivo, antes de ser memória histórica, é memória da dominação, constante de legados e atestações, de certificados que são provas dos direitos de poder, de posse e de origem familiar"[55]. Portanto, consideramos que é preciso estudar o arquivo fazendo uma crítica a essa fonte histórica, das relações entre vencedores e vencidos, inclusive daquelas muitas vezes silenciadas ou ocultadas pelo poder.

Ainda segundo Farge, o arquivo pode assumir a forma de memória funcional, exercendo um controle sobre a memória social e cultural, ou pode assumir também a forma de armazenamento, lugar transformado em mero depósito de documentos. Para que o arquivo não se degenere nesta condição, deve-se fazer uma interpretação crítica deles, afirma Farge[56].

Carlos Ginzburg esclarece melhor a crítica ao arquivo e a todo tipo de documento, quando afirma que todo olhar sobre a realidade depende das *relações de forças* que condicionam a imagem que a sociedade cria de si[57]. É neste sentido que devemos analisar as provas que os documentos produzem sobre uma determinada sociedade. Assim, se quisermos "escovar a história ao contrário" (a história a contrapelo), como sugere Walter Benjamin, citado por Ginzburg, "[...] é preciso aprender a ler os testemunhos às avessas"[58]; e isto inclui os documentos oficiais e a própria historiografia sobre as colônias militares no Brasil Império.

No que diz respeito às condições do acervo Colônia Militar Leopoldina, em face do que foi pesquisado no Arquivo Público de Alagoas (APA), encontramos alguma dificuldade. Alguns documentos estão em péssimo estado de conservação, outros deteriorados, exigindo do pesquisador a montagem de um mosaico para sua compreensão. Apesar do mau estado de conservação dessas fontes, foi possível encontrar informações valiosas sobre o processo de

[54] SALIBA, Elias Thomé. 2012, Op. cit., p. 317.
[55] FARGE, Arlette. *O Sabor do Arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009, Op. cit., p. 168.
[56] Ibid. p. 369.
[57] GINZBURG, Carlo. *Relações de Força:* história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 43.
[58] Id.

civilização da Colônia Militar Leopoldina, a exemplo dos relatórios e ofícios dos diretores da Colônia e da presidência da província de Alagoas, petições de moradores e compradores de terra, regulamentos, além de dados estatísticos sobre a população e o cotidiano da Colônia.

O que sabemos sobre a experiência de colonização militar nas matas norte das Alagoas é a partir dos documentos e fontes oficiais, onde se destacam as falas e relatórios das autoridades provinciais e imperiais. Embora sejam construídas à "imagem e semelhança" do poder, essas fontes constituem um conjunto de documentos importantíssimos para compreendermos o processo de conquista das matas, consolidação e extinção da Colônia Militar Leopoldina. As matas de Jacuípe, onde foi fundada a Colônia, sempre foram motivo de preocupação para a classe senhorial das províncias de Pernambuco e Alagoas. Essas matas eram o espaço das insurreições populares, que, na ótica das autoridades, precisavam ser conquistadas e civilizadas. As falas e relatórios dos presidentes traduzem essa preocupação constante. Estão sempre marcadas pela vigilância contra as ameaças à segurança da província.

As Falas, além de serem uma representação da oralidade do poder, diferenciam-se da fala da gente das matas, uma vez que se expressam como linguagem escrita e registro oficial – documentos, ofícios, relatórios – que se traduzem em historiografia e civilização. É a fala do poder sobre uma região habitada por homens "semisselvagens". É a fala de quem se considera civilizado, enquanto a gente das matas, nesta perspectiva, só poderia ser sinônimo de "criminosos", "facínoras", "ladrões", "revoltosos", ou seguidores do "famigerado" Vicente Ferreira de Paula, líder dos índios do Jacuípe e dos negros papa-méis na Guerra dos Cabanos (1832-1835). Trata-se de uma história da classe dominante, que tem o poder de informar e formar a sociedade, de modelar sua consciência coletiva.

Como contraponto a essa história oficial, a gente das matas construía a sua própria história, que não se enquadrava na ordem desse "mundo civilizado", mas criava seu próprio espaço de resistência, vida e liberdade; ou seja, criava a possibilidade de uma sociedade alternativa. Eram negros mucambeiros, índios, mestiços, pobres, cabanos, ou, simplesmente, uma gente marginalizada pela civilização dos engenhos, que fazia parte de várias etnias ou grupos sociais que se identificavam ou se estranhavam por diversos motivos, sejam eles políticos, religioso, social ou pela contingência do momento.

É nesse contexto que a história senhorial vai se construindo, selecionando e excluindo fatos e gentes, além de contribuir para a criação de uma identidade branca civilizada em oposição à identidade de uma gente das matas "selvagem", que vive em cabanas e florestas.

Gente que lembra os "homens infames", que, segundo Foucault, só ganharam sentido porque cruzaram com o poder, e dos quais só foi possível encontrar algum rastro de vida através do seu encontro com o poder[59], numa relação de troca ou de conflito, porém desigual.

Para esse poder, o documento surge como prova histórica. Segundo Le Goff, é uma visão positivista que não concebe a história sem documento, fonte de verdade daqueles que têm o poder de transformar a escrita em "documento-monumento" de uma época, perpetuando fatos e acontecimentos que se formam nas relações de força de uma sociedade[60]. Ainda segundo Le Goff, o que transforma o documento em monumento é a sua utilização pelo poder[61]. Neste sentido, é preciso desmistificar a construção do documento-monumento que forma a historiografia dessa gente. Nenhum documento é neutro, vazio e selecionado ao acaso; ele é, antes de tudo, fruto de uma "[...] montagem consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade, que o produziram"[62].

A escrita oficial tem o poder de escrever a história dessa gente, determinando o seu lugar e o seu papel na sociedade. Ela classifica, segrega, discrimina, elimina. Daí encontrarmos nas falas e relatórios dos presidentes da província das Alagoas, por um lado, a gente das matas classificada como criminosos, bandidos, vadios, facínoras, revoltosos ou selvagens, entre outros; e, por outro, aqueles que são classificados como morigerados, pacíficos e trabalhadores: os potenciais povos a serem colonizados.

A partir do conjunto das fontes referente à Colônia Militar Leopoldina, é possível afirmar que índios e negros[63] não fizeram parte do seu projeto civilizatório. A proposta da Colônia era ser formada por colonos pacíficos, morigerados e trabalhadores, e isso não incluía essa gente das matas. Quando nas fontes são mencionados, eles aparecem como "ameaça rebelde" ou são reduzidos a "caboclos" mestiços. Este é o caso, por exemplo, do povoado Riacho do Mato, situado na mata sul de Pernambuco, que fazia fronteira com a Colônia militar de Alagoas[64].

---

[59] FOUCAULT, Michael. A Vida dos Homens Infames. In: *Estratégia, poder-saber. Ditos e* escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 206.
[60] LE GOFF, Jacques. Op. cit., 1984, p. 102.
[61] Id.
[62] Ibid., p. 103.
[63] Embora os dados estatísticos da população da Colônia citem uma pequena parcela de negros escravos, eles não são considerados colonos.
[64] Nos relatórios do diretor capitão João da Gama, de 1860 a 1866, é possível identificar essa visão e os conflitos com "índios" do Riacho do Mato. Ver Relatórios da Diretoria da Colônia Militar Leopoldina, de 1860 a 1866. APA, caixa 161.

As fontes não respondem o porquê desta ausência, mas acreditamos que, no caso dos índios, estes, por um lado, estavam aldeados e, por outro, eram transformados pela política oficial em caboclos e misturados, o que justificava a tomada de suas terras e o seu processo de desaldeamento e exclusão. Já no caso dos negros, eles ainda eram escravos, o que os impedia de serem cidadãos e, consequentemente, colonos. Mas isto não significa dizer que esses povos ficaram passivos diante da colonização militar das matas; pelo contrário, eles reagiram a esse processo, dentro e fora da Colônia.

Embora consideremos que há uma diversidade de narradores nas falas e documentos oficiais, constata-se uma certa unidade. Como pontos desta unidade destacamos: a) a Colônia foi fundada para policiar as matas e civilizar sua gente; b) era preciso eliminar das matas e da escrita da história qualquer ameaça ao controle e civilização das matas norte das Alagoas; c) a força da escrita oficial traduzia a força das armas na tarefa de construir a ordem e a tranquilidade pública da província; d) depois de cumprida a sua função de colônia militar – "pacificando as matas" –, a Colônia Militar Leopoldina deveria acabar e dar lugar a uma colônia agrícola de povoamento.

Há um discurso estratégico do poder local para a dominação das matas e dos seus habitantes. Neste caso, a civilização, representada pela Colônia Militar Leopoldina, só é possível pela força das armas e pelo desenvolvimento do trabalho agrícola. Não é por acaso que os diretores das colônias militares eram oficiais do exército, responsáveis pelo comando do destacamento, pela escolha dos colonos e pela fiscalização e desenvolvimento de todos os trabalhos realizados na Colônia, seja ela agrícola ou militar[65].

Na opinião de José Rufino Rodrigues Vasconcelos, a escolha do diretor era o primeiro passo para o sucesso ou fracasso da colônia militar. Isto significa dizer que uma boa administração da colônia começa com um bom diretor, que, segundo seus critérios, deveria ser um oficial de elevada patente e reconhecida probidade, para que pudesse impor verdadeiro respeito mais por seus bons exemplos e categoria do que pela sua condição de superioridade militar[66]. Neste sentido, ainda segundo José Rufino, o desenvolvimento e prosperidade da colônia dependia muito da escolha dos administradores; e estes não bastam ser militares, é preciso ter prestígio (homens probos, honestos, prudentes etc), conhecimento (não se trata só

[65] BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1850, p. 226, vol. 1, pt. II. Regulamento para Fundação de Colônias Militares nas Províncias de Pernambuco e Alagoas, Decreto nº 729, de 9 de novembro de 1850, Artigos 15, 16 e 22.
[66] VASCONCELOS, José Rufino Rodrigues. Op. cit., 1867, p. 8.

de derrubar matas, é preciso conhecimento profissional das obras que ele vai inspecionar) e, finalmente, que sejam bons pais de família[67].

Daí a importância das *variações de escala* para se pensar os sujeitos (nomes) e suas relações com o mundo social. O importante é que a história global não jogue fora a micro-história e suas importantes variáveis, conforme nos alerta Jacques Revel. As narrativas não podem colocar as singularidades em contraste com a generalidade. A escolha individual não deve estar em oposição ao conhecimento da realidade social[68]. O que se espera dela, afirma Revel, "[...] era que tornasse possível a inclusão de uma trajetória individual numa multiplicidade de espaços e tempos sociais, pelo novelo de relações sociais que se criam em volta dessa trajetória e dão-lhe sua significação"[69]. Um exemplo é o caso de Mennochio, o moleiro heterodoxo do livro de Ginzburg, *O queijo e os vermes*[70].

Neste sentido, é interessante pensar como o nome do líder da Guerra dos Cabanos, Vicente Ferreira de Paula, interferiu na construção e organização da Colônia Militar Leopoldina; ou lembrar do nome do diretor da Colônia, João da Gama Lobo Bentes, cuja trajetória de vida se confunde com a história da própria Colônia, onde fez, inclusive, carreira política; entre outros nomes.

Isso pode ser visto nos relatórios dos diretores da Colônia, onde encontramos desde a estrutura de organização interna da Colônia até as diversas formas de representação do poder local: sua ritualização cotidiana, sua organização, hierarquia e estratificação social, além dos conflitos de interesses e disputas pelo poder de mando. Podemos classificar esses relatórios em três momentos. O primeiro deles retrata os primeiros anos de fundação da Colônia e a resistência da gente das matas; o segundo compreende a consolidação da mesma Colônia, efetivada com a conquista das matas; o último desses momentos é o que retrata a extinção da própria Colônia Militar, através do seu processo de desmilitarização e povoamento.

O primeiro e o segundo momentos correspondem respectivamente à fundação e à consolidação da Colônia Militar Leopoldina, período da administração do Capitão-Diretor João da Gama Lobo Bentes, que dirigiu a colônia pelo longo período de 13 anos, de 1851 a

---

[67] VASCONCELOS, José Rufino Rodrigues. Op. cit., 1867, p. 89-90.
[68] REVEL, Jacques. Micro-história, Macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 45, set./dez. 2010, p. 434-444. p. 438.
[69] Ibid., p. 438-439.
[70] GUINZGURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

1864, desde a sua fase pré-colonial até o antepenúltimo ano da sua extinção[71]. Para o presidente da província Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, João da Gama era "zeloso e incansável", merecedor de "alta confiança, por parte do governo"[72]. Daí porque seu comando vai ser decisivo para compreendermos o processo de construção e consolidação da Colônia.

Os primeiros relatórios do diretor João da Gama são marcados pela mesma preocupação dos presidentes da província das Alagoas naquele período, isto é, eliminar os rebeldes que ainda habitavam as matas. Na ocasião, os homens do poder local ainda viviam assombrados pelo rescaldo da Revolta da Praieira e da Guerra dos Cabanos nas matas de Jacuípe. No ano de fundação da Colônia, Pedro Ivo (um dos líderes praieiros nas matas sul de Pernambuco) era uma ameaça real ao poderio dos senhores locais. Vicente Ferreira de Paula foi também um fantasma para os mesmos senhores, uma vez que, como líder cabano, sempre esteve presente na vida e no imaginário da gente das matas. Embora as autoridades tivessem criado os limites geográficos e militar entre as colônias de Leopoldina e de Pimenteiras, para os antigos cabanos e praieiros não havia fronteira entre as matas das províncias de Pernambuco e Alagoas. Isso constituiu a retórica do discurso dos poderosos, que a pretexto do medo de um novo movimento cabano justificavam suas práticas violentas e arbitrárias.

Os relatórios do diretor João da Gama mantêm um padrão na escrita: eles reproduzem o processo de fundação da colônia, as dificuldades e privações enfrentadas; os conflitos nas matas; a necessidade de policiamento para eliminar a gente rebelde e a ameaça sempre presente do fantasma de Vicente de Paula, além do futuro promissor da colônia[73]. Um recurso à retórica para convencer seus interlocutores sobre os desafios de sua missão e os feitos heroicos de sua ação.

A partir de 1865, a colônia muda de direção. Sai João da Gama Lobo Bentes e entra Augusto Pereira Ramalho (como interino) e, em 1866, Olavo Eloy Pessoa da Silva, como último diretor. A administração do diretor Olavo Pessoa marca o processo de desmilitarização da Colônia Leopoldina. Paradoxalmente, é a fase mais conturbada da Colônia, marcada por atentados contra a vida do diretor, conflitos entre as autoridades, insubordinações e quebra de hierarquia. Na ocasião, foram produzidos os últimos relatórios. Conclui-se, então, que com as matas pacificadas, a colônia militar cumpriu o seu papel. Era preciso desmilitarizar e criar

[71] Ver Relatórios da Diretoria da Colônia Militar Leopoldina entre 1851 e 1864. APA, Caixa 160.
[72] Fala dirigida á Assembleia Legislativa da província das Alagoas na abertura da sessão ordinária, em 1 de março de 1857, pelo Excelentíssimo presidente da mesma província o Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque. Recife: Typographia de Santos & Companhia, 1857, p.15.
[73] Isto pode ser verificado nos relatórios de 1851 a 1864, período de sua administração. APA, caixa 160.

uma colônia de povoamento para levá-la à emancipação, embora ainda permanecessem conflitos até o último ano da colônia militar.

Através desses relatórios, pode-se ver as pessoas como testemunho vivo da realização dos atos das autoridades, a exemplo da visita do Imperador D. Pedro II à Colônia Militar Leopoldina, em janeiro de 1860, quando ele testemunhou a sua prosperidade, segundo o diretor João da Gama[74]. Ou, ainda, como testemunho de um crime ou de um conflito, como foi o caso do vice-diretor da colônia, Augusto Pereira Ramalho, que presenciou o atentado contra o diretor Olavo Eloy Pessoa da Silva, em 1866. São testemunhos que veem, relatam, questionam, reivindicam, transformando-se em prova documental de uma época ou fato.

Os diretores da Colônia produziram uma série de dados estatísticos fundamentais para uma análise tanto quantitativa quanto qualitativa. A partir de tais dados, foi possível perceber os números como outra fonte de preocupação importante para as autoridades, tanto do ponto de vista da organização quanto da administração e desenvolvimento da Colônia. O próprio Regulamento Especial, de 9 de novembro de 1850, exigia que a Colônia tivesse alguns livros com este propósito, rubricados pelo Inspetor da Tesouraria da Fazenda. Esses livros eram organizados da seguinte forma: um livro para matrícula geral dos colonos, em que deveriam constar idade, profissão, estado, quantidade de filhos etc.; um para arrolamento de todos os habitantes do distrito da colônia; um para receita e despesas da colônia; um para registro da correspondência oficial; um para demarcação dos terrenos da colônia; e, finalmente, um para entrada e saída de objetos[75]. São elementos que possibilitaram construir a estatística de vários aspectos da Colônia.

Embora as autoridades falem de livros, encontramos esses elementos dispersos nos relatórios e documentos oficiais, sendo possível elaborar diversos dados estatísticos. No que diz respeito às finanças da colônia, o artigo 30 evidencia a necessidade de organização sistemática da estatística: "No fim de cada ano mandará o Diretor formar mapas da despesa e receita geral da colônia, sua produção estatística, para ser enviados ao presidente da província"[76]. Dentre os dados que mais se destacam nos relatórios dos diretores, podemos destacar: relação nominal de praças, mapa da população, mapa dos edifícios públicos e privados, mapa dos empregados, relação dos compradores de terra, petições para demarcação

[74] Ver Resposta ao Ofício do Presidente da Província sobre o Aviso nº 2 da Primeira Diretoria do Ministério dos Negócios da Guerra. Diretoria da Colônia Militar Leopoldina, em 03 de março de 1864. APA, Caixa 161.
[75] Artigo 4º do Regulamento Especial da Colônia Militar Leopoldina, 9 de novembro de 1850. APA, Caixa 160.
[76] Artigo 30 das Disposições Gerais do Regulamento Especial da Colônia Militar Leopoldina, 9 de novembro de 1850. APA, Caixa 160.

ou compra de terras, inventário dos objetos da colônia, relação dos objetos para as obras públicas, além das despesas com pessoal.

Esses dados retratam, basicamente, a preocupação com a segurança e a situação econômica da colônia, seu potencial e obstáculos para o desenvolvimento. A preocupação com a evolução desses dados é tanta que eles são contabilizados e anexados aos relatórios dos diretores a cada ano, da fundação à extinção da colônia. Até mesmo quando se trata das epidemias, o destaque é dado aos prejuízos econômicos causados na agricultura, na redução do número de habitantes e, consequentemente, na mão de obra. Isto demonstra a pretenção das autoridades de fazer da Colônia uma organização agrícola-militar.

Essa preocupação com as estatísticas era importante, mas não foi o suficiente para organizar a vida na Colônia. As autoridades precisavam regulamentar as normas de convivência, trabalho e organização social dentro dessa instituição militar. Para tanto, criaram uma série de leis, decretos e regulamentos, a exemplo do Regulamento Especial da Colônia Militar Leopoldina, em 9 de novembro de 1850, que estabelecia, entre outras coisas, as obrigações do diretor, ajudante (vice-diretor), escrivão, capelão, facultativo e colonos[77]; além do Decreto nº 820 de 12 de setembro de1851, que aprova e manda executar o Regulamento da mesma Colônia, entre outros decretos e leis[78].

Na ocasião da nossa pesquisa realizada no Arquivo Nacional (AN), encontramos algumas dessas leis e decretos que balizaram a vida na colônia militar das Alagoas, sua organização política, militar, social e econômica. Além das obrigações de cada colono e autoridade, elas vão estabelecer também os direitos, principalmente o direito à propriedade da terra, que, por sua vez, estava condicionado à disciplina moral, religiosa e econômica prevista pela mesma legislação.

Falas, relatórios, regulamentos e dados estatísticos oficiais compõem um conjunto de documentos e fontes que serviram de base para construção da historiografia da Colônia Militar Leopoldina. Embora sejam fontes escassas ou trabalhadas na perspectiva do poder oficial, porém, como diz E. P. Thompson, elas são essenciais e "[...] exaustivamente interrogadas pelos historiadores, não somente em busca de nova evidência, mas em um

[77] Regulamento Especial da Colônia Militar Leopoldina, 9 de novembro de 1850. APA, Caixa 160.
[78] BRASIL. Coleção de Leis do Império do Brasil de 1851, p. 242, vol. 1. Decreto nº 820, de 12 de setembro de 1851. Aprova o Regulamento da Colônia Militar Leopoldina, estabelecida na Província das Alagoas.

diálogo em que eles propõem novas perguntas"[79]. É por isso que é possível falar de uma historiografia das colônias militares.

Para sistematizar melhor o nosso estudo sobre a Colônia Militar Leopoldina, dividimo-lo em quatro capítulos. No primeiro, o item n. 1, estudamos a história social da mata norte das Alagoas, refletindo sobre os projetos de colonização e povoamento da América portuguesa até chegar às "matas civilizadas" da Colônia Militar Leopoldina. Para a compreensão dessa história, utilizamos alguns documentos e relatórios oficiais sobre o processo de colonização do interior das matas pernambucanas e alagoanas, além de algumas bibliografias sobre o tema.

No capítulo seguinte, estudamos os preliminares da Colônia – a gente das matas e suas rebeliões – que motivaram a criação da Colônia Militar Leopoldina. Para tanto, tomamos como base a chamada "nova historiografia das matas", que nos levou a conhecer novas fontes, novos sujeitos e novos movimentos populares do século XIX – sobretudo através do que ficou conhecido como rescaldo da Guerra dos Cabanos e da Revolta da Praieira –, ignorados pela historiografia oficial e, paradoxalmente, subestimados por esta nova historiografia. Esta chega a falar desse rescaldo, mas diz muito pouco sobre a influência desses movimentos na criação das colônias militares de Leopoldina e de Pimenteiras. É sobre esta influência que iremos tratar nesse capítulo.

No terceiro, estudamos a experiência de colonização militar nas matas norte das Alagoas, o processo de criação, desenvolvimento e consolidação da Colônia Militar Leopoldina, buscando identificar o cotidiano dos colonos e os conflitos, tanto dentro como fora da Colônia. Nessa fase, a análise tanto quantitativa quanto qualitativa dos relatórios dos diretores e das autoridades da Província foi fundamental, pois eles são o principal testemunho da vida na Colônia, na medida em que tudo tinha que passar pelo diretor e era ele também que relatava toda experiência vivida ao presidente da província.

No quarto e último, fizemos uma reflexão sobre a revisão do projeto de colonização militar no Brasil e em Alagoas, enfatizando o processo de desmilitarização e povoamento da Colônia Militar Leopoldina e o sucesso relativo do seu "projeto civilizador", além do destino da gente das matas alagoanas e outros projetos de colonização nas matas de Leopoldina.

---

[79] SHARPE, Jim. A História vista de baixo. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História*: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Unesp, 1992, p. 48.

2 DAS "MATAS INCULTAS" ÀS "MATAS CIVILIZADAS": BREVE HISTÓRIA SOCIAL DAS MATAS ALAGOANAS

> Em toda esta região não se encontra gado, porque a terra é mui coberta de matas, e mais própria para plantação. É cortada de muitos ribeiros[80].
>
> De sorte que, até o presente, tem sido as matas comuns e livres a toda a pessoa que se quer introduzir nelas, e ainda alguns tomarem posse de muitas léguas sem títulos[81].

Desde os primeiros tempos coloniais, a região da mata norte alagoana teve uma importância estratégica tanto para os colonizadores portugueses e holandeses, que buscavam a expansão territorial e econômica, quanto para índios e negros quilombolas, que buscavam um espaço alternativo de vida e liberdade. Lindoso fala de Porto Calvo, principal comarca das Alagoas colonial, como ancoradouro de naus que faziam o tráfico de escravos, já no século XVI, numa área conhecida como Lagamar Barra Grande, que foi fundamental nas guerras contra os holandeses e cabanos, trazendo navios de guerra – flamengas e portuguesas –, transportando soldados, armas e mantimentos[82]. Ainda segundo Lindoso, Barra Grande foi importante também "como área agrícola, como empório comercial, como porto de comércio com a África ocidental e como ancoradouro militar"[83].

2.1 Projeto de colonização das Alagoas: do litoral ao interior das matas

Alguns documentos holandeses do século XVII já reconheciam o potencial econômico das terras alagoanas e a necessidade de povoamento do interior como pressupostos para o domínio colonial. O relatório dos holandeses Johannes Van Walbeeck e Henrique de Moucheron, entregue ao Conselho do governo holandês em 20 de novembro de 1643, é bastante elucidativo quanto às potencialidades agrícolas e de colonização das Alagoas. Para estes autores, esse distrito da capitania de Pernambuco, além da produzir farinha e fumo em

---

[80] WLABEECK, Johannes Van; MOUCHERON, Henrique de. Relatório sobre o Estado das Alagoas em outubro de 1643. *Revista do Instituto Archeologico e Gegraphico Pernambucano*. Recife, agosto de 1887, nº 33, Typogrphia Universal, p. 161.
[81] MATTOS MOREIRA, José de Mendonça. As Matas das Alagoas: Providencias ácerca dellas e sua descripção. In: IHGB. *Revista Trimestral do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brasil.* Tomo XXII. Rio de Janeiro. Typ. Imparcial de J. M. Garcia, 1859, p. 348.
[82] LINDOSO, Dirceu. Op. cit., 2005, p. 78.
[83] Id.

larga escala, tem peixes em abundância e possui "terras mui boas" para pastos, plantação de diversos gêneros de primeira necessidade e canaviais[84]. As terras dos campos de Unhaú eram consideradas "[...] as melhores e mais belas pastagens do Brasil, e, como dissemos, estão presentemente desertas"[85].

Alagoas seria, então, apontada pelo projeto colonizador holandês como grande potencial econômico da mata sul pernambucana no período colonial, sobretudo pela abundância de suas águas e fertilidade de seu solo. Significa dizer que, pela exuberância de seus rios, mares e lagoas, seria possível desenvolver a pesca de exportação; já pelas suas boas terras, seria possível desenvolver a economia em três grandes eixos. Primeiro, para os pastos de gado. Segundo, para o suprimento de gêneros de primeira necessidade. Os dois primeiros para provisão de víveres tão necessários para um sistema colonial dominado pela monocultura da cana. E por último, para a agroindústria exportadora do açúcar.

Embora houvesse resistência dos "novos colonos" para aplicar o seu dinheiro na agricultura, Walbeeck e Moucheron apontavam essa indústria como solução para o problema do povoamento das Alagoas, onde os holandeses poderiam tirar bom proveito da plantação, criação de gado e da pesca[86]. Se, por um lado, parte considerável da região norte alagoana era coberta por matas incultas e não servia à criação de gado, por outro, suas terras eram muito mais apropriadas à plantação de diversos produtos agrícolas. Isso possibilitaria, inclusive, a diversificação da economia como alternativa da principal indústria das Alagoas, a agricultura da cana-de-açúcar.

Adriaen van der Dussen também confirma o desinteresse dos colonos holandeses em seu *Breve discurso sobre o estado das quatro capitanias conquistadas de Pernambuco*, de 1638. O autor fala da necessidade de se povoar o interior das matas, mas fala também das dificuldades encontradas pelos holandeses para tal empreendimento. Afirma ainda que, além do trabalho braçal não agradar aos holandeses do Brasil, é muito penoso trabalhar num ambiente tão hostil como o da mata; ou seja, nas palavras do próprio Van der Dussen, "Há de

[84] Era tão grande a produção de farinha que havia "uma grande navegação para exportação de víveres para o Recife". WLABEECK, Johannes Van; MOUCHERON, Henrique de. Op. cit., 1887, p. 164. Até hoje, a macaxeira (matéria-prima da farinha) e, consequentemente, a própria farinha, são alguns dos principais alimentos do povo nordestino, cantada em verso e prosa pelo cantor alagoano Djavan: "O cabra que não tem eira nem beira, lá no fundo do quintal tem um pé de macaxeira, a macaxeira é popular é macaxeira pr' ali, macaxeira pra cá, e em tudo que é farinhada a macaxeira tá. Você não sabe o que é farinha boa, farinha é que a mãe me manda lá de Alagoas". Djavan. Farinha. *Milagreiro*. Editora: Luanda Edições Musicais, 2001. Disponível em www.djavan.com.br/site/musica. Acessado em 13 out. 2015.

[85] WLABEECK, Johannes Van; MOUCHERON, Henrique de. Op. cit., 1887, p. 160-161.

[86] Ibid., p. 163-164.

ser muito penoso aos colonos abater com suas mãos tão grossas matas, limpar e cultivar a terra. O trabalho não agrada a maior parte dos holandeses do Brasil, que procuram manter-se com uma ocupação fácil"[87].

Com exceção dos engenhos de açúcar, van der Dussen não via muito futuro na produção agrícola do interior da capitania de Pernambuco, devido ao comportamento indolente do colono holandês enviado ao Brasil e das peculiaridades geográficas do meio, sobretudo da sua distância em relação ao mar. Mais do que povoar e cultivar a terra, os holandeses pensavam em colonizar o interior das matas como estratégia de defesa contra os "salteadores das matas" e os seus inimigos portugueses. No dizer de van der Dussen: "[...] seria este o único proveito a esperar, pois se estivéssemos essas guardas avançadas holandesas contra os bandidos e salteadores das matas, o inimigo não poderia vir tão encoberto ao campo nem atravessar a terra em parte alguma"[88]. Vê-se, então, que a colonização das matas alagoanas tinha importância tanto militar quanto econômica. Daí a criação do forte holandês em Porto Calvo.

A preocupação holandesa com o povoamento e a colonização das Alagoas dava-se em função do seu potencial econômico, com a produção de alimentos para o abastecimento interno e outros produtos para exportação. Para José Ferreira de Azevedo, a preocupação com o abastecimento interno "[...] decorria também do estado de penúria em que se encontravam as tropas neerlandesas no Brasil". O governador D. van Weerdenbuck, em 1631, já alertava para o perigo que poderia representar a precariedade de víveres para uma "tropa insatisfeita, mal alimentada e mal paga"[89]. O mesmo governador chamava atenção para o potencial agrícola da região antes de sua chegada: "Tal região, que foi possuída durante mais de 70 anos sem guerra nenhuma, tem sido cultivada, que, sem falar no vinho e no óleo, pode prover suficientemente às suas próprias necessidades"[90].

A produção diversificada de alimentos era uma realidade nas Alagoas do século XVII. Porém, a expansão canavieira impediu o avanço da policultura em pequenas propriedades,

---

[87] DUSSEN, Adriaen van der. Breve discurso sobre o Estado das quatro Capitanias conquistadas de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil (1638). Trad. de José Higino D. Pereira. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*. Recife, v. VI, n. 34, p. 139-196, dez. 1887, p. 167.

[88] Id.

[89] AZEVEDO, José Ferreira. Formação Socioeconômica de Alagoas, o Período Holandês (1630-1654): uma mudança de rumo. In: CAETANO, Felipe Pereira (Org.). *Alagoas Colonial*: construindo economias, tecendo redes de poder e fundando administrações (XVII-XVIII). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012, p. 33.

[90] DOCUMENTOS Holandeses. 1º vol., Rio de Janeiro, MEC/serv. De Documentação, 1945, p. 74, apud AZEVEDO, José Ferreira de. Op. cit., p. 34.

principalmente após a restauração portuguesa. Segundo José Ferreira de Azevedo, Alagoas poderia suprir a necessidade de abastecimento interno, criada pela ocupação holandesa e lusitana, e construir a alternativa de uma economia diversificada[91]. Contudo, afirma ainda Azevedo, "Os invasores não conseguiram, ou não acharam conveniente, alterar o sistema de produção açucareiro"[92]. Assim, o projeto de povoamento das Alagoas (proposto por Walbeeck e Moucheron) – que poderia alterar o sistema de produção monopolista do açúcar – não passou de um plano de boas intenções. Isso fica claro, também, no relatório de van der Dussen, quando este trata do interesse dos holandeses que se estabelecem no Brasil nessa época, visando à compra de engenhos para cultivar as terras e reconstruir a indústria do açúcar, o que, na sua visão, traria "grandes rendas" à Companhia das Índias Ocidentais[93].

O problema desse projeto colonizador holandês, que se estendeu também para o projeto colonizador português – além da falta de interesse dos colonos com a agricultura – foram as "fronteiras internas" criadas pela "gente do mato" (índios e negros do Quilombo dos Palmares), que "perseguiam" os proprietários de terra. Essa gente resistia à ocupação do seu território e de suas matas, desafiando a expansão do território luso-brasileiro para o interior das matas e sertões.

José Ferreira de Azevedo vê a ocupação do Nordeste brasileiro, e em especial de Alagoas, ditada pela plantação dos canaviais, que concentrou colonos brancos e escravos negros no litoral e zona da mata; e índios, no sertão, "[...] espalhando-se pelas regiões de pastoreio, principalmente ao longo dos rios e pela caatinga do semiárido"[94]. Desse modo, não é por acaso que os primeiros núcleos de povoamento de Alagoas se deram todos próximos ao litoral e aos rios, a exemplo de Porto Calvo, Madalena e Penedo.

Pero de Magalhães Gandavo já justificava os motivos desse movimento de ocupação pelas características da empresa colonial portuguesa: "Não há pela terra dentro povoações de portugueses por causa de índios [...] e também pelo socorro e tratos do Reino lhes é necessário estarem junto ao mar para terem comunicação de mercadorias. E por este respeito vivem todos junto da costa"[95]. Nesta perspectiva, havia duas barreiras para a ocupação do interior nordestino, a presença indígena e a própria ligação estreita dos portugueses com o mar, cuja

[91] AZEVEDO, José Ferreira. Op. cit., 2012, p. 31.
[92] Ibid., p. 36.
[93] DUSSEN, Adriaen van der. Op. cit., 1638, 1887, p. 169.
[94] Ibid., p. 25-26.
[95] GANDAVO, Pero de Magalhães. *História da Província Santa Cruz e Tratado da Terra do Brasil*. Int. Capistrano de Abreu. São Paulo: Obelisco, 1964, p. 73.

facilidade de comunicação e comércio com o mundo Atlântico possibilitava o domínio lusitano da costa.

A tese de Juliana Alves de Andrade corrobora com a crítica de José Ferreira de Azevedo ao domínio da cana-de-açúcar no processo de colonização das Alagoas; entretanto, Andrade afirma que este termina caindo nas armadilhas da historiografia local, ao reproduzir o "mito da formação territorial alagoana", inclusive para o espaço da região da mata. Isso significa dizer que, para uma determina tradição historiográfica alagoana, "Alagoas é uma dádiva do açúcar" [96]. Esse modelo estaria atrelado ao modo de ver a "colonização da periferia brasileira como dependente da agregação contínua de novos espaços". Desse modo, o povoamento de Alagoas seria uma consequência da expansão territorial linear da colonização portuguesa na América, que teve como ponto de partida Pernambuco[97].

2.2 Fronteiras de resistência: as matas de Palmares e os índios da mata norte de Alagoas

> Folga nêgo, branco não vem cá,
> Se vié, pau há de levá.
> Folga nêgo, branco não vem cá,
> Se vié, o diabo há de levá.
> Folga, parente
> Caboclo não é gente[98].

Segundo Abelardo Duarte, esta música faz parte do folguedo popular *Quilombo*, cuja temática seria uma "sobrevivência histórica"[99] da guerra dos Palmares. Ou seja, esse auto ou dança dramática dos quilombos resume-se numa luta simulada entre negros quilombolas e caboclos, "simbolizando os seus perseguidores índios, pela posse da Rainha dos Negros, uma moça branca que foi raptada, conforme a lenda existente, filha de um senhor de engenho"[100]. Neste trecho, fica evidente a participação branca e indígena na luta contra o Quilombo dos Palmares. Outro aspecto importante destacado pela música é a presença da madeira (o pau) na resistência quilombola: com ela se fabricava as cabanas e mocambos, as paliçadas, lanças, flechas, além de outras armas de guerra que protegiam o quilombo. Era o "pau" que o branco

[96] ANDRADE, Juliana Alves de. *Gente do Vale*: experiências camponesas no interior da província das Alagoas (1870-1890). Recife, 2014. Tese (doutorado em História). Universidade Federal de Pernambuco, p. 48.
[97] Id.
[98] Trecho de um documento de 1864, tirado de um folguedo popular, tipicamente alagoano, chamado Quilombo, que faz alusão à guerra dos Palmares. DUARTE, Abelardo. *Folclore Negro das Alagoas*: áreas da cana-de açúcar – pesquisa e interpretação. Maceió: EDUFAL, 2010, P. 345.
[99] No contexto tratado por Abelardo Duarte, "sobrevivência histórica" pode ser traduzida como força da cultura quilombola e não como sobrevivência de um traço cultural pretérito e primitivo.
[100] DUARTE, Abelardo. 2010, p. 346.

e o índio "há de levar", se no quilombo chegar. Ou seja, era a fronteira de resistência quilombola contra a expansão da empresa colonial portuguesa. Este conflito se intensifica a partir da restauração pernambucana, quando os portugueses penetram os sertões em busca de terra e riqueza.

Tomando como base de sua análise a ideia de "fronteiras internas", de Márcio Roberto Alves dos Santos, Juliana de Andrade mostra que o povoamento do espaço alagoano não foi uma extensão contínua da colonização de Pernambuco, pois existiam obstáculos físicos e sociais que precisam ser considerados[101]. Ou seja, são as fronteiras internas criadas pelo meio e pelos grupos sociais indígenas e negros que resistiam ao domínio dos grupos sociais luso-brasileiros. Este foi o caso, por exemplo, das fronteiras internas da mata norte alagoana, criadas por índios e quilombolas dos Palmares na defesa do seu território frente ao avanço da expansão lusitana no interior.

Márcio Roberto Alves dos Santos defende a tese de que as fronteiras internas foram obstáculos ao avanço da ocupação luso-brasileira no interior do território colonial lusitano. Destarte, as fronteiras internas podem ser entendidas como resistência de grupos sociais indígenas e negros – sobretudo, Tapuias e palmarinos – à expansão territorial de grupos luso-brasileiros. Na definição do próprio Santos:

> As fronteiras internas estão relacionadas às resistências, no interior da América portuguesa, ao avanço da ocupação luso-brasileira. Não estão ligadas, portanto, à disputa por áreas de soberania portuguesa e espanhola na América, mas a conflitos que se dão no interior do próprio território colonial lusitano, travados entre grupos luso-brasileiros e grupos indígenas, principalmente *tapuias*[102].

Para efeito do nosso estudo sobre o processo de ocupação da região norte de Alagoas, entendemos que essas fronteiras internas não são apenas delimitações geográficas de um espaço em conflito; elas são, principalmente, um campo de resistência política e cultural daqueles que lutaram, no interior das matas, contra o avanço da empresa colonial portuguesa, reagindo, portanto, à expansão das fronteiras da Coroa portuguesa.

Em outras palavras, consideramos que essas fronteiras internas ou "fronteiras de resistência" (como preferimos chamar) permaneceram, apesar do avanço lusitano no interior do território colonial e imperial. No caso da região norte de Alagoas e sul de Pernambuco, isso pode ser verificado com a continuidade da resistência quilombola e indígena nas matas,

[101] DUARTE, Abelardo. 2010, p. 346.
[102] SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. Op. cit., 2010, p. 23.

final do século XVIII e durante o século XIX. Em Pernambuco, por exemplo, tivemos o Quilombo do Catucá, próximo às cidades de Recife e Olinda, que preocupou as autoridades durante a década de 1820[103]. Já nas fronteiras entre Alagoas e Pernambuco, tivemos o povoado Riacho do Mato, criado pelo líder cabano Vicente Ferreira de Paula, que depois se transformaria em aldeia tendo como líder Manoel Valentim dos Santos, congregando índios, negros papa-méis, pardos e pobres das duas províncias que, após o fim da Guerra dos Cabanos, resistiram ao avanço do processo civilizatório das matas, principalmente ao avanço das colônias militares de Pimenteiras e Leopoldina, na segunda metade do Oitocentos. São fronteiras de resistência que desafiavam o domínio colonial e imperial.

A tese das "fronteiras internas", de Márcio Roberto Alves dos Santos, é fundamental como uma das alternativas à matriz analítica da formação territorial brasileira, a partir da qual compreende a colonização como dilatação das fronteiras, a expansão geográfica como processo que define o contorno ideal do Brasil e a noção de território contínuo. Isso significa dizer que o Brasil seria resultado do avanço contínuo e integrador da colonização lusitana. Porém, Santos chama atenção para as contradições dessa matriz de pensamento:

> Como falar em 'consolidação do domínio lusitano' num período [século XVII] em que se assiste aos mais rigorosos ataques Tapuias contra a soberania lusitana, chegando ao coração da América portuguesa no Recôncavo Baiano, à tenaz resistência de Palmares, que duraria até os últimos anos do século, à derrota dos paulistas na província missioneira do sul, em 1641, batidos pelos índios aldeados armados pelos jesuítas espanhóis?[104]

A crítica de Santos ao avanço contínuo da expansão lusitana na América nos leva a relativizar sobre o movimento de centro para periferia, de baixo para cima e do velho mundo para novo mundo, mostrando que os nativos, negros e outras gentes da terra resistiram a esse movimento, criando as fronteiras internas no interior da América portuguesa. Desse modo, mais do que povos colonizados, eles foram atores históricos do processo de interiorização do Brasil, criando quilombos, mucambos, aldeias, cabanas, povoações.

Neste ponto, consideramos importante fazermos um paralelo entre o conceito de fronteiras internas criado por Márcio Roberto Alves dos Santos e os conceitos de "espaço liso" e "espaço estriado" criados por Gilles Deleuze e Félix Guattari. Para estes autores, é

---

[103] CARVALHO, Marcus Joaquim. João Pataca e a sua "quadrilha mais mansa" do Quilombo do Catucá. In: SOUZA, Laura de Mello; FURTADO, Junia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 446.
[104] SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. Op. cit. 2010, p. 22.

preciso relativizar a hegemonia do Ocidente e o seu movimento de expansão do centro para a periferia. Na visão de Deleuze e Guattari, o espaço estriado é aquele ordenado pelo Estado, enquanto o liso é aquele no qual as grandes divisões inexistem ou foram derrubadas em função do movimento do espaço estriado.

> Uma das razões da hegemonia do Ocidente foi a capacidade que tiveram seus aparelhos de estado de estriar o mar, conjugando as técnicas do Norte e as do Mediterrâneo e anexando o Atlântico. Mas eis que esse empreendimento desemboca no resultado mais inesperado: a multiplicação dos movimentos relativos, a intensificação das velocidades relativas do espaço estriado, acaba reconstituindo um espaço liso ou um movimento absoluto[105].

Traduzindo a dinâmica desses espaços para a ideia de fronteiras internas, podemos dizer que o processo de ocupação da América portuguesa – quando esse espaço foi estriado pelo Estado português – provocou, no interior do território colonial, o surgimento de uma variedade de grupos e movimentos sociais que, no nosso entender, reagiram ao avanço dos grupos luso-brasileiros. Embora Santos não discuta tais conceitos, é possível admitir a dinâmica dos espaços estriado e liso na sua tese sobre as fronteiras internas.

O problema da tese de Santos é que ele delimita o espaço/tempo de existência das fronteiras internas, o interior do nordeste do século XVI ao XVII. Para nós, essas fronteiras vão mais além, elas não acabam com a restauração portuguesa ou com o fim do quilombo dos Palmares, pois outras fronteiras foram criadas ao longo da história, em locais e momentos específicos. É, por isso, que ao invés de fronteiras internas, preferimos chamar de "fronteiras de resistência", criadas por grupos ou movimentos populares que se identificaram politicamente na luta contra o domínio da elite colonial e imperial. A reestruturação portuguesa derruba algumas fronteiras de resistência, mas outras continuam existindo.

De acordo com Pedro Puntoni, após a expulsão dos holandeses, em 1654, a economia do açúcar no Brasil entrou em forte crise. Já para Stuart Schwartz, comentado por Puntoni, a atividade produtiva foi prejudicada tanto por fatores internos – "epidemias, secas e outras calamidades" – quanto por fatores externos, tais como a crescente concorrência no mercado mundial do açúcar, com a ascensão da produção antilhana, a partir de 1680, além do aumento do preço dos escravos. Neste sentido, afirma Schwartz, "[...] a Coroa procurava uma alternativa para repor as perdas no trato colonial". Foi assim que "Expedições ao interior, antes até desencorajadas, passaram agora a receber apoio e mesmo a ser agenciadas pelo

[105] DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. *Mil Platôs*: Capitalismo e esquizofrenia. V. 5. São Paulo: Editora 34, 1997, p. 61.

governo-geral"[106]. Desse modo, segundo Puntoni, maximizava-se a penetração aos sertões, aumentando o conflito dos índios do sertão com os criadores de gado, como resistência ao avanço dos pastos, que ficou conhecido como Guerra dos Bárbaros[107].

Na visão de Evaldo Cabral de Mello, o período da restauração pernambucana (1654-1710), foi de crise econômica e luta pelo poder na capitania de Pernambuco. A indústria do açúcar estava arruinada, violência e criminalidade estavam fora do controle das autoridades, "fomentadas pelo exército numeroso em tempo de paz, pelo crescimento assustador dos quilombos" e pelas querelas entre os antigos e novos senhores de engenho[108]. Nas palavras do próprio Cabral de Mello, "a restauração tornou-se assim a bandeira de todas as reivindicações"[109]. Era um estado de terra arrasada pela guerra, onde a Coroa e as elites precisavam encontrar uma alternativa e a interiorização da colônia parecia ser a solução mais viável.

> Havia um excedente de homens e mulheres livres, que não tinham onde se empregar, engrossando as fileiras dos desocupados e marginais, indesejáveis pelo governo pernambucano; o Quilombo dos Palmares e os conflitos com as comunidades indígenas; e a falência dos senhores de engenho[110].

Que fazer diante desse quadro? A solução encontrada pela restauração portuguesa foi a expansão das fronteiras coloniais para os sertões, em busca de novas terras e títulos. O problema estava nas fronteiras de resistência criadas no interior da América portuguesa. O Quilombo dos Palmares e os indígenas (principalmente os Tapuias) eram os maiores desafios do império português no processo de ocupação dos sertões (compreendendo também as matas incultas, não conquistadas).

O grande movimento de expansão da civilização luso-brasileira foi a conquista do território indígena e do Quilombo dos Palmares, embora à custa de muita resistência. Os genocídios dos Caeté e dos Palmares significaram a liberação do litoral e das matas para a consolidação da empresa colonial e para formação da sociedade senhorial das Alagoas. Os colonizadores sabiam que depois do litoral a conquista das matas norte era condição

---

[106] PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros*: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2002, p. 25.
[107] Ibid., p. 44.
[108] MELLO. Evaldo Cabral de. *Rubro Veio*: o imaginário da restauração pernambucana. 3ª ed. São Paulo: Alameda, 2008, p. 151.
[109] Ibid., p. 152.
[110] ANDRADE, Juliana Alves de. 2014, p. 54.

fundamental para a reorganização econômica da América portuguesa. Assim, entendemos que a conquista dos Palmares não seria possível sem o genocídio Caeté[111].

Consideramos desnecessário tratar da resistência Caeté pelo fato de que ela se dá no espaço/tempo fora do objetivo traçado pelo nosso trabalho, ou seja, o espaço da costa alagoana no século XVI, além de já existir uma vasta literatura sobre o tema. Mas consideramos importante uma pequena digressão, de modo bastante sucinto, daquilo que a historiografia oficial chamou de "antropofagia" Caeté – que resultou na morte do bispo D. Pero Fernandes Sardinha – como ponto de partida para compreendermos a expansão colonial no interior da América portuguesa. Este episódio está carregado de mistérios, controvérsias e simbolismos, até hoje não resolvido pela historiografia. Para nós, basta saber que ele era o maior representante da Igreja Católica estabelecido na colônia. Sua morte simbolizava a morte da razão colonial[112]. Quando os Caeté devoraram o bispo, eles estavam devorando a lógica do poder. A resposta do poder foi a "vingança", que dizimou a população indígena para a entrada do açúcar. No dizer de Cid Teixeira, "a cana de açúcar é implantada em cima de centenas de cadáveres de tribos de índios"[113].

A empresa colonial já havia dominado a parte norte de Pernambuco (Olinda e Recife), mas a parte sul (Alagoas) continuava sendo um desafio para o desenvolvimento da economia do açúcar e para o domínio territorial da colônia. Para a economia do açúcar chegar ao sul ela precisava acabar com o Caeté.

Segundo Almeida, não existia uma etnia Caeté, pois o significado desta palavra era "gente do mato"; mas o fato é que existia uma resistência indígena[114]. Então, era preciso acabar com essa resistência para que o açúcar se expandisse. É quando se dá a liberação do território indígena para a expansão colonial em Alagoas[115]. A demonização do Caeté era uma imagem que justificava as duas razões coloniais: a razão religiosa, da "guerra justa", e a razão econômica, da conquista das terras indígenas para montagem da empresa colonial. Entretanto, depois de vencida a fronteira de resistência Caeté, havia outro obstáculo, as matas

---

[111] Segundo Manuel Diégues Júnior, apenas a partir da segunda metade do século XVI, quando se dá a caçada aos caetés, por Jerônimo de Albuquerque, "é que começam as explorações desta região". Antes disso o território das Alagoas era praticamente desconhecido. Ver DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *O Banguê nas Alagoas*: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. Maceió: EDUFAL, 2012, p. 49.

[112] ALMEIDA, Luiz Sávio de. O Ouvidor Batalha. *Jornal Esse*. Maceió, 16 de setembro de 2007, p. 3.

[113] TEIXEIRA, Cid. *A História Brasileira da Infâmia* – Parte I. Direção: Werner Salles Bagetti, Produção: DOC TV – Ministério da Cultura, Brasil, Núcleo Zero, Staff, IZP e Tv Cultura, 2005, 1 DVD.

[114] Id.

[115] ALMEIDA, Luiz Sávio de. 2007, p. 3.

quilombolas dos Palmares. Para Almeida, a liberação das matas era matéria estratégica para consolidação política e econômica da grande propriedade açucareira[116].

A Geografia Alagoana, de Thomaz Espíndola, publicada em 1871, reproduz a mesma lógica discursiva de mercantilização do espaço caeté: ocupar, integrar e desenvolver o território para a indústria e o comércio[117]. Sua *Geografia Alagoana* se divide em física, política e histórica – mas tudo integra o sistema da economia política do local. Nesse sistema, o índio (ou qualquer gente das matas) só poderia existir como sujeito de um tempo primitivo, pois como sujeito do presente seria obstáculo ao progresso econômico e ao poder de mando senhorial.

Thomaz Espíndola reconhece a presença indígena nas terras das Alagoas. Ele fala dos *Caetés* do litoral, dos *Pitiguarés* em Porto Calvo, *Abacatiares* nas ilhas do São Francisco, além dos *Aconãs*, *Coriris*, *Caropotós* e *Cairiris,* que habitavam as proximidades desse mesmo rio[118]. Era a raiz alagoana, mas uma raiz selvagem, feroz e canibal, que deveria ser superada pelos "homens bons" da civilização:

> Este território era então habitado pelos índios *caetés* – no litoral –, pelos *pitiguarés*, em Porto calvo até o cabo de Santo Agostinho, (principalmente) tribos selvagens, ferozes e antropófagas, pelos *abacatiares* – nas ilhas do São Francisco, aconãs, coriris, coropatis; descendentes dos *tupinambás*, e *cairiris*, nas proximidades desse rio, os quais depois foram aldeados pelos jesuítas no Colégio, *caropotós*, descendentes dos *cairiris* [...] *Xucurus* – na Palmeira[119].

Segundo Espíndola, quando o 2º donatário Duarte Coêlho de Albuquerque chega à capitania, "Já não havia mais índios a combater; mas teve de lutar com outros inimigos mais temíveis"[120]. Além das invasões francesas e holandesas, o Quilombo dos Palmares foi um poderoso obstáculo ao domínio português, pois habitavam um espaço estratégico para os domínios econômicos e bélicos da Coroa, a mata com toda sua biodiversidade. Os negros quilombolas não poderiam fazer parte da sociedade colonial – não podiam ser raiz das Alagoas –, pois eram escravos, negros fugidos, pardos, mestiços e ladrões – ameaça diuturna ao poder de mando local, contra os quais, segundo Espíndola, "os nossos e os portugueses"

---

[116] ALMEIDA, Luiz Sávio de. 2007, p. 3.
[117] ESPÍNDOLA, Thomaz. *A Geografia Alagoana* – ou Descrição física, política e histórica da Província das Alagoas. Maceió: Catavento, 2001.
[118] Id., p. 191.
[119] Ibid., p. 191-192.
[120] Ibid., p. 195.

tiveram que lutar e bater[121]. Os "nossos" eram os "homens bons" ou os homens nobres da Província, jamais poderiam ser índios e negros.

Dirceu Lindoso afirma que depois da conquista das terras dos Tapuias para as fazendas de gado no sertão[122], a destruição do Quilombo dos Palmares seria o grande desafio para a colonização da mata sul de Pernambuco pelo Estado Colonial[123]. Era em torno de 25 a 30 mil quilombolas que ocupavam as terras mais ricas do sul de Pernambuco, matas úmidas da cabeceira de Porto Calvo, da Alagoas do Norte, da Alagoas do Sul, Quipapá, Cacaú e Sirinhaém.

O espaço quilombola muda com o tempo. O quilombo do século XVI não era o mesmo quilombo do século XVII ou XVIII. Segundo Manoel Correia de Andrade, o quilombo dos primeiros tempos coloniais era isolado, devido ao país ser ainda quase despovoado e ao desconhecimento do território pelos invasores, além da falta de estradas, o que aumentava as distâncias e dificultava a comunicação[124]. Porém, ainda segundo Andrade, a partir dos séculos XVIII e, principalmente, XIX ocorrem mudanças significativas nas áreas quilombolas, pois grande parte do território brasileiro já era conhecido, "[...] face a penetração dos criadores de gado, dos preadores de índios e dos mineradores, fazendo com que os quilombos [e indígenas] se adentrassem mais ainda no sertão, no interior"[125].

Os rebeldes quilombolas faziam da floresta sua grande aliada na guerra de guerrilha e nas estratégias de sobrevivência. Dos recursos florestais surgiam os mocambos – habitações construídas com folhas e galhos de árvores para serem destruídas e reconstruídas, conforme exigia a guerra contra os invasores – e sua fonte de alimento, através de roças, caça e pesca[126]. Dentre os produtos florestais mais consumidos pelos quilombolas dos Palmares destacava-se o mel silvestre, daí se tornarem conhecidos como negros "papa-méis". Estes, segundo Lindoso, viviam em arraiais das matas sul de Pernambuco, nas "antigas comunidades

---

[121] ESPÍNDOLA, Thomaz. Op. cit., 2001, p. 201-202.
[122] A tese não implica a eliminação completa dos índios sertanejos, pois, segundo Pedro Puntoni, o índio era uma peça fundamental na estratégia de povoamento e *domínio colonial*, na medida em que ele conhecia, melhor do que ninguém, o território e poderia ser um importante soldado nas guerras contra as tribos inimigas e contra os invasores europeus. PUNTONI, Pedro. Op. Cit., 2002, p. 46.
[123] LINDOSO, Dirceu. *A Razão Quilombola*: estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica. Maceió: EDUFAL, 2011, p. 45.
[124] ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia do Quilombo. In: MOURA, Clóvis (Org.). *Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil*. Maceió: EUFAL, 2001, p. 77.
[125] Id.
[126] Ibid., p. 82.

mucambeiras da Alagoa do Norte e da Alagoa do Sul", constituindo-se um povo com um mínimo de organização política[127].

Na visão de Márcio Roberto Alves dos Santos, esses condicionantes naturais – ou seja, essa dinâmica ecológica – teriam sido fundamentais para a não penetração lusitana no interior das matas. Os perigos para os colonizadores e exploradores eram de toda ordem: serras íngremes e fragosas; matas incultas, habitadas por animais perigosos, como a onça, a cobra; rios caudalosos ou de águas pestilentas; além das pragas e insetos daninhos, como o morcego, o mosquito, a formiga, a barata, o cupim, o carrapato, a pulga, além doenças e males do corpo, como a malária, a disenteria, o cólera, as verminoses; e, principalmente, os grupos indígenas e quilombolas que ocupavam o interior da colônia e se defendiam destemidamente dos invasores luso-brasileiros[128].

As condições ambientais das serras e florestas quilombolas favoreciam a sua tática de guerrilha. O relevo tinha uma posição estratégica fundamental nas batalhas; eles serviam como pontos de observação panorâmica da área, permitindo identificar "o inimigo a grande distância, a tempo de se prepararem para a luta". A floresta era fonte de alimento e de materiais estratégicos à sobrevivência e defesa dos quilombos. Na visão de Manuel Correia, a proximidade de rios e riachos era fundamental, sobretudo daqueles não-navegáveis, que impediam as embarcações dos invasores e facilitava o uso das águas pelos quilombolas[129].

Daí a resistência por tantos anos do Quilombo dos Palmares e das dificuldades enfrentadas pelos colonizadores para derrotá-lo. As condições geográficas das matas e serras dos Palmares faziam do quilombo uma grande fortaleza militar, capaz de abrigar um poderoso exército em potencial: de negros fugidos e libertos, índios, mestiços, brancos pobres, entre outros habitantes das matas. Uma resistência que só foi vencida depois de inúmeras batalhas e contra uma tecnologia bélica muito superior a dos quilombolas.

Antonio Carlos Robert Moraes chama atenção para o fato de que, após a conquista dos Palmares, nos finais do século XVII, a *formação territorial* brasileira estava caracterizada. Os movimentos de bandeiras e outros acontecimentos políticos haviam moldado uma *soberania lusitana*. Nessa integração, aparecerão os sertões com a pecuária e as

[127] LINDOSO, Dirceu, 2011, p. 45.
[128] SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. Op. cit., 2010, p. 89.
[129] ANDRADE, Manuel Correia de. 2001, p. 83.

matas com o açúcar. Mas, adverte Moraes, isso não significa dizer que estava garantido o domínio total do espaço.

> Enfim, a conformação básica do futuro território brasileiro estava posta, o que não significa que estivesse consolidado o domínio de todo o espaço que o compõe, como parecem supor as visões teleológicas desse processo. O que se consolidava no final do Seiscentos era o controle pleno de uma superfície já considerável, composta de núcleos de ocupação[130].

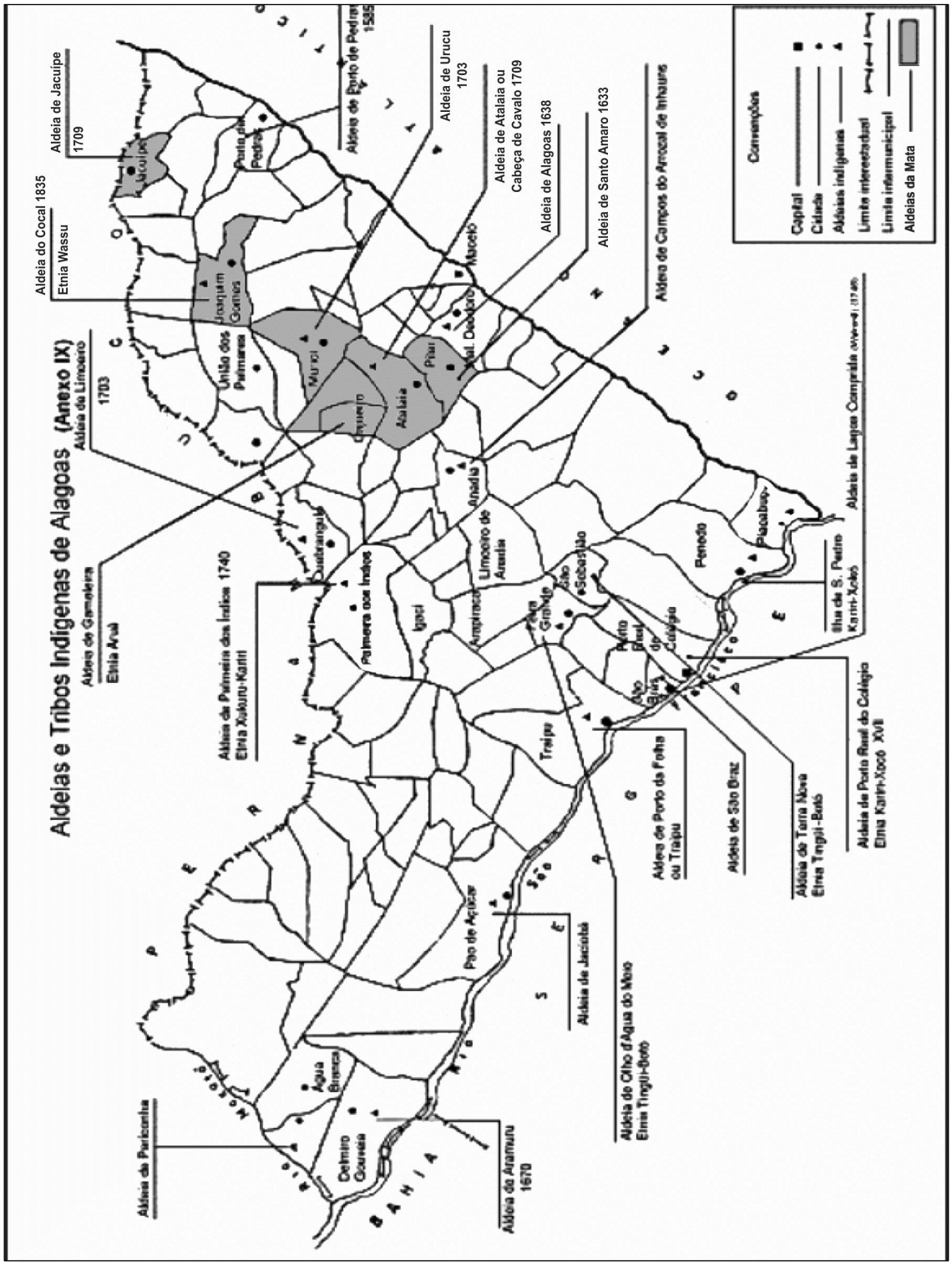
Ao tratarem do povoamento da mata, alguns historiadores destacam o Quilombo dos Palmares como principal obstáculo e o último a ser superado para a interiorização da América portuguesa nas matas alagoanas e pernambucanas. Nesta perspectiva, os índios, pertencentes ou não ao terço paulista de Domingos Jorge Velho, serviram apenas para consolidar o domínio senhorial sobre as terras palmarinas. É verdade que esses índios fizeram parte do exército bandeirante e ajudaram a derrubar o quilombo; porém, não demorou muito para que eles também se transformassem em uma barreira ao avanço da expansão agrícola da grande indústria do açúcar e do projeto civilizador do Estado colonial e imperial. Para compreendermos melhor essa resistência, é preciso entender a história dessas etnias.

As Falas e Relatórios dos Presidentes da Província das Alagoas, no século XIX, constituem documentos importantíssimos para compreendermos o processo de conquista das matas alagoanas e o papel dos índios nesse contexto. Tais documentos revelam a existência das aldeias indígenas em todas as regiões da província, sobretudo na região da mata, pelo menos até a década de 1870. São as de Jacuípe, Cocal, Urucu, Atalaia, Santo Amaro, Limoeiro, Palmeira dos Índios e Porto Real do Colégio. Destas, apenas as três últimas não se localizavam nas matas norte de Alagoas, conforme pode ser visto no mapa 1. Entretanto, para as autoridades, esses índios não eram de Alagoas, eram índios de fora, vindos de São Paulo e Sergipe, que se juntaram ao terço paulista de Domingos Jorge Velho para a destruição dos Quilombos dos Palmares.

---

[130] MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da Formação Territorial do Brasil:* o território colonial brasileiro no "longo" século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000, p. 402-403.

Mapa 1 - Aldeias indígenas de Alagoas – séculos XVII e XVIII



Fonte: ANTUNES, Clóvis. *Índios de Alagoas*: documentário. Maceió: Imprensa Universitária, 1984, p. 44a. Intervenção gráfica Carlos Fabiano Costa Barros.

Segundo o relatório do bacharel Manoel Lourenço da Silveira, feito a pedido do presidente da província das Alagoas, Antônio Alves de Souza Carvalho, e atendendo ao aviso circular do Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, de 28 de

agosto de 1862, as aldeias das matas foram formadas a partir das cartas régias do final do século XVII e início do XVIII. Embora o bacharel não saiba precisar uma data específica, presume-se que a fundação do aldeamento de Jacuípe foi em 1707, quando foram criados os arraiais de N. S. de Brotas e de S. Caetano de Jacuípe ou arraial dos Palmares do distrito de Porto Calvo[131]; já os aldeamentos de Urucu, Limoeiro e Santo Amaro, presume-se que surgiram do pós-guerra e extinção do Quilombo dos Palmares, no ano de 1703.

No que diz respeito especificamente ao aldeamento Urucu, foi criado pela carta régia de 18 de outubro de 1672, na qual El-Rei ordenou ao capitão general da capitania de Pernambuco, Fernando de Souza Coutinho, que fizesse guerra de extermínio contra os negros de Palmares, para que, restauradas as terras ocupadas pelos palmarinos, fossem estas repartidas pelos restauradores[132]. Em consequência dessa ordem, o governador mandou logo destacar tropas a mando do mestre de campo do regimento paulista, Domingos Jorge Velho. Assim, "Reunidos, e a mando deste mestre de campo estiveram os índios que ajudaram a conquista com exemplar constância e esforçado empenho"[133].

O aldeamento do Cocal foi o único da região da mata cuja origem histórica não está ligada à extinção dos Palmares, pois, segundo Abelardo Duarte, embora não saibamos a data precisa de sua fundação, sabemos que ele foi resultado da fusão dos índios de Jacuípe com os de Barreiros (Pernambuco), após a Guerra dos Cabanos[134]. Com o fim dos aldeamentos decretado oficialmente em 1872, os indígenas do Cocal passaram a ser os únicos sobreviventes dessa região, porquanto todas os outros foram considerados extintos e desapareceram da escrita oficial e da sociedade alagoana.

Os índios que aparecem em destaque nesses registros tendem a ser vistos como Cariri, mas não são Cariri nossos: são migrantes. Isto aparece no quadro elaborado pelo mesmo bacharel:

---

[131] DUARTE, Abelardo. Tribos, Aldeias & Missões de Índios nas Alagoas: considerações sobre o contingente indígena e sistematização dos seus grupos históricos e sobreviventes. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*, vol. XXVIII, 1968, p. 127.

[132] Registrada na tesouraria da fazenda de Pernambuco no livro 6º (não consta o número). Cf.. DUARTE, Abelardo. 1968, p. 129.

[133] Relatório apresentado por Manoel Lourenço da Silveira ao presidente da província Antônio Alves de Souza Carvalho, em 15 de junho de 1862. In: ALMEIDA, Luís Sávio de. *Os Índios nas Fallas e Relatórios Provinciais de Alagoas*. Maceió: Edufal, 1999, p. 50.

[134] DUARTE, Abelardo. 1968, p. 127.

Quadro 1 - Quadro indicativo das tribos e números de almas de cada aldeia

ALDEIAS	Nº DE ALMAS	TRIBOS
Jacuípe	367	**Cariris e Xucurus**
Cocal	276	**Cariris e Xucurus**
Urucu	467	**Cariris e Xucurus**
Limoeiro	263	**Cariris e Xucurus**
Santo Amaro	735	**Cariris e Xucurus**
Atalaia	778	**Cariris e Xucurus**
Palmeira dos Índios	396	**Cariris e Xucurus**
Colégio ou Porto Real	193	**Carapotós, Cariris e Acunans**
Soma	**3.175**	

Fonte: ALMEIDA, Luís Sávio de. 1999, p. 51.

Diante desse quadro, vemos que não existe qualquer referência aos índios de Alagoas. É como se eles tivessem sucumbido ao poder das armas brancas – ao "progresso" da civilização e à escrita da história. Mas isso não é por acaso, pois quem fala e escreve não é a gente marginalizada. A fala é de quem manda e a escrita é de quem representa a sociedade senhorial, a qual só poderia alcançar a perfeição se fosse branca e civilizada, sem os índios "selvagens" das matas e os negros "salteadores" dos quilombos. Isto fica evidente no comentário do bacharel Manoel da Silveira:

> Deste quadro resulta que as tribos das aldeias são da maior parte oriundas dos cariris, os quais vieram da província de São Paulo para a referida conquista dos Palmares; alguns destes pela extinção do grande quilombo se foram dispersando e agrupando as diversas aldeias; pelos que se encontram os Cariris em todas; há na de Porto Real ou Colégio também em pequeno número Capotós e Acunans provenientes da província de Sergipe; os Xucurus são emigrados da província de Pernambuco. [135]

[135] Relatório apresentado por Manoel Lourenço da Silveira. In: ALMEIDA, Luís Sávio de. 1999, p. 51.

O bacharel fala da existência de índios em Alagoas e seus aldeamentos, mas se limita ao ano de seu relatório, 1862, deixando de lado a presença indígena antes desse período[136]. Em *Tribos, Aldeias & Missões de Índios nas Alagoas*, Abelardo Duarte nos revela a origem de outras etnias que se formaram ao longo do rio São Francisco, nas matas e sertão. Nas margens do São Francisco tivemos a aldeia da Lagoa Cumprida, aldeia de Aramuru, aldeia de Jaciobá (ou Joseaba), aldeia de Porto da Folha (ou de São Pedro), aldeia de São Braz e aldeia da Serra do Comunaty. Entre o agreste e sertão tivemos, além da aldeia de Porto Real do Colégio, a aldeia de Campos do Arrozal de Inhauns[137].

Já nas matas dos antigos palmarinos – espaço do nosso estudo, e que pode ser verificado no mapa 1 – tivemos a aldeia de Atalaia ou Cabeça de Cavalo, criada pela carta régia de 12 de março de 1807 e estabelecida como missão dos índios e Tapuias pelas cartas régias de 1º de abril de 1809 e 17 de junho do mesmo ano; a aldeia de Porto de Pedras (antiga missão dos franciscanos); e aldeia Gameleira, localizada no "distrito do Palmar" ou Arraial do Palmar[138]. Segundo Lindoso, foi o arraial do mestre de campo Domingos Jorge Velho que se chamava inicialmente Nossa senhora da Vitória, nome que foi mantido com a criação da aldeia. "Depois mudou para Vila Nova do Arraial do Palmar, e depois passou a chamar-se Real Vila de Atalaia"[139].

Dirceu Lindoso mostra-nos uma documentação bastante instigante sobre o processo de povoamento das matas no início do século XVIII. Trata-se da carta-testemunho do padre Miguel de Carvalho sobre as aldeias de Atalaia e Jacuípe, as quais visitou no ano de 1700:

> No palmar há duas missões, uma de São Caetano que realmente nem é missão, nem se chama palmar, porque está seis léguas da Vila de Porto Calvo situada entre engenhos e moradores brancos em terra fértil, e abundante, que para vivenda escolheu um sargento mor dos paulistas chamado Christovão de Mendonça, que ao depois da vitória dos Palmares, desceu do mato com alguns soldados, e moradores circunvizinhos fazem porção ordinária ao seu missionário, que junta às benesses de suas ordens (que naquela parte são bons) fica vivendo com cômodo e conveniência. Outra missão verdadeiramente do palmar está situada no outeiro do Barriga, no lugar em que se deu a Batalha, entre os vastíssimos sertões em que se ocultavam os pretos no tempo que nos faziam guerra, em o qual ficou vivendo o mestre de campo Domingos Jorge Velho com o seu regimento de

[136] Segundo Manuel Diégues Júnior, na bandeira de Jerônimo de Albuquerque, no século XVII, ainda existia na região norte de Alagoas os índios Potiguares, que se não foram destruídos, foram forçados a se afastar da área de ocupação dos paulistas. DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *O Banguê nas Alagoas*: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. Maceió: EDUFAL, 2012, p. 86.
[137] DUARTE, Abelardo. 1968, p. 126-128.
[138] Ibid., p. 126-127.
[139] LINDOSO, Dirceu. 2005, p. 157.

> brancos, e índios, e nele tem a capela com missionário que lhe assiste violentado da obediência do Bispo, porque sobre não ser conveniência, é trabalhosa, e perigosa a sua missão[140].

Na distribuição das terras dos Palmares, os bandeirantes paulistas ficaram com as maiores e as melhores. As aldeias ficaram espremidas pelos engenhos e pelas sociedades circunvizinhas, dominadas pelos senhores de terra da região. Jacuípe e Atalaia são representações disso, segundo a carta do padre Miguel de Carvalho. A primeira surgiu e se desenvolveu entre engenhos e moradores brancos; possuía terras férteis e abundantes, mas foi escolhida também pelo sargento mor dos paulistas Christovão de Mendonça como habitação. Já a segunda, estava situada no centro das matas palmarinas, no "outeiro do Barriga" (hoje, Serra da Barriga), no qual ficou vivendo Domingos Jorge Velho com brancos e índios. Essas aldeias se formaram na heterogeneidade e na tensão dos diversos grupos que participaram da queda dos Palmares: engenhos, bandeirantes paulistas, moradores do entorno, brancos e os próprios índios[141].

O povoamento da mata norte foi, então, uma consequência da conquista das terras dos Palmares pelo terço do paulista Domingos Jorge Velho, composto por diversas tropas indígenas vindas de São Paulo, Sergipe, Pernambuco e Alagoas. Entretanto, saíram os negros quilombolas e entraram os índios com a sua fronteira de resistência nas matas dos antigos Palmares. Embora tenham sido aliados dos bandeirantes paulistas e do senhorial alagoano na derrubada do quilombo, esses índios se transformaram em problema para a consolidação do poder político e econômico nacional e local, sobretudo a partir do início do século XIX, quando passaram a se organizar em movimentos sociais, seja para lutar por seus próprios interesses ou de seus aliados; além do fato de ocuparem parte considerável das terras férteis do antigo quilombo. Assim como o Quilombo dos Palmares, os aldeamentos do Jacuípe, Urucu, Atalaia e Santo Amaro tinham se transformado em obstáculo para as rotas de acumulação do capital. A Guerra dos Cabanos atesta essa resistência, que só foi superada com a criação da Colônia Militar Leopoldina, em 1850, e com a extinção oficial dos aldeamentos, em 1872.

O relatório do diretor geral dos índios de Alagoas, Roiz Leite Pitanga, coincide com o relatório do bacharel Manoel Lourenço da Silveira, ao afirmar, em 1854, que existiam oito

---

[140] Carta do padre Miguel de Carvalho ao senhor Roque Monteiro Paim. Lisboa, 10 de outubro de 1700. Conselho Ultramarino Português, apud LINDOSO, Dirceu. 2005, p. 157.

[141] Lindoso dá o exemplo das disputas de terra entre índios e paulistas na região palmarina onde se ergueu a aldeia de Santo Amaro. Cf. LINDOSO, Dirceu. 2005, p. 157-158.

aldeias sob o seu comando, das quais seis se localizavam na região norte da província. Entretanto, o relatório de Pitanga é mais completo sobre a condição socioeconômica desses índios. Segundo o diretor geral dos índios, apesar das diferenças entre as aldeias, alguns índios sabiam ler – a exemplo de alguns de Jacuípe, Urucu, Atalaia ("os mais civilizados") e Santo Amaro –; todas possuíam terrenos agricultáveis – onde alguns viviam do comércio de madeira (Jacuípe, Cocal e Urucu) e da plantação de mandioca (Jacuípe, Urucu, Atalaia e santo Amaro)[142]. Entretanto, Pitanga alertava o governo da província para o estado de pobreza dos índios, provocado pelo arrendamento de suas terras e, consequentemente, pela usurpação delas[143].

O contato com os brancos e o arrendamento de suas terras era um indicativo de que esses índios pagariam caro pelo avanço da civilização e pela cobiça dos brancos. Depois de um século e meio de existência, a partir da segunda metade do Oitocentos, a realidade se manteve basicamente a mesma nas aldeias do norte; elas ocupavam terras férteis, mas cada vez mais espremidas pelos engenhos e senhores de terra da região. Elas plantavam o necessário para a sua subsistência, mas depois de tirado parte de suas terras para arrendamento, faltavam hospitais, escolas, casas de correção; enfim, como dizia o próprio Roiz Leite Pitanga, "[...] é uma miséria e tudo por não se acharem demarcados para assim perceberem arrendamentos das terras que se acham ocupadas com propriedades"[144]. Daí o paradoxo entre a pobreza dos aldeamentos e a riqueza de suas terras, o que persiste até hoje entre os índios de Alagoas[145].

Entretanto, não podemos negar que as alianças entre índios e brancos foram fundamentais. Se, por exemplo, para alguns aldeamentos indígenas as alianças com os brancos significaram perda do seu território e desestruturação cultural, para outros significaram o fortalecimento dos seus interesses e garantia de sua sobrevivência. Isto explica a participação indígena tanto nas insurreições populares quanto senhoriais, ora como força aliada ora como força repressora destas, a exemplo da Cabanada e da Praieira na primeira metade do Dezenove.

---

[142] RELATÓRIO do diretor geral dos índios de Alagoas, Roiz Leite Pitanga, ao presidente da província, em 22 de dezembro de 1854. Cf. ANTUNES, Clóvis. *Índios de Alagoas*: documentário. Maceió: Imprensa Universitária, 1984, p. 33-34.
[143] Ibid., p. 34.
[144] Id.
[145] Para saber mais sobre a situação dos aldeamentos indígenas de Alagoas na atualidade ver *a Coleção Índios do Nordeste*: temas e problemas, organizada por Luiz Sávio de Almeida em parceria com diversos pesquisadores de Alagoas e com a editora da Universidade Federal de Alagoas, sobretudo a partir do volume V, quando a Coleção prioriza os estudos sobre os índios de Alagoas.

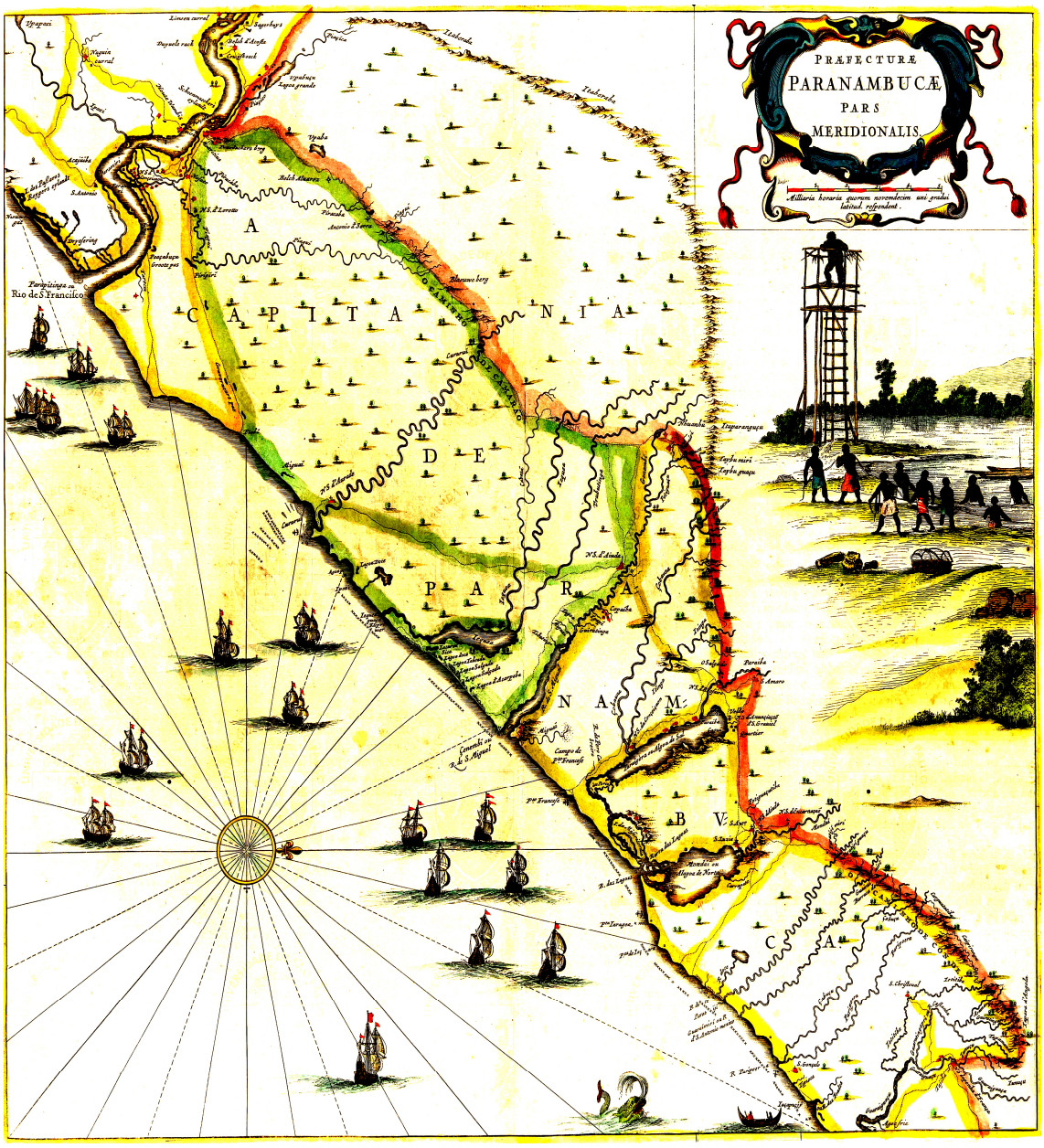
Desse modo, entendemos que a história do povoamento das matas alagoanas passa, necessariamente, pela história de sua gente, das fronteiras de resistência criadas por índios, quilombolas, mestiços, brancos pobres, homens e mulheres livres; enfim, toda gente das matas que, por meio das suas estratégias de sobrevivência, também foram protagonistas desse processo de povoamento. Para nós, as fronteiras de resistência são um movimento dialético que levou os habitantes das matas a diversas formas de relações sociais e políticas – seja fazendo alianças, negociando ou lutando contra os proprietários rurais e a elite política; relações estas, que, apesar de algumas perdas, foram tão importantes para a manutenção das suas conquistas quanto para o seu fortalecimento.

2.3 Povoamento da mata norte alagoana

Segundo Diégues Júnior, o povoamento de Alagoas se deu a partir de três movimentos principais: o primeiro teria sido o do norte, que teve Porto Calvo como centro de irradiação; o segundo situa-se do centro do litoral, que se desenvolveu em torno das lagoas e deu origem ao povoado Alagoas; e o terceiro, que se localizou ao sul e teve Penedo como centro de expansão. Depois, surgiu o quarto, que seria complementar aos três primeiros e teria surgido com a guerra contra os Palmares[146]. Para Diégues Júnior, o açúcar era motor desses núcleos de povoamento – visão compartilhada pela maioria dos historiadores alagoanos. Daí toda uma tradição historiográfica criadora de uma visão dominante que deu e ainda dá importância fundamental ao litoral como ponto de partida do povoamento das Alagoas, pois além de facilitar a plantação da cana, facilitava o trânsito e comércio com o Atlântico, o que pode ser visto no mapa físico de Alagoas (mapa 2). Uma visão determinada pelo movimento expansionista da monocultura da cana, muitas vezes, negando as fronteiras de resistência dos grupos sociais que se opunham a tal expansão, tais como os negros dos Palmares e os índios "bravos" do sertão.

[146] DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. 2012, p. 43.

Mapa 2 – Mapa físico da costa sul de Pernambuco – Alagoas do século XVII



Carta Brasilia que parte Belgis, de Georg Marcgrave, gravada por Johannes Blaeu Barão do Rio Branco. Fonte: USP- Biblioteca digital: www.cartografiahistorica.usp.br. Acesso em 17/05/16.

O mapa de Marcgrave está carregado de simbolismo. Ele delimita três tipos de fronteiras, que embora não fossem rígidas representavam muito bem a visão etnocêntrica do colonizador. São elas: física, econômica e social. A física dividia o litoral, civilizado, do sertão, dominado pela natureza inculta e pelos povos selvagens; a econômica delimitava o avanço da empresa colonial portuguesa no litoral e a ocupação das matas pelos negros dos Palmares; já a fronteira social, definia os primeiros núcleos de povoamento no litoral e a fronteira de resistência dos Quilombos dos Palmares nas matas. Esta era a imagem cartográfica da formação territorial de Alagoas – que transformou o litoral no espaço

privilegiado da civilização e os sertões em espaço do inculto, dos selvagens indígenas e quilombolas – que sustentou o mito da historiografia alagoana, quanto ao surgimento dos primeiros núcleos de povoamento com Duarte Coelho de Albuquerque e Cristóvão Lins[147].

O livro *História das Alagoas*, de Craveiro Costa, é um clássico importante para refletirmos sobre o mito fundador das Alagoas. Esse texto, contemporâneo, foi adotado pelo governo alagoano, em 1983, como referencial histórico e didático fundamental para o "conhecimento da terra e da gente de Alagoas"[148]. Embora produzido há pouco mais de um século de fundação da historiografia alagoana, o texto de Craveiro Costa demonstra a continuidade de uma história dominante e pedagógica. Tomada pelo Estado como história oficial, ela precisava continuar formando a nossa mentalidade: de "colonizador inteligente e índio feroz e primitivo". O próprio Craveiro Costa esclarece melhor a permanência da dominação senhorial, quando se refere à colonização das Alagoas:

> Duarte Coelho era um homem inteligentíssimo e prático, dotado de ampla visão administrativa. As suas terras estavam cobertas de matas, povoadas por tribos ferozes. Teve de lutar contra o homem primitivo e contra a natureza brutal. [...] venceram, porém, a inteligência, a pertinácia e a bravura do donatário"[149].

Nesta perspectiva historiográfica – já tratada por Gilberto Freyre em *Nordeste*, quando este discute o canavial como gerador da civilização do açúcar[150] –, Duarte Coelho era o herói da colonização de Pernambuco e Alagoas, dotado de inteligência e bravura. Daí ser o grande vencedor contra os dois grandes inimigos do progresso e da civilização: o índio primitivo e a natureza bruta. A mata era brutal, espaço do inculto e dos índios ferozes. Neste sentido, restava ao índio ser subjugado pela inteligência e bravura do colonizador. Se o índio era primitivo e feroz, era preciso a visão administrativa do colonizador para dominar as suas terras e sua resistência.

Nos marcos dessa historiografia, não cabiam o povo e as suas formas alternativas de vida. A elite tradicional de Alagoas tinha a necessidade de contar os seus feitos e amarrá-los a

---

[147] Andrade, Juliana Alves de. 2013, p. 58.

[148] O próprio Secretário da Educação e Cultura do Estado de Alagoas apresenta o texto e recomenda-o como referência histórica e pedagógica: "objetivando não a restrito número de privilegiados, mas as nossas bibliotecas escolares, as instituições culturais, aos nossos estudantes e professores, o conhecimento da terra e da gente de Alagoas". TENÓRIO, Douglas Apratto. Apresentação. In: COSTA, Craveiro. *História das Alagoas:* resumo didático. São Paulo: Editora Comp. Melhoramentos de São Paulo/Reimpressão Sergasa, 1983.

[149] COSTA, Craveiro. *História das Alagoas:* resumo didático. São Paulo: Editora Comp. Melhoramentos de São Paulo/Reimpressão Sergasa, 1983, p. 08.

[150] FREYRE, Gilberto. *Nordeste*: aspecto da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. São Paulo: Global, 2004, p.128-129.

um modo de saber pretensamente "científico" e "verdadeiro", a história. Segundo Osvaldo Maciel, essa forma de escrita marca a *escrita do passado,* que necessariamente vai falar do grande jogo de poder das elites, e que jamais pode ser ameaçado pelas formas alternativas de poder e saber do povo.[151]

Vencida a resistência dos índios Tapuias no sertão e a do quilombo dos Palmares nas matas, o território estava pronto para ser explorado pela grande empresa do açúcar e todo aparato administrativo luso-brasileiro. Entretanto, isso não significou o fim da gente das matas. Esta continuou vivendo nas florestas e participando dos movimentos insurrecionais, seja como soldados da repressão, aliados ou como protagonistas desses movimentos; porém sempre como estratégia de resistência.

A monocultura da cana é tratada pela historiografia local como a principal atividade predatória e responsável pela formação do espaço nordestino, inclusive alagoano[152]. Gilberto Freyre foi um dos pioneiros na difusão desta tese. Para Freyre, a monocultura da cana assumia um papel central na formação do sujeito nordestino, tanto o aristocrata (o senhor de engenho) quanto do homem rural (povo). Ela está presente em todas as esferas da vida desses sujeitos: suas condições de vida, habitat e alimentação, "particularmente favoráveis, pela relativa uniformidade ou quase semelhança dos processos e dos valores utilizados em cada uma daquelas esferas da população – na alta e na baixa"[153].

Ao defender a "colonização criadora" de Duarte Coelho, Gilberto Freyre esclarece melhor o caráter civilizatório do canavial. Avançando sempre com a casa-grande e a capela, a cana criou uma nova paisagem, com novas formas de vida e "não apenas matando índios, os animais e as árvores"[154]. Ou seja, para Freyre, embora a ação predatória do canavial tenha sido responsável pela matança de boa parte do ecossistema da mata, ela não impediu a edificação de uma nova civilização, que deu origem a várias outras formas civilizatórias de vida.

Voltando novamente ao seu livro *Nordeste*, o mesmo autor que em *Casa Grande & Senzala* glorifica a sociedade patriarcal do açúcar faz uma revisão da sua posição ao afirmar

---

[151] MACIEL, O. B. A. Moreno Brandão e sua História de Alagoas*:* alguns dados, uma outra leitura*.* In: BRANDÃO, Moreno. *História de Alagoas*. Arapiraca: EDUAL, 2004.
[152] Para Waren Dean, os plantadores de cana viam a floresta como um obstáculo que impedia as suas ambições. DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo.* A história da devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 74-75.
[153] FREYRE, Gilberto. 2004, p. 122.
[154] Ibid., p. 129.

que a cana provoca o drama da destruição da mata, alterando o equilíbrio da vida natural e social[155]. O canavial contribuiu significativamente com a destruição da mata através das derrubadas e queimadas. Ainda segundo Freyre, isso separava o homem da natureza, subordinando gente, planta e animais, ou seja:

> Com a destruição das matas para a cana dominar sozinha sobre o preto, o roxo ou o vermelho dessa terra crua, a natureza do Nordeste – a vida toda – deixou de ser um todo harmonioso na sua interdependência para se desenvolverem relações de extrema ou exagerada subordinação: de umas pessoas a outras, de umas plantas a outras, de uns animais a outros[156].

Thomas Rogers chama atenção para a visão ambígua e nostálgica de Freyre em relação aos impactos ambientais e sociais da cana-de-açúcar[157]. Se, por um lado, ele tenta fazer um *estudo ecológico do Nordeste*, criticando o caráter predatório das usinas e da monocultura, afirmando que "[...] nada perturba mais o equilíbrio da Natureza que a monocultura"[158], por outro, ele defende o patriarcalismo e os engenhos como sendo os "melhores mordomos das terras". Segundo Rogers, Freyre vivia o processo de industrialização na região açucareira, transformando a paisagem nostálgica – de cana, engenhos e escravos – com que ele se identificava, e a identificava como sendo a essência do Brasil. Portanto, quando Freyre critica o caráter predatório da monocultura do açúcar, ele está lamentando o avanço das usinas e o desaparecimento da "Casa-Grande" [159].

A escola freyriana foi muito influente nos ciclos acadêmicos do Brasil, e principalmente do Nordeste. Em Alagoas, um dos seus maiores discípulos foi Manuel Diégues Júnior. Para este autor, o engenho de açúcar constituía a base da formação social de Alagoas. Nele se formaram os grupos indígenas, o escravo, vindo do tráfico, e o português, "figura dominante", em torno do qual se formou a economia e a sociedade da região do açúcar[160]. Daí surgiram os primeiros núcleos populacionais de Alagoas, principalmente da região da mata norte:

> Porto Calvo, primeiro, desdobrando-se mais tarde em São Bento, Camaragibe, Porto de Pedras e São Luís do Quitunde, e Alagoas, logo depois, multiplicando-se a seguir em Pilar, Santa Luzia, Maceió, São

[155] FREYRE, Gilberto. 2004, p. 81.
[156] Id.
[157] ROGERS, Thomas D. O pensamento geográfico de Gilberto Freyre nos anos 1920 e 1930. In: MELO, Patrícia Pinheiro de. (Org.). *Cadernos de História*. Departamento de História da UFPE. Ano VIII, n. 8, Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011, p. 81-107.
[158] Ibid., p. 101.
[159] Ibid., p. 93-95.
[160] DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Op. cit., 2012, p. 85.

> Miguel, Anadia, encontraram nas fábricas de açúcar o ponto de partida da sua colonização[161].

Este seria, então, o mito fundador da sociedade alagoana, com a grande indústria do açúcar avançando continuamente no sentido Leste/Oeste, sem fronteiras econômicas ou sociais que impedissem tal avanço. Ou seja, no dizer de Juliana de Andrade, para essa historiografia local – tanto tradicional como contemporânea –, "[...] o movimento das fronteiras agrícolas regionais se deu de forma unilateral e unívoco no sentido Leste/Oeste. Não houve diálogo entre as fronteiras. Os Canaviais não permitiram que fosse estabelecido qualquer diálogo"[162]. Para Andrade, esse mito é questionável se levarmos em conta a fronteira agrícola criada pelo Quilombo dos Palmares[163] e a concentração demográfica no interior dos vales do Paraíba e do Mundaú, a partir do final do século XVIII, quando se dá a consolidação do algodão e dos gêneros alimentícios[164].

É pertinente o questionamento de Andrade sobre o mito da sociedade do açúcar, na medida em que sabemos que a cana não reinou absoluta em Alagoas, pois é possível identificar atividades produtivas alternativas ao monopólio da agroindústria do açúcar. Este é o caso, por exemplo, das fronteiras agrícolas criadas pelos índios, quilombolas e pelos trabalhadores rurais dos vales do Paraíba e Mundaú (citados acima). Entretanto, não podemos negar que a empresa colonial se constrói na capitania de Pernambuco e em Alagoas sob a égide do açúcar. Portanto, consideramos importante a ressalva de Andrade, no sentido de criticar a visão unilateral sobre o movimento de expansão do açúcar e da América portuguesa, mas é preciso destacar que as fronteiras de resistência na mata norte foram criadas como reação a este movimento.

2.4 Civilizando as matas

Esse movimento de expansão lusitana na América portuguesa – em especial no interior das matas alagoanas – é consequência do que Frederick Turner chama de *O Espírito Ocidental Contra a Natureza*, responsável pela civilização das "terras selvagens" nas

[161] DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Op. cit., 2012, p. 25.
[162] ANDRADE, Juliana Alves de. 2014, p. 68.
[163] Na verdade, entendemos que os palmarinos criaram várias fronteiras de resistência: a econômica, enquanto produção agrícola; a social, enquanto grupo étnico; e a política, enquanto resistência à escravidão.
[164] ANDRADE, Juliana Alves de. 2014, p. 68.

Américas ibéricas e na América do Norte[165]. Segundo Turner, havia uma unidade intelectual das civilizações europeias que legitimava a conquista do Novo Mundo, isto é, a mercantilização da natureza, suas terras e florestas. Desse modo, elas buscavam derrubar os "mitos selvagens" ou o ethos selvagem do Novo Mundo, para dominá-lo e torná-lo útil aos interesses da Igreja e dos civilizados do Velho Mundo[166]. Significa dizer que o cristianismo justificava o avanço da civilização ocidental e sua busca pelo acúmulo de riqueza:

> Tal como o homem civilizado limpava a terra, cortava as florestas, plantava vilarejos, vilas e cidades, o cristianismo arrancava toda a roupagem de magia e mistério do seu mundo. [...] Ao cortar árvores sagradas dos bosques místicos, ao erigir seus santuários sobre o entulho de templos primitivos e ao declarar que todos os vestígios de antigos mitos eram superstições vãs e ímpias, a Igreja conseguiu de fato banir a divindade de seu mundo[167].

Esta perspectiva estava perfeitamente de acordo com a política civilizatória das colônias militares do século XIX, uma vez que, para o governo central, era preciso dominar as matas e civilizar os homens selvagens que habitavam o interior do nosso vastíssimo país, conforme afirmava o ministro da Guerra, o marquês de Caxias, em 1862[168]. Em virtude dessa situação geográfica e social, o estabelecimento de colônias militares era não só uma necessidade administrativa, mas também política. Ou seja, era preciso controlar o espaço e os habitantes das matas, procurando cristianizá-los para civilizá-los e livrá-los da barbárie. Nas palavras do ministro:

> Em um país vastíssimo como o nosso, em muitos pontos inteiramente baldo de população civilizada; e em outros, apenas habitado por selvagens; [...] o estabelecimento de colônias militares não é só uma conveniência administrativa, é também uma medida política de reconhecida necessidade. Promovendo o desenvolvimento da população em lugares ermos, e procurando atrair ao grêmio do cristianismo e da civilização milhares de homens que vivem no seio da barbaria e da mais profunda ignorância, os quais infelizmente ainda abundam em nossas virgens florestas [...][169].

Para o marquês de Caxias, o Brasil era um país dotado de um grande território, mas carente de população civilizada e ainda habitado por muitos selvagens. A colonização militar seria o meio mais eficaz para o desenvolvimento dessa gente que vivia "no seio da barbárie e da mais profunda ignorância". Para tanto, seria preciso conjugar disciplina militar, religião e

---

[165] TURNER, Frederick. *O Espírito Ocidental Contra a Natureza*: Mito, História e as Terras Selvagens. Rio de Janeiro: Campus, 1990.
[166] Ibid., p. 80.
[167] Ibid.. 78-80.
[168] BRASIL. Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa, na segunda sessão da décima primeira legislatura, pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios da Guerra, Marquez de Caxias. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1862, p. 28.
[169] Id.

civilização, pois sendo selvagens precisavam do rigor do regime militar, da moral cristã e dos costumes civilizatórios da sociedade branca senhorial.

Essas ideias refletiam as teorias evolucionistas do século XIX, as quais situavam a Europa no topo da hierarquia do processo evolutivo das sociedades presentes e passadas. Isto é o que Bowler, citado por Christine Dabat, chamou de "progressionismo", movimento teórico ocidental que hierarquizava as sociedades não-europeias apenas em função da sua capacidade produtiva; ou seja numa perspectiva do determinismo econômico da época[170]. Logo surgiram também outras formas de hierarquização dos povos a partir da raça, onde o pensamento ocidental (tido como superior pela ciência e pela história) passou a classificar as "raças inferiores" como "'bárbaros' (como diziam os gregos e romanos), 'selvagens' e 'primitivos', em vez de mouros e outros pagãos ou heréticos, 'autóctones', 'aborígenes', 'bosquímanos' e 'silvícolas'"[171]. Do mesmo modo que o Brasil e a zona canavieira de Pernambuco não escaparam dessa "classificação subalterna", conforme afirma Dabat, com a região da mata norte de Alagoas também não foi diferente.

No caso das colônias militares do Brasil Império, o desafio era a civilização dos "selvagens" das matas (indígenas) e se o melhor método era sua integração ou extermino. José Bonifácio de Andrada e Silva foi o primeiro a propor a civilização dos índios do sertão ou os chamados "índios bravos". Bonifácio é autor do "Regulamento para a civilização dos índios botocudos nas margens do rio Doce" (1824) e "Apontamentos para a Civilização dos índios bravos do Império do Brasil" (1821 e 1823), que fora aprovado pela Assembleia Constituinte do Império[172]. No contexto de emancipação política do Brasil, de acordo com Vânia Maria Lousada Moreira, era uma proposta bastante adequada ao discurso de um Estado que se dizia e queria-se "civilizado", que pretendia integrar os índios por meio de "métodos brandos": educação, trabalho, agricultura, comércio, convívio com os brancos e miscigenação[173]. Embora aprovada, a proposta não foi colocada em prática pelo governo central, ficando a cargo das Assembleias Legislativas provinciais[174].

---

[170] DABAT, Crhistine Rufino. *Moradores de Engenho*: relações de Trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, Segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012, p. 277.
[171] Ibid., p. 278.
[172] MOREIRA, Vânia Maria Lousada. De Índio a Guarda Nacional: cidadania e direitos indígenas no Império (Vila de Itaguaí, 1822-1836). *Revista Topoi*, v. 11. N. 21, jul-dez. 2010, p. 127-142. Rio de Janeiro, p. 127-128.
[173] Ibid., p. 129.
[174] ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os Índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 145.

Segundo Maria Regina celestino de Almeida, José Bonifácio e Adolfo Varnhagen se destacavam nesse debate e ambos concordavam com a inferioridade do índio, mas enquanto o primeiro defendia sua "humanidade e capacidade de civilizar-se", o segundo destacava a "bestialidade dos índios"[175]. Varnhagen era um intelectual vindo do exército, considerado por muitos como o "pai da historiografia brasileira"[176], concordava com a colonização dos espaços interioranos, mas discordava deste quanto a posição do índio nesse processo. Destacando a necessidade de distribuição de terras nas áreas indígenas e a defesa de nossas fronteiras, Varnhagen afirmava:

> Concedamos terras gratuitas aos que as escolherem na proximidade do gentio bravo (em caso de não se acabar com este); concedamo-las também aos que forem para a fronteira [...] Do que se deduz, e esta é hoje a opinião geral no país, que a colonização que nos convêm é a que seja feita por grandes grupos que levem consigo todos os elementos de vida, de força e de energia. Importa pois que esses grandes grupos ou colônias que se vão isolar no meio dos sertões, tenham um código simples, mas severo, – e que as governe um chefe que seja para tudo autoridade, e que reúna dentro de certos limites, todas as faculdades administrativas, fiscais, e judiciais, à maneira do comandante de um regimento ou de um navio no mar[177].

Ao contrário de Bonifácio, Varnhagen não admitia a civilização indígena (do selvagem) em sua proposta de colonização militar. Para o pioneiro da historiografia brasileira, a colonização que lhe convinha é aquela feita por grandes grupos humanos, que tenham uma organização simples, mas com disciplina rígida, governados por uma autoridade militar com plenos poderes; ou seja, uma colonização militar. Para Varnhagen, o índio não poderia se integrar à civilização, pois ele era incapaz de atender às exigências do processo civilizador: trabalho (cultivo da terra e desenvolvimento da indústria), leis (regular as noções de propriedade) e religião (laços morais de sociabilidade)[178]. Segundo Manuela carneiro da Cunha, a grande questão de meados do século XIX era se os índios "bravos" deveriam ser civilizados ou exterminados, "limpando" os sertões para os colonos[179].

---

[175] ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os Índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010, p. 145.
[176] GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil*: 1838-1857. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2011, p 165.
[177] VARNHAGEN, Francisco Adolf. Memorial Orgânico que a consideração das assembleias geral e provinciais do império, apresenta um brasileiro (Varnhagen) dado a luz, por um amante do Brasil. [s,n,t] 1849, p. 12. In: ARAUJO, Johny Santana de. O Estabelecimento de Colônias Agrícolas Civis e Militares na Província do Piauí no Pós-Guerra do Paraguai (1865-1888). *Revista Oficina do Historiador*, Porto Alegre, EDPUCRS, v. 6, n. 2, jul.-dez, p. 57-77, 2013, p. 67.
[178] TURIN, Rodrigo. *Tessituras do Tempo*: discursos etnográficos e historicidade no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2013, p. 103.
[179] CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 134.

A posição de Varnhagen era uma resposta a uma questão colocada desde a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) sobre a possibilidade ou não de conversão do índio à civilização. Ao contrário de Varnhagen, para os membros fundadores do IHGB discutir as formas de civilização indígena significava discutir uma questão fundamental acerca da formação da nação; ou seja, buscava-se identificar o índio na origem, construção e na história do Brasil[180]. Manoel Luiz Salgado Guimarães mostra como a questão indígena se tornou comum nos primeiros números da revista do IHGB. Segundo Salgado Guimarães, a questão não era apenas incluir o índio na história, mas integrá-lo socialmente ao "processo civilizador"[181].

As propostas de integração indígena apresentadas nas revistas do IHGB eram diversas – indo desde a educação à transformação do índio em mão de obra alternativa à escravidão; porém, ainda segundo Salgado Guimarães, os textos da revista recorriam, [...] "sem exceção, ao par conceitual 'natureza e barbárie' para caracterizar os índios e a civilização, ou seja, o estado social que caracteriza o mundo dos brancos". Neste sentido, apesar do baixo desenvolvimento humano e social, civilizar os índios parecia uma alternativa viável, "[...] enquanto a mesma possibilidade era vista como duvidosa em relação aos negros"[182], pois estes eram escravos, considerados objetos, sem direito à liberdade ou à propriedade, "[...] conceitos definidores do 'cidadão' e em torno do quais se daria a disputa pela convertibilidade ou não do 'selvagem'"[183].

A ideia de civilização dos índios passava pela utilização deste como mão de obra – seja para substituir o escravo africano, seja para proteger nossas fronteiras ou para abertura de estradas e picadas nas matas. Sem essa inserção ao mundo do trabalho a catequese e a própria civilização do índio não teriam sentido e este continuaria a ser um selvagem tão ameaçador quanto os negros quilombolas, responsáveis pelos assaltos e correrias nas matas. Neste sentido, a integração indígena à sociedade nacional seria a negação do próprio índio.

Na perspectiva "progressista" das autoridades do Império – fundamentada no determinismo evolucionista ocidental – a gente das matas era a antítese do projeto civilizador do Estado nacional, que precisava ser integrada ou excluída desse projeto, não só por que era

[180] GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Op. cit., 2011, p 144.
[181] Id.
[182] Ibid., 157
[183] TURIN, Rodrigo. Op. cit., p. 42.

um obstáculo ao desenvolvimento econômico e a unidade territorial da nação, mas pela sua identificação com os movimentos rebeldes do século XIX.

Essa visão contribuiu para formar também o imaginário das matas e, consequentemente, dos seus habitantes, ao longo da sua história. Nesse sentido, as matas poderiam ser esconderijos de povos selvagens, bárbaros e indomáveis, do século XVI; ou as matas mucambeiras e palmarinas dos negros quilombolas, do século XVII e XVIII; ou as matas cabanas dos índios guerreiros do Jacuípe e dos terríveis negros papa-méis, da primeira metade do século XIX; ou ainda as matas dos pobres, vagabundos, vadios, criminosos e selvagens da segunda metade do século XIX. Um imaginário que se constrói em razão da identificação desses povos com as matas e da sua participação nas revoltas e rebeliões populares.

É importante destacar que essa gente ganhava o status de "gente das matas" porque estava à margem do processo da civilização branca, ao mesmo tempo em que buscava nas matas um espaço de vida, luta e liberdade. Isso quer dizer que, se, por um lado, as matas eram vistas como ambiente de gente "inculta, indomável e selvagem", na visão das autoridades, para os seus habitantes elas faziam parte da sua história, forjavam a sua cultura, economia e resistência – eram as matas quilombolas, cabanas, indígenas e mucambeiras.

Na visão dos poderosos da época, as "ações criminosas" identificavam a gente das matas. Daí os estereótipos de vagabundos, bandidos e facínoras, utilizados tanto pelas autoridades quanto pelos viajantes europeus para identificar essa gente. Assim, quanto mais próximos das florestas, mais distantes da lei, da ordem e, consequentemente, da civilização.

Frederick Turner mostra que a ordem era um valor predominante na hierarquia das relações sociais do mundo civilizado, que subordinava os demais valores[184]. Significa dizer que "Sem ordem não podia haver a autêntica veneração de Deus, a sociedade, o lucro e nem a civilização"[185]. Desse modo, a ordem é o fundamento da religião, da sociedade, do lucro e da própria civilização. Fazendo uma analogia entre ordem e natureza, na perspectiva dos conquistadores, "Ordem era o campo aberto e cultivado, a natureza melhorada pelo homem, e era dever do cristão trazer essa ordem para os lugares que careciam dela. Só assim poderia

[184] TURNER, Frederick. Op. cit., 1990, p. 191.
[185] Id.

haver prosperidade"[186]. Daí a criação da imagem de espaços selvagens como antíteses da ordem e da civilização.

Christine Dabat mostra que isso faz parte de uma "escala evolutiva lógica" que ela denominou *periodização eurocentrada*, que leva não apenas a criação de imagens, mas também a práticas etnocêntricas, legitimadoras do espaço-tempo de um lugar, onde "apoiada no pressuposto do progresso", as escolas históricas recortam tempo e espaço "com o mesmo viés etnocêntrico". Esse recorte seria decisivo na definição do passado e de qualquer espaço geográfico[187], a exemplo da mata norte alagoana da segunda metade do século XIX.

No caso da ordem do espaço-tempo da região das matas de Alagoas, é interessante refletir sobre os relatos dos viajantes estrangeiros às matas de Alagoas e Pernambuco na primeira metade do século XIX. Um dos relatos emblemáticos é o do missionário norte-americano Daniel Kidder em sua passagem pela província das Alagoas em 1830, quando reproduz o discurso do presidente da Província, Manuel Felizardo de Souza e Melo, e narra suas próprias impressões. Sua visão é importante na medida em que traça um panorama sobre o espaço e o modo de vida dos habitantes das matas:

> Ninguém se sentia seguro, principalmente nos sertões. [...] Há ainda indivíduos que vivem constantemente cercados por verdadeiras matas de criminosos, pelo que se tornam temidos pelo povo e perigosos até mesmo às autoridades. Outros, de menos influência, erram residência fixa, mas constantemente armados e dispostos a cometer qualquer crime.
>
> Nas diferentes regiões da província que tivemos ocasião de percorrer, entramos inúmeras vezes em casas de fazenda cercadas de árvores frutíferas e que, no entanto, nada mais eram que antros cobertos de palha. Os moradores dessas miseráveis palhoças passavam o dia de cócoras, à porta, com uma faca e um bacamarte ao lado, dos quais raramente se serviam a não ser para caçar ou para fazer coisa ainda pior. Que se poderá esperar de tais hábitos de vida?[188].

Que esperar de uma gente improdutiva, senão uma vida de miséria e crimes? Kidder lança a pergunta que ele mesmo responde. A visão do viajante está preocupada com a capacidade produtiva da gente das matas, com a ausência de autoridade e, consequentemente, de segurança nas matas e sertões. Segundo o viajante, o próprio presidente da província reconhecia que as matas (chamadas também de sertões) eram o espaço da insegurança e a

---

[186] TURNER, Frederick. Op. cit., 1990, p. 192.
[187] DABAT, Christine Rufino. Op. cit., 2012, p. 282.
[188] KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil:* compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias. Belo horizonte: ITATIAIA, 1980, p. 85-86.

ociosidade dos seus moradores levava-os à pobreza e ao crime. É uma espécie de círculo vicioso vivido pela gente das matas, que começava com a indolência, passava pela pobreza e terminava no crime. E tudo era representado e justificado pelo modo de vida nas matas. Esta visão foi amplamente difundida nas fontes e discursos oficiais do século XIX.

Outro testemunho importante para compreensão da vida nas matas são as *Notas Dominicais* do viajante francês Louis Tollenare, que em 1816 descreve suas andanças pelo interior da capitania de Pernambuco. Nessas notas, ele relata a situação econômica vivida pela população pernambucana, especialmente senhores de engenho, moradores e lavradores[189]. Nessa perspectiva, a "gente das matas" tinha um modo de ser e de viver específico, perigoso e armado:

> [...] são de cor mais escura do que os mulatos, porém, mais acobreada; tenho visto brancos tostados pelo sol que tinham quase esta cor; o que os distingue dos mulatos é não terem os cabelos lanosos; quanto ao mais não diferem dos mulatos, ou gente das matas que vem ao Recife, na linguagem e nas maneiras. Andam armados do punhal português (faca), de um pau ferrado (espécie de azagaia) e algumas vezes de uma espingarda ou pistola[190].

Para o viajante francês, a gente das matas tinha cor, linguagem e maneiras de ser. Era gente armada de faca, pau e pistola, era uma ameaça em potencial. Na ótica dos viajantes europeus, o povo da floresta vivia em constante tensão. Esta imagem parece ser comum à visão dos viajantes estrangeiros, preocupados com uma exploração racional dos recursos naturais e com o desenvolvimento econômico[191] e social, nos moldes da civilização europeia.

Henry Koster é outro observador estrangeiro que passa pela província de Pernambuco no início do século XIX e traça um panorama parecido com Kidder e Tollenare. Segundo a visão determinista de Koster, a vida miserável nas matas faz dos seus moradores pessoas sem caráter e vingativas. É uma espécie de determinismo geográfico que cria um modo de ser e viver em função das condições ambientais das matas:

> Os moradores da mata, que é a zona de ligação entre os distritos férteis do litoral e os do sertão, não têm bom caráter. A vida miserável como a que levam lutando contra a falta d'água e de provisões, (sic) parece ter um efeito

---

[189] TOLLENARE, Luis François. *Notas Dominicais*. Coleção Pernambucana, v. XVI. Recife: Governo do Estado de Pernambuco/Secretaria de Educação e Cultura, 1978, p. 67-77.
[190] Ibid., p. 73.
[191] Segundo Karen Lisboa, as viagens dos estrangeiros e os seus olhares devem ser compreendidos no contexto de expansão capitalista/neocolonial, em que o foco eram as potencialidades econômicas e naturais do Brasil. Ver LISBOA, Karen Macknow. Olhares estrangeiros sobre o Brasil do século XIX. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem Incompleta*: a experiência brasileira. São Paulo: Senac, 1999, p. 268.

> desfavorável sobre eles. São representados como mais vingativos, mais questionadores e menos hospitaleiros que seus vizinhos[192].

A mata seria uma zona de ligação entre o litoral fértil e o sertão, região de fronteira entre o litoral civilizado e o sertão deserto, inculto. Nesse contexto, Koster vê a mata mais próxima do sertão do que do litoral, pois os seus moradores vivem na miséria, "lutando contra a falta d'água e de provisões", o que os transforma em sujeitos "menos hospitaleiros e mais vingativos que seus vizinhos"[193]. Era o prenúncio de um sujeito cabano, que sofre, contesta e luta, que na visão de Koster, era uma rebeldia forjada pelo ambiente e não pelas condições sociais e históricas desse povo.

Na visão etnocêntrica dos viajantes estrangeiros e das autoridades, a vida difícil no ambiente inóspito da mata e a disposição para a luta de seus habitantes assemelhavam esta realidade à do sertão, tratando mata como sinônimo de sertão, inculto e incivilizado[194]. Isto pode ser visto desde os tempos dos Palmares, quando as forças repressoras consideravam a região do quilombo como o sertão[195].

Neste sentido, entendemos sertão não apenas como espaço físico, mas também como produto social e histórico de um povo. No dizer de Antonio Carlos Robert de Moraes, o sertão é uma "realidade simbólica: uma ideologia geográfica", que pode ser traduzido como espaço da conquista, da expansão, "objeto de um movimento expansionista" para o interior, espaço a ser dominado pela economia nacional[196]. Ou seja, o sertão é resultado de um movimento histórico que se construiu em oposição ao litoral civilizado: são as matas incultas, o semiárido ou qualquer espaço do interior ainda não explorado pelo poder vigente da época.

Kalina Vanderlei Paiva da Silva mostra a construção da ideia de sertão a partir da conquista do Quilombo dos Palmares. Ela dá o exemplo de uma carta dirigida à Coroa pelo capitão de infantaria do Terço dos índios Simão Jacques Thomas, pedindo a confirmação de seu posto, visto que "[...] em muitas ocasiões de guerra contra os negros dos Palmares em que

---

[192] KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Rio-São Paulo-Fortaleza: ABC Editora, 2003, p. 278.
[193] Id.
[194] Segundo Marcus Carvalho, o uso do termo sertão nos séculos XVII e XIX difunde-se em função das "[...] matas inconquistadas, tanto devido ao terreno acidentado, como por necessidade, pois os engenhos não poderiam operar sem lenha". Ver CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. A Mata Atlântica: Sertões de Pernambuco e Alagoas, Sécs. XVII-XIX. *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*. n. 25-2, p. 249-266, 2007, p. 250.
[195] SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. *Nas Solidões Vastas e Assustadoras* – os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Recife, 2003. 352 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003, p. 217.
[196] Moraes, Antonio Carlos Robert. O Sertão: um "outro" geográfico. In: *Terra Brasilis – Revista do Pensamento Geográfico no Brasil*. Anos III-IV, n. 4-5, Território, 2002-2003, Rio de Janeiro, RJ, p. 13, 14 e 20.

procedeu com muito valor assistindo por vezes muito tempo naqueles sertões com grandes descômodos e misérias[197]". As matas do quilombo palmarino passaram a ser a região de fronteira[198], que se confundia com os sertões de perigos, guerras e misérias e distintas do litoral civilizado, espaço comandado pela ordem e pela lei.

A fronteira não era apenas física, mas também social, política e cultural, distinguindo a gente das matas – quilombolas, cabanos, índios, pobres, entre outros povos rebeldes – da gente civilizada – autoridades, senhores de engenho, proprietários de terra, clérigos, entre outros brancos. Domingos Jorge Velho também compartilhava dessa visão, quando denominava as matas dos Palmares de "sertão baixo do Brasil":

> [...] no Sertão baixo do Brasil, nas capitanias de Pernambuco se formou antigamente um covil de negros fugidos de seus senhores, em o qual se foram ajuntando sucessivamente tantos deles, que por não poderem estar todos em uma povoação fizeram muitas na vastidão dessas matas [...][199].

No processo de conquista dos Palmares o conceito de sertão é ampliado para o de "matos e brenhas" – espaço de fuga, luta e resistência. É o que podemos ver, por exemplo, na carta que o governador de Pernambuco Caetano de Mello e Castro escreve ao rei, comentando os sucessos da guerra contra Palmares: "[...] não pretendo agora mais que assegurar a V. Mg se contentai na empresa os bons sucessos, porque as tropas que ia livremente penetram os matos e brenhas e vão aprisionando e extinguindo aos negros que naqueles dilatados bosques oculta o temor [...]"[200].

Espaço de fuga e liberdade, guerra e resistência, matos e brenhas; espaço de negros, índios e pobres, as matas palmarinas vão assumindo a feição dos espaços incultos e inconquistáveis, embora sempre cobiçados pela Coroa e pelos engenhos. Além de possuir uma biodiversidade rica, elas tinham uma posição estratégica fundamental quanto à segurança das fronteiras entre o inculto e o civilizado. São essas mesmas matas que vão ser palco da Guerra dos Cabanos e da Revolta da Praieira.

Daí a importância estratégica da Colônia Militar Leopoldina como instrumento de controle e civilização no centro dessas matas de fronteira na segunda metade do Oitocentos.

---

[197] AHU 256, 75, 75v, apud SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. 2003, p. 217.
[198] SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. 2003, p. 218.
[199] REQUERIMENTO que ao pé de V. Mag. Humildemente prostrado faz em seu nome e em aquele de todos os oficiais e soldados do terço de infantaria s. Paulista de que é Mestre de Campo Domingos Jorge Velho (Carta de domingos Jorge Velho). Apud ENNES, Ernesto. *As Guerras nos palmares* (subsídios para sua história). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 317-344.
[200] SILVA, Kalina Vanderlei Paiva da. 2003, p. 219.

Entretanto, algumas décadas antes da fundação da Colônia, o ouvidor Matos Moreira já propunha – além da criação do cargo de conservador das matas[201] – o uso de presídios indígenas (aldeias-presídios)[202] nas matas de Atalaia e Jacuípe para vigilância e conservação das riquezas naturais do rei. Eram justamente as matas habitadas por negros quilombolas, índios e cabanos, que, segundo o ouvidor José de Mendonça Mattos Moreira, ficaram conhecidas "tanto pela fertilidade delas, como pela extraordinária grandeza de suas madeiras"[203].

2.5 A mata na rota de acumulação do capital

No fim do século XVIII, o ouvidor Mattos Moreira já denunciava a destruição das matas de Jacuípe pela ação dos "povos da floresta", que faziam grande extração de madeiras, além de roçados e queimadas[204]. Mattos Moreira procurava justificar a criação do cargo de Conservador Geral das Matas de Alagoas, em função desse processo de degradação da floresta por pessoas indigentes e "criminosas", que – além de derrubarem as árvores com seus roçados e queimadas – procuravam o esconderijo das matas para escaparem das penas da lei[205]. As matas eram exploradas em grande medida pela sociedade senhorial, porém, apenas o "povo da floresta" era responsabilizado pela destruição ambiental[206].

Mattos Moreira era um grande estrategista. Ele sabia como construir as bases para a criação do cargo de Conservador Geral das Matas das Alagoas. Sua posição de Ouvidor tinha lhe garantido prestígio político para representar os interesses do poder local e de sua Majestade. Mattos Moreira se mostrava um profundo conhecedor das potencialidades econômicas da nossa terra e, sobretudo, das nossas madeiras. Suas denúncias sobre a destruição da floresta e a ameaça representada pelos pobres das matas eram ouvidas com

---

[201] Essa proposta é aceita e o ouvidor torna-se o primeiro Juiz Conservador das Matas das Alagoas, embora tenha se tornado também um dos maiores proprietários rurais e senhores de engenho da província. Ver ANDRADE, Juliana Alves de. *A Mata em Movimento*: Coroa portuguesa, Senhores de Engenho, Homens livres e a produção do espaço na Mata Norte de Alagoas. João Pessoa, 2008. 174 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008, p. 86.

[202] A fundação das aldeias-presídios não era nova. Segundo Lindoso, "[...] é anterior à partição do terço paulista", e, nesse caso, só havia um motivo para fundação dessas aldeias: a vigília, pelos índios militarizados, das matas mucambeiras. Ver LINDOSO, Dirceu. 2005, p. 156.

[203] MATTOS MOREIRA, José de Mendonça. 1859, p. 340.

[204] MATTOS MOREIRA, José de Mendonça. 2004, p. 25.

[205] MATTOS MOREIRA, José de Mendonça. 1859, p. 348.

[206] Ver Documento com instruções para a conservação das matas decretada por Lei para Alagoas. *Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas* em 2 de julho de 1822. Catalogação 0180-04-03-20.

muita atenção tanto pelas autoridades locais quanto do outro lado do Atlântico[207]. Sua experiência e trato com a causa deu-lhe prerrogativas suficientes para o cargo, como demonstra Lanuza Maria Carnauba Pedrosa, ao citar os requerimentos das câmaras de Atalaia, Porto Calvo e Santa Maria Madalena solicitando a Sua Majestade a aprovação de Mattos Moreira para o cargo de conservador das matas[208].

Entretanto, em 1822, a política de conservação das matas das Alagoas cria um regulamento que incentiva a derrubada de madeiras pelos proprietários de engenhos e proprietários de terra, embora tivesse que passar pela aprovação do Inspetor Geral das Matas[209]. Para o Ouvidor, a destruição das matas ameaçava os negócios da Coroa e dos senhores de engenho[210]. Daí a proposta de Tombo Real e da criação de uma Superintendência das Matas para preservação das matas "destinadas a Sua Majestade"[211]. Porém, o próprio inspetor Mattos Moreira – que foi nomeado Ouvidor Conservador das Matas, demonstrando todo seu prestígio político e econômico – tornou-se um dos maiores proprietários de terra e de engenho da região norte de Alagoas.

No início do século XIX, o mesmo José de Mendonça Mattos Moreira escreveu a *Relação das Mattas das Alagoas* para demonstrar a grandiosidade das matas de Pernambuco e Alagoas. Nessa relação, o percurso da mata começava em Penedo (no Lago do Pescoço, Alagoas), às margens do rio São Francisco, e terminava no rio Ipojuca, já próximo da área urbana de Recife[212]. Segundo Matos Moreira, é possível perceber a importância dessas matas pela intensidade do comércio de madeiras nobres e pela necessidade de preservação apontada pelo autor[213].

Na Relação feita por Mattos Moreira, ele destacava as Matas de Santo Antonio, Matas das Alagoas, Matas dos Palmares e Matas do Jacuípe como sendo as melhores da Comarca, "[...] não só pela boa qualidade de seus terrenos, grande abundância de madeiras [...], mas também por serem estas matas as mais bem conservadas, e mais capazes de safrarem as

---

[207] PEDROSA, Lanuza Maria Carnaúba. De Ouvidor Geral a Conservador das Matas: estratégias políticas e econômicas de José de Mendonça Mattos Moreira (comarca das Alagoas, 1779-1798). In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira (org.). *Alagoas Colonial*: construindo economias, tecendo redes de poder e fundando administrações (séculos XVII-XVIII). Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012, p. 185.
[208] Ibid., p. 191-192.
[209] ALAGOAS. Regulamento da Conservadoria das Matas das Alagoas, capítulo 3º, do Corte de madeiras, Maceió, 30 de junho de 1822. APA, catalogação: M07 e 04 - A Conservadoria das Matas em Alagoas, 1819-1849.
[210]MATTOS MOREIRA, José de Mendonça de. 1859, p. 340.
[211] Ibid., p. 351-354.
[212] MATTOS MOREIRA, José de Mendonça de. 1809, p. 371-377.
[213] Ibid., p. 379-381.

maiores construções"[214]. Portanto, embora houvesse uma diminuição das florestas alagoanas e pernambucanas devido às práticas predatórias dos engenhos e proprietários rurais, a preservação das matas interessava a todos, conforme já afirmamos anteriormente[215].

Diégues Júnior, no clássico *Banguê das Alagoas*, destaca também a importância das matas alagoanas ao citar um trabalho do dr. Francisco de Brito Bezerra Cavalcanti de Albuquerque, escrito em 1800, e recordado pelo historiador Pereira da Costa, que diz: "Desde a comarca das Alagoas até o Rio Grande do Norte, criou a natureza um cordão de matas, que contêm as preciosíssimas madeiras desta capitania, pau Brasil, madeiras de construção e de toda a sorte excelentes"[216].

Em 1809, uma "súplica do Juiz Conservador das Matas Sul" da Capitania de Pernambuco, Antonio Felipe Souza Lobato, chamava atenção para a devastação das matas alagoanas e para a necessidade de criação de vilas, que, segundo o mesmo juiz, poderia contribuir tanto para a preservação das florestas quanto para impedir a vida criminosa e feroz dos "povos das matas"[217]. Nesta fala já é possível identificar uma proposta embrionária de civilização das matas no século XIX, através da criação de vilas. Na visão do Juiz Conservador, a mata estava dominada pelo crime e pela violência dos seus habitantes e só o povoamento desta poderia acabar com tal realidade. O próprio juiz explica:

> Observei nas vistorias que tenho feito em conformidade do parágrafo dezesseis do mesmo título, as devastações e usurpações que participei ao Capitão General na data de 5 de Maio próximo e a pior educação moral e civil naqueles povos dispersos, a imunidade e familiaridade dos delitos e a ferocidade com que vivem. É, portanto, útil e necessário criarem-se vilas como manda a Carta Regia de 22 de junho de 1766, dirigida ao Governador de Pernambuco Conde da Villa-Flor[218].

Aldeia-presídio, vila ou colônia agrícola-militar são propostas que poderiam servir a um discurso de preservação ou civilização das matas. Porém, apesar das diferentes propostas e estratégias de ocupação oficial das matas, todas buscavam a sua conquista, seja pelo povoamento (para o desenvolvimento da agricultura e da força de trabalho), seja pelo

---

[214] MATTOS MOREIRA, José de Mendonça de. 1809, p. 375-376.
[215] Segundo os dados do site *SOS Mata Atlântica*, "[...] hoje, restam apenas 8,5% de remanescentes florestais acima de 100 hectares do que existia originalmente. É uma das áreas mais ricas em biodiversidade e mais ameaçadas do planeta. A composição original da Mata Atlântica é um mosaico de vegetações definidas como florestas ambrófilas densas, aberta e mista; floretas estacionais e decidual e semidecidual, mangues e restingas". Disponível em www.sosma.org.br. Acesso em 5 nov. 2015.
[216] DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. Op. cit., 2012, p. 30.
[217] LOBATO, Antonio Felipe Souza. Uma Súplica do Juiz conservador das Matas. Povoação de Macayó nas Alagoas, 10 de outubro de 1809. *Revista do Instituto Arqueologico e Geographico Alagoano***.** V. XII. Ano 1927.
[218] Id.

policiamento (para garantir segurança) ou por ambos. Era uma forma de conquista territorial para atender às necessidades econômicas, política e militar do poder central e dos senhores de terra da região, em detrimento das necessidades dos habitantes das florestas. Esta foi a base de sustentação das colônias militares, em especial da Colônia Militar Leopoldina.

Essa era a configuração espacial das matas norte de Alagoas, entre os séculos XVII e XVIII. A partir da segunda metade do Oitocentos, as matas entram na rota de acumulação do capital, atendendo a política desenvolvimentista do Estado imperial.

As políticas de preservação não impediram o processo predatório da Mata Atlântica[219]. Estamos chamando políticas de preservação o conjunto de leis e normas burocráticas que, segundo Palácios, se transformava em falácia preservacionista, pois, a pretexto da conservação das matas, servia à estratégia militar da nação portuguesa e aos interesses dos senhores de terra[220]. A partir de 1827, o Imperador D. Pedro I libera a fundação de engenhos nas matas sem a necessidade de licença do Ouvidor da Província. Em consequência, a monocultura da cana e a crescente atividade agrícola avançavam com suas derrubadas e queimadas. As guerras contra os povos indígenas e quilombolas abriam os caminhos para o domínio das "matas incultas". Os "sertões" impenetráveis da floresta tropical começavam a ser conquistados pelo progresso da civilização branca: agricultura, povoamento, estradas, transportes e ferrovias.

Entretanto, alguns autores consideravam que o avanço da cana nas matas foi modesto em relação a outros fatores de devastação da floresta. Para Warren Dean, "Era uma depredação modesta", pelo menos até os anos 1700[221]. Já para Gilberto Freyre, que, em *Nordeste*, antes responsabilizava a monocultura da cana pela destruição das matas, na mesma obra retifica sua posição, quando diz que "A cana se estendendo pelos claros abertos a fogo e a machado no mato virgem atenuou o mal da devastação"[222].

Qualquer barreira era derrubada para exploração dos recursos da Mata Atlântica. Os índios não madeireiros foram expulsos de suas terras, alguns escravizados, outros aldeados ou, simplesmente, eliminados. Com os negros não foi muito diferente: perseguição, escravidão ou massacre. E até mesmo a legislação de conservação das matas imposta pela Coroa – que proibia a derrubada de madeira de lei – foi ignorada pelos proprietários de

[219] Já na segunda metade do século XVIII, o Estado português se preocupava com a preservação das matas alagoanas. ANDRADE, Juliana Alves de. 2008, p. 63.
[220] PALÁCIOS, Apud ANDRADE, Juliana Alves de. 2008, p. 65-66.
[221] DEAN, Warren. Op. cit., 1996, p. 96.
[222] FREYRE, Gilberto. Op. cit., 2004, p. 88.

terra[223]. Vencidos os obstáculos humanos e legais, o domínio sobre a mata estava garantido, o que significava a sua destruição em nome do progresso e do desenvolvimento do Império.

No entanto, é preciso ponderar sobre esse processo de destruição dos recursos florestais. Conforme já dissemos anteriormente, as madeiras serviam tanto para fabricação das naus de El-Rei como para combustível dos engenhos. Portanto, a conservação do ecossistema[224] florestal era uma vantagem que a sua rica biodiversidade oferecia. Não é por acaso que, em 1854, o diretor da Colônia Militar Leopoldina ainda falava da extinção do comércio ilícito de madeira e da necessidade de regulação – pelo Estado – do corte de madeiras nas matas da Colônia, um indicativo de que ainda havia madeira nas matas com potencial de exploração. Nas palavras do próprio diretor:

> Posto que esteja completamente extinto nas matas sob minha jurisdição o comércio ilícito de madeiras reservadas por lei, convêm, todavia, não só para evitarem-se abusos que o governo possa ter as madeiras por preços mais razoáveis, que se estabeleça nas mesmas matas... Corte de madeiras por conta do Estado, ficando esta repartição inteiramente independente da administração da colônia[225].

Outro indicativo da permanência das matas norte pode ser visto na relação das madeiras contrabandeadas na Colônia e apreendidas pela Fazenda Nacional no ano de 1854, apesar das derrubadas e do comércio ilícito, conforme quadro abaixo:

Quadro 2. Relação das madeiras apreendidas por conta da Fazenda Nacional, no lugar Pé de Serra, e juntas no corte das madeiras para serem tiradas e contrabandeadas (1854)

Qualidade da madeira	Número de pranchões	Nº de tábuas de cada trameão	Totalidade das tábuas	Observações
Amarela	1	4 1/2	4 1/2	Cada madeira fica marcada com as iniciais FN e acham-se junto às margens do Rio Jacuípe
Amarela	2	4	8	
Amarela	2	3 1/2	7	
Amarela	10	3	30	
Amarela	2	2 1/2	5	
Amarela	7	2	14	
Soma	24		68 1/2	

Fonte: APA/CML. Diretoria da Colônia Militar Leopoldina (1854), caixa 160.

[223] DEAN, Warren. Op. Cit., 1996, p. 176.
[224] Estamos chamando de ecossistema aquilo que Donald Worster denomina de "a mais ampla generalização da ciência, compreendendo tanto elementos orgânicos como inorgânicos da natureza reunidos num único local, todos em relação ativa e recíproca". WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. In: *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991, p. 204.
[225] RELATÓRIO do Diretor-Capitão da Colônia Militar Leopoldina ao Presidente da Província, em 27/1/1854. APA, Caixa 160.

O contrabando do pau amarelo não ocorria por acaso, ele era considerado madeira de lei (quase extinta devido a sua grande atividade predatória), as melhores da capitania, tanto pela sua qualidade quanto pela sua grandeza[226]. Era muito utilizado na construção civil, na fabricação de portas, janelas e assoalhos. Segundo Henry Koster, as canoas eram feitas, quase exclusivamente, com o pau-amarelo[227]. Protegido por lei, pertencia às matas do Tombo Real, por ser muito apreciado na navegação, sobretudo na Marinha mercante de El Rei. Em 1867, já era considerado extinto junto a outras madeiras de lei, a exemplo do cedro e do louro[228].

A relação da Coroa com a Mata Atlântica sempre foi ambígua. Ela procurava preservar na mesma proporção em que estimulava a exploração dos recursos da floresta[229]. Para o Rei, era imperativo desenvolver o potencial econômico da colônia brasileira e aumentar as suas receitas através da exploração das riquezas naturais[230]. Ainda de acordo com Warren Dean, no início do século XIX a ciência é chamada para investigar essas potencialidades, pois não poderia fugir a este propósito[231]. Daí a necessidade de preservação das madeiras através de leis e ordens reais para o suprimento da indústria naval.

Para essa visão desenvolvimentista, as matas impediam o progresso capitalista e precisavam ser superadas, mesmo que isso significasse a eliminação da sua biodiversidade e o massacre físico e cultural da sua gente. Warren Dean cita vários fatores que contribuíram para a devastação da Mata Atlântica: o desenvolvimento do comércio cafeeiro; o crescimento acelerado da população, tanto urbana quanto rural; e, em consequência deste crescimento, a demanda crescente por gêneros alimentícios, combustível, artigos de metal e outros bens. Na fala do próprio Warren Dean: "A mata estava nos trilhos do progresso"[232].

Apesar dessa pressão destruidora, Dean ressalta que o grande fator da devastação da mata foi a estrada de ferro. A locomotiva revolucionou os meios de transportes e o relacionamento com a Mata Atlântica. Ela abre a mata e cria uma demanda por madeiras que

---

[226] MATTOS MOREIRA, José de Mendonça. 1859, p. 341.
[227] KOSTER, Henry. Op. cit., 2003, p. 379.
[228] RELATÓRIO do Subdelegacia da Povoação da Extinta Colônia Militar Leopoldina, enviado ao presidente da província de Alagoas Antonio Moreira de Barros, em 31 de dezembro de 1867. APA, caixa 161.
[229] A política de conservação das matas teve início ainda no começo do século XVI, quando a Coroa se mostra preocupada com a derrubada indiscriminada das madeiras de pau-brasil e cria a função de "guardas florestais". Segundo Dean, "A penalidade para a extração ilegal era a morte". DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo.* A história da devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 64.
[230] DEAN, Warren. Op. cit., 1996, p.139.
[231] Ibid., p.140.
[232] Ibid., p. 227.

se torna uma "boa oportunidade econômica para os proprietários de terra"[233], acelerando o desmatamento. Símbolo do desenvolvimento, as ferrovias invadem as matas do Nordeste a partir da segunda metade do século XIX, quando o governo imperial passou a estimular a sua construção com leis e incentivos fiscais para as companhias ferroviárias, sobretudo para as companhias inglesas, que dominavam a construção das estradas de ferro no Brasil. Projeto que chegará até a mata norte para transportar algodão e açúcar. O próprio Dean esclarece melhor o peso da locomotiva na mata:

> As ferrovias fariam suas próprias demandas à floresta, porque exigiam grandes quantidades de dormentes, para os quais se preferiam as madeiras de lei da floresta primária. Embora as vias férreas que corriam para os portos queimassem carvão importado, as do interior normalmente queimavam lenha. O corte de lenha tornou-se, portanto, uma boa oportunidade econômica para os proprietários de terra ao longo das vias[234].

Marcus Carvalho concorda com Dean no sentido de que a estrada de ferro é o principal fator da indústria moderna responsável pela destruição das matas, especialmente as matas pernambucanas. Na sua visão: "A estrada de ferro rasgou as serras e cruzou os rios e montanhas, expandindo a fronteira agrícola exponencialmente". Mais do que as queimadas dos roceiros e a expansão dos canaviais, "[...] o marco da destruição foi a indústria moderna, a estrada de ferro a partir da segunda metade do século XIX"[235]. Esta nova fase de destruição das matas atendia aos interesses do Império, ou seja, atendia à demanda do nascente Estado Nacional e à expansão dos seus domínios territoriais e econômicos. Na opinião de Carvalho, isso fazia parte da "nova agenda" do imperador, que visava:

> [...] promover a indústria e o comércio e assim expandir o raio de sua legitimidade em face da classe dominante [...] além da construção de uma extensa malha ferroviária, que incluiria a estrada de ferro que sairia do Recife em direção a Água Preta, antigo foco cabano[236].

Douglas Apprato Tenório, também faz uma análise "progressista" das estradas de ferro. Embora não trate dos impactos sociais e ambientais causados pelas ferrovias, ele mostra como esta nova via de transporte trazia o desenvolvimento econômico para o Nordeste, transformando a economia e os costumes. Para Tenório, elas seriam o elemento propulsor do capitalismo na região, rompendo as matas para alimentar as máquinas e o comércio europeu com açúcar, algodão e gêneros alimentícios[237]. Tenório cita uma matéria do Diário de

---

[233] DEAN, Warren. Op. cit., 1996, p. 227.
[234] Ibid., p. 226.
[235] CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. 2007, p. 252.
[236] Ibid., p. 281.
[237] TENÓRIO, Douglas Apprato. *Capitalismo e Ferrovias no Brasil.* Curitiba: HD Livros Editora, 1996, p. 67.

Pernambuco para reforçar sua tese, mostrando que parte da nossa "inteligência" e da nossa elite nordestina considerava as estradas de ferro como caminho da redenção:

> Se os habitantes do Sul do Império estão satisfeitos com a monarquia, que infelizmente nos rege, visto que ela tem consumido quase todo o recurso da nação em proveito somente daquele lado, não o devem estar os habitantes do Norte, que veem os seus irmãos expatriados, a morrerem de enfermidade, de fome e de peste pelas estradas públicas, nos ranchos onde têm sido alojados em montões como sacos de legumes, e isto por não se ter com antecedência construído estradas de ferro para o centro de suas províncias, por onde, com prontidão, fossem levados os recursos fornecidos pelo governo e pelos particulares às suas habitações[238].

No entanto, é preciso analisar com mais cuidado esta tese da ação destruidora das ferrovias, pois consideramos que foi um conjunto de fatores o responsável pela degradação da Mata Atlântica, que vai desde a derrubada de madeiras para construção civil e indústria bélica, passando pelas queimadas e *plantation* do açúcar, até chegar à construção de ferrovias. Não podemos esquecer que as ferrovias também estavam ligadas diretamente à monocultura da cana e do algodão, facilitando o comércio e a exportação desses produtos, embora para alguns "homens públicos do Império" elas tenham sido responsáveis pela grave crise econômica de 1873[239].

Peter Eisenberg chama atenção, por exemplo, para o sistema da ferrovia Pernambucana Recife-San Francisco Railway Company, que fazia fronteira com as matas norte de Alagoas: "[...] baseava-se principalmente no frete do açúcar: 'a safra de açúcar é o fundamento tanto do transporte de mercadorias quanto de passageiros', afirmou a diretoria da ferrovia"[240]. Percebe-se, então, a relação intrínseca entre ferrovia, açúcar e transporte de mercadorias e gente. E tudo agindo sobre a mata e impactando a vida de seus habitantes.

A estrada de ferro Recife-San Francisco Railway Company não era sinônimo de desenvolvimento apenas para a província de Pernambuco, mas também para Alagoas, em especial para a Colônia Militar Leopoldina. Em 1859, o diretor João da Gama Lobo Bentes afirmava que além das potencialidades naturais da Colônia seu futuro era muito promissor com a aproximação da ferrovia pernambucana, que vinha de Recife até Água Preta, distante

---

[238] Diário de Pernambuco, edição de 19.8.1878. Publicação a pedido sob o título "O Sul e o Norte do Império", Coleção APA, apud TENÓRIO, Douglas Apprato. 1996, p. 66-67.

[239] Cabral de Melo nos dá o exemplo de Cotegipe e dos entusiastas do progresso oitocentista, Saraiva e Sinimbu. MELLO, Evaldo Cabral. 1999. *O Norte Agrário e o Império*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999, p. 201-202.

[240] Segunda estrada de ferro construída no Brasil, que teve início em 1855, com uma linha de Recife para o sudoeste até a junção dos rios Una e Pirangi, alcançando Palmares em 1862. Ver EISENBERG, Peter L. *Modernização sem Mudança*: A indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra / Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977, p. 72.

apenas dez léguas da Colônia. Em resposta ao Aviso Circular do Ministério do Império e ao ofício do vice-presidente da província, em 15 de dezembro de 1859, o diretor enfatizava melhor esta questão:

> O futuro que aguarda esta Colônia é por quanto além de gozar das vantagens que venho de tratar, terá em breve de participar dos benefícios resultantes da aproximação da via férrea de Pernambuco, que, segundo se afirma, virá com direção á Villa de Água Preta, que lhe fica em distancia, quando muito, de dez léguas[241].

Neste sentido, as ferrovias contribuíram tanto para a derrubada das florestas quanto para a expansão das fronteiras agrícolas, o que provocou certo desenvolvimento econômico da região entre as províncias de Pernambuco e Alagoas. Mas isto não significou a eliminação completa da Mata Atlântica, pois das suas madeiras dependiam os engenhos, a construção civil, a industrial naval e a própria ferrovia.

Pelos documentos e falas oficiais, é possível afirmar que ainda havia algumas matas conservadas na região Norte de Alagoas, pelo menos até o final do século XIX, apesar de ser um período marcado por grandes mudanças nas áreas agricultáveis de florestas. Dentre as principais mudanças podemos destacar a expansão dos engenhos, quando o número de engenhos em Alagoas triplicou durante o século XIX, saltando de 180 em 1802 para 316 em 1849, e subindo para 632 em 1879[242]. Isso era o reflexo da modernização da agroindústria do açúcar[243], que acompanhava outras ondas modernizadoras na economia agrícola. A ferrovia acelerou a produção e a comercialização do açúcar, encurtando as distâncias e barateando os fretes, principalmente na região da mata norte, ligando o vale do Mundaú a Maceió. Este foi o caso, por exemplo, da estrada de ferro construída em União dos Palmares (1884), Viçosa (1891) e São José da Lage (1894)[244].

Nos relatórios dos diretores da Colônia Militar Leopoldina, dos anos 1864 e 1866 – últimos anos de colônia militar – ainda se falava na destruição das matas pelos habitantes das florestas, embora a Colônia já contasse com 4 engenhos de fabricar açúcar. Pelo ofício do Capitão diretor João da Gama, de agosto de 1864, é possível inferir que a prática de extração

---

[241] RELATÓRIO do Diretor-Capitão da Colônia Militar Leopoldina João da Gama Lobo Bentes, Em resposta ao Aviso Circular do Ministério do Império e ao ofício do vice-presidente da província, em 15 de dezembro de 1859. APA, Caixa 160.

[242] SANT'ANA apud ANDRADE, Manuel Correia de. *Usinas e Destilarias das Alagoas*: uma contribuição ao estudo da produção do espaço. Maceió: EDUFAL, 1997, p. 30.

[243] Essa modernização se deu com a introdução de novas máquinas, novas técnicas de plantio da cana-de-açúcar e pela instalação da primeira usina de açúcar. Ver: SANT'ANA, Moacir Medeiros de. *Contribuição à História do Açúcar em Alagoas*. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos; CEPAL, 2011, p. 109.

[244] ANDRADE, Manuel Correia de. 1997, p. 26.

de madeira ilegal era comum entre as pessoas que habitavam as matas, o que tornava difícil a sua fiscalização por parte das autoridades e a negociação dos terrenos no distrito da Colônia, tanto para os compradores quanto para os vendedores destes terrenos:

> É de meu dever comunicar a V. Ex.ª que muitas pessoas do distrito de Camaragibe persistem no pernicioso abuso de extrair madeiras para exportar, nas terras devolutas que estão expostas à venda, o que tem de certo modo desgostado já a muitos dos pretendentes a com desses terrenos, e mesmo aos que já tem comprado lotes para o lado daquele distrito[245].

Embora não soubesse os nomes de todos os contrabandistas, o diretor atribuía o crime de contrabando de madeiras aos índios da aldeia do Cocal, que foram auxiliados por filhos, parentes e por um "[...] tal galante criminoso de morte, que foi prezo nas matas", onde andava fugido da justiça ("homiziado")[246]. É interessante notar que esses índios aparecem nas matas alagoanas após a guerra dos cabanos, o que leva muitos estudiosos a levantar a hipótese de que eles fazem parte do processo de etnogênese das etnias e povos que sobreviveram ao pós-guerra[247]. Isso quer dizer que as matas continuavam sendo abrigo da gente marginalizada pelo processo civilizatório da Colônia, embora tenha reduzido a quantidade dessa gente.

O contrabando de madeira não era novidade nas matas da Colônia. Desde 1851, as autoridades se queixavam dessa prática, a exemplo do comandante do destacamento, o alferes Manuel Sabino de Mello, que solicitava junto à presidência da província o envio de 150 praças de linha para completar o contingente da Colônia e para combater o contrabando de madeiras. Segundo Mello, o pedido se justificava porque "Se aproxima o tempo em que descem as madeiras e precisa-se de força para obstar o contrabando, que segundo me consta, se tem feito sempre em grande escala nas matas que hoje pertence ao distrito da Colônia"[248].

O fato é que a gente das matas pagava o preço da falácia preservacionista, já que suas terras eram expropriadas pelo poder de mando e pelos grandes proprietários de terra, os principais beneficiados pela política de preservação. Desse modo, entendemos que não há como compreender a formação do espaço e da sociedade alagoana, inclusive da Colônia Militar Leopoldina, sem passarmos pela história social das matas, o que significa estudar os

---

[245] OFÍCIO do diretor Capitão da Colônia Militar Leopoldina João da Gama Lobo Bentes ao vice-presidente da província Roberto Calheiros de Mello, em 29 de agosto de 1864. APA, caixa 161.
[246] Id.
[247] Segundo Allen, a etnogênese acaba com a visão rígida entre conquistadores e conquistados, destacando a participação de todos os atores históricos na formação desses novos grupos. Ver ALLEN, S. J. Identidades em jogo*: Negros, Índios e a Arqueologia da Serra da Barriga*. In: ALMEIDA, L. S. (org.*). Índios do Nordeste:* temas e problemas 2. Maceió: Edufal, 2000, p. 253.
[248] MELLO, Manuel Sabino de; citado por SILVA, Everaldo Araújo. A Colônia da Princesa. Biblioteca do *Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*. Reg. 273, E-AL-2, P-1, L-83, p. 61.

projetos civilizatórios para a região, seu povoamento, seu movimento de ocupação colonial e sua expansão agrícola, e, sobretudo, suas fronteiras de resistência construídas pela gente das matas.

Nesse contexto, as matas da Colônia Leopoldina já não eram mais incultas ou intocáveis, pois o capital avançava com suas fronteiras agrícolas e ferrovias. No entanto, ela continuava sendo o espaço da gente de diferentes matizes culturais, que continuavam a fazer delas seu espaço de vida e luta.

A segunda metade do século XIX foi marcada pelo que Peter Eisenberg chama de "modernidade sem mudanças"[249]. As "ideias de Brasil" povoavam o imaginário político e intelectual – seja refletindo sobre o modelo político ideal ou sobre a construção da sociedade civil, sobretudo no tocante ao destino dos índios e dos negros escravos – a procura de uma identidade nacional[250]. O que se consolidou foi uma determinada concepção de Brasil conservadora. Tudo confluindo para o que Carlos Guilherme Mota chamou de "processo reformista de acomodação" entre as províncias e as elites "[...] de variadas extrações, os estamentos senhoriais e as classes comerciais, num processo que desembocaria na conciliação de meados do século, garantidora da 'paz' do segundo Império e da ordem escravista"[251].

Foi nesse contexto de regresso conservador, que o governo redescobriu o Brasil – seu povo, seu espaço e sua natureza – ao criar uma série de medidas para garantir o desenvolvimento econômico, a estabilidade do regime e a unidade territorial. Dentre as principais medidas, destacamos a Lei Eusébio de Queiroz de 1850, que proibiu o tráfico de escravos; a Lei de Terras de 1850, que disciplinou a compra e venda de terras, provocando a expansão agrícola das grandes propriedades e engenhos; a chegada das ferrovias nas cidades e interiores das matas; e a instalação das colônias militares, em especial da Colônia Militar Leopoldina nas matas de Jacuípe. Essas medidas eram uma resposta a época de grandes revoltas e rebeliões da primeira metade do século XIX, que vamos tratar no próximo capítulo.

---

[249] EISENBEG, Peter. Op. cit., 1977.
[250] MOTA, Carlos Guilherme. *Ideias de Brasil*: formação e problemas (1817-1850). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). Viagem Incompleta: A Experiência Brasileira. São Paulo: SENAC, 1999, p. 201-202.
[251] Id.

3 COLONIZAÇÃO MILITAR E CONFLITO NAS MATAS DE JACUÍPE

> Estas matas, Ex. Snr., tem até hoje servido de base de operações para todas as revoluções, que tem aparecido nesta província, e si alguma coisa houver será certamente este ponto o primeiro a ser atacado[252].
>
> É necessário, porém, acabar quanto antes esse germe de revoltas, que ambições pouco escrupulosas podem aproveitar e desenvolver, dando-lhe mais longo alcance e mais grave aspecto[253].

O fim do tráfico de escravos africanos para o Brasil e as rebeliões populares da primeira metade do Oitocentos motivaram uma série de debates e ações sobre os rumos da economia e da sociedade imperial. A possibilidade da falta de braços para a agricultura e a fragmentação do território nacional passaram a ser encarados pelas autoridades do Segundo Reinado como ameaças à formação do Estado-Nação. Entre algumas medidas tomadas por esse Estado para a resolução desses problemas, podemos destacar a adoção de uma política específica de controle social para acabar com as revoltas populares, além do incentivo à imigração de trabalhadores estrangeiros.

A instalação das colônias militares fazia parte dessa política de controle social, porquanto diminuía "as possibilidades de circulação de homens livres pobres, índios e escravos fugidos"[254]. Esse contexto determina a criação da Colônia Militar Leopoldina, que foi motivada tanto pela crise do sistema escravista – que exigia do governo resposta para o problema da mão de obra – quanto pela presença de povos rebeldes nas matas, os quais ameaçavam a unidade territorial e a segurança da província. Entretanto, pretendemos mostrar que a política de segurança e unidade territorial foram mais decisivos para criação e manutenção da Colônia do que a questão da mão de obra.

As colônias militares foram uma das consequências do "Regresso Conservador" – movimento realizado pela direção Saquarema para a consolidação do Estado Imperial –, que na visão de Ilmar Mattos seria uma reação centralizadora frente à crise do escravismo colonial

---

[252] RELATÓRIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina, João da Gama Lobo Bentes, a presidência da província, sobre a revolta contra a Lei do Cativeiro, 1852. APA. Caixa 160.

[253] BRASIL. Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª sessão da 8ª Legislatura, em 1850, pelo respectivo Ministro e Secretário D'Estado Euzébio de Queiroz Coutinho Mattoso Câmara sobre a Revolta da Praieira. Rio de Janeiro, 1850, p. 13. Typ. Do Diário, de N. L. Vianna. Disponível em www.crl.edu.brazil/ministerial/justiça. Acesso em 24 abr. 2014.

[254] OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. "No Centro das Matas": as colônias militares e os embates dos anos 1850. In: BESSONE, Tânia Maria; NEVES, Lucia Maria Bastos P.; GUIMARÃES, Lucia Maria P. (org.). *Elites Fronteiras e Cultura do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013, p. 135.

e ao risco das insurreições crescentes. Esta centralização exigiu da Coroa a organização dos monopólios das *grandes famílias*, através de uma política de terras, uma política de mão de obra, uma política monetária, além de uma ação repressiva contra os movimentos insurrecionais[255]. Desse modo, a unidade do Império só estaria garantida com a continuidade da restauração e expansão dos monopólios que fundavam a classe senhorial, pois, segundo Mattos, "[...] esta unidade e esta continuidade sublinham, ainda, a íntima relação entre a construção do Estado imperial e a constituição da classe senhorial"[256].

As revoltas e rebeliões populares estavam presentes em quase todo território e mobilizavam tanto o povo quanto as elites locais. As elites se dividiam quanto ao apoio, participação ou repressão a esses movimentos, como foram os casos, por exemplo, da Guerra dos Cabanos, na sua fase inicial, e da Praieira. Entretanto, quando esses movimentos se tornaram uma ameaça à unidade territorial e formação do Estado nacional, as elites se uniram para evitar qualquer possibilidade de ruptura da estrutural social e do poder político.

Na visão de José Murilo de Carvalho, a coesão das elites foi fundamental para a manutenção da unidade e de um governo central forte. Além disso, afirma ainda Carvalho, as elites temiam que as revoltas e conflitos levassem a mudanças violentas de poder; daí a necessidade de coesão para reduzir as revoltas e conflitos internos aos interesses divergentes dos grupos dominantes[257]. Desse modo, a manutenção da unidade dificilmente seria posta em dúvida pela elite nacional, embora houvesse interesses divergentes e tendências descentralizantes[258].

Em meados dos anos 1850, o governo central considerava a colonização uma das questões sociais mais importantes, aquela que, na visão do ministro do império Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, "[...] mais se prende atenção do Governo e de todos os homens que pensam o futuro do país"[259]. O ministro destacava a existência de dois problemas-chave que

---

[255] Ilmar Mattos define a direção Saquarema como um corpo político formado por funcionários do Estado e proprietários rurais "unificados pelo princípio da ordem e da civilização"; ou seja, é um "[...] conjunto que engloba tanto a alta burocracia imperial – senadores, magistrados, ministros e conselheiros de Estado, bispos, entre outros – quanto os proprietários rurais localizados nas mais diversas regiões é nos mais distantes pontos do Império". Ver MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema* – A Formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 1990, p. 3-4.

[256] Ibid., p. 91.

[257] CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem*: a elite política imperial/Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, p. 40.

[258] Ibid., p. 42.

[259] BRASIL. Relatório da Repartição Geral das Terras Públicas, anexo ao Relatório apresentado á Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da nona legislatura, pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Império, Luiz Pedreira do Coutto Ferraz. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1856, p. 86.

bloqueavam o desenvolvimento econômico e a unidade nacional: a falta de braços para a agricultura e a ausência de segurança nas matas incultas e fronteiras internas e externas. A solução seriam as colônias de imigrantes europeus e as colônias militares de nacionais[260].

Ao contrário das colônias de imigrantes europeus, as colônias militares foram criadas com o duplo intuito de povoar e policiar as matas[261], embora algumas autoridades divergissem quanto a este caráter. Para o ministro da Guerra Jeronymo Francisco Coelho, elas deveriam ser essencialmente militares, pois "[...] tais colônias, portanto, têm o caráter pronunciadamente militar, e embora nelas entre o elemento agrícola, ainda assim são mais que tudo colônias policiais" [262]. Já para o ministro da Guerra Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão, as colônias militares não passavam de colônias agrícolas civis, cujo objetivo era formar núcleos de povoamento, desenvolver a agricultura e civilizar os indígenas[263].

Quadro 3 - Colônias militares existentes em 1858

Nome das colônias	Província
Leopoldina	Alagoas
Pimenteiras	Pernambuco
Gurupy	Maranhão
Cachoeira	Bahia
Óbidos	Pará
Pedro II	Pará
São João de Araguaya	Pará
Cazeros	São Pedro (Rio Grande do Sul)
Urucu	Minas Gerais
Santa Thereza	Santa Catarina

[260] BRASIL. Relatório da Repartição Geral das Terras Públicas, anexo ao Relatório apresentado á Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da nona legislatura, pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Império, Luiz Pedreira do Coutto Ferraz. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1856, p. 86.
[261] Ibid., p. 92.
[262] BRASIL. Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da décima legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Jeronymo Francisco Coelho. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1857. p. 45. Disponível em www.crl.edu.brazil/provincial/alagoas. Acesso em 28 abr. 2014.
[263] BRASIL. Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na terceira sessão da décima-primeira legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Guerra, Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1863, p. 45. Disponível em www.crl.edu.brazil/provincial/alagoas. Acesso em 28 abr. 2014.

Dourados	Mato Grosso
Itapura	São Paulo
Porto Souza	Espírito Santo
Santa Bárbara	Goiás
Santo Antonio	Goiás
Jatahy	Paraná

FONTE: BRASIL. Relatório do Diretor das Terras Públicas de 1857 e 1858, anexo ao Relatório do Ministério do Império.

É interessante notar a existência de colônias militares nas províncias das regiões marcadas por insurreições populares – Norte e Nordeste – ou por disputas territoriais – Sul, Sudeste e Centro Oeste. Ainda que algumas tenham se transformado em meras colônias agrícolas, para nós isso demonstra a grande preocupação do governo imperial em construir colônias com o caráter essencialmente militar, para combater os revoltosos, garantir a unidade territorial e proteção das nossas fronteiras.

O presidente da província das Alagoas Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque criticava o caráter misto das colônias militares, em especial da Colônia Leopoldina, que, segundo ele, confundia atividade agrícola com atividade militar, colocando em perigo a província e a própria existência da Colônia[264]. Refletindo sobre esta questão o presidente levantava uma série de problemas:

O presidente Sá e Albuquerque chamava atenção para questões estratégicas fundamentais, tanto do ponto de vista econômico quanto de segurança da província. Será que a Colônia poderia alcançar algum desenvolvimento sendo mista, agrícola e militar? Será que não haveria perigo em colocar a agricultura e as armas nas mãos das mesmas pessoas? E qual deveria ser o melhor sistema colonial, agrícola ou militar? [265] São questões que mereciam (e merecem) séria reflexão se pensarmos na importância estratégica da região da mata norte de Alagoas e em sua história de rebeliões populares. Do ponto de vista econômico, era uma área de grande potencial devido à fertilidade de suas terras, madeiras e recursos naturais. Do ponto de vista bélico, era uma área de fronteiras internas e externas, disputadas por grupos distintos,

[264] Fala dirigida á Assembleia Legislativa da província das Alagoas na abertura da sessão ordinária, em 1 de março de 1857, pelo Excelentíssimo presidente da mesma província Antonio Coelho de Sá e Albuquerque. Recife: Typographia de Santos & Companhia, 1857, p.15.
[265] Id.

desde a diversidade representada pela gente das matas até a classe senhorial e autoridades governamentais.

Em outras palavras, como confiar armas nas mãos de um povo que até pouco tempo vivia nas matas, fazendo ou participando de revoltas e rebeliões populares? Certamente, Sá e Albuquerque estava preocupado com a formação de uma nova insurreição popular nas matas. As armas e agricultura poderiam ser os instrumentos para potencializar esse movimento.

Para Sá e Albuquerque, a Colônia não poderia conviver com essa ambiguidade; esta forma de organização poderia transformar os colonos em uma "ameaça armada" perigosa, comprometendo o potencial agrícola da colônia e a paz na região de fronteira. Ele estava preocupado com o desenvolvimento tanto econômico como militar da Colônia e não vislumbrava qualquer futuro para uma atividade econômica que vivesse "tão debaixo do peso das armas". Ainda segundo Sá e Albuquerque, "A agricultura tão debaixo do peso das armas viverá tímida e assombrada". E por sua vez, "As armas quase em completa mistura com a lavoura viverão em ócio, desnaturar-se-ão, desnaturarão as mãos dos que as manejam" [266]. Nesta perspectiva, a ideia de colônia mista (agrícola-militar) seria um obstáculo tanto para a economia quanto para a segurança da província. A história de grandes revoltas e rebeliões populares na região da mata justificava a preocupação do presidente.

3.1 Colônias militares: agrícolas ou mistas?

Povoar, produzir e militarizar interiores e matas do Brasil, era essa a tríade do projeto civilizador das colônias militares. Povoar para civilizar a gente das matas; produzir para desenvolver a agricultura e gerar riquezas para os cofres públicos; militarizar para garantir a unidade territorial e a segurança nacional. Embora polêmico, esse tipo de estabelecimento militar prevaleceu em boa parte das províncias, inclusive nas de Alagoas e Pernambuco.

Havia outras autoridades do exército que não viam incompatibilidade entre a função militar e a agrícola das colônias militares. Entre elas, destaca-se a figura de José Vieira Couto Magalhães que, além de militar, foi presidente de várias províncias e escritor, deixando duas obras clássicas sobre as colônias militares e seus potenciais colonos, os "selvagens indígenas"

[266] Fala dirigida á Assembleia Legislativa da província das Alagoas na abertura da sessão ordinária, em 1 de março de 1857, pelo Excelentíssimo presidente da mesma província Antonio Coelho de Sá e Albuquerque. Recife: Typographia de Santos & Companhia, 1857, p.15.

que habitavam as matas do Brasil[267]. Para Couto Magalhães, serão consideradas colônias militares aquelas que atingirem esses dois objetivos, isto é, o de defesa e o de riqueza[268]. Na sua visão, só as colônias militares teriam condições de proteger as nossas fronteiras, povoar e desenvolver a indústria agrícola do interior do país. Ao definir colônia militar, ele esclarece melhor esta visão:

> Sendo o fim principal do Exército defender o estado contra ataques de inimigos externos e internos, só serão militares as colônias criadas: ou com o fim de proteger comunicações em linhas táticas, ou que se destinarem às indústrias agrícolas [...] As colônias que puderem atingir a estes dois fins serão muito proveitosas, não só como elementos de defesa, mas como elemento de riqueza[269].

Embora, em Alagoas, a colonização militar tivesse ocorrido mais por razões internas que externas, a reflexão de Couto Magalhães é interessante para situarmos as colônias militares no processo de formação do Estado Nação. Isto significa pensarmos essa colonização articulando quatro pilares dessa formação: mão de obra, núcleos de povoamento nas matas, proteção das nossas fronteiras e o índio como construtor desses elementos e da própria colônia.

O argumento de Couto Magalhães era de que o índio brasileiro deveria ser integrado à sociedade nacional. Ele chega a afirmar que "Duas terças partes do nosso território, nossas comunicações interiores, e indústrias importantíssimas, dependem aqui, até certo ponto, do selvagem"[270]. Essa dependência refletia o problema do desbravamento e povoamento do interior do país, que, na sua visão, poderia ser resolvido com a mão de obra indígena, desde que instruída pelos intérpretes militares e disciplinada pelas colônias militares[271]. Neste sentido, o índio só poderia ser útil enquanto desbravador das florestas e potencial substituto do trabalhador escravo africano, duas tarefas desprezadas pelos brancos civilizados, mas de fundamental importância para o desenvolvimento socioeconômico do país.

Para Couto Magalhães, – sem o necessário controle e integração – os "selvagens" que habitavam as florestas eram uma ameaça ao progresso e à paz da população do interior do Brasil. Daí a necessidade de civilização desses selvagens. Ele recorria aos pressupostos da

---

[267] Ver "Memórias sobre as Colônias Militares e Indígenas" (1875) e "O Selvagem" (1876), obras nas quais detalha melhor o seu pensamento sobre os índios e as colônias militares do Brasil Império, entre outras. Couto Magalhães conhecia bem o interior do Brasil, pois tinha sido presidente das províncias.
[268] COUTO MAGALHÃES, José Vieira. 1875, p. 13.
[269] Ibid., p. 13-14.
[270] COUTO MAGALHÃES, José Vieira. 1876, p. XIX.
[271] Ibid., p. XXXIII- XXXIV.

teoria evolucionista para afirmar que toda vez que a raça bárbara entrou em contato com a raça civilizada, esta se viu forçada a exterminá-la ou a ensinar-lhe a civilização, através da língua. Neste sentido, ainda segundo Couto Magalhães, "domesticar os selvagens" equivalia à conquista pacífica de dois terços do território brasileiro e a criação de "um milhão de braços aclimados" para a indústria[272].

Couto Magalhães pensava o desenvolvimento econômico e civilizatório do Brasil por meio da exploração dos recursos naturais e pacificação dos povos das matas. Para tanto, era preciso povoar os sertões com as colônias militares. Apenas desse modo seria possível conquistar parte do território sob o domínio dos selvagens; o que significava atender a quatro pontos fundamentais: adquirir braços para a indústria agrícola; assegurar as comunicações interiores; evitar o derramamento de sangue e grandes despesas. O próprio Magalhães esclarece melhor esses pontos:

> 1º Conquistar duas terças partes do nosso território, que ainda não pôde ser pacificamente povoado por causa dos selvagens.
>
> 2º Adquirir mais um milhão de braços aclimados e utilíssimos nas indústrias pastoris, extrativas e de transportes internos, únicas possíveis por muitos anos no interior; esses braços são os mais próprios para a povoação de nossas remotas fronteiras, os únicos aptos para desbravarem o interior, e serem os predecessores naturais da raça branca, n'um solo ainda virgem.
>
> 3º Assegurar nossas comunicações interiores para as duas bacias do Prata e do Amazonas.
>
> 4º Evitar no futuro grande efusão de sangue humano, e talvez despesas colossais, como as que têm feito outros países da América[273].

Nesta perspectiva, as colônias militares, e consequentemente o Brasil, só teriam futuro com a integração dos selvagens a esse projeto colonizador. A mão de obra destes seria a base para a indústria agrícola e exploração do interior. Além de serem os mais apropriados para a guarda e povoamento de nossas fronteiras, são os únicos capazes de desbravarem o interior das matas. Magalhães não vê o desenvolvimento da agricultura sem a necessária integração do índio à sociedade nacional, através da língua e, sobretudo, da disciplina militar.

Guiado por essas mesmas orientações, o presidente da província das Alagoas, João Marcelino de Souza Gonzaga – embora não falasse do índio diretamente – também acreditava que a fundação das colônias militares, em especial da Colônia Militar Leopoldina, tinha a

[272] COUTO MAGALHÃES, José Vieira. 1876, p. VII-VIII.
[273] Ibid., p. XV.

função de civilizar os habitantes selvagens das matas e, em consequência, acabar com os focos de criminosos[274].

Outra defesa das colônias militares mistas vem de José Rufino Rodrigues Vasconcelos, chefe da 1ª seção da diretoria fiscal da Secretaria de estado dos negócios da guerra, cujas ideias se aproximavam muito das de José Vieira Couto Magalhães, quanto à caracterização das colônias militares, e, em especial, em relação à civilização dos índios. Neste último caso, dizia ele que algumas colônias foram feitas para conter os assaltos e correrias indígenas, e que para o bom proveito do Estado era preciso catequizar os índios na religião e no trabalho, para que dessa forma eles possam substituir os escravos nas lavouras. Ou seja, como afirmava o próprio Rodrigues Vasconcelos, "É esse um serviço importante, e do qual, bem dirigido, pode o Estado colher as maiores vantagens. Pôde assim encontrar braços de que tanto carece, para ir substituindo o trabalho escravo" [275].

Para Rodrigues Vasconcelos, as colônias poderiam ser de fronteira, agrícola, de povoamento, de segurança da nossa malha fluvial ou de proteção contra os índios selvagens e criminosos das matas; em qualquer destas hipóteses, dizia ele: "[...] é fora de duvida que elas são verdadeiros pontos militares; sua administração é toda militar"[276]. O chefe da Secretaria dos negócios da guerra não via problema com a diversidade de funções das colônias militares – inclusive a agrícola –, pois mesmo atuando em diversas frentes, segundo ele, elas não perdiam a sua característica principal, a de organização militar em defesa da unidade e da segurança nacional.

Ainda refletindo em torno da formação da mão de obra e da integração da gente das matas à civilização, é interessante fazer uma analogia com outras propostas de colonização militar no Brasil Império. Neste sentido, Flávio Gomes dos Santos destaca a proposta de Francisco Antônio Brandão Jr.[277] para o Maranhão, a qual buscava transformar cativos em colonos sob o regime de trabalho compulsório. Brandão Júnior propunha um projeto de

---

[274] Fala dirigida a' Assembleia Legislativa da Província das Alagoas, na abertura da segunda sessão ordinária da 14ª legislatura, pelo Exmo. Presidente da Província, Dr. João Marcelino de Sousa Gonzaga, em 24 de outubro de 1863. Typographia Progressista, 1863. Disponível em www.crl.edu.brazil/provincial/alagoas. Acesso em 20 mar. 2014.

[275] VASCONCELOS, José Rufino Rodrigues. Op. Cit., 1867, p. 10.

[276] Ibid, p. 7.

[277] Doutor em Ciências Naturais pela Universidade de Bruxelas, em 1865. Foi várias vezes deputado na Assembleia Legislativa do Maranhão e, posteriormente, dedicou-se ao magistério como professor de instrução superior. Ver GOMES, Flávio dos Santos, *A Hidra e os Pântanos:* Quilombos e Mocambos no Brasil (Sécs. XVII-XIX). Campinas, 1997. 742 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1997, p.301.

civilização positivista, de integração do escravo[278]. Sua tese era de que "[...] a escravidão impedia o processo de 'civilização' de qualquer sociedade[279]". Na sua perspectiva positivista, os escravos e a escravidão eram incompatíveis com o futuro e o progresso de qualquer sociedade nacional. Daí a necessidade de transformação dos escravos em colonos:

> [...] em pouco tempo estariam todos os escravos libertos, tendo ainda os estabelecimentos dos fazendeiros para continuarem nos trabalhos da lavoura, para os quais seriam contratados como colonos, e a nação ficaria assim livre da mais inumana de todas instituições[280].

Era outra proposta semelhante à proposta de Couto Magalhães, no sentido de que era preciso "civilizar" os povos das matas. A diferença fundamental estava na escolha entre o índio e o escravo negro. Enquanto Couto Magalhães defendia a transformação do "índio selvagem" em trabalhador, Brandão Jr. defendia o mesmo para o "negro escravo e quilombola". Para Brandão essa transformação deveria se dar de forma gradual. Para ele, as guerras aos quilombos eram inúteis, já que a solução para o fim da resistência dos quilombolas era a transformação destes em colonos. Desse modo, a principal função das colônias militares era controlar o trabalho e a economia destes quilombos.

No caso da Colônia Militar Leopoldina, a proposta de colonização não faz referência diretamente a índios ou negros, mas, simplesmente, à necessidade de civilizar a gente que habitava as matas. Essa gente, como já foi dito anteriormente, era bastante heterogênea, poderia ser brancos pobres, mestiços, caboclos, negros (livres, forros, fugidos ou escravos), ou índios (aldeados ou "bravos"), embora as fontes de que dispomos não façam referência à presença destes últimos na Colônia. Não sabemos se eles realmente estiveram ausentes ou se na Colônia todos anulavam a sua etnia e eram incorporados como colonos. Não acreditamos muito nesta última hipótese, já que, por um lado, havia os índios aldeados, embora o governo provincial fosse desconstruindo oficialmente, ao longo do século XIX, esse aldeamento e a existência do próprio índio[281]; e, por outro, a negação de qualquer forma de integração do escravo negro como colono.

David Wood não destaca índios nem negros na sua tese sobre as colônias militares do Brasil Império, mas destaca que a função principal dessas colônias era transformar pobres, vadios e criminosos em trabalhadores bons e honrados. Para tanto, era preciso enquadrá-los na

---

[278] GOMES, Flávio dos Santos. Op. cit., 1997, p.301.
[279] Ibid., p. 304.
[280] Ibid., p. 311.
[281] Ver, por exemplo, *Os Índios nas Falas e Relatórios Provinciais das Alagoas*, de 1835 a 1873. ALMEIDA, Luiz Sávio de (Org.). 1999.

disciplina militar e que o governo garantisse terras cultiváveis para esses indivíduos[282]. Donde se presume que algumas colônias chegaram a integrar os índios que estavam sendo desaldeados e os remanescentes de quilombos, que se confundiam com os homens livres pobres e vadios. Este foi o caso, por exemplo, da Colônia Militar de Pimenteira.

A análise que David Wood faz das colônias militares não difere muito desses autores. Para ele, a instalação desses estabelecimentos militares era uma forma de antecipação do fim do tráfico de escravos. A ideia de colônia militar atendia às necessidades econômicas do Brasil Império. O fim do tráfico de escravos e a expectativa da abolição ameaçavam destruir a frágil economia do Império; é justamente nesse momento que surgem as colônias militares como alternativa[283]. No caso da Colônia Militar Leopoldina, a documentação coletada por nós aponta para outras razões, sobretudo para a continuada resistência da gente das matas, num período que alguns historiadores chamam de "rescaldo" da Guerra dos Cabanos e da Revolta da Praieira.

3.2 Conflitos nas matas: rescaldo da Cabanada e da Praieira em Alagoas

A gente das matas alagoanas participou das grandes rebeliões do século XVII e XIX – que vão desde os Quilombos dos Palmares, passam pela Guerra dos Cabanos (1832-1835) e chegam à Revolta Praieira (1848-1849)[284] – seja como aliados, como inimigos ou protagonistas desses movimentos rebeldes. Portanto, compreender como se deu a participação dessa gente nesses movimentos é relevante para o conhecimento histórico de um povo que soube construir estratégias de sobrevivência e alianças diversas, segundo seus próprios interesses e circunstâncias históricas encontradas.

A história da gente da mata alagoana é a história das grandes rebeliões. Essas rebeliões marcaram o destino dessa gente. Eram movimentos com alianças complexas e interesses diversos, que poderiam representar desde disputas locais pelo poder – a pretexto da oposição absolutismo versus liberalismo – ou até mesmo a formação de sociedades alternativas nas matas, mobilizando índios, negros, pobres, proprietários rurais, senhores de engenho, além das autoridades locais e nacionais.

---

[282] WOOD, David Lyle. Op. cit., p. 13.
[283] Ibid., p. 159.
[284] Essa gente participou também da Insurreição Pernambucana de 1817, da Confederação do Equador de 1824 e da revolta contra o Decreto 798, que estabelecia a "Lei do registro Civil", entre outras. Esta ocorreu nos estados de Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Sergipe e Ceará, entre 1851 e 1852.

No Código de 1830, primeiro "Código Criminal do Império do Brasil", era denominado rebelião o crime intentado por mais de 20 mil pessoas[285]. Para efeito da nossa pesquisa, utilizaremos o termo rebelião no mesmo sentido dado pelas autoridades militares que combateram as insurreições pernambucanas do século XIX e julgaram os insurgentes "pelo crime de rebelião". Neste caso, "A palavra 'insurgente' é usada, assim, juntamente com o mais constante vocábulo rebelião, um tipo de crime em que havia o 'perigo do contágio revolucionário' e 'proclamações sediciosas'"[286].

Mônica Duarte Dantas mostra que "[...] os termos usados nos documentos coevos não se limitavam àqueles prescritos na legislação criminal". Os vocábulos revolução e revolta, por exemplo, demonstram isso, na medida em que não apareciam como "tipos penais", mas tinham sentido para aqueles que os utilizavam[287]; seja para as forças repressoras ou para os próprios rebeldes desses movimentos.

Embora o *Dicionário da Língua Portuguesa*, de Antonio Moraes Silva, em 1813, defina o termo revolta como "levantamento, perturbação da ordem doméstica e política", vamos utilizá-lo no mesmo sentido dado, também, pelas autoridades do século XIX para identificar os participantes dos movimentos políticos da época, "Mesmo depois de aprovado o Código de 1830", a exemplo da [Guerra dos Cabanos] e da Revolta da Praieira, em Pernambuco e Alagoas[288].

No caso das rebeliões e revoltas ocorridas em Alagoas no século XIX, elas se concentravam mais nas matas habitadas pelos famosos índios guerreiros do Jacuípe, pelos negros papa-méis (remanescentes do Quilombo dos Palmares e da Cabanada) e por outros guerrilheiros cabanos. Isso deve ter contribuído muito para a retórica discursiva das autoridades sobre as matas incultas e seus habitantes selvagens, além de ter sido fator decisivo na criação das colônias militares de Leopoldina e Pimenteiras.

No século XIX, o século das grandes rebeliões, realizadas nas matas pernambucanas e alagoanas, o aldeamento de Jacuípe era um dos principais focos de resistência da gente das matas. Em 1829, alguns anos antes do movimento cabano (1832-1835), Jacuípe era considerado pelas autoridades abrigo de facinorosos, desertores e escravos fugidos. Segundo o

[285] DANTAS, Monica Duarte (org.). *Revoltas, Motins Revoluções*: homens pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011, p. 35.
[286] Ibid., p. 15-16.
[287] Ibid., p. 37.
[288] Ibid., p. 38-39.

presidente da Província, os índios não permitiam as prisões dessa "gente", pois o próprio aldeamento protegia os desertores e acoitava os escravos[289]. Isso demonstra o fato de que a "gente cabana" forjava as suas próprias alianças e estratégias políticas.

Em 1830, José de Melo Correia, membro do Conselho Geral da Província de Alagoas, propõe o desaldeamento dos índios das matas, especialmente os de Santo Amaro e Jacuípe, pois considerava estes "vagabundos, assoladores das matas, homens arruados e provocadores"[290]. José de Melo Correia havia sido administrador das matas e faz referência a Jacuípe de 1822, onde esteve para fazer um reconhecimento das madeiras. A fala atesta a "vida cabana" em curso; ao mesmo tempo é reveladora, enquanto fala do poder preocupada com os rebeldes das matas:

> [...] todos estes dias gastei em fazer cálculos se devia ou não declarar a comissão a que me dirigia aquele local, e como eu só via homens armados com bacamartes, pistolas e outras armas, e não tivesse forças para obstar qualquer ataque, que me pudessem fazer na ação de conhecer das madeiras, e não visse ali a quem requisitar auxílios, pois o Sr. Diretor representava ser o maior faccioso por vir visitar-me com uma pistola no descanso e uma faca de ponta na mão, acompanhado com o Sr. Padre Capelão com iguais armas; assentei finalmente em retirar-me sem declarar o fim a que ali me dirigia[291].

A fala esconde o real interesse pelo desaldeamento indígena do Jacuípe. As terras do Jacuípe eram muito cobiçadas. A fala tenta desqualificar os índios – marginalizando-os e igualando-os aos outros povos das matas – para poder excluí-los enquanto etnia e dominar seu território. Marcus Carvalho destaca o parecer que Manoel Severino dos Santos, o futuro governador da província em 1832, "[...] apresentou ao Conselho de Governo da província, sobre a vinda de colonos europeus para Pernambuco. Para ele, um dos poucos locais onde havia terras devolutas férteis era no vale do rio Jacuípe". O resultado dessa pressão, segundo Carvalho, foi o levante armado dos índios do Jacuípe, em 1832[292].

A Guerra dos Cabanos (também conhecida como Cabanada) chega à região da mata alagoana a partir da aliança dos índios do Jacuípe com os índios de Panelas de Miranda, em Pernambuco. Segundo Tomaz Espíndola, dessa união resultaram "represálias, assassinatos, destruição de engenhos e a libertação de escravos", que se transformaram depois nos temíveis

---

[289] PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA DAS ALAGOAS. Correspondência endereçada ao Capitão-Mor de porto Calvo, datada das Alagoas em 17.7.1829. L123-E20. APA.
[290] ANTUNES, Clóvis. Op. cit., 1984, p. 44.
[291] Id..
[292] CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. Um exército de índios, quilombolas e senhores de engenho contra os "jacobinos": a Cabanada. DANTAS, Monica Duarte (org.). *Revoltas, Motins Revoluções*: homens pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011, p. 183.

guerrilheiros papa-méis[293]. Era uma resposta às autoridades devido ao recrutamento em massa dos índios madeireiros do Jacuípe e à morte do delegado dos índios, o Capitão-mor Hipólito Nunes Bacelar.

Não pretendemos discutir a Cabanada, pois a nova historiografia da mata já o fez muito bem[294]. Buscaremos apenas situá-la, de modo sucinto, no contexto de vida da gente das matas de Alagoas. Essa rebelião se forma como movimento absolutista dos senhores de engenho pernambucanos, que exigia o retorno do imperador D. Pedro I; porém, a partir da entrada de alguns pequenos proprietários rurais e dos índios de Jacuípe, a defesa do absolutismo se transforma em disputas senhoriais. Posteriormente, as alianças entre a gente das matas e as elites acabam e o movimento se transforma em revolta popular de homens pobres, índios e negros[295], sob a liderança de Vicente Ferreira de Paula. Sobre a questão do absolutismo, Luiz Sávio de Almeida nos alerta:

> [...] o fundamental é o confronto que se estabelece entre uma massa marginal e o poderio senhorial. [...] O problema do absolutismo era mínimo, sendo circunstancial e não essencial. O que estava em jogo era o modo de espoliação organizado, e é neste contexto que aparece a figura do Capitão de todas as matas [Vicente de Paula][296].

Os índios de Jacuípe foram fundamentais para a guerra de guerrilha travada na Cabanada, pelo conhecimento que eles tinham das matas, uma vez que eram índios madeireiros[297], além da grande experiência como soldados, adquirida nas outras guerras e revoltas populares. Não por acaso estes índios eram considerados os mais *ferozes e encarnecidos na luta* [298].

A Guerra dos Cabanos foi uma das maiores rebeliões do século XIX, tanto do ponto de vista da sua duração quanto da participação de grupos sociais diversos. Foram cerca de 20 anos mobilizando pobres, índios, negros e soldados, além de senhores e autoridades locais. As fases da guerra definiam os aliados e inimigos. Os cabanos eram a possibilidade concreta de uma sociedade alternativa nas matas, e isto ameaçava o domínio do território e a consolidação do poder de mando nas Alagoas pós-emancipação política.

---

[293] ESPÍNDOLA, Thomaz. Op. cit., 2001, p. 237.
[294] Ver, por exemplo: ANDRADE, Manoel Correia de. *Guerra dos Cabanos*...; LINDOSO, Dirceu. *A Utopia armada*...; ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Memorial Biográfico de Vicente de Paula*...; FREITAS, Décio. *Os Guerrilheiros do Imperador*...; CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel. *Hegemony and Rebelion in Pernambuco*..., entre outros.
[295] ANDRADE, Manuel Correia de. *A Guerra dos Cabanos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005, p. 59-61.
[296] ALMEIDA, Luiz Sávio de. 2008, p. 269.
[297] LINDOSO, Dirceu. 2005, p. 167.
[298] ALMEIDA, Luiz Sávio de, 2008, p. 273.

Em 1835, o Presidente José Joaquim Machado de Oliveira discorre sobre a Guerra dos Cabanos, que se tornou uma ameaça à paz e à ordem das Províncias de Alagoas e Pernambuco. A fala explicita a diferença entre os senhores e os "salteadores" que se embrenhavam nas matas – apontando para a necessidade de extinção destes últimos. Não bastava ao poder local o domínio do espaço e o extermínio físico dos povos das matas. A fala do presidente ilustra bem esta imagem: "[...] numerosas hordas de salteadores, embrenhados em extensas matas em comum à ambas as províncias, que já perderam o ser de racionais, e que tem só por extinto o roubo, a devastação, e a morte" [299]. Era preciso transformá-los na encarnação do próprio mal, pelo menos quando se tornava conveniente agir desse modo, já que em diversas oportunidades – sobretudo nas disputas pelo poder local – estes mesmos povos foram seus aliados.

Dessa visão senhorial surge a "tática de terra arrasada", adotada pelas autoridades para combater os revoltosos nas matas norte de Alagoas e sul de Pernambuco, atingindo não só os cabanos, mas todos os pobres da região[300]. O resultado foi o fim dos cabanos pela miséria, fome e morte. Isto é, pelo menos, o que pretendiam as elites e as autoridades. Entretanto, apesar desse massacre, os cabanos sobreviventes continuaram resistindo e participando de outras rebeliões, a exemplo da Revolta da Praieira, embora o seu líder Vicente Ferreira de Paula se recusasse a lutar tanto contra como a favor dos praieiros.

A Cabanada não acaba com o fim da Guerra, ela continua no imaginário da elite local e do povo, a ponto de, mesmo após a prisão do líder cabano Vicente Ferreira de Paula, em 1850, e com a instalação da Colônia Militar Leopoldina, os antigos cabanos ainda assustarem as autoridades provinciais. A resistência do povoado Riacho do Mato – criado pelo líder cabano, após o fim da Guerra[301] – na segunda metade do Oitocentos, pode ser considerada como rescaldo da Cabanada. Qualquer mobilização dessa gente era vista como ameaça de uma nova rebelião cabana. Vicente de Paula foi preso e abandonou a luta armada, mas o "capitão de todas as matas" continuou assombrando os poderosos a partir da resistência permanente de sua gente.

A gente das matas também se aliou aos praieiros quando a revolta chegou às matas de fronteira entre Alagoas e Pernambuco. Segundo Mariana Dantas, eles "[...] deixaram de lado

---

[299] Fala do Presidente José Joaquim Machado de Oliveira, em 1835. Maceió, Meira e Companhia. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de (Org.). 1999. p. 23.
[300] Almeida afirma que o aldeamento dos índios do Jacuípe era pequeno, mas as matas do Jacuípe eram enormes. Ver ALMEIDA, Luís Sávio de. 2008, p. 190.
[301] ANDRADE, Manuel Correia de. 2005, p. 222.

antigas desavenças com liberais e com os índios de barreiros, como tinha ocorrido durante a Cabanada". Ainda segundo Dantas, após um ataque fracassado a Recife, em 1849, os índios resistiram por mais um ano com o líder praieiro Pedro Ivo[302].

O exército rebelde era liderado pelo brigadeiro Pedro Ivo Velloso da Silveira e pelo tenente coronel Bento José Duarte, que integrou os índios de Barreiros e Jacuípe, considerados os mais fiéis e disciplinados. Mas o que poderia explicar toda essa fidelidade? Para Mariana Dantas, a tentativa de manter a posse coletiva dos seus territórios era a grande motivação desses índios[303]. Mais uma vez, eles usavam suas estratégias de aliança segundo as suas próprias interpretações do movimento liberal e segundo os seus próprios interesses[304].

No início de 1849, a Revolta Praieira chega ao fim com a morte e a rendição de algumas lideranças ligadas às tropas de Pedro Ivo e Caetano Alves, embora o próprio Pedro Ivo ainda tenha continuado resistindo por mais algum tempo nas matas sul de Pernambuco.

Marcus Carvalho destaca os diferentes sentidos e interesses dos povos participantes da Guerra dos Cabanos e da Revolta da Praieira. Para Carvalho, "A Praieira foi briga de senhor de engenho, foi disputa pelo poder político local"; porém ele mostra que o "povo" não foi massa de manobra dos senhores, pois eles sabiam o que queriam e tinham suas próprias lideranças, advindas de diferentes setores da sociedade. Do mesmo modo que os cabanos, embora sejam diferentes a sua contribuição e as suas reivindicações, a participação do "povo" na Praieira era uma forma de lutar por uma "solução para um leque de insatisfação mal resolvido pela independência" [305].

No que diz respeito à Praieira em Alagoas, o liberalismo não chegou aos pobres das matas, mas a sua participação na revolta era disputada tanto pelas autoridades da província

---

[302] DANTAS, Mariana Albuquerque. Populações Indígenas e Movimentos Rebeldes: Pernambuco na primeira metade dos Oitocentos. Trabalho Apresentado no Simpósio Temático "Os Índios e o Atlântico", *XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH*, São Paulo, 17 a 22 de julho de 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300216724_ARQUIVO_Texto ANPUH2011.pdf, Acesso em: 08 maio 2013, p. 9.

[303] DANTAS, Mariana Albuquerque. *Dimensões da Participação Indígena na Formação do Estado Nacional Brasileiro*: revoltas em Pernambuco e Alagoas (1817-1848). Niterói, 2015. 321 p. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, p. 243.

[304] O governo de Alagoas tenta seduzir algumas lideranças indígenas do Jacuípe a abandonarem o exército liberal em troca de algumas dádivas. Entretanto, os índios resistiram a essa pressão governamental e continuaram na Praieira. Cf. DANTAS, Mariana Albuquerque, 2015, p. 253-254.

[305] CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. A "Revolução de Novembro", A "Populaça" do Recife e suas lideranças em 1848. In: LIBBY, Douglas Colle; FURTADO, Júnia Ferreira (Org.). *Trabalho Livre, trabalho escravo*: Brasil e Europa, Séculos XVII e XIX. São Paulo: Annblume, 2006, p. 437-438.

quanto pelos rebeldes praieiros[306]. Segundo Almeida, o presidente da província buscava apoio da gente das matas a partir de Vicente de Paula, pois Jacuípe era um ponto estratégico fundamental e os índios tinham um potencial bélico já bastante conhecido[307]. Por outro lado, uma parte dessa gente aderiu à revolta dos liberais, e o governo buscava impedir isso de todas as formas: negociando, aprisionando ou policiando as "matas rebeldes". Isso demonstra o fato de que a gente das matas continuava sendo um empecilho para a manutenção da ordem e do poder das forças legalistas da província, devido à sua participação nas tropas rebeldes dos praieiros[308].

O fim da Guerra dos Cabanos e da Revolta da Praieira não significou o fim das rebeliões. Elas continuaram nas matas de Alagoas e Pernambuco. Em 1850, o líder cabano Vicente de Paula ainda lutava nas matas de fronteira[309]; e logo após a sua prisão, nesse mesmo ano, seus seguidores ainda habitavam as matas de Jacuípe e Riacho do Mato. No outro lado da fronteira, o líder praieiro Pedro Ivo resistia nas matas de Água Preta, com o apoio do antigo cabano Caetano Alves e de alguns índios.

Riacho do Mato foi uma povoação fundada pelo próprio Vicente de Paula, às margens do rio Jacuípe – entre as colônias Leopoldina e Pimenteiras –, depois de terminada a Guerra dos Cabanos. Nela o líder cabano "[...] permaneceu até 1841, sem ser perseguido e sem ter quaisquer relações com os demais habitantes da província"[310]. Segundo Andrade, era uma povoação pobre, embora estivesse situada numa área de floresta rica em madeiras de lei e terras férteis, prontas para serem cultivadas[311].

A figura de Vicente Ferreira de Paula é emblemática não apenas para compreensão do que foi a Guerra dos Cabanos. Mesmo depois do fim da Cabanada, o líder cabano continuava inspirando a luta da gente das matas e perturbando as autoridades da Colônia. Vicente de Paula tinha se transformado em identidade coletiva dessa gente; ou seja, no dizer de Luiz Sávio de Almeida, o Capitão de Todas as Matas se tornou a referência de uma sociedade

[306] ALMEIDA, Luiz Sávio de. 2008, p. 292.
[307] Ibid., p. 292-296.
[308] Ibid., p. 307.
[309] "[...] tendo ficado célebre seu cerco ao proprietário do Engenho Roçadinho, Claudino da Costa Agra, dando nome a um núcleo da região, Piquete (depois Ibateguara)". Ver OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. 2011, p. 6.
[310] ANDRADE, Manuel Correia de. 2005, p. 222.
[311] Ibid., p. 223.

alternativa, passou a invocar "o índio, o negro, o branco vadio, as expressões mais sombrias do universo dominado pelo senhorial"[312].

Ainda em 1841, o frei José Plácido de Messina, que se declarava oficialmente por frei Messina, partiu do Recife para o Riacho do Mato, numa tentativa de acordo com o líder cabano. Chegando ao povoado, o frei encontrou uma população numerosa de cabanos e uma agricultura em desenvolvimento, com plantio de cana-de-açúcar, algodão, fruteiras e legumes, além de algumas madeiras já derrubadas – o que, segundo Lindoso, indicava que o isolamento cabano se dava apenas no âmbito militar e não econômico[313]. É justamente a "gente do mato" desse povoado que vai estabelecer relações com os índios de Jacuípe e outros pobres das matas, além de entrar em conflito com a Colônia Militar Leopoldina no início dos anos 1850 e meados dos anos 1860[314].

As condições geográficas da província das Alagoas favoreciam as ações dos revoltosos. A população vivia dispersa num território sem vias de comunicação, favorecendo a resistência dos grupos rebeldes que viviam nas matas ou em qualquer lugar onde as forças legalistas do Estado não conseguiam chegar. Isto é o que afirma o presidente da província das Alagoas, José Bento da Cunha e Figueiredo, quando se referia à "[...] dispersão da população, por um vasto território destituído de vias de comunicação, oferecendo em qualquer canto um asilo seguro aos facinorosos" [315] e que pode ser verificado no mapa 3, a seguir, no qual destacamos, basicamente, as comarcas da mata norte.

[312] ALMEIDA, Luiz Sávio de. 2008, p.50.
[313] LINDOSO, Dirceu. 2005, p. 322.
[314] Ver, por exemplo, Relatórios da Diretoria da Colônia Militar Leopoldina, em 1860, 1861 e 1866. APA, Caixas 160 e 161.
[315] ALAGOAS. Fala dirigida a Assembleia Legislativa da província das Alagoas, na abertura da primeira sessão ordinária da nona legislatura, pelo Exmo. Presidente da mesma província, o Conselheiro José Bento da Cunha e Figueiredo, em 26 de abril de 1852. Maceió, Typographia Constitucional, 1852. p. 12. Disponível em www.crl.edu.brazil/provincial/alagoas. Acesso em 23 fev. 2014.

Mapa 3 – Mapa geopolítico das comarcas do norte das Alagoas (século XIX)



Fonte: AHEX. RECORTE DA CARTA TOPOGRÁFICA DA PROVÍNCIA DAS ALAGOAS - Autor Carlos Mornay, colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, papel tecido, bom estado, medindo 90,5cm x 70cm. 1862. Intervenção gráfica: Carlos Fabiano Costa Barros.

Vivendo ainda o rescaldo da praieira e sabendo da vulnerabilidade do território alagoano e da fragilidade das forças policiais, o presidente da província José Bento da Cunha e Figueiredo propunha a militarização das matas. Isso significava: construir "grandes estradas que rasguem as matas e que facilitem uma colonização militar no lugar mais central" – entre as províncias alagoanas e pernambucanas (no centro das matas de Jacuípe, comarca de Porto Calvo, onde foi criada a Colônia Militar Leopoldina, conforme o mapa 3) –, pois só assim,

acreditava ele, seria possível "destruir o foco de aventureiros e as pequenas repúblicas" que ali se formavam[316].

Em 1850, cabanos e praieiros ainda preocupavam as autoridades, tanto pernambucanas quanto alagoanas. O presidente José Bento falava da "dolorosa apreensão" que sentia pela persistência de um *germe revolucionário* nas matas de Água Preta (Pernambuco) e que se aproximava de Alagoas[317]. Depois de sufocada a guerra civil em Recife (a Rebelião Praieira), as atenções se voltavam agora para as matas.

Atento ao movimento rebelde nas matas de Água Preta, o presidente sabia que a ameaça de invasão à província das Alagoas era real. As matas norte da província faziam fronteira com as matas sul de Pernambuco, e o seu controle sempre foi um desafio para as autoridades, desde os tempos dos Palmares. Segundo o presidente José Bento, as notícias davam conta da fragilidade da segurança armada da província, pois contando com a simpatia de parte da população, potencializavam-se as possibilidades de invasão dos rebeldes. Portanto, havia três condições favoráveis ao movimento dos revoltosos: a geografia da província, a fragilidade das forças legalistas e o apoio da população. Nas palavras do presidente:

> Sempre atento ao movimento das matas depois que ali rompeu o fogo, observei que de certa época em diante ia ele tomando maior incremento [...] Logo vagou mui de leve a noticia de que os rebeldes esperando encontrar desguarnecida esta província, e podendo nela achar fortuna, ruminavam a ideia de acometê-la, contando com algumas simpatias[318].

Depois de receber algumas cartas das autoridades pernambucanas, afirmando que a província estava na iminência de ser atacada pelos rebeldes, Bento da Cunha toma algumas medidas para barrar o avanço revolucionário nas matas de fronteira. Primeiro, resolve proibir o livre comércio de artigos bélicos e apreender alguns barris de pólvora[319]. Segundo, manda para Jacuípe o diretor geral dos índios, José Rodrigues Leite Pitanga, com 46 praças da

---

[316] AN. Série Guerra. IG¹ 97. 20/09/1849. Ofício do presidente província de Alagoas, José Bento da Cunha e Figueiredo, para o ministro e secretário dos Negócios da Guerra, Manoel Felizardo de Souza e Mello. Fl.44, 44v, 50, 50v.

[317] ALAGOAS. Fala a Assembleia Legislativa da província das Alagoas, na abertura da primeira sessão ordinária da oitava legislatura, pelo Exmo. Presidente da mesma província, Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo, em 5 de maio de 1850. Maceió, Typographia J. S. da Maia, 1850. p. 5. Disponível em www.crl.edu.brazil/provincial/alagoas. Acesso em 23 fev. 2014.

[318] Id.

[319] Fala a Assembleia Legislativa da província das Alagoas, na abertura da primeira sessão ordinária da oitava legislatura, pelo Exmo. Presidente da mesma província, Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo, em cinco de maio de 1850. Maceió, Typographia J. S. da Maia, 1850. p. 5. In: BARROS, Luiz Nogueira (Org.). *Falas, Relatórios Províncias e Mensagens Governamentais de Alagoas, 1835-1930* Vol. I março 1835 – abril 1853, Imprensa Oficial, 2006, p. 530.

Guarda nacional com a missão de reunir índios e gente daquela região para o policiamento das matas, além de mandar também um oficial de confiança e um juiz de direito (chefe de polícia interino) a Imperatriz para formarem um forte destacamento[320].

Era o rescaldo da Praieira que chegava a Alagoas com um dos seus principais líderes, formando um séquito de aliados armados, dispostos a enfrentar as autoridades da província. Trata-se do Capitão Pedro Ivo, que junto com o antigo cabano Caetano Alves (que as autoridades consideravam o sucessor de Vicente de Paula) ocuparam as matas de fronteira entre Pernambuco e Alagoas. Ainda segundo o presidente Bento da Cunha, depois de escapar das forças legais em Cousseiro, em novembro de 1849, Pedro Ivo e seu séquito tentaram uma invasão à província, mas fracassaram devido à presença de um poder bélico organizado pronto para persegui-los e capturá-los, além do auxílio de tropas de Pernambuco e do fortalecimento de pontos estratégicos como Jacuípe[321].

Entretanto, segundo o mesmo José Bento da Cunha, a força policial era pequena e insuficiente para o policiamento da província[322]. E mesmo considerando o recuo de Pedro Ivo uma vitória das forças legalistas, os rebeldes invadiram a província, ocupando o Cavaco com o propósito de atacar Porto Calvo e Jundiá[323]. Propósito este logo abortado com a rendição de Pedro Ivo e dispersão de seu séquito.

Ainda em 1850, o ministro da Justiça, Euzébio de Queiroz Coutinho Mattoso Câmara, considerava urgente a necessidade de acabar com essas revoltas, pois temia que elas chegassem às matas das províncias vizinhas[324]. Ele falava, inclusive, do desejo dos rebeldes de Pernambuco de "revoltar parte da província das Alagoas" e da lealdade dos alagoanos, que teria sido fundamental para o fracasso dessa investida[325].

---

[320] Fala a Assembleia Legislativa da província das Alagoas, na abertura da primeira sessão ordinária da oitava legislatura, pelo Exmo. Presidente da mesma província, Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo, em cinco de maio de 1850. Maceió, Typographia J. S. da Maia, 1850. p. 5. In: BARROS, Luiz Nogueira (Org.). *Falas, Relatórios Províncias e Mensagens Governamentais de Alagoas, 1835-1930* Vol. I março 1835 – abril 1853, Imprensa Oficial, 2006, p. 531-532.

[321] Fala a Assembleia Legislativa da província das Alagoas, na abertura da primeira sessão ordinária da oitava legislatura, pelo Exmo. Presidente da mesma província, José Bento da Cunha e Figueiredo, em cinco de maio de 1850. Maceió, Typographia J. S. da Maia, 1850. p. 7-8. Disponível em www.crl.edu.brazil/provincial/alagoas. Acesso em 23 fev. 2014, p. 16.

[322] Ibid., p. 5-6.

[323] Ibid. p. 10.

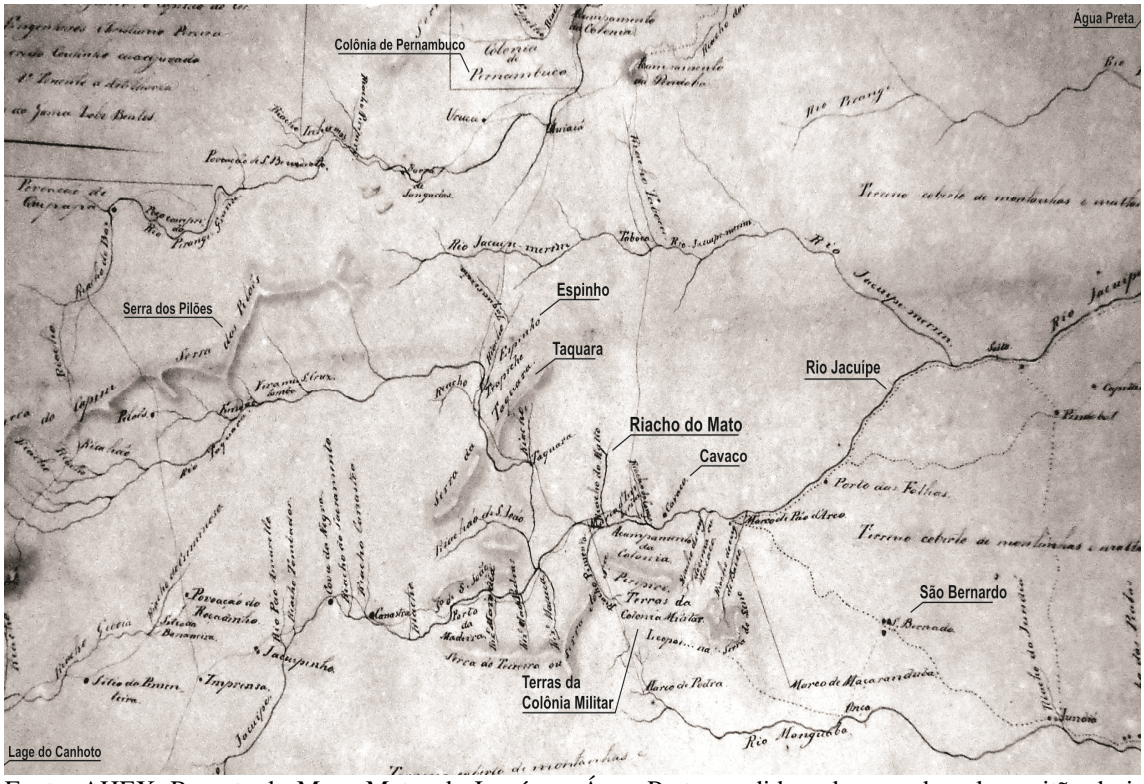
[324] BRASIL. Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª sessão da 8ª Legislatura, em 1850, pelo respectivo Ministro e Secretário D'Estado Euzébio de Queiroz Coutinho Mattoso Câmara. Rio de Janeiro, 1850, p. 13. Typ. Do Diário, de N. L. Vianna. Disponível em www.crl.edu.brazil/ministerial/justiça. Acesso em 24 abr. 2014.

[325] Ibid., p. 13.

O ex-presidente de Pernambuco, Honório Hermeto Carneiro Leão, admitia a possibilidade de uma nova guerra civil nas matas sul de Pernambuco, devido às ameaças de Pedro Ivo e Caetano Alves[326]. Era justamente nessas matas que a revolta era mais forte e ganhava maior adesão. Em maio de 1850, o ex-presidente apontava os lugares estratégicos para a criação de algumas colônias militares em Pernambuco e Alagoas, justamente nas marcadas pelos conflitos com os antigos cabanos e praieiros, sobretudo no povoado Riacho do Mato, pela sua importância bélica e pela sua localização geográfica estratégica, conforme pode ser visto na sua fala e no mapa abaixo:

> Apontarei o Riacho do Mato como ponto principal a ser ocupado pelos aquartelamentos e donde deveriam partir estradas, que se dirigissem à vila da Imperatriz, a Jacuípe, a Porto Calvo, à Água Preta e daí pela ribeira do Una até Barreiros. A realização dessa ideia e de outras que lhe devem ser associadas, depende de medida Legislativa[327].

Mapa 4 – Localização do povoado Riacho do Mato (1851)



Fonte: AHEX. Recorte do Mapa Matas de Jacuípe e Água Preta, medido e demarcado pelo capitão do imperial corpo de engenheiros Cristiano Pereira de Azevedo Coutinho e coadjuvado pelo1º tenente da artilharia João da Gama Lobo Bentes, 1851. Intervenção gráfica: Carlos Fabiano Costa Barros.

[326] O governo garantia anistia a Pedro Ivo para evitar uma nova guerra civil. BRASIL. Relatório que a Assembleia Legislativa de Pernambuco apresentou, na sessão ordinária de 1850, excelentíssimo conselheiro de Estado Honório Hermeto Carneiro Leão, presidente da mesma província. Pernambuco, 1850, p. 5. Typographia de M. F. de Faria. Disponível em www.crl.edu.brazil/provincial/Pernambuco. Acesso em 30 abr. 2014.

[327] AN, IJ824, 18/maio/1850. Relatório do Presidente da Província de Pernambuco, Honório Hermeto Carneiro Leão, apud OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. 2013, p. 125.

Do ponto de vista bélico, Riacho do Mato tinha uma localização perfeita: ficava, exatamente, entre as matas de Jacuípe e Água Preta, cercado por riachos, serras e matas virgens conforme pode ser visto no mapa 4. Este era o lugar dos antigos cabanos, que ainda assombravam os poderosos da região. Portanto, criar uma colônia militar no Riacho do Mato significaria criar um posto militar de defesa estratégico para as províncias de Alagoas e Pernambuco.

O policiamento das fronteiras entre Pernambuco e Alagoas era uma preocupação diuturna para as autoridades dessas duas províncias, sobretudo nas regiões da mata e do sertão, onde vivia uma gente potencialmente rebelde e marginalizada pelo sistema senhorial e escravocrata. Em virtude dessa preocupação, o governo provincial considerava fundamental a manutenção do policiamento nos pontos considerados estratégicos, tanto do alto sertão como da mata norte, a exemplo de Água Branca, Mata Grande, Imperatriz, Jacuípe, Lage do canhoto. Em seu relatório de 5 de junho de 1850, o mesmo presidente da província das Alagoas, José Bento da Cunha, enfatizava a sua preocupação com o policiamento das fronteiras:

> Julgo de muita necessidade que alguns pontos da província se conservem destacamentos da polícia, como em Água Branca, Quebrangulo, Imperatriz, Lage do Canhoto, afim de impedir que os criminosos e assassinos, que fogem ao rigor da justiça em Pernambuco, não encontrem asilo por essas paragens. Não há dia algum em que eu não tenha sentido a necessidade desta medida, e se não deixo a província inteiramente expurgada dessa terrível praga, é por que nunca pude alcançar o auxílio de tropa de linha que oportuna e inoportunamente solicitei[328].

Água Branca e Mata Grande faziam fronteira com o sertão de Serra Negra; e Jacuípe e Imperatriz com a mata de Água Preta, duas áreas ocupadas pelos rebeldes de Pernambuco. Era preciso garantir a segurança das fronteiras. Para tanto, o governo resolve manter um destacamento de Guardas Nacionais de 30 praças em Jacuípe, outro em Porto Calvo (de 25 praças), outro em Água Branca, composto de 16 praças de polícia e 34 da Guarda Nacional, outro em Imperatriz (de 14 praças) e outro em Penedo (de 13 praças de 1ª linha e 9 da Guarda Nacional)[329]. Percebe-se, então, que, do litoral ao sertão, Alagoas estava em estado de guerra, vigiada e disposta a impedir qualquer invasão rebelde ao seu território.

---

[328] RELATÓRIO do presidente da província das Alagoas, José Bento da Cunha e Figueiredo, ao deixar a presidência ao vice-presidente Manoel Sobral Pinto, em cinco de junho de 1850. Maceió, Typographia J. S. da Maia, 1850, p. 3. In: BARROS, Luiz Nogueira (Org.). op. cit., 2006, p. 568.
[329] Ibid., p. 569.

Depois de muitas perseguições e tentativas de acordos fracassados, em fins de fevereiro de 1850, Pedro Ivo e Caetano Alves largaram as armas com a promessa de anistia feita pelo tenente-coronel Pedro Antonio Velloso da Silveira (pai do mesmo Pedro Ivo), em acordo com os presidentes das Alagoas e da Bahia[330]. Com esse ato e a dispersão das forças rebeldes, o governo considerou terminada a "guerra civil das matas". Nesse mesmo ano, Vicente Ferreira de Paula foi preso em Alagoas, numa emboscada preparada pelo governador de Pernambuco[331], fortalecendo ainda mais a ideia do próprio governador de fundação de colônias militares nas matas de fronteira entre Pernambuco e Alagoas.

Mesmo com a rendição dos últimos praieiros e da prisão do líder cabano em 1850, o vice-presidente da província das Alagoas, Manoel Sobral Pinto, resolve, naquele mesmo ano, garantir a permanência de 76 praças para ajudar nos trabalhos de colonização das matas, pois considerava esta medida como a única e a mais eficaz para garantir "[...] o estado de paz e tranquilidade em que felizmente se acham esta província e a de Pernambuco"[332].

O momento político favoreceu a criação de colônias militares. Ou seja, era o momento de formação do Estado Nação sustentado por três pilares: centralização política (aliada à classe senhorial), unidade territorial e combate aos movimentos separatistas e rebeldes. Para Maria Luiza de Oliveira, isso demonstra o fato de que "Nos primeiros anos, até pelo menos 1857, 1858, os facinorosos eram o problema, as colônias eram uma questão de segurança interna, uma questão policial"[333].

Na visão do ministro do Império Visconde de Mont'alegre, a ameaça representada pelos "facinorosos das matas" determinaram a fundação das colônias de Leopoldina e Pimenteiras. As matas de Alagoas e Pernambuco estavam fora do alcance da justiça, tornando-se um território privilegiado para ação desses facínoras. Nas palavras do próprio ministro,

> A facilidade com que os facinorosos, quer na província das Alagoas, quer na de Pernambuco se subtraíam á ação da justiça, embrenhando-se nas matas

[330] PERNAMBUCO. Relatório que o presidente da província de Pernambuco Honório Hermeto Carneiro Leão apresentou a Assembleia Legislativa, na sessão ordinária de 1850, p. 16. Typographia de M. F. de Faria. Disponível em www.crl.edu.brazil/provincial/Pernambuco. Acesso em 30 abr. 2014.
[331] AN. IJ824, 18/maio/1850, de Honório Hermeto Carneiro Leão, apud OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. 2011, p. 5.
[332] RELATÓRIO do vice-presidente da província das Alagoas, Manoel Sobral Pinto, ao deixar a presidência para José Bento da Cunha e Figueiredo, em 11 de novembro de 1850. Maceió, Typographia J. S. da Maia, 1850, p. 3. In: BARROS, Luiz Nogueira (Org.). *Fallas, Relatórios Provínciaes e Mensagens Governamentais de Alagoas, 1835-1930* Vol. I março 1835 – abril 1853, Imprensa Oficial, 2006, p. 586.
[333] OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. 2013, p. 136.

> que cobrem uma grande parte do território de ambas, determinarão o Governo a mandar fundar naquelas matas duas Colônias Militares, uma no território da província das Alagoas, outra no de Pernambuco[334].

3.3 Os projetos de colonização militar do Brasil Império

É nesse contexto de ameaças rebeldes que surgem os projetos de colônias militares do Brasil Império, dos anos 1850, embora o primeiro projeto oficial (1844) não fizesse qualquer referência a esses movimentos rebeldes. O governo acreditava que só com uma política de pacificação da gente das matas seria possível civilizar o interior do Brasil, além de desenvolver a economia agrícola dessa área hostil e pouco habitada. A conquista territorial das florestas era fundamental para a construção do Estado Nação, mas isso só poderia ser realizado pela disciplina militar das colônias. Para atender a esse propósito, foram elaborados os projetos de colonização militar.

A ideia de um projeto nacional de colonização militar surge em 1844, a pedido do governo imperial, embora já houvesse sido criada a primeira colônia militar em 1840, na província do Pará. Tratava-se da Colônia Militar D. Pedro II, criada pelo presidente da província Antonio de Miranda, sob a recomendação do governo central. Em 26 de julho de 1844, José Joaquim Machado de Oliveira[335] cria o "Plano de Uma Colônia Militar no Brasil", a pedido da Coroa[336]. Machado de Oliveira havia enfrentado a Guerra dos Cabanos como presidente da província de Alagoas; por isso, sabia muito bem das vantagens de um posto militar no interior do Brasil, ainda que não fosse para combater os movimentos rebeldes.

Para Machado de Oliveira, este projeto tinha como objetivo atender às necessidades dos "veteranos do nosso exército" (que muitas vezes são abandonados ou demitidos por enfermidade ou deficiência física), numa espécie de compensação aos nossos soldados patriotas – garantindo-lhes um "[...] lugar que tenha maior soma de vantagens": terras férteis e próximas de uma rede de transporte e vias de comunicação[337]. Diferentemente das colônias

---

[334] RELATÓRIO apresentado a Assembleia Geral Legislativa, na terceira sessão da oitava legislatura, pelo Ministro e Secretario D'Estado dos Negócios do Império, Visconde de Mont'alegre. Rio de Janeiro. Typographia Nacional, 1851, p. 27.

[335] José Joaquim Machado de Oliveira ficou conhecido pela sua atuação como militar, estadista e intelectual. Foi presidente das províncias do Pará, Alagoas, Santa Catarina e Espírito Santo. Ver MONTEIRO, John Manuel. A memória das aldeias de São Paulo. Índios, paulistas e portugueses em Arouche e Machado de Oliveira. *Revista Dimensões*. n. 14, p. 17-35, 2002, p. 24-25.

[336] OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Plano de uma Colônia Militar no Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo Sétimo, n. 25, abril de 1845, p. 240-255.

[337] Ibid., p. 241-243.

militares de 1850, o projeto de Machado de Oliveira não destacava nenhuma função estratégico-militar das colônias, apenas a econômica e a de abrigo dos soldados[338].

Outros modelos de colônias militares foram consultados pelo governo imperial. Havia vários modelos estrangeiros a serem copiados, entre os quais se destacavam os de Roma, e, sobretudo, os da Croácia, Eslovênia, Inglaterra e Austrália, considerados os mais eficientes para serem copiados[339]. Depois das primeiras experiências brasileiras, José Vieira Couto Magalhães citava como exemplo de sucesso as colônias militares da "Índia inglesa, da América inglesa e Russa, da Argélia e mesmo a nossa"[340].

No seu projeto de reestruturação das colônias militares, de 1865, José Rufino Rodrigues Vasconcelos considerava as colônias militares da Rússia e da Áustria os melhores exemplos de sucesso, sobretudo na proteção de suas fronteiras. Segundo Rodrigues Vasconcelos, "[...] as colônias militares dessas duas poderosas nações são verdadeiros postos policiais", além de fornecerem uma força armada nos casos mais graves[341].

Já o major de engenheiros do Exército Jacques Ourique, depois de analisar o "fracasso" das colônias militares criadas nos anos 1850, afirmou que o melhor modelo seria o da colonização americana do norte, pois esta consiste, basicamente, em dois pontos: boas estradas e uma clara demarcação das propriedades territoriais. Ou seja, com uma rede de comunicação e com a discriminação das propriedades coloniais, "[...] aos colonos fica o direito de escolha da localidade, ao longo da estrada, estabelecendo-se eles, quase sempre, por grupos que rapidamente se desenvolvem, completando por si os trabalhos preparatórios e criando cidades em poucos dias" [342].

Essas experiências – transformadas em propostas – foram muito bem estudadas por especialistas do Exército brasileiro; no entanto, para as colônias militares brasileiras vieram tarde demais. Elas só aparecem no cenário nacional a partir de 1865, quando a reestruturação das primeiras colônias se torna uma necessidade governamental, pois a maioria estava definhando ou já havia chegado ao fim, gerando despesas aos cofres públicos.

No caso das colônias militares do Brasil império, criadas a partir de 1850, embora o governo tivesse elaborado alguns decretos e regulamentos gerais, adotados pela maioria, cada

[338] OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. 2013, p. 129.
[339] WOOD, David Lyle. Op. cit., p. 2.
[340] COUTO MAGALHÃES, José Vieira. 1875, p. 12.
[341] VASCONCELOS, José Rufino Rodrigues. Op. cit.,1867, p. 9.
[342] OURIQUE, Alfredo Ernesto Jacques. 1885, p. 99.

colônia tinha seus propósitos e suas especificidades locais. As contingências históricas e regionais determinaram os tipos de colônia militar. Elas poderiam ser agrícolas, para povoar e desenvolver a agricultura; militar, para defender as fronteiras e pacificar as matas; ou agrícola-militar, para integrar povoamento, agricultura e defesa. As condições geográficas, políticas e econômicas – além da resistência dos habitantes das florestas – vão influir de modo decisivo no tipo de colônia que vai ser construído em cada província escolhida para esse fim. No caso de Alagoas, ela foi uma colônia mista, agrícola-militar, embora seu objetivo principal fosse o de garantir segurança e unidade territorial.

3.4 Projeto de colonização militar para Alagoas

Em 1846, o presidente das Alagoas, Antonio Manuel de Campos Mello, sugere a criação das primeiras colônias militares, em virtude da situação caótica da segurança pública, sobretudo nas matas norte da província[343]. O crime e a ausência de justiça dominavam as relações sociais, contribuindo para o aumento dos casos de violência e assassinatos, ou, como afirmava o próprio presidente: "[...] a vida do Cidadão e tudo quanto ele possuía de mais caro, estava só pendente do punhal, e do bacamarte"[344]. Depois de muito esforço, o governo consegue restabelecer a segurança e a justiça em boa parte da província; a exceção continuava a ser a mata cabana de Vicente de Paula. Mesmo passados mais de dez anos da Guerra dos Cabanos, o líder cabano e sua gente continuavam a desafiar a ordem e a tranquilidade da província. Por esse motivo, o governo buscava outros meios de combate aos antigos cabanos, para além da simples repressão armada.

> Porém, para conseguir este resultado, não acredita o Governo na eficácia dos únicos meios até hoje empregados: a força e somente a força, quando em fim consiga dar cabo de Vicente de Paula, e de mais um ou outro de seus caudilhos, não remediará o mal em suas verdadeiras causas: as matas tão ricas e férteis, como são, aí ficarão para novo couto de novos facinorosos[345].

O presidente Antonio Manoel destacava as riquezas naturais e o papel estratégico das matas para a reunião de "grupos criminosos" na região de fronteira com Pernambuco. Este quadro levava o governo de Alagoas a apelar ao ministro da Guerra para construção de um

[343] ALAGOAS. Fala com que abriu a primeira sessão ordinária da sexta legislatura da Assembleia Legislativa da Província das Alagoas o Exmo. Presidente da mesma Província, Antonio Manoel de Campos Mello, em 15 de março de 1846. Maceió, Typographia de Menezes & C.ª, 1846. Disponível em www.crl.edu.brazil/provincial/alagoas. Acesso em 20 mar. 2014, p. 3.
[344] Id.
[345] Ibid. p. 6-7.

núcleo de povoação guardado por tropas, sem o qual a tranquilidade não seria possível nas duas províncias e no norte do império:

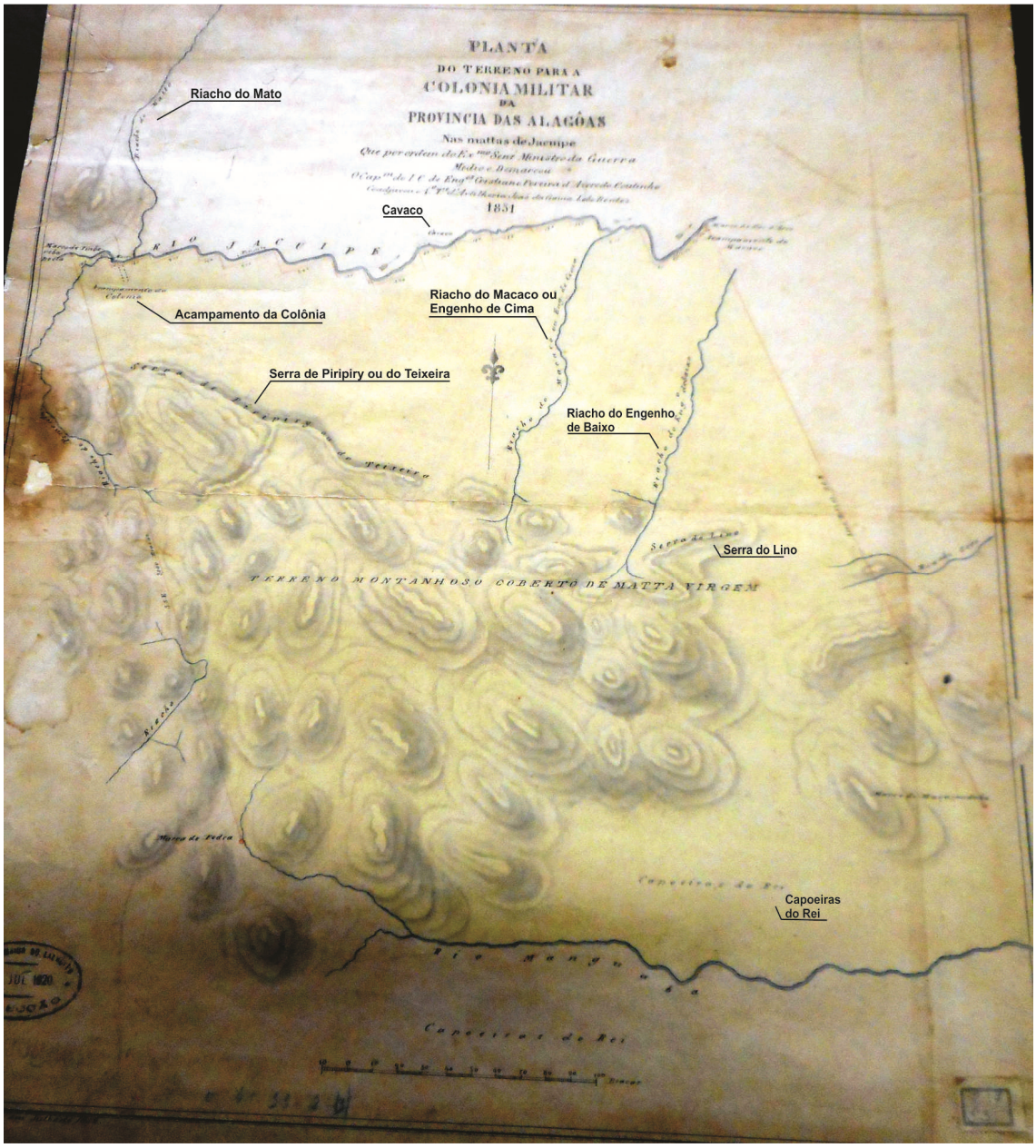
> [...] peço a V. Ex. que se digne sentir ao Governo Imperial, que não perca de vista esse coito de tantos criminosos, e onde tanto dinheiro e tanto sangue já tem sido gasto e derramado: sem a povoação dessas grandes matas não ficará para sempre bem consolidada a tranquilidade publica desta, e da província de Pernambuco, e, por conseguinte, do norte do Império[346].

As autoridades se convenceram de que era preciso mudar de estratégia e povoar a região. Na visão do presidente, as matas do Jacuípe eram um oásis de riquezas naturais – de terras, águas e madeiras – que precisava ser habitado e ocupado pelas forças legais do governo, conforme o mapa 5, da planta do terreno para criação da colônia militar na província de Alagoas. Isso significava criar pequenas colônias militares para atrair o povo e dispersar os malvados que faziam das matas sua morada e seu refúgio. Continuando o apelo ao ministro da Guerra, o presidente esclarece melhor sua proposta:

> Encerram essas grandes matas de Jacuípe imensa riqueza em todo o sentido, com rios navegáveis até o mar para exportação. Falta somente hum ponto de apoio, ou de segurança, para serem habitadas: bom seria tentar aí o estabelecimento de algumas pequenas colônias militares, ou qualquer outra; em breve haveria afluência de povo, e logo ficaríamos livres de um grande obstáculo, que, como já disse, tanto se opõe á tranquilidade e moralidade d'esta província, por ser hum refúgio certo e seguro a quantos malvados estão prontos a cometer os mais enormes atentados[347].

[346] ALAGOAS. Fala com que abriu a primeira sessão ordinária da sexta legislatura da Assembleia Legislativa da Província das Alagoas o Exmo. Presidente da mesma Província, Antonio Manoel de Campos Mello, em 15 de março de 1846. Maceió, Typographia de Menezes & C.ª, 1846. Disponível em www.crl.edu.brazil/provincial/alagoas. Acesso em 20 mar. 2014, p. 7-8.
[347] Ibid. p. 8.

Mapa 5 - Planta do terreno para colônia militar da província das Alagoas - nas matas de Jacuípe (1851)



Fonte: AHEX. Planta do terreno para Colônia Militar da Província das Alagoas, nas matas de Jacuípe, medido e demarcado pelo capitão do imperial corpo de engenheiros Cristiano Pereira de Azevedo Coutinho e coadjuvado pelo1º tenente da artilharia João da Gama Lobo Bentes – 1851. Intervenção gráfica Carlos Fabiano Costa Barros.

O mapa 5, acima, é um indicativo de que a área da Colônia tinha importância fundamental para o policiamento e povoamento do interior da província. O mapa é uma representação dos interesses da Coroa; daí a ausência da gente das matas e a ênfase no potencial belicoso e econômico do terreno da Colônia, embora fosse uma área tradicionalmente ocupada por índios e negros papa-méis, conforme já dissemos anteriormente. O mapa nega a presença desses povos, mas demarca os limites das "capoeiras do rei" e da futura povoação da Colônia. Seu terreno, além de fértil, era plano e montanhoso,

cercado por serras, matas virgens e entrecortado por diversos riachos. Ambiente propício à vida rebelde, porquanto favorecia a fuga, a resistência e a formação de sociedades alternativas. Daí a preocupação do governo com a militarização e controle desses espaços.

Nesta perspectiva, o controle das matas de Jacuípe significava não apenas expulsar os cabanos malvados, mas também desenvolver todo o potencial econômico guardado nelas; isto é, as terras eram férteis e poderiam servir à agricultura; as águas dos rios, em alguns pontos, eram navegáveis e podiam servir de meio de transporte e comunicação; as madeiras eram nobres e podiam servir aos interesses do rei e dos senhores de engenho. Para tanto, bastaria colonizar: povoando e militarizando a região.

Esta visão era defendida também por Antonio Joaquim de Moura, presidente da província, em o *Opúsculo da Descripção Geographica de 1844,* escrito no período da Guerra dos Cabanos, que se preocupava com a configuração econômica das Alagoas, enfatizando papel e função do comércio e dos proprietários rurais[348]. O *Opúsculo de 1844* cita, pelo menos, três aldeias indígenas existentes nas matas norte das Alagoas (Atalaia, Santo Amaro e Jacuípe), destacando-as apenas como objeto de exploração econômica por colonos, reforçando a necessidade de uma colônia agrícola na área indígena.

> As aldeias de Índios que restam, uma em Porto Real (Colégio) à margem do Rio de S. Francisco, outra na Palmeira, uma na Atalaia e S. Amaro; e outra em Jacuípe. Além de mui desfalcadas de população, os índios não se querem sujeitar hoje a jornal [...] vivem quase como na primitiva, caçando, e pescando. Por consequência mui proveitosa seria aqui uma colônia agrícola, não exclusivamente exótica, nem pelo método seguido, que não tem dado bom resultado; e sim por outro ou outros mais bem combinados que deixassem aos colonos lugar a se estabelecerem, e trabalharem tão bem por si, sujeitos com tudo, ao jornal de quem lhes fornecessem terras[349].

Na visão do presidente Moura, os índios e as suas formas primitivas de vida não cabiam no progresso da indústria. Com uma população escassa, sem querer trabalhar e vivendo apenas da caça e da pesca, só uma colônia agrícola, tendo como base o trabalho assalariado na agrícultura. Para Moura, se, por um lado, os índios representavam a "Alagoas primitiva", por outro, os capitalistas representavam o futuro e o progresso da província, pois

---

[348] MOURA, Antonio Joaquim. *Opúsculo da descrição geographica, phizica, política, e histórica, do que unicamente respeita à província das Alagôas no império do Brazil*. Por um Brasileiro. Maceió: EDUFAL/ CESMAC, 2009, p. 28-29.
[349] Ibid., p. 28.

"[...] são os verdadeiros músculos do corpo social que nutrem o comércio, animam a cultura e provem a indústria, e as artes"[350].

Civilização, progresso e unidade territorial formavam a tríade da nova nação brasileira – que marcou o Império de Pedro II –, além de formar também as bases da colonização militar na segunda metade do Dezenove. Era a afirmação da civilização branca, sustentada pelo "progresso capitalista" (que coexistia com a escravidão), controle social dos pobres e militarização das nossas fronteiras e das matas no interior do Brasil. Com esse propósito foi criada a Colônia Militar Leopoldina.

3.5 A fundação da Colônia Militar Leopoldina: sua instalação e regulamento especial

Em 9 de novembro de 1850 é publicado o Decreto nº 729, que criou as colônias de Leopoldina e de Pimenteiras[351]. Em 12 de setembro foi aprovado o Regulamento Especial da Colônia Militar Leopoldina pelo Decreto nº 820, de 1851; e em 20 de fevereiro de 1852 foi instalada solenemente esta Colônia, às margens do rio Jacuípe e no centro das antigas matas cabanas. Na ocasião, foram derrubadas algumas árvores para limpa do terreno e construção das casas do diretor, dos praças e dos primeiros colonos. Contava com 1 oficial comandante do destacamento, o alferes Manuel Sabino de Mello, que foi substituído naquele mesmo ano pelo 1º tenente João da Gama Lobo Bentes, 20 subalternos que compunham o 3º Batalhão de Artilharia do Exército e mais 34 subalternos que integravam a Guarda Nacional, totalizando 55 militares[352], além de 23 operários e 66 trabalhadores engajados[353].

O Regulamento Especial da Colônia Militar Leopoldina tem como base o Decreto nº 729, de 9 de novembro de 1850, que estabelece as normas gerais pelas quais deveriam ser criadas e administradas as colônias militares de Alagoas e Pernambuco[354]. Depois de ter sido

---

[350] MOURA, Antonio Joaquim. Op. cit. 2009, p. 28-29.
[351] COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. Decreto de 9 de novembro de 1850, que aprova e manda executar o Regulamento para fundação das colônias militares nas províncias de Pernambuco e Alagoas (Coleção das Leis do Império do Brasil, Tomo XIII, parte II. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1850).
[352] SILVA, Everaldo Araújo. Op. cit.1983, p. 61.
[353] ALAGOAS. Ofício do Comandante do Destacamento do Riacho do Mato ao presidente da província, José Bento da Cunha e Figueiredo, em 3 de abril de 1851. Ver também BRASIL. Relatório apresentado á Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da oitava legislatura, pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Império, Visconde de Mont'alegre. Rio de Janeiro, Typographia Nacional. Disponível em www.crl.edu.brazil/ministerial/imperio. Acesso em 1 maio 2014.
[354] COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. Decreto nº 729, de 9 de novembro de 1850, que Aprova e manda executar o Regulamento para a fundação de colônias militares nas províncias de Pernambuco e Alagoas. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1851.

assinado pelo Visconde de Mont'alegre, presidente do Conselho e Ministro do Estado dos Negócios do Império, o regulamento foi aprovado e foi mandado executar a fundação das colônias militares de Alagoas e Pernambuco[355].

O regulamento era um marco legal tanto para fundação quanto para organização da Colônia. Ele definia os direitos e deveres de todos que viviam na colônia e em seu distrito, desde o seu comandante (diretor-capitão), vice-diretor (ajudante) e funcionários especializados (escrivão, capelão e facultativo), passando pelos praças e operários, até chegar aos trabalhadores e moradores do distrito que viviam apenas da agricultura.

O diretor era o administrador da colônia com poderes quase absolutos dentro do estabelecimento militar, devendo responder pelos seus atos apenas ao presidente da província e aos ministros da guerra e do império. Dentre as suas principais funções, destacam-se aquelas definidas pelos artigos 3º ao 8º do regulamento: a de expelir colonos considerados nocivos; demitir funcionários; promover o desenvolvimento agrícola, selecionando os colonos e indicando onde deveriam consistir sua moradia; distribuir o serviço militar entre os colonos; policiar as matas, bem como prender criminosos e vadios; prestar auxílio ao diretor da colônia vizinha e às autoridades legais, além de garantir as terras e os limites da colônia, entre outras responsabilidades[356].

Ao vice-diretor (ajudante ou imediato) cabia substituir o diretor em sua ausência, seguindo todas as suas instruções, conforme o artigo 17º do mesmo regulamento[357]. Além disso, o ajudante policiava a vida, a disciplina e o ritmo de trabalho na colônia, fiscalizando todos os trabalhadores e oficinas da colônia, dando parte ao diretor, por escrito, de todas as faltas e omissões que ele encontrasse nos empregados[358].

Nem sempre essa hierarquia era respeitada. Em 1866, o ajudante Augusto Pereira Ramalho resolve desafiar a autoridade do diretor Olavo Eloy Pessoa da Silva, mobilizando alguns colonos para a derrubada do diretor, alegando o descumprimento do regulamento e o desrespeito com os moradores da Colônia por parte deste. Sobre esse episódio trataremos com mais detalhes no capítulo 4 da tese.

---

[355] COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. Decreto nº 729, de 9 de novembro de 1850, que Aprova e manda executar o Regulamento para a fundação de colônias militares nas províncias de Pernambuco e Alagoas. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1851.
[356] Regulamento Especial da Colônia Militar Leopoldina, artigos 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º, de 9 de novembro de 1850. APA, caixa 160.
[357] Ibid., artigo 17º.
[358] Ibid., artigo 9º.

Ainda de acordo com o artigo 9º do regulamento, o ajudante deveria fazer a função de tesoureiro. Assim sendo, era obrigação dele receber o dinheiro da Fazenda Pública, pagar as despesas da Colônia e os empregados, além de conferir, junto ao escrivão, os livros de contabilidade da instituição[359].

Ao escrivão competia o papel de escrever e organizar todos os livros da Colônia, especialmente os de contabilidade. Além dessa tarefa, o escrivão deveria encarregar-se da correspondência oficial e do depósito, controlando a entrada e saída dos objetos e ferramentas de trabalho, conforme artigo 10º do regulamento[360].

Cada colono tinha direito a uma determinada quantidade de ferramentas necessária para a execução do seu trabalho, que consistia em machado, enxada, foices, ferros de cova, terçados e a ferramenta própria da carpintaria[361].

Já o capelão era o formador moral e espiritual da Colônia. Além de ser obrigado a celebrar missa aos domingos e dias santos, cabia ao líder religioso ensinar as primeiras letras aos colonos pelo método das escolas públicas. Para tanto, deveria escolher as horas de descanso dos colonos que realizavam o trabalho braçal e as horas continuadas nas escolas, para os filhos destes que não tinham trabalho corporal.

Embora essa tarefa fosse considerada importante para formação educacional dos colonos, a responsabilidade maior do capelão era a de formação moral e religiosa, de acordo com o caráter disciplinar da instituição. Neste sentido, era preciso "imbuir todos os colonos nos princípios da Religião, explicando os seus mistérios e sua moral, usando do Catecismo de Montpellier".

O Catecismo de Montpellier foi criado pelo bispo de Montpellier Carlos Joaquim Colbert e traduzido para o português pelo arcebispo de Évora em 1765, quando ganha dimensão universal[362]. Segundo o seu criador, a obra deveria servir à doutrina de todas as pessoas e para todos os estados, dividindo-se em três partes, que vai da origem e dos

[359] Regulamento Especial da Colônia Militar Leopoldina, artigo 9º, de 9 de novembro de 1850. APA, caixa 160.
[360] Ibid., artigo 10º.
[361] Ibid., artigo 11º.
[362] SANTOS, Cândido dos. *O Jansenismo em Portugal*. Porto: Ed. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007, p. 119.

mandamentos de Deus, passando pelas virtudes e vícios até ser concluída com dois catecismos específicos para crianças[363].

Entretanto, é sobre o seu capítulo IV e parágrafo 21 que mais nos interessa refletir aqui, pois ele recomenda a fidelidade dos vassalos ao rei e proíbe qualquer tipo de rebelião contra a autoridade legítima do rei, a pretexto de perseguição política ou religiosa. Percebe-se, então, que a doutrina se aplicava muito bem à proposta civilizadora do Novo Mundo e, consequentemente, às colônias militares do Império, na medida em que garantia a autoridade absoluta do rei através da fidelidade dos vassalos e da proibição a qualquer movimento de contestação ao seu poder.

No que diz respeito a moral, o capelão deveria "inspirar os colonos no amor ao trabalho e horror ao crime", mostrando-lhes as vantagens do trabalho e as desgraças que nascem da ociosidade, pois esta seria a origem de todos os vícios. Em consequência dessas responsabilidades, o capelão era obrigado a dar conta ao diretor do progresso dos colonos em relação ao seu aproveitamento civil e religioso[364].

Nesta perspectiva, a religião assumia um peso moral-doutrinário fundamental. José Rufino Rodrigues Vasconcelos chega a considerá-la, através do sacerdote, a alma e a vida da colônia. Para ele, é o sacerdote que dissemina respeito e faz germinar o espírito da ordem, do amor ao trabalho e à família, que prega a moral e explica as sagradas escrituras, que são tão necessárias e indispensáveis nesses estabelecimentos militares[365]. Dito de outra forma: a religião justificava a Colônia militar nas matas, que por sua vez justificava a religião entre os colonos.

O facultativo (médico) era o responsável pela enfermaria da Colônia; tinha a obrigação de aplicar os medicamentos necessários aos enfermos, desde que tivesse a disponibilidade de uma botica (farmácia) convenientemente provida. Numa região afetada pela fome e pelas doenças de toda ordem, a presença do facultativo era indispensável. No entanto, apesar dessa importância, a Colônia chega a passar mais de cinco anos sem este funcionário, conforme o relatório do diretor, de 11 de fevereiro de 1864, destacado por Rodrigues Vasconcelos em sua

[363] SANTOS, Cândido dos. Op. cit. 2007, p. 120.
[364] COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. Decreto nº 820, de 12 de setembro de 1851, que Aprova o Regulamento da Colônia Militar Leopoldina, estabelecida na Província das Alagoas. Rio de Janeiro, Typographia Nacional. Artigo 11º.
[365] VASCONCELOS, José Rufino Rodrigues. Op. cit., 1867, p.90.

"memória sobre as colônias militares"[366]. Um ofício do diretor endereçado ao presidente da província, datado de 3 de agosto de 1852, mostra que esse problema já existia desde o início da Colônia:

> Cumpre-me participar a V. Ex.ª que no dia 26 de julho passado faleceu o soldado Antonio Martins.
>
> Revela ponderar nesta ocasião a V. Ex.ª que a falta de um facultativo na Colônia se vai tornando cada vez mais sensível, pois que a mudança da estação, quase todos os dias aparecem casos graves de moléstias sem que haja socorros da medicina para os enfermos[367].

É importante destacar que além dessas atribuições que o regulamento estabelecia para esses funcionários especializados, eles deveriam também prezar pela ordem e disciplina na Colônia, fiscalizando e anotando as infrações dos colonos ao regulamento. Como se tratava de funcionários de um estabelecimento militar, todos assumiam também o papel de "soldados", policiando os colonos e registrando qualquer comportamento desviante para prestar contas ao diretor.

A Colônia pretendia ser um núcleo populacional civilizado nas matas de Alagoas. Daí a criação de toda uma infraestrutura física e humana através da construção de prédios e estradas e da contratação de profissionais especializados. Mas, ainda que houvesse alguma preocupação com o seu desenvolvimento socioeconômico, todos agiam em função de uma organização militar, em que a segurança era o seu maior objetivo.

Eram considerados colonos os oficiais inferiores e demais praças de pré, os operários contratados para os trabalhos da colônia e os que tiverem consentimento do diretor para morar na colônia[368]. Os colonos engajados eram obrigados a prestar serviço militar e trabalhar na Colônia três dias por semana, além de fazer todo o serviço que for determinado pelo diretor[369]. Os outros dias da semana eram livres para se empregarem nas atividades que mais lhes conviessem; porém, ainda de acordo com o regulamento, eles estavam sujeitos a

---

[366] VASCONCELOS, José Rufino Rodrigues. Op. cit., 1867, p. 70.
[367] OFÍCIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina João da Gama Lobo Bentes ao presidente da província das Alagoas Manoel Sobral Pinto, em 3 de agosto de 1852. APA.
[368] COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. Decreto nº 820, de 12 de setembro de 1851, que Aprova o Regulamento da Colônia Militar Leopoldina, estabelecida na Província das Alagoas. Rio de Janeiro, Typographia Nacional. Artigo 15º.
[369] COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. Decreto nº 729, de 9 de novembro de 1850, que Aprova e Manda executar o Regulamento para fundação de colônias Militares nas Províncias de Pernambuco e Alagoas. Rio de Janeiro, Typographia Nacional. Artigo 11º.

exercícios gerais duas vezes por ano, por um período de oito dias, embora se respeitassem o calendário e os interesses agrícolas tanto dos colonos quanto da Colônia[370].

É interessante notar que a disciplina militar era a regra geral da Colônia. Daí a importância dada aos exercícios militares. Entretanto, essa atividade não poderia suplantar o calendário agrícola da Colônia e dos interesses dos colonos trabalhadores rurais, a não ser a mando do presidente da província. Isso nos remete à reflexão que Thompson faz sobre o *modo de dominação da gentry*, na Inglaterra do século XVIII, quando ele chama atenção para as relações de reciprocidade entre ricos e pobres (ou entre dominantes e dominados), em que havia um certo cuidado por parte daqueles na utilização da força para evitar as revoltas ou agitações dos pobres; e, por parte destes, o sentimento de satisfação diante das vantagens concedidas pelos ricos[371].

Ainda segundo o artigo 12º do Decreto nº 729, todos os colonos que adquiriram terra na Colônia, mesmo depois de escusos (excluídos da condição de colonos), estavam obrigados ao serviço militar em ocasiões extraordinárias, desde que solicitados pelo diretor ou presidente da província, "afim de manter nela a tranquilidade, sossego e boa ordem"[372]. Significa dizer que, mesmo cumprindo o tempo de serviço militar ou civil, o colono não deixava de ser um "soldado" das matas.

Existiam três tipos de colonos: 1º) os praças de primeira linha, responsáveis pelo policiamento da colônia e seu distrito, além do serviço de faxina; 2º) os operários que trabalhavam em oficinas e guardas nacionais destacados, que eram empregados como trabalhadores de estradas, como serventes nas construções e, ainda, como auxiliares da polícia; e 3º) os moradores do distrito, que se ocupavam exclusivamente do trabalho na agricultura[373].

O regulamento destacava ainda a necessidade de comunicação entre a Colônia e as vilas vizinhas, abrindo estradas e caminhos; sobretudo com a Colônia Militar de Pimenteiras,

---

[370] COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. Decreto nº 729, de 9 de novembro de 1850, que Aprova e Manda executar o Regulamento para fundação de colônias Militares nas Províncias de Pernambuco e Alagoas. Rio de Janeiro, Typographia Nacional. Artigo 11º.
[371] THOMPSON, E. P. op. cit., 2014, p. 222.
[372] COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. Decreto nº 729, de 9 de novembro de 1850, que Aprova e manda executar o Regulamento para a fundação de colônias militares nas províncias de Pernambuco e Alagoas. Rio de Janeiro, Typographia Nacional. Artigo 12º.
[373] Regulamento Especial da Colônia Militar Leopoldina, caixa 160, artigo 18, 1850. APA, caixa 160.

com quem o diretor deveria combinar as despesas comuns[374]. Para tanto, o diretor convidaria os proprietários de terras onde passariam as estradas, a colaborarem facilitando esse serviço, na medida em que eles também serão beneficiados, conforme preconiza o artigo 36º do mesmo regulamento[375].

Para as autoridades provinciais, as matas precisavam ser vencidas, pois era preciso acabar com a resistência secular dos povos da floresta[376]. A solução encontrada pelas autoridades do Império e da província alagoana foi a criação de uma colônia agrícola-militar nas matas de Jacuípe. Segundo Luiz Sávio de Almeida, esta solução foi um "golpe de mestre", pois em vez da violência e da guerra de extermínio, era proposta a civilização branca, através da transformação da gente das matas em soldados e pequenos proprietários rurais[377].

Na visão de Almeida, essas matas estavam na rota de acumulação do capital[378]. Daí o processo de liquidação dos aldeamentos indígenas[379] e a montagem da Colônia, que mesmo não tendo alcançado o sucesso econômico desejado, cumpriu o seu propósito de garantir segurança à região das matas. A política oficial anulava a condição indígena, aproximando-a da condição mestiça da população; já a Colônia era a "cunha de segurança" necessária para impedir qualquer reação de rebeldia nas matas.

Ainda segundo Almeida, outro fator que contribuiu efetivamente para a conquista das matas, somado à construção da Colônia, foi a abertura de estradas[380]. A classe senhorial precisava conquistar econômica e politicamente as matas. Para tanto, era preciso construir estradas que facilitassem o transporte e as vias de comunicação, e uma colônia que fizesse a ligação dessas vias e garantisse segurança à produção:

> As principais tentativas para conquista efetiva das matas para economia e política do sistema, no sentido pleno da incorporação à produção, foram a

[374] COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. Decreto nº 820, de 12 de setembro de 1851, que Aprova o Regulamento da Colônia Militar Leopoldina, estabelecida na Província das Alagoas. Rio de Janeiro, Typographia Nacional. Artigo 35º.
[375] Ibid., art. 36º.
[376] ALMEIDA, Luiz Sávio de. 2008, p. 281.
[377] Ibid., p. 280.
[378] ALMEIDA, Luiz Sávio de. 2013, p. 212.
[379] Para Almeida, "[...] são os aldeamentos ligados ao território dos Palmares que sofrerão a maior pressão, pelos interesses que vão se delineando em termos de recomposição da matriz de produção àquela altura da nossa economia no século XIX". Ibid., p. 217.
[380] Ibid., p. 220.

> abertura de estradas – que começou pós-cabana e pós-praieira – e a construção da Colônia Militar Leopoldina[381].

Não é por acaso que uma das primeiras medidas tomadas pelo Diretor-Capitão da Colônia Militar Leopoldina, João da Gama Lobo Bentes, logo após a instalação da Colônia (em 1851), foi a construção de uma rede de comunicação, a partir da abertura de estradas em pontos estratégicos, o que deveria facilitar o policiamento das matas e o desenvolvimento econômico da região[382]. Eram estradas que cortavam as terras dos antigos palmarinos, cabanos e aldeamentos, tais como as estradas que ligavam a Colônia à Vila de Porto Calvo, à Vila de Passo de Camaragibe, à Vila de Imperatriz e à Colônia Militar de Pimenteiras[383].

3.6 Colônias militares: para integração e segurança do território nacional

Na visão de Nascimento, a criação das colônias militares de Leopoldina e Pimenteiras fazia parte da política de modernização do governo imperial, que, por meio das colônias nacionais e estrangeiras, buscava povoar e integrar os "espaços vazios" do território nacional, sobretudo aqueles de fronteiras, habitados por índios, vadios e criminosos[384]. As colônias agrícolas foram criadas pelo governo imperial, por meio da lei 601, de 13 de setembro de 1850 (a conhecida Lei de Terras), que trata das terras devolutas. Como diz a própria lei: "[...] aquelas que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais"[385], determinando que fossem medidas e demarcadas essas terras para o estabelecimento de colônias nacionais e de estrangeiros.

Foi assim que surgiu a Colônia Militar Leopoldina, em 1851, na mata norte de Alagoas (hoje, Colônia Leopoldina), no centro político das matas de Jacuípe, que antes era dominada pelo "famigerado" Vicente Ferreira de Paula e outros "salteadores"[386]. Policiar as matas para combater os criminosos e desenvolver uma comunidade de pequenos proprietários rurais: este era o objetivo traçado pelos donos do poder para a "gente das matas".

---

[381] ALMEIDA, Luiz Sávio de. 2013, p. 220.
[382] Relatórios do Diretor Capitão da Colônia Militar Leopoldina, João da Gama Lobo Bentes, em 15 de dezembro de 1853 e 27 de janeiro e 15 de dezembro de 1854. APA, Caixa 160.
[383] Segundo o diretor João da Gama, havia resistência por parte da administração da Colônia de Pimenteira de construir essa estrada. Cf. Relatório do Diretor Capitão da Colônia Militar Leopoldina, João da Gama Lobo Bentes, em 27 de janeiro de 1854. APA, Caixa 160.
[384] NASCIMENTO, Luiz do. Op. cit., 1974, p. 40.
[385] Id.
[386] Termo de Instalação da Colônia Militar Leopoldina, em 20 de fevereiro de 1852. APA, Caixa 160.

Os motivos para a criação das colônias militares refletem bem a preocupação do governo central com os pilares de sustentação do Estado nacional em formação: consolidação das fronteiras territoriais, policiamento nas áreas de conflito, formação de mão de obra e distribuição de terras para povoamento de novos colonos. Para José Rufino Rodrigues Vasconcelos, os índios e criminosos das matas eram os principais obstáculos para as pretensões do Estado[387]. Daí ser necessária a criação das colônias militares para ocupar as matas e expurgar os vadios e criminosos que nelas habitam. José Rufino confirma a política do governo imperial quando justifica o estabelecimento das colônias:

> Estabelecer postos militares em nossas fronteiras, como núcleos de colônias agrícolas e pontos de apoio à migração espontânea, com o fim de povoar essas fronteiras. Para conter em respeito os Índios, e proteger as populações dos seus assaltos e correrias. Estas são as estabelecidas no centro das províncias, e nas extremidades das matas infestadas por eles. São núcleos agrícolas, à roda dos quais se devem grupar famílias de colonos, que, auxiliando-se mutuamente, contenham em respeito os indígenas, e facilitem a sua catequese, para o que muito convêm atender. Outras foram criadas para proteger a navegação fluvial [...] Então entendeu o governo dever criar postos militares não só para oferecer recursos aos navegantes em tão peníveis trajetos, e chamar população para esses postos, como para proteger contra os assaltos ou de Índios ou malfeitores. Para expurgar certas matas dos vadios e criminosos nelas. Outras, enfim, foram criadas para nelas se distribuírem as terras, que pela legislação vigente competem aos voluntários, logo que obtém baixa[388].

Para Rodrigues Vasconcelos, as colônias militares foram criadas para atender a quatro estratégias fundamentais do governo imperial: segurança interna e externa, povoamento das matas, transporte e braços para a agricultura. A primeira se dividiria em três: a de proteger as nossas fronteiras (internas e externas), através da formação de núcleos agrícolas e do apoio à migração espontânea. A segunda teria a função de estabelecer núcleos agrícolas e postos militares no interior das matas e margens dos rios para conter os assaltos dos indígenas e malfeitores. A terceira, como consequência da segunda, foi criada para proteger o transporte naval, também, dos "assaltos" de índios e malfeitores. A navegação era um importante meio de transporte e comércio de mercadorias que precisava ser protegido. Para tanto, era preciso "chamar" a população – criar núcleos de povoamentos e postos militares – para estabelecer postos de proteção. E, finalmente, a que foi criada para distribuição de terras aos voluntários da pátria, os soldados que obtiveram baixas.

---

[387] VASCONCELOS, José Rufino Rodrigues. Op. cit., 1867, p. 9-10.
[388] Id.

Embora cada colônia fosse criada para atender a necessidades específicas, elas se assemelhavam quanto às suas funções estratégicas: proteção das fronteiras, povoamento das matas e combate aos índios e salteadores. Nesta perspectiva, o indígena era uma ameaça que se aproximava dos criminosos das matas. Toda ameaça deveria ser combatida para garantir a unidade territorial[389], braços para a agricultura e distribuição de terras para o povoamento dos "espaços vazios" das matas. Povoamento, disciplina militar e trabalho agrícola eram os pilares de sustentação dessas colônias. Daí a presença do exército nas suas administrações, pois "[...] as colônias militares foram exemplos da associação entre a função essencial do Exército com relação à manutenção e vigilância do território brasileiro e a criação de um ambiente propício à experiência e ao conhecimento sobre o país"[390].

As colônias militares de Leopoldina e Pimenteiras não foram as únicas criadas para acabar com os povos insurgentes das matas. Flávio Gomes dos Santos destaca as colônias militares do Maranhão como aquelas criadas, essencialmente, para combater (quilombolas e índígenas), a exemplo das colônias do Gurupi, Turiaçu e São Pedro de Alcântara do Gurupi[391]. Para Santos, as administrações dessas colônias militares foram desastrosas, na medida em que não conseguiram implementar um projeto efetivo de ocupação e colonização em termos econômicos e populacionais, além de não terem impedido a movimentação dos quilombos. Os quilombolas e indígenas continuavam a ser obstáculos às colônias militares e agrícolas do Maranhão. As autoridades sucediam-se no comando do Estado e das colônias militares, mas "[...] os mocambos continuavam encravados em meio a floresta"[392].

Embora fossem criadas para promover a economia e o trabalho livre, o objetivo maior dessas colônias era controlar quilombolas e indígenas. Nas palavras do presidente da província: "A grande vantagem das colônias era controlar os povos da floresta"[393]. Contra os quilombolas marchariam a civilização: educação, fé cristã, progresso e, principalmente, ordem, em forma de controle e disciplina militar. A exemplo do que ocorreu em outras províncias, os quilombos habitavam uma área fértil que, segundo as autoridades, precisava ser ocupada. Fica evidente mais uma vez a tentativa de controle social, territorial e militar de índios e quilombolas.

---

[389] Para Ilmar Mattos, "A ideia de Império seria associada à garantia de uma unidade [territorial] e de uma continuidade". Ver MATTOS, Ilmar Rohloff de. Op. cit., 1990, p. 83.
[390] ARAÚJO, Johny Santana de. Op. cit., 2013, p. 57-77.
[391] GOMES, Flávio dos Santos. Op. cit., 1997.
[392] Ibid., p. 357.
[393] Ibid., p. 440.

Para José Vieira Couto Magalhães, com a extinção do tráfico de escravos, era preciso povoar o Brasil para resolver o problema da segurança das fronteiras e da falta de mão de obra na agricultura, mas isto não significava apenas importar colonos da Europa. Na sua visão, a colonização militar dos selvagens (indígenas) poderia resolver esses problemas. Couto Magalhães não era contra a importação de colonos europeus para cultivar as terras brasileiras; porém, para ele, o trabalho desses colonos deveria ser desenvolvido nas terras já desbravadas, próximos aos centros já povoados[394].

3.7 Imigração estrangeira para as colônias militares do Norte

O debate sobre a imigração estrangeira para Alagoas dividia as opiniões das autoridades. Enquanto alguns defendiam a imigração de trabalhadores europeus como instrumento de desenvolvimento econômico e social do interior da província, outros consideravam desnecessária a vinda desses imigrantes para as matas. O presidente José Antonio Saraiva defendia a tese de que havia duas vantagens para a população europeia de imigrantes. A primeira era a econômica, que deveria desenvolver a agricultura aproveitando os ricos terrenos das matas. A segunda vantagem é a política, que garantiria àqueles imigrantes a ordem e a paz[395]. Para Antonio Saraiva, uma população tão ordeira e industriosa como a europeia poderia modificar os hábitos tão indomáveis de nossos concidadãos, sobretudo daqueles que habitam as antigas matas cabanas[396]. Nas palavras do presidente,

Corroborando com João da Gama Lobo Bentes e Antonio Saraiva, o presidente da província, em 1855, Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, também defendia a colonização de trabalhadores estrangeiros para as terras férteis da Colônia. Na visão de Sá e Albuquerque, o estado "pouco lisonjeiro" da agricultura convidava a presidência a discutir a colonização estrangeira como alternativa para levantá-la, fazendo um "[...] pequeno ensaio da introdução de algumas famílias de alemães e suíças, que tragam e plantem hábitos de economia e trabalho no seio da Colônia"[397]. Nesta perspectiva, a Colônia Militar Leopoldina já oferecia as condições necessárias para o aproveitamento desses estrangeiros laboriosos e morigerados:

[394] COUTO MAGALHÃES, José Vieira. 1876, p. XXI.
[395] Fala dirigida á Assembleia Legislativa da província das Alagoas na abertura da sessão extraordinária, em 20 de fevereiro de 1854, e da ordinária em 8 de março do dito ano, pelo Excelentíssimo presidente da mesma província José Antonio Saraiva. Recife: Typographia de Santos e Companhia, 1854. p.28.
[396] Ibid., p. 28-29.
[397] Fala dirigida á Assembleia Legislativa da província das Alagoas na abertura da sessão ordinária, em 1 de março de 1855, pelo Excelentíssimo presidente da mesma província Antonio Coelho de Sá e Albuquerque. Recife: Typographia de Santos & Companhia, 1855. p.35.

"[...] a uberdade do solo, a salubridade do clima, as garantias de propriedade e vida, as vias de comunicação já abertas, e outras condições de colonização já existem"[398].

Para essas autoridades, a imigração de mão de obra estrangeira seria um reforço ao projeto civilizatório das colônias militares, na medida em que atuaria no desenvolvimento da economia agrícola e na formação moral dos povos das matas. O poder local ainda sentia as consequências das revoltas e rebeliões populares; daí a tentativa de minar essas rebeliões com a introdução de colonos europeus morigerados, ordeiros e laboriosos na região.

Já o presidente Pedro Leão Velloso era contra a colonização europeia para a província das Alagoas. Para Velloso, além do clima ser incompatível com os imigrantes europeus, faltavam recursos para financiar o processo de imigração[399]. Apesar das ponderações, Velloso reconhece o esforço feito pelos presidentes Antonio Saraiva e Sá e Albuquerque e resolve solicitar providências e recursos do governo imperial para viabilizar a colonização europeia na província. Depois de fazer suas ponderações sobre as propostas de imigração da mão de obra estrangeira para as terras férteis da Colônia, em 1860, ele afirmava:

> Pretendo, entretanto, solicitar do governo imperial providencias e recursos para levá-la a efeito; tenho fé em que uma colônia de europeus não poderá deixar de medrar em terras tão férteis, como me informam que são as de Jacuípe, uma vez que não falte zelo em sua direção e perseverança no encaminhá-la[400].

No caso da província das Alagoas, a falta de braços parece não ter sido problema. Para Almeida, a estrutura fundiária produzia uma quantidade suficiente de pobres e trabalhadores rurais para atender "às necessidades de produção [...] suprindo os entraves ocasionados pelo controle de fluxo da entrada e saída de escravos"[401]. Isto talvez explique a ausência de colonos estrangeiros na província e de outras colônias, além da Leopoldina.

Até mesmo em algumas colônias de imigrantes estrangeiros, verificou-se uma presença significativa de braços nacionais. Este é o caso, por exemplo, das colônias de São Jerônimo, Santa Bárbara, Sete Quedas e outras da província de São Paulo, "[...] que [contavam] já avultado numero de colonos nacionais", nos primeiros anos da década de

---

[398] Fala dirigida à Assembleia Legislativa da província das Alagoas na abertura da sessão ordinária, em 1 de março de 1855, pelo Excelentíssimo presidente da mesma província Antonio Coelho de Sá e Albuquerque. Recife: Typographia de Santos & Companhia, 1855. p.35.

[399] Fala dirigida á Assembleia Legislativa da província das Alagoas na abertura da sessão ordinária, do ano de 1860, pelo Excelentíssimo presidente da província o Comendador Pedro Leão Velloso. Maceió: Typographia Comercial de A. J. Costa, 1860. p.22-23.

[400] Ibid., p. 23.

[401] ALMEIDA, Luiz Sávio de. 2013, p. 226.

1850[402]. No caso específico da Sete Quedas, criada em 1852, em Campinas, o seu fundador Joaquim Bonifácio do Amaral, também conhecido como Barão de Indaiatuba, falava que ela era "composta de cinquenta e tantos alemães e setenta e tantos brasileiros"[403]. Um indicativo da grande quantidade de trabalhadores pobres nacionais disponíveis, tanto no Norte quanto no Sul do país.

Denise A. Soares de Moura mostra que, na segunda metade do século XIX, havia um grande fluxo migratório de braços nacionais para as províncias de Campinas e São Paulo, principalmente, vindos do Nordeste, Minas e Rio de Janeiro[404]. A quantidade de trabalhadores pobres e livres disponíveis era considerada por muitos como suficiente para atender as necessidades da economia campineira e paulista. O problema estava no preconceito das autoridades e senhores de terra, que viam estes como *vadios* e *vagabundos* e no medo das *hordas proletárias*, sempre vistas como ameaça à *ordem*[405]. Preconceito que se aplicava também aos trabalhadores rurais e pobres de Alagoas.

Segundo Evaldo Cabral de Mello, a ação do governo central foi decisiva para a política de imigração durante todo o Segundo Reinado; porém, isto pouco beneficiou as províncias do Norte, a exemplo das tentativas fracassadas de imigração europeia para Bahia e Pernambuco[406]. O fato é que além do "caráter discriminatório da política de imigração do governo imperial", segundo a qual o "clima do norte" não era adequado ao trabalho do colono estrangeiro, os próprios senhores de terra – através do primeiro Congresso Agrícola do Recife (1878) – reconheciam a disponibilidade de braços ociosos perambulando pelas cidades. Na visão do Dr. Coelho Rodrigues, esta condição de pobreza tornava-se um perigo iminente, pois, por se tratar de "[...] uma revolução adiada, é uma revolução brutal; porque é a convulsão da fome e das más paixões incitadas pelos cortesãos da praça pública"[407].

As recomendações finais do Congresso de 1878 ainda mencionavam o aproveitamento dos trabalhadores nacionais e a espera espontânea de imigrantes estrangeiros; no entanto, a partir dos anos 1880, acreditava-se na inconveniência da imigração estrangeira para o Norte.

---

[402] DISCURSO no qual o Sr. José Joaquim Fernandes Torres abriu a Assembleia Legislativa e provincial de São Paulo, em 2 de dezembro de 1858, apud SOARES DE MOURA, Denise A. *Saindo das Sombras*: homens livres no declínio do escravismo. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998, p. 74.
[403] SOARES DE MOURA, Denise A. *Saindo das Sombras*: homens livres no declínio do escravismo. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998, p. 74.
[404] Ibid., p. 156-157.
[405] Ibid., p. 157-158.
[406] MELLO, Evaldo Cabral de. 1999, p. 69.
[407] Citação de Coelho Rodrigues em *Trabalhos do Congresso Agrícola do Recife*, apud MELLO, Evaldo Cabral de. Ibid., p. 74.

Em Pernambuco, por exemplo, os trabalhadores chegavam em abundância para a lavoura, dispensando qualquer necessidade de braços estrangeiros, uma vez que,

> [...] os braços nacionais convenientemente aproveitados chegam de sobra para as atuais precisões da lavoura. Segundo o engenheiro Pereira Simões, não há imigrante algum, nem mesmo o chim, cujo trabalho fosse tão barato quanto o trabalhador local: visto não termos por ora precisão de braços estrangeiros, não temos que preocupar-nos com a possibilidade ou impossibilidade da colonização europeia nesta parte do Império[408].

Isso reforça mais uma vez a nossa tese de que em Alagoas, e provavelmente em Pernambuco, os motivos que levaram à criação das colônias militares de Leopoldina e de Pimenteiras estão relacionados mais aos conflitos com a gente das matas do que à crise econômica do sistema escravista. Nos relatórios do diretor João da Gama isso fica evidente, pois mesmo com a fundação da Colônia, as matas continuavam sendo um lugar privilegiado para a formação de "coito de criminosos" que ameaçavam a paz e a segurança pública[409].

3.8 A natureza policial das colônias militares

Garantir a disciplina e a ordem era fundamental. Daí a natureza policial e de controle social da Colônia Militar Leopoldina. No relatório de 1859, João da Gama explica melhor esta ideia, quando esclarece que a sua missão "[...] era restaurar o império da Lei por tantos anos [conturbado] por uma horda execranda de facinorosos, pouco antes, capitaneados pelo façanhoso Vicente Ferreira de Paula"[410].

Portanto, a fundação da Colônia Militar Leopoldina estaria ligada a uma política de segurança nacional e local, de controle das fronteiras e civilização dos povos das matas de Alagoas e Pernambuco, embora buscasse também o desenvolvimento agrícola da região. Se, por um lado, ela teve problemas quanto ao desenvolvimento da sua economia nos seus primeiros anos, por outro, ela foi uma das poucas colônias militares que mais prosperaram, conforme afirmou o ministro do império, Luiz Pedreira do Coutto Ferraz, em 1856, "quer pelo incremento de sua população, quer pelo numero de edifícios já ali existentes, quer finalmente pela cultura das terras". Ainda segundo Luiz Pedreira – citando a presidência da província das

---

[408] MELLO, Evaldo Cabral de. 1999, p. 75.
[409] ALAGOAS. Resposta do Diretor Capitão da Colônia Militar Leopoldina, João da Gama Lobo Bentes, à carta do Presidente da Província das Alagoas, Jose Antonio Saraiva, em 15 de dezembro de 1853. APA, Caixa 160.
[410] RELATÓRIO do diretor João da Gama Lobo Bentes sobre o estado da Colônia Militar Leopoldina, em resposta ao Aviso circular do Ministério do Império, expedido pela Repartição Geral das Terras Publicas, sob o nº 16, em 15 de dezembro de 1859. APA, Caixa 160.

Alagoas –, este desenvolvimento contribuiu para o processo de pacificação nas matas, pois trouxe a ordem pública à região das mata – pelo menos até o atentado contra o diretor Olavo Pessoa da Silva – "[...] acreditando que já não é possível que revoltosos possam com segurança estabelecer arraiais de guerra nas referidas matas, como outrora" [411].

No entanto, embora os conflitos tivessem sido controlados do lado norte das matas alagoanas, eles continuaram do lado sul das matas de fronteira com Pernambuco, sobretudo com os índios do Riacho do Mato e parte dos de Jacuípe que se juntaram a estes[412]. Esses conflitos não atingiam apenas a Colônia de Pimenteiras, eles ameaçavam também a paz conquistada na Colônia Leopoldina. Daí emergem algumas questões: será que a Colônia já havia atingido de fato o seu objetivo – de pacificar e civilizar as matas – ou isto representava apenas um recuo estratégico da resistência rebelde nessa área, como já havia ocorrido em outros momentos? Se a "pacificação" das matas foi conquistada, será que as elites e o governo conquistaram também a civilização de seus habitantes? Será que esta foi integrada a esse processo ou procurou outras estratégias de resistência? A estas e a outras questões nós procuraremos responder no terceiro e quarto capítulos.

[411] BRASIL. Relatório da Repartição Geral das Terras Públicas, anexo ao Relatório apresentado á Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da nona legislatura, pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Império, Luiz Pedreira do Coutto Ferraz. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1856, p. 32.
[412] RELATÓRIOS da Diretoria da Colônia Militar Leopoldina, em 1860 (dezembro), 1861 (março e novembro) e 1866 (março, novembro e dezembro).

4 COLÔNIA MILITAR LEOPOLDINA

> O de que se trata é estabelecer núcleos de povoações, em lugares remotos, centrais e despovoados, onde só a princípio podem resistir às privações e permanecer como colonos, indivíduos habituados à obediência passiva, adquirida pelos severos hábitos da disciplina militar. A escolha desses pontos é, por via de regra, em nossas fronteiras ou em alguns centros, onde tem acumulado vagabundos e malfeitores, que ameaçam a segurança e a propriedade dos habitantes dos povoados mais próximos[413].

A Colônia Militar Leopoldina foi criada com o propósito de povoar e militarizar as matas norte de Alagoas, conforme já afirmamos anteriormente. Mas como atingir esse propósito numa região inóspita, marcada por grandes rebeliões e já habitada pelos antigos povos cabanos e quilombolas? Será que a Colônia conseguiu efetivamente realizar o seu projeto civilizatório? Analisar essas questões é tarefa deste capítulo e, para tanto, tomaremos como base os diversos documentos oficiais das autoridades locais e nacionais.

As fortificações militares acompanharam o processo de conquista e consolidação do território luso-brasileiro. Militarização e povoamento formavam as bases para a expansão da América portuguesa. As estratégias poderiam ser diferentes, mas a função era basicamente a mesma: vigilância contra as ameaças estrangeiras e nativistas, para garantir a posse da terra e a unidade territorial; e povoamento para desenvolver a agricultura e a civilização. Este foi o caso das casas-fortes, arraiais, aldeias-presídios e colônias militares que foram criados com o propósito essencialmente militar, mas terminaram assumindo essa dupla função.

As casas-fortes tinham como principal objetivo servir de abrigo para as tropas e para o armazenamento de mantimentos e munições. Segundo Márcio Roberto Alves dos Santos, essas fortificações militares existiam em "diferentes regiões do sertão nordeste brasileiro e em distintos momentos da conquista desse espaço". Ainda que a maioria dessas casas-fortes tenha desaparecido sem deixar vestígio depois da guerra de conquista, "Há relatos históricos que aludem à perene existência de uma casa-forte onde se desenvolveu a povoação de Santo Amaro da Conquista, no médio Paraguaçu"[414].

---

[413] BRASIL. Relatório apresentado de Jeronymo Francisco Coelho sobre a função estratégica das colônias. Rio de Janeiro. 1857. Op. cit., p. 45.
[414] SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. 2010, p. 103.

Já os arraiais tinham a função militar, mas, conforme destaca Cláudia Damasceno Fonseca, eles poderiam servir a dois propósitos: a de base militar, "alojando um exército em campanha"; e a de base agrícola e social, servindo a pousos e roças criados por sertanistas ao longo das trilhas, "[...] que em alguns casos tornavam-se povoações, também conhecidas como 'arraiais'"[415]. Destarte, os arraiais também teriam a dupla função militar-povoamento.

Considerando as características dos arraiais militares – "[...] cercados por estacadas ou paliçadas e incluíam alojamento para soldados e depósitos para mantimentos e munições"[416], além da sua função agrícola –, poderíamos afirmar que esses estabelecimentos militares foram os precursores das colônias militares do segundo império. Santos faz referência a uma carta dirigida ao governador-geral, de 1725, atribuída ao sertanista baiano Pedro Barbosa Leal, onde o mesmo propõe a conquista do espaço aurífero das Minas Gerais. Por este documento é possível compreender a estrutura lógica de um arraial militar, composto por soldados e índios mansos capazes de enfrentar as vicissitudes dos sertões e das matas; isto é, "[...] andar descalços e sertanejar sem mais mantimentos do que plantas silvestres e caças"[417]. Condição semelhante às colônias militares pelo seu contingente e ambiente a ser explorado.

Segundo Dirceu Lindoso, a criação dos arraiais de Atalaia e Jacuípe – também conhecidos por "aldeias-presídios", formadas por índios e soldados paulistas – e a destruição do Quilombo dos Palmares formaram os alicerces sociais que criaram Alagoas[418]. Em outras palavras, os arraiais significaram, ao mesmo tempo, a queda do quilombo, abrindo espaço para expansão agrícola; a vigilância das matas contra a resistência dos índios hostis e dos negros papa-méis; e o povoamento desse espaço, explorando-o de acordo com os interesses do rei e da elite local. Daí porque esses arraiais formaram as bases de Alagoas.

Neste sentido, podemos afirmar que a criação das "Aldeias-presídios" de Jacuípe e Atalaia foi a primeira tentativa de civilização militar das matas norte de Alagoas. Embora não tivessem as mesmas características do projeto de colonização militar do século XIX, eram aldeias formadas por índios recrutados para combater os grupos rebeldes e quilombolas que ameaçavam a ordem da sociedade escravista. Conforme Lindoso, eram aldeias mistas, tinham

---

[415] DAMASCENO FONSECA, Cláudia. Pouvoirs, villes et territories: gênese et representations des spaces urbains dans le Minas Gerais (Bresil) XVIII-debut du XIXº siécle. 2001. Tese (Doutorado em Histoire et civilisations). École des Hautes Études em Siences Sociales, 2001. Apud SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. Op. cit. 2010, p. 103.
[416] Id.
[417] SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. Op. cit. 2010, p. 104.
[418] LINDOSO, Dirceu. 2011, p. 43.

a dupla função de vigiar as matas contra os negros mucambeiros (sobretudo papa-méis) e trabalhar como índios madeireiros. Na definição do próprio Lindoso:

> A aldeia-presídio cabana – como a de Jacuípe – era simultaneamente uma aldeia-povoação e uma aldeia de fronteiros, isto é, fora estabelecida para vigiar as matas mucambeiras, evitando grandes aglomerados clandestinos de negros papa-méis (como se vieram depois a chamar), e também para servir à exploração do trabalho dos índios pelos interesses reais e sesmeiros[419].

Na visão de Lindoso, além de ser um centro de vigilância militar e de agrupamento de trabalhadores oprimidos, a aldeia-presídio era também um centro de cristianização de etnias submetidas ao controle do poder local[420], o que favorecia a tomada de terras indígenas pelos engenhos e fazendas, empurrando os índios cada vez mais para os interiores das matas e dos sertões, além de favorecer a condição de uma vida cabana.

A carta de fundação das aldeias-presídios feita pelo governador de Pernambuco Caetano de Mello e Castro e endereçada ao rei de Portugal – datada de 18 de fevereiro de 1694 – demonstra que a preocupação com o controle e a ocupação das matas alagoanas surgiu com a movimentação resistente de índios brabos e negros quilombolas. Ou seja, na visão do governador, essas aldeias e os bandeirantes paulistas serviriam como barreiras contra os brabos Tapuia e os quilombolas:

> Eu determino formar naquelas partes duas aldeias de índios e nelas mandei ficassem assistindo os Paulistas com seus Tapuias para evitar tornem os negros a se valer daquela sua Rochela em que cento e tantos anos se defenderam e aumentaram e tão bem para que as ditas aldeias e gente dos paulistas sirvam de antemuro ao Tapuia brabo daquela parte que anda que lhe fica longe não é muita a distância para o modo de vida daqueles bárbaros[421].

O depoimento do governador demonstra que as matas eram o lugar de negros e índios, onde era possível se defender e até mesmo se desenvolver, apesar de toda a pressão colonial. Eram matas de guerreiros quilombolas que lutavam por uma sociedade alternativa há quase cem anos, bem como de "índios brabos", que resistiram ao controle dos aldeamentos. Tal condição levou o governo a concentrar todos os seus esforços para destruir Palmares, criando dois arraiais (aldeias-presídios) nas matas palmarinas. Trata-se da aldeia do Jacuípe, onde vão surgir os famosos índios cabanos, decisivos tanto para a construção da Guerra dos Cabanos quanto para a sua repressão, e da aldeia de Atalaia, sede dos antigos negros papa-méis.

---

[419] LINDOSO, Dirceu. 2005, p. 116.
[420] Ibid., p. 117.
[421] Carta do governador de Pernambuco Caetano de Mello e Castro ao rei. Pernambuco, 18 de fevereiro de 1694. Conselho Ultramarino Português. Apud Freitas, M. M. Reino de Palmares, p. 595, II, Rio de Janeiro, 1954.

Segundo Luiz Sávio de Almeida, as aldeias-presídios de Atalaia e Jacuípe foram transformadas em arraiais bem fortificados, com "80 soldados pagos e 120 índios em cada um". A ideia era povoar, impedir os ataques quilombolas e prejudicar o abastecimento dos palmarinos[422]. Ainda segundo Almeida, "Era a tentativa de cunha indígena no território palmarino"[423]. Em outras palavras, era a militarização indígena do espaço quilombola, onde o índio era o principal instrumento de repressão, povoamento e trabalho.

Vê-se, então, que a tríade policiar-povoar-civilizar parece estar presente no projeto de conquista das matas incultas das Alagoas desde o século XVII, as mesmas matas ocupadas pelos quilombolas, cabanos, praieiros e pela Colônia Militar Leopoldina. Desse modo, não bastava apenas vigiar as matas; era preciso povoar e cristianizar os seus habitantes, livrando-os das "influências rebeldes"; ou seja, era preciso "civilizá-los".

Entretanto, é preciso ter cuidado com os anacronismos. Se, por um lado, podemos afirmar que o combate à resistência da gente das matas foi a razão principal tanto para a fundação das aldeias-presídios quanto para a fundação da Colônia Militar Leopoldina, por outro, há diferenças fundamentais entre essas duas formas de organização militar. Nas aldeias-presídios, por exemplo, os índios faziam o trabalho tanto de milícia quanto de madeireiros nas matas, função que os aproximava dos trabalhadores escravos dos engenhos. Já na colônia militar, esses mesmos índios foram excluídos como colonos e trabalhadores, pois já haviam se transformado nos índios guerreiros da Cabanada e da Praieira (junto aos famosos negros papa-méis), sobretudo os índios do Jacuípe, tornando-se uma ameaça à ordem pública da província. Outra diferença fundamental era que na Colônia os colonos trabalhavam com a promessa de posse da terra, ao contrário dos índios das aldeias-presídios, que perderam parte de suas terras para os bandeirantes paulistas, proprietários e senhores de engenho.

Embora a tentativa de "colonização militar" das matas – através de povoamento e militarização – seja uma prática antiga das autoridades, podemos afirmar que ela adquiriu dimensão nacional com a criação das colônias militares, na segunda metade do século XIX, quando se dá o processo de formação do Estado Nação, no governo de D. Pedro II. Para fortalecer a política centralizadora do Império e garantir a unidade do território nacional – ameaçado pelas rebeliões internas e invasões estrangeiras –, o governo central criou uma rede de colônias militares, de norte a sul, a fim de proteger as fronteiras e pacificar as matas no

[422] ALMEIDA, Luiz Sávio de. 2008, p. 167.
[423] Ibid., p. 169.

interior do Brasil. A ordem era povoar para produzir e policiar para pacificar. Assim, foi criada a Colônia Militar Leopoldina, entre outras colônias.

Para acabar com as insurreições populares da região da mata, as autoridades procuraram mudar sua paisagem geopolítica e econômica. Dentre as principais mudanças, destacamos a fundação da Colônia Militar Leopoldina (1850), pois a consideramos um marco no processo de transição entre as "matas incultas" – espaço historicamente marcado por insurreições populares – e as "matas civilizadas", espaço em processo de expansão econômica e controle social e político dos pobres. Isso significa dizer que a Colônia se estabelece não apenas como posto militar, mas como núcleo de povoamento, promovendo uma política de desenvolvimento socioeconômico e reordenamento territorial, fundamental para consolidação do Estado Nação e do Estado de Alagoas.

4.1 O espaço da Colônia Militar Leopoldina

O terreno da Colônia Militar Leopoldina foi demarcado no dia 26 de fevereiro de 1851, uma légua quadrada nas matas de Jacuípe, outrora ocupada pelo líder cabano Vicente Ferreira de Paula e seu séquito, conforme o Termo Declaratório de Demarcação do Terreno[424]. Limitada pelo lado norte com a Colônia Militar de Pimenteiras, pelo sul com a Vila de Passo de Camaragibe, pelo leste com a Vila de Porto Calvo e pelo oeste com a Vila de Santa Maria da Imperatriz (atual União dos Palmares)[425], de acordo com o mapa 6. Porém, sua instalação oficial só ocorreu um ano depois, no dia 20 de fevereiro de 1852, com a presença do presidente da província, José Bento da Cunha e Figueiredo, do diretor João da Gama Lobo Bentes e dos seguintes padrinhos: os comendadores Jacinto Paes de Mendonça (chefe político da região) e Jose Paulino de Albuquerque Sarmento, o diretor-geral dos Índios, José Rodrigues Leite Pitanga, e o doutor Lucio Soares de Albuquerque Eustáquio[426].

[424] Termo Declaratório de Demarcação do Terreno em que se tem de Fundar a Colônia Militar desta Província das Alagoas, em 26 de fevereiro de 1851. APA, caixa 160.
[425] Relatório do diretor da Colônia Militar Leopoldina, Jose da Gama Lobo Bentes, para o presidente da província, Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, em 3 de janeiro de 1857. APA, Caixa 160.
[426] Termo de Instalação da Colônia Militar Leopoldina e Colocação da primeira pedra da Capela da mesma, em 20 de fevereiro de 1852. APA, caixa 160.

Mapa 6 – Mapa das matas de Jacuípe e Água Preta - 1851



Fonte: AHEX. Mapa Matas de Jacuípe e Água Preta, medido e demarcado pelo capitão do imperial corpo de engenheiros Cristiano Pereira de Azevedo Coutinho e coadjuvado pelo1º tenente da artilharia João da Gama Lobo Bentes, 1851. Intervenção gráfica: Carlos Fabiano Costa Barros.

O ato de criação das colônias militares fazia parte do "regresso conservador", conforme já afirmamos anteriormente, e isso significava garantir o fortalecimento do poder central a partir de uma política de segurança nacional e unidade territorial, militarizando e povoando os interiores e as matas. Para tanto, era necessária a presença do exército em todo o país, através dos presídios e colônias militares. Segundo Claudia Alves, cabia ao exército a tarefa de produzir um conhecimento geográfico do território nacional, mapeando as fronteiras, "[...] fazendo uma carta geográfica o mais precisa possível do território brasileiro" [427], além de administrar as colônias militares. Foi o caso das cartas topográficas das colônias militares de Leopoldina e de Pimenteiras feitas pelo capitão Cristiano Pereira de Azevedo Coutinho e pelo1º tenente da artilharia João da Gama Lobo Bentes.

Isso explica a ênfase dada ao caráter militar dessas colônias pelo ministro da Guerra Jerônymo Francisco Coelho, que merece aqui ser novamente reproduzida: "Tais colônias, portanto, têm o caráter pronunciadamente militar, e embora nelas entre o elemento agrícola, ainda assim são mais que tudo colônias policiais, de segurança e de defesa"[428]. Não é por acaso que os diretores dessas colônias eram militares de alta patente do exército, a exemplo do diretor da Colônia Militar Leopoldina, o 1º tenente e, depois, capitão João da Gama Lobo Bentes.

Não sabemos muito sobre João da Gama Lobo Bentes. As fontes dizem pouco sobre esse importante personagem da história da Colônia Militar Leopoldina. Sabemos apenas que antes de ser escolhido como diretor dessa instituição ele foi 1º tenente da artilharia do exército e junto ao ministro da guerra, o capitão do corpo de engenheiros Christiano Pereira de Azevedo Coutinho, participou de uma expedição de exploração e reconhecimento das matas de Jacuípe, em 1851. Neste ano, por ordem do mesmo ministro, ajudou a organizar o mapa dessas matas e da planta do terreno para construção da futura colônia militar da província das Alagoas nas matas de Jacuípe. Por isso, provavelmente, foi escolhido para ser o primeiro diretor da Colônia. Alguns anos depois, o mesmo Bentes foi responsável pela demarcação dos limites da Colônia Militar de Pimenteiras e pela elaboração da planta da povoação da Colônia Militar Leopoldina. Foi também deputado provincial, eleito na legislatura 1858-59, pelo 2º

[427] ALVES, Claudia. Formação Militar e Produção do Conhecimento Geográfico no Brasil do Século XIX. *Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006, p. 7-8.
[428] RELATÓRIO apresentado á Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da décima legislatura pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Guerra Jerônymo Francisco Coelho. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1858, p. 45.

círculo, na primeira eleição realizada por círculo em Alagoas[429]. Em 1º de dezembro de 1856, foi nomeado "inspetor geral de medição das terras públicas" da província pelo presidente da província Antonio Coelho de Sá e Albuquerque e, em 7 de fevereiro de 1857, foi nomeado pelo mesmo presidente "juiz comissário do município de Porto Calvo", para a legitimação e revalidação das posses, sesmarias e outras concessões do governo geral e provincial[430]. Isso demonstra certo prestígio diante das autoridades superiores e do povo.

Mas ser do exército e especialista em geografia não isentava ninguém dos obstáculos encontrados na região da mata, sobretudo num espaço desconhecido e tradicionalmente disputado por uma gente formada por vários grupos e etnias. Os relatos do diretor interino João da Gama Lobo Bentes, nos primeiros anos da colônia, retratam um pouco as dificuldades da vida nas matas, embora ele tente construir a trajetória épica de um militar desbravador de uma terra inóspita e, ao mesmo tempo, civilizador de um povo selvagem e perigoso. O diretor reproduzia a mesma retórica discursiva dos presidentes da província: as matas eram esconderijos de bandidos, facínoras, criminosos, vadios e rebeldes. Eram o espaço das guerras, revoltas e rebeliões. Nesses relatórios, fica em evidência o discurso civilizado sobre as matas incultas; ou seja, o desafio era construir a Colônia Militar Leopoldina em meio à dificuldade de policiamento e resistência da população local, além das condições ambientais desfavoráveis. Vejamos, então, como o próprio João da Gama relatava tais dificuldades:

> Quando em abril de 1851 fui nomeado interinamente Diretor desta Colônia, não havia quem por qualquer interesse, que desejasse semelhante comissão, eu mesmo pedi muito ao Ex.º Snr. Conselheiro José Bento que houvesse de dispensar-me dela, porem não querendo ele aceitar ao meu pedido, me vi forçado pelo dever a aceitar a comissão e seguir para aqui apesar mesmo de todos os perigos e incômodos como é notório[431].

Nesta ocasião, João da Gama era 1º tenente do exército e certamente sabia da fama da região das matas norte das Alagoas. Além de ser um ambiente inóspito, era um espaço construído por vários povos rebeldes que desafiavam qualquer autoridade. Daí sua resistência em aceitar a nomeação para tão difícil tarefa. De acordo com o seu relato, o desafio para administrar a Colônia não parecia ser nada fácil: era um lugar de mata inculta, inóspita, falta

---

[429] Para saber mais ver o decreto nº 1796 de 1º de agosto de 1856. De acordo com esse decreto, o 2º círculo correspondia às Vilas de Porto Calvo, Porto de Pedras, S. Bento e Camaragibe. Cf. ESPÍNDOLA, Thomaz. Op. cit., 2001, p. 287-288. Disponível também em www.abcdasalagoas.com.br, acessado em 05 out. 2015.

[430] Fala dirigida á Assembleia Legislativa da província das Alagoas na abertura da sessão ordinária, em 1 de março de 1857, pelo Excelentíssimo presidente da mesma província o Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque. Recife: Typographia de Santos & Companhia, 1857, p.15.

[431] Resposta à carta do presidente da província Jose Antonio Saraiva pelo então diretor da Colônia Militar Leopoldina Jose da Gama Lobo Bentes, em 15 de dezembro de 1853. APA, Caixa 161.

de gêneros alimentícios, poucos abrigos, grande precariedade na rede de comunicação e, principalmente, atrasos nos pagamentos dos soldos dos soldados e trabalhadores, o que levou a uma condição de miséria e fome, obrigando o destacamento a viver, basicamente, de "frutos do mato". Daí por que o diretor colocava como primeira necessidade da Colônia "o pronto pagamento aos trabalhadores", apesar das inúmeras dificuldades que já sabia que iria enfrentar[432].

Quando o alferes Manoel Sabino de Mello, comandante do destacamento, entregou o comando da Colônia ao 1º tenente João da Gama Lobo Bentes, garantiu que a limpeza dos terrenos apresentava "a perspectiva de uma agradável povoação"[433]. Porém, segundo João da Gama, quando ele chegou à Colônia, em 28 de abril de 1851, não havia nada disso, nenhuma madeira derrubada ou qualquer terreno limpo; os edifícios ditos levantados não passavam de duas casas pequenas que serviam de quartéis, e seis insignificantes palhoças. Assim João da Gama relatou a sua chegada à Colônia, contestando as informações do Alferes:

> Quando no dia 28 do passado aqui cheguei, apenas existia uma casa de venda, duas ditas pequenas que serviam de quartel, e seis insignificantes palhoças, o campo todo fincado de troncos, e nenhuma madeira tirada; entretanto o Alferes Manoel Sabino de Mello, em seu ofício d'entrega, disse-me existir muita madeira cortada [...] Hoje, existem quase acabadas oito casas pertencentes aos colonos, a olaria e a casa de minha residência estão principiados, e para prevenir as passagens do rio, que se tornarão mui perigosos, em tempo d'inverno, tenho mandado abrir uma estrada entre a Colônia e o lugar do cavaco[434].

As dificuldades eram de toda ordem, desde o tipo de trabalho realizado nas matas – no corte de madeiras em plena estação invernosa ou no policiamento – até a dificuldade de engajamento de novos colonos. Os trabalhadores e soldados colonos passavam meses sem receber seus vencimentos, o que levava muitos, sobretudo os trabalhadores das estradas, a abandonar os serviços delas e de construção dos edifícios da Colônia, considerados estratégicos para conferir alguma base de sustentação a esse posto militar. Na estrada que fazia a comunicação entre Cavaco e a Colônia, o diretor interino João da Gama chegou a afirmar que "[...] grande parte dos trabalhadores da estrada retiraram-se do serviço no principio do corrente mês, e isto por que houve, segundo consta-me, quem os aconselhasse

---

[432] RELATÓRIO do estado da Colônia Militar Leopoldina do diretor interino João da Gama Lobo Bentes, em 24 de maio de 1851. APA, Caixa 161.
[433] OFÍCIO do alferes comandante do Destacamento, Manoel Sabino de Mello, ao presidente da província das Alagoas José Bento da Cunha Figueiredo, em 3 de abril de 1851. APA, Caixa 160.
[434] RELATÓRIO do diretor interino da Colônia Militar Leopoldina, João da Gama Lobo Bentes, ao Presidente da província José Bento da Cunha Figueiredo, em 24 de maio de 1851. Caixa 160.

para isso"[435]. O fato é que era difícil manter esses trabalhadores sem dinheiro e passando uma série de privações.

Como construir uma colônia militar nessas condições? O projeto de colonização militar das matas alagoanas parecia fadado ao fracasso, logo nos primeiros anos de sua realização. Além das ameaças externas, faltava uma estrutura básica para o funcionamento da Colônia: dinheiro para pagamento dos trabalhadores colonos (civis e militares), gêneros de primeira necessidade e engajamento de novos "colonos paisanas" (civis). Os colonos sofriam as consequências de um ambiente hostil e com poucos recursos materiais e financeiros. O diretor chega a reclamar de quatro meses de atraso dos soldos, acarretando grandes necessidades sofridas pelos colonos, pois nem comprar a crédito eles poderiam, porquanto não havia ninguém que confiasse[436].

O problema dos soldos atrasados parece ter sido recorrente durante toda a história da Colônia Militar Leopoldina. Na documentação pesquisada por nós, encontramos ofícios dos diretores solicitando pagamentos atrasados em praticamente todas as gestões[437]. É muito difícil calcular as consequências desse atraso para os empregados, pois elas vão desde a revolta ao sofrimento de grandes privações. O descontentamento e a fome eram inevitáveis. O ofício do diretor Bentes, de 11 de abril de 1853, resume bem o drama dos soldos atrasados e as consequências para os empregados da Colônia:

> Devo dizer a V. Ex.ª que na quadra atual causou esta falta de pagamento grande desgosto em razão da carestia dos gêneros de primeira necessidade que aqui como em parte alguma se tem tornado tão sensível; por isso, faltando o recesso pecuniário falta tudo, pois até os vendedores já tem receio de aqui venderem[438].

A mata da Colônia era escassa em recursos de primeira necessidade, sobretudo para os colonos que vinham de fora e não se adaptavam aos hábitos alimentares da gente do lugar, a exemplo da caça de animais selvagens, da pesca e frutos silvestres. Daí a importância dos comerciantes no fornecimento de alimentos e produtos, de acordo com as necessidades dos

---

[435] OFÍCIO do diretor interino da Colônia Militar Leopoldina, João da Gama Lobo Bentes, ao presidente da província, José Bento da Cunha Figueiredo, em 16 de maio de 1851. APA, caixa 160.

[436] RELATÓRIO do 1º tenente diretor interino da Colônia Militar Leopoldina, João da gama Lobo Bentes, ao presidente da província José Antonio Saraiva, em 15 de dezembro de 1853. Caixa 160.

[437] Ver, por exemplo, ofícios de abril de 1853 (2 meses de atraso), maio de 1859 (3 meses de atraso), setembro de 1860 (4 meses de atraso), junho de 1865 (3 meses de atraso), agosto de 1866 (1 mês de atraso) , novembro de 1866 (1 mês de atraso), janeiro de 1867 (2 meses de atraso) e março de 1867 (4 meses de atraso). APA, caixas 160 e 161.

[438] OFÍCIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina, João da Gama Lobo Bentes, ao presidente da província, José Bento da Cunha e Figueiredo, em 11 de abril de 1853. APA, caixa 160.

empregados. Porém, sem o pagamento regular dos seus vencimentos, os comerciantes ficavam cada vez mais distantes da Colônia.

O fato é que a retórica do sofrimento sempre esteve presente nos ofícios que solicitavam o pagamento dos soldos atrasados. Mesmo às vésperas da emancipação da Colônia militar, o discurso continuava o mesmo: apelo ao presidente para o pagamento dos soldos atrasados, devido às privações e sofrimento causados por esses constantes atrasos. É o que podemos depreender do ofício do diretor Olavo Eloy Pessoa da Silva, datado de 25 de agosto de 1866, quando solicita à presidência da província o pagamento do mês de julho de 1866:

> Parece que nenhum inconveniente haverá em receber tal pagamento tendo V. Ex.ª em consideração as privações que sofrem os empregados em tão grande distância desta capital e em lugar falto de todos os recursos, pela demora dos pagamentos[439].

O atraso dos soldos era um instrumento regularmente utilizado pelo Exército para testar a disciplina e o patriotismo dos seus soldados. A opinião do comandante da Guerra do Paraguai, o marechal Duque de Caxias, expressa bem a visão do alto comando do Exército sobre esta questão, pois, para o marechal Caxias, era conveniente que "[...] as praças de pré estejam em débito sempre 3 a 4 meses de seus soldos. A disciplina lucra com isto, e os cofres públicos também"[440]. O que quer dizer que, "Ao se pagar os soldados sem atraso, alguns oficiais supunham que eles apenas encorajavam o alcoolismo e o jogo"[441]. No caso da Colônia Leopoldina, essa prática provocava efeito contrário, com deserções e quebra de disciplina.

O diretor não encontrava apoio oficial para os seus problemas administrativos e financeiros, seja por parte do governo da província ou do império. O grande desafio a ser enfrentado pelo administrador da Colônia era de ordem financeira, mas como resolver esse problema? A solução encontrada foi o apoio clientelista do coronel Jacinto Paes de Mendonça[442], padrinho da Colônia, que ajudava com um pequeno abono[443]. Porém, parece

---

[439] OFÍCIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina, Olavo Eloy Pessoa da Silva, ao presidente da província, José Martins Pereira de Alencastre, em 25 de agosto de 1866. APA, caixa 161.

[440] BEATTIE, Peter. *Tributo de Sangue*: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945. São Paulo: Edusp, 2009, p. 99. Este atraso intencional nos soldos dos soldados pode ser verificado também no *Resumo das despesas feita com a Colônia Militar Leopoldina relativa ao pessoal*, desde sua fundação, em 1851, a sua extinção, em 1867, assinado pelo diretor interino Augusto Pereira ramalho. APA.

[441] BEATTIE, Peter. Op. cit., 2009, p. 99.

[442] Jacinto Paes de Mendonça era também comendador e foi uma das testemunhas a assinar o Termo de Instalação da Colônia Militar Leopoldina, em 1852.

[443] OFÍCIO do diretor interino da Colônia Militar Leopoldina, João da Gama Lobo Bentes, ao presidente da província, Jose Bento da Cunha Figueiredo. Porto Calvo, em 27 de abril de 1851. APA, caixa 160.

que isso não foi o suficiente para impedir a saída de alguns colonos ou conseguir novos engajamentos, a julgar pelo ofício datado de 27 de abril de 1851:

> Os trabalhadores têm recebido, até hoje, somente um pequeno abono, que lhes fez o Coronel Jacinto, quando para ali foram e constou-me que eles desgostosos por não serem pagos em dia, começam a retirar-se. Não tenho podido conseguir o engajamento de paisanas para a Colônia, alem de três carpinteiros, que engajei no dia 23 do corrente, e que para lá seguirão já com o Alferes Ajudante[444].

Na relação clientelista, destaca Richard Graham, "os clientes dependiam de seu chefe, e em retribuição ofereciam lealdade. Para isso, não tinha a menor importância se o caso específico pertencia à esfera política ou econômica"[445]. Ao pagar o abono dos empregados da Colônia, Jacinto Paes de Mendonça ampliava sua rede clientelista na região.

Jacinto Paes de Mendonça era neto do Ouvidor e, depois, Juiz Conservador das Matas, José de Mendonça Mattos Moreira, cuja capacidade de negociação política e econômica o transformou em um dos maiores senhores de engenho de Alagoas.[446] A partir da segunda metade do século XIX, os Mendonça já apareciam dominando a política alagoana[447]. Herdeiro dessa tradição familiar, Jacinto Paes de Mendonça se transforma no principal chefe político da zona norte, onde possuía excelentes propriedades agrícolas e os melhores engenhos da região, irradiando influência por toda província [448].

Segundo Manoel Diégues Júnior, nenhuma figura da política alagoana alcançou no Império, e talvez na República, tanta força e influência quanto este neto do Ouvidor[449]. Além de ajudar a sustentar financeiramente a Colônia, nos seus primeiros anos, o também deputado geral Jacinto Paes de Mendonça foi o principal anfitrião da visita de D. Pedro II a Alagoas e a Colônia, em 1860. Em 1871, foi eleito senador do Império, cargo no qual permaneceu até a ascensão da República.

Esse episódio demonstra o fato de que o poder do diretor na Colônia era limitado, estava condicionado às tradições de mando político e econômico do poder local. Embora o Regulamento Especial da Colônia garantisse poder quase absoluto ao diretor nos limites da

---

[444] OFÍCIO do diretor interino da Colônia Militar Leopoldina, João da Gama Lobo Bentes, ao presidente da província, Jose Bento da Cunha Figueiredo. Porto Calvo, em 27 de abril de 1851. APA, caixa 160.
[445] GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997, p. 39.
[446] DIÉGUES JÚNIOR, Manoel. Op. cit., 2012, p. 269-270.
[447] Seus nomes estavam sempre presente na liderança de movimentos, tais como a Cabanada, Lisos e Cabeludos, o da luta contra a família Sinimbu, entre outros. Ibid., p. 270.
[448] DIÉGUES JÚNIOR, Manoel. Op. cit., 2012, p. 270.
[449] Id.

Colônia e em seu distrito[450], a falta de recursos financeiros reforçava a dependência deste aos proprietários rurais e chefes políticos locais, a exemplo de Jacinto Paes de Mendonça.

É importante destacar também que em abril de 1845 o então tenente-coronel Jacinto Paes de Mendonça (comandante da coluna da direita na guerra contra os cabanos) recebeu ofício do comandante geral das forças contra a Cabanada, o coronel Joaquim José Luiz de Souza (que havia comandado as tropas das Alagoas), para ajudar na prisão de Vicente Ferreira de Paula[451]. Já em 1850, o coronel Jacinto Paes de Mendonça foi designado pelo governo provincial para levantar uma companhia da Guarda Nacional para explorar e capturar os malvados das matas. Feito que parece ter sido atingido ao observarmos a narração do vice-presidente da província das Alagoas, Manoel Sobral Pinto, quando afirmou em seu relatório, naquele mesmo ano, que, assim como as matas e estradas da Lage do Canhoto ficaram expurgadas dos malfeitores, papa-méis e desertores, "Da mesma sorte procedia a Companhia de exploradores, dirigida pelo Coronel Jacinto, de modo que hoje, segundo as comunicações oficiais, se transita pelas matas com toda a confiança" [452].

O coronel Jacinto Paes era a continuidade da tradição familiar dos Mendonça. Ele era o poder local manifestado em forma de poder econômico, político e policial. Além de senhor de engenho, foi deputado provincial por vários mandatos, senador do Império e comandante da Guarda Nacional do Termo de Porto Calvo. Nas matas norte do Estado tudo passava por ele, seja assuntos de interesses da Colônia ou da província. Ele era o chefe político local, o coronel e grande proprietário de terras, responsável pela segurança e política do lugar. Nesse sistema coronelista, ele "[...] tinha praticamente carta branca para atuar nas questões locais (sic) na medida em que garantisse uma larga maioria de votos de seu distrito para o partido provincial dominante"[453].

A resistência encontrada para engajar novos colonos talvez fosse um indicativo de que a população local já soubesse quem era o coronel Jacinto Paes de Mendonça, das perseguições enfrentadas pela gente das matas e das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores da

[450] Regulamento Especial da Colônia Militar Leopoldina, capítulo 2º e artigo 3º, 20 de março de 1851. APA.
[451] OFÍCIO do Coronel Joaquim José Luiz de Souza ao Tenente-Coronel dr. Jacinto Paes de Mendonça Comandante da Coluna da Direita. Quartel do Comando em operações no sítio Limeiras, 6 de abril de 1845. Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas, manuscritos organizados por Pedro Paulino da Fonseca sob o título *Lisos e Cabeludos*. Ver em Documentos anexos no livro Utopia Armada de LINDOSO, Dirceu. 2005. Anexos, p. 394.
[452] RELATÓRIO do vice presidente da província das Alagoas, Manoel Sobral Pinto, ao deixar o cargo para o presidente José Bento da Cunha e Figueiredo, em onze de novembro de 1850. Maceió, Typographia J. S. da Maia, 1850, p. 2. In: BARROS, Luiz Nogueira (Org.). op. cit., 2006, p. 585.
[453] BEATTIE, Peter. Op. cit., 2009, p. 63.

Colônia: fome e atraso salarial. Daí a constatação, por parte do diretor, do sentimento de "repugnância e mesmo de desconfiança" dessa população em relação à Colônia, visto no mesmo ofício do diretor Bentes, de 27 de abril de 1851[454]. Entretanto, era preciso mão de obra para a construção das estradas e edifícios, além de reforço militar para a vigilância das matas. A solução proposta pelo diretor era a vinda de 150 praças de linha para completar a Colônia, "[...] por que só assim poder-se-ia conseguir o fim a que se propôs o governo com a criação da mesma"[455].

Mas será que podemos dar tanta credibilidade aos relatos do diretor interino João da Gama Lobo Bentes ou eles eram apenas uma forma de barganhar mais recursos e prestígio junto à presidência da província e ao governo imperial? Em outro ofício, datado de 24 de maio de 1851, o próprio João da Gama esclarece melhor o seu pedido de ajuda financeira ao governo, quando afirma que ao buscar empregar paisanos na Colônia a sua verdadeira razão era obter mais recursos do governo; e tudo justificado pela escassez de recursos, que deixava os colonos sujeitos a privações, longe de suas famílias e num lugar carente de tudo:

> Quando em Maceió asseverei a V. Ex.ª que não faltarão paisanos que quisessem empregar no serviço da Colônia, foi na esperança de que me não faltariam os recursos; e certamente não iludi a V. Ex.ª si eles não fossem tão escassos: devo sempre falar a linguagem da verdade a V. Ex.ª e mostrar que estes homens estão sujeitos a mil privações, longe de suas famílias em um lugar onde falecem todos os recursos; e além disso sem serem pagos em dia, tudo isso Ex. Snr. é bem pouco animador, e V. Ex.ª compreenderá minha crítica situação[456].

João da Gama admite se exceder em relação à quantidade de colonos a ser empregada na Colônia, mas justifica sua atitude devido à grande carência de recursos e à sua "crítica situação". O fato é que esta realidade não era exclusividade da Colônia Militar Leopoldina. As outras colônias militares também passaram por grandes dificuldades. Nas colônias de fronteiras, por exemplo, era comum os colonos reclamarem da fome e doenças constantes, o que levava muitos funcionários a pedir dispensa do serviço[457]. O isolamento das colônias provocado pela distância destas em relação às capitais das províncias e pela dificuldade de comunicação era apontado pelo ministro do Império Luiz Pedreira do Coutto Ferraz como os

---

[454] OFÍCIO do diretor interino da Colônia Militar Leopoldina, João da Gama Lobo Bentes, ao presidente da província, José Bento da Cunha Figueiredo, em 27 de abril de 1851. APA, caixa 160.
[455] Id.
[456] OFÍCIO do diretor interino da Colônia Militar Leopoldina, João da Gama Lobo Bentes, ao presidente da província, José Bento da Cunha Figueiredo, em 24 de maio de 1851. APA, caixa 160.
[457] BRASIL. Relatório do ministro do Império (1859), anexo, p. 95. Carta de Isidoro Marques Cantinho para Affonso Celso de Assis Figueiredo, 14 de maio de 1868, correspondência, São Paulo com o ministro da Guerra (1868), ANRJ, apud WOOD, David Lyle. Op. cit., 1972, p. 43.

principais motivos para essas dificuldades, conforme pode ser visto no seu relatório, apresentado à Assembleia Geral legislativa em 1857:

> Em geral, não têm elas produzido todos os benefícios que se esperavam de sua fundação, como vereis daquele importante documento. Não é, porém, isto de estranhar, desde que se atender á distância em que todas se acham das capitais das províncias em que foram fundadas, e á dificuldade de comunicações entre esses pontos[458].

A Colônia de Pimenteiras era outro exemplo das dificuldades enfrentadas por essas organizações militares. Em 14 de novembro de 1861, o diretor de Pimenteiras se queixava da falta de recursos alimentícios e da deficiência dos salários destinados aos operários, o que, segundo ele, eram os grandes obstáculos para a realização dos trabalhos na Colônia. Daí a sua solicitação de mais praças, "[...] o que por certo obviaria esse mal se por ventura fosse possível a remessa dessa Capital de mais algumas praças que soubessem ofícios, a fim de darem mais incrementos as obras projetadas" [459].

David Lyle Wood mostra a preocupação com os baixos salários e as condições de vida dos colonos era geral, atingindo as colônias tanto do norte como do sul, a exemplo de Gurupi, no Pará, e do Jataí, no Paraná[460]. Em 1855, o presidente do Pará dizia que era muito difícil preencher os cargos de colonos pelos salários baixos. Em 1865, o presidente do Paraná dizia a mesma coisa para a colônia militar do Jataí[461].

Em 1858, o marquês de Olinda, outro ministro do Império, também afirmava que as colônias geravam poucos benefícios úteis. Porém, no caso das colônias de Pimenteiras e Leopoldina, o devassamento e a segurança conquistada nas matas de Jacuípe eram as vantagens que se devem a essas colônias, "[...] apesar das dificuldades com que têm lutado, e lutarão ainda"[462], conforme afirmou o marquês.

É importante destacar, no que diz respeito à Colônia Militar Leopoldina, que essas vantagens só foram conquistadas no final dos anos 1850 e nos primeiros anos dos 1860. Até 1856, os problemas aumentavam progressivamente – conflitos nas matas, fome e doenças –,

---

[458] RELATÓRIO apresentado á Assembleia Geral Legislativa na primeira sessão da décima legislatura pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios do Império Luiz Pedreira do Coutto Ferraz. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1857, p. 30-31.
[459] RELATÓRIO do diretor da Colônia Militar de Pimenteiras, por ocasião de ter tomado posse na Direção, em 14 de janeiro de 1861. APEJE, p.109.
[460] WOOD, David Lyle. Op. cit., 1972, p. 44.
[461] Id.
[462] RELATÓRIO apresentado á Assembleia Geral Legislativa na segunda sessão da décima legislatura pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Império Marquês de Olinda. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1858, p. 37.

com exceção do ano de 1854, quando apareceram os primeiros resultados satisfatórios na economia da Colônia. Para agravar essa situação, a quantidade de praças era considerada insuficiente para policiar as matas. Estas eram extensas e, na visão do então diretor capitão João da Gama Lobo Bentes, servia de coito para todo tipo de criminoso que habitava principalmente as matas da Colônia e dos povoados vizinhos, a exemplo de Lage e da Vila de Imperatriz[463].

Por esta razão, os pedidos do capitão diretor da Colônia ao presidente da província para completar o número de colonos soldados e trabalhadores tornou-se cada vez mais corriqueiro nos seus relatórios e ofícios. E isto ocorreu não apenas porque ele considerava o número de colonos insuficiente para policiar essas matas, mas pelas moléstias crônicas que tiravam, constantemente, de qualquer tipo de serviço entre oito e dez praças. No ofício datado de 17 de julho de 1851, é possível esclarecer melhor esse quadro:

> Cumpre-me fazer ciente a V. Ex.ª que no dia 8 do corrente faleceu o soldado Cristóvão Barboza d'Oliveira. Por esta ocasião tenho a rogar a V. Ex.ª que haja de envidar seus esforços a fim de que seja preenchido o número dos colonos; por que além de serem poucos os que aqui existem, e ser o seu número muito insuficiente para policiar as matas, acresce ter-se constantemente oito a dez praças fora do serviço por causa de moléstias crônicas que os impossibilita de qualquer serviço ativo[464].

Nos primeiros anos da Colônia, tudo favorecia o surgimento de conflitos. Poucos praças para policiar as matas; atraso nos soldos destes e dos trabalhadores; privações, fome e doenças; além do fato de que as matas continuavam sendo habitadas pelos antigos cabanos e quilombolas.

4.2 A Colônia e seu entorno

A resistência da gente das matas justificava a preocupação do diretor com a quantidade de praças. As ameaças não cessaram, e os rebeldes rondavam a Colônia como fantasmas cabanos e praieiros. Mesmo depois de instalada a Colônia, os conflitos continuaram. A gente das matas resistia à ocupação de seu espaço de vida. No ano de 1851, há notícias de várias ameaças à segurança e à tranquilidade pública da Colônia, o que

[463] Resposta do diretor da Colônia Militar Leopoldina João da Gama Lobo Bentes à carta do presidente da província Jose Antonio Saraiva, em 15 de dezembro de 1853.
[464] OFÍCIO do capitão diretor da Colônia Militar Leopoldina João da Gama Lobo Bentes ao presidente da província Manoel Sobral Pinto, em 17 de julho de 1852. APA. Caixa 160.

obrigava o diretor a fazer constantes diligências às matas, na tentativa de capturar os ditos "facinorosos". O diretor interino João da Gama relata um conflito ocorrido nas matas que levou à morte de alguns facinorosos, no lugar chamado Espinho:

> Tendo feito sair, no dia 25 do corrente, uma escolta para o Espinho, a fim de capturar Antonio Rico, em cuja casa estivera arranchado o facinoroso e intitulado Alferes Chiquinho e o pardo cativo Manoel Antonio; consegui, felizmente, levar a efeito o fim a que me propus. No dia 20, às dez horas do dia, voltou a escolta, trazendo consigo o mencionado Rico [...] Ao alvorecer do dia 29, seguiram em direção às cabeceiras do Riacho Santa Cruz, imediações do Espinho; e ali chegando, ao meio dia em ponto, encontraram Manoel Antonio, que, tentando resistir, foi imediatamente passado por uma bala que lhe deu a morte logo depois, declarando antes de espirar que o Alferes Chiquinho tinha saído para o lado de Maraiá e que devia voltar naquele dia; por isso, se dirigiram para ali e no lugar denominado Fortuna. Junto ao lugar acima, encontraram o famigerado Alferes Chiquinho, que resistindo também a voz de prisão, que ele intimou, teve a mesma sorte de seu satélite as seis horas da tarde[465].

Embora localizada, a reação desses revoltosos à instituição da Colônia demonstrou o fato de que as matas continuavam a ser um espaço de congregação dos antigos cabanos onde ainda era possível encontrar diferentes povos rebelados: soldados, negros e pardos cativos, além de parte da população nativa. Apesar das diferenças culturais e políticas entre esses povos, as circunstâncias históricas poderiam fazer da mata o seu espaço de aliança comum, conforme afirmamos anteriormente.

Para o 1º tenente João da Gama, esse episódio demonstrou a importância da Colônia militar nas matas e a necessidade de se criar mais uma para livrar as fronteiras de Alagoas e Pernambuco das "feras" que ameaçavam o poder de mando local e nacional. Pela sua proposta, a nova colônia deveria ser criada, exatamente, nas matas do Espinho, região do conflito.

> Pelo que se acaba de passar cada vez mais me convenço da imensa importância deste ponto, para onde o governo deve incessantemente dirigir suas vistas e si o mesmo governo quisesse criar uma outra colônia no Espinho, posso quase que asseverar a V. Ex.ª que as matas do norte das Alagoas e sul de Pernambuco ficariam inteiramente desinfestadas dessas feras, para cuja extinção tem o país feito tantos sacrifícios[466].

As matas do norte alagoano continuavam a ser o grande obstáculo ao processo civilizatório da Colônia. Na visão do seu diretor, era um lugar ao qual o governo deveria dar atenção especial, uma vez que ameaçava a segurança do país e das províncias de Alagoas e

[465] OFÍCIO do 1º tenente diretor da Colônia Militar Leopoldina João da Gama Lobo Bentes ao presidente da província Manoel Sobral Pinto, em 31 de julho de 1851. APA. Caixa 160.
[466] Id.

Pernambuco. A lógica dessa visão é simples: sem o domínio das matas, não haveria a extinção das "feras" que perturbavam a ordem e, consequentemente, não haveria também a implantação da civilização branca, tão necessária para expansão da economia e consolidação do poder local e nacional. Daí porque, na lógica do pensamento de João da Gama, não seria exagero criar uma terceira colônia nas matas do Espinho.

A lista de "feras", facínoras e criminosos era grande para uma área marcada por revoltas e rebeliões. Para as autoridades, ficava difícil identificá-los em função das particularidades das matas e de sua gente. As matas eram densas e favorecia a fuga e a formação de grupos sociais integrados aos nativos, inclusive aqueles marginalizados pelo sistema senhorial escravagista, a exemplo dos indígenas e negros quilombolas ou mucambeiros, que, por sua vez, acoitavam pardos, brancos pobres e escravos.

Outro caso emblemático de resistência à nova ordem militar nas matas é, segundo o diretor Bentes, o do conhecido "facínora Galdino de tal". Antonio Dias, morador do povoado São Bernardo (distrito da Colônia), procurou o diretor Bentes para denunciar que o temido Galdino se encontrava no povoado para fugir com a família e vir depois executar vários assassinatos. Para barrar tamanha ousadia o diretor envia, no mesmo dia, uma escolta com 8 praças e um furriel para capturá-lo. Em resposta à ação de intimação de prisão feita pela escolta, Galdino atira no cabo da esquadra, Antonio José Cardoso, e foge, depois de feri-lo e escapar dos tiros de dois praças[467].

Ao saber do acontecido, Bentes manda "[...] conduzir o ferido pelo escrivão da Colônia, Telis Justiniano de Albuquerque, e mais 8 praças a Vila de Porto Calvo para ser tratado", ficando aos cuidados de um curioso, embora não houvesse perigo de vida. A frustração do diretor Bentes fica evidente ao afirmar que a sua própria diligência para "captura do criminoso" foi um fracasso, pois "[...] durou dois dias para nada conseguir"[468].

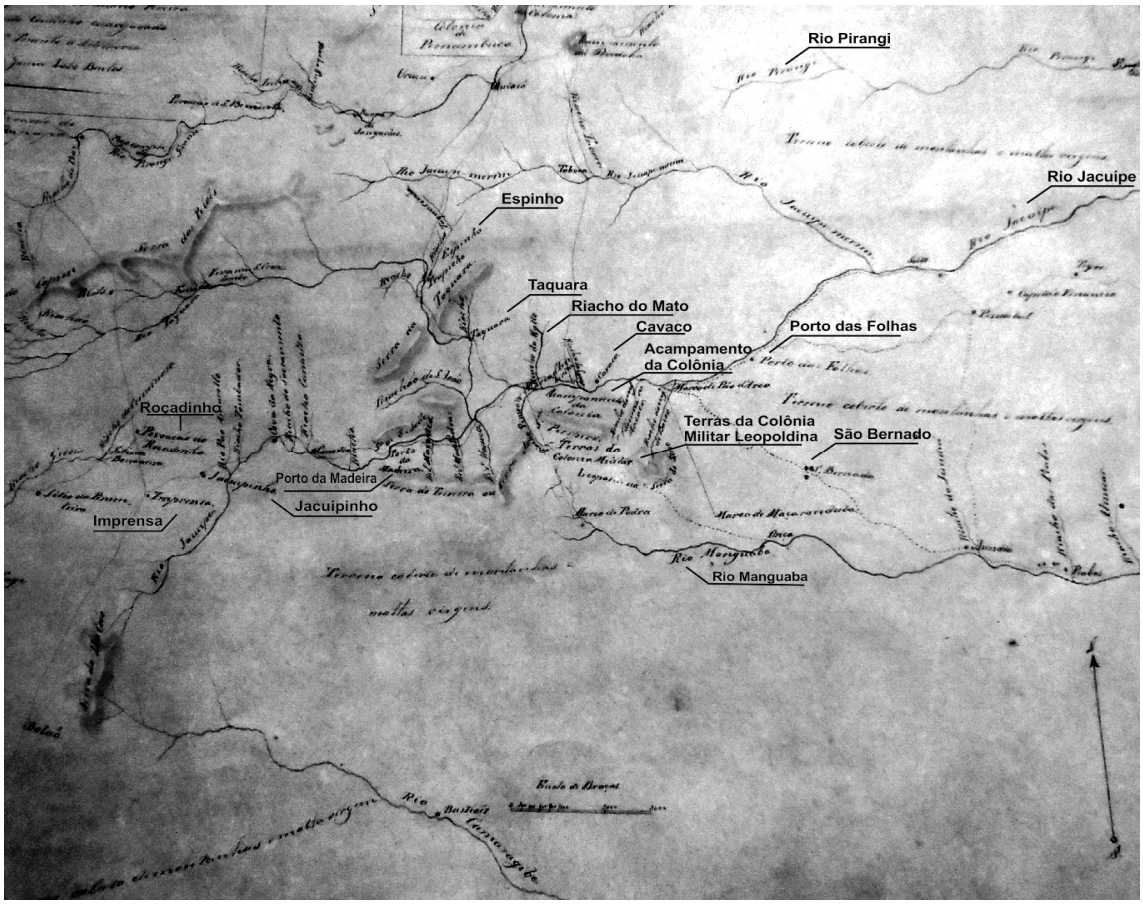
Galdino devia ser bem conhecido pelos seus atos de ousadia e ameaças contra as autoridades da Colônia. Não sabemos se a denúncia de Antonio Dias é verdadeira; mas o fato é que mobilizou boa parte da força militar da Colônia e revela a fragilidade de seus praças e da sua estrutura militar para lidar com as ameaças internas e com os soldados feridos em combate. É verdade que a Colônia estava apenas no seu primeiro ano de funcionamento, mas

[467] OFÍCIO do diretor interino da Colônia Militar Leopoldina, João da Gama Lobo Bentes, em 29 de novembro de 1852. APA, Caixa 160.
[468] Id.

logo ficava evidente que a resistência rebelde nas matas (formada por grupos sociais ou indivíduos) colocava-se como grande desafio para a construção da ordem militar na Colônia. Por outro lado, a denúncia de Antonio Dias mostra também que alguns colonos eram contra os rebeldes das matas e aprovavam a ordem da Colônia.

Espinho, São Bernardo, Cavaco, Taquara, Riacho do Mato (destacados no mapa 7, abaixo), entre outros, eram alguns dos lugares preferidos por esses rebeldes; provavelmente, em virtude da sua topografia composta de serras, rios, riachos e matas. Espaços construídos pelos antigos povos cabanos e quilombolas, acostumados com as vicissitudes da vida nas matas e com as grandes rebeliões. A ordem militar da Colônia era a desordem desse povo, sua desterritorialização, ameaça às variadas formas de vida nas matas. Daí a resistência.

Mapa 7 – Localização dos principais povoados da Colônia Militar Leopoldina (1851)



Fonte: AHEX. Recorte do Mapa Matas de Jacuípe e Água Preta, medido e demarcado pelo capitão do imperial corpo de engenheiros Cristiano Pereira de Azevedo Coutinho e coadjuvado pelo1º tenente da artilharia João da Gama Lobo Bentes, 1851. Intervenção gráfica: Carlos Fabiano Costa Barros.

É interessante notar que além do surgimento desses novos conflitos, a retórica do discurso do medo justificava a prática repressora, pois os velhos "fantasmas" da Cabanada e da Praieira ainda assustavam as autoridades. Mesmo depois de Pedro Ivo e seu bando

entregarem as armas, o diretor interino da Colônia Militar Leopoldina alude a um grupo formado pelo célebre Thomaz Villa Nova, que estava armado com 12 homens e procurava juntar mais para invadir a Colônia, em 1851. O diretor acreditava que esta ameaça estava ligada à influência do líder praieiro Pedro Ivo, sobretudo após a notícia de sua fuga. Daí a "absoluta necessidade" de reforçar a segurança da Colônia, pois

> [...] a notícia da fuga de Pedro Ivo começa já a produzir o efeito que se deve esperar esse motivo e mesmo para prevenir qualquer coisa que de momento possa aparecer, torna-se de absoluta necessidade que V. Ex.ª se digne providenciar mandando-me mais vinte praças de 1ª linha bem municiados[469].

A Colônia Militar Leopoldina foi criada para vigiar as matas e combater qualquer movimento rebelde, mas, paradoxalmente, sua segurança vivia constantemente ameaçada, o que reforçava a necessidade de praças, cujo número sempre foi considerado insuficiente. O regulamento especial da Colônia falava de 150 praças de pré para garantir a segurança da Colônia[470], mas os engajados dificilmente chegavam a um terço desse número. Isso fica evidente nas constantes solicitações de praças para reforçar a defesa da instituição.

A carência de praças perpassa as administrações da Colônia. Além da solicitação de 20 praças (feita no ano de 1852, citada acima), o ano de 1860 é emblemático, pois mesmo depois do período de intensos conflitos (1850-1853), o diretor Bentes solicita, pelo menos, 60 praças, pois considerava limitado o número de praças existente e "mais do que insuficiente para o serviço de quartel"[471]. Após seis anos dessa solicitação, o diretor Olavo Eloy Pessoa da Silva lamenta a deficiência na força de 1ª linha, que se foi realizando na Colônia, "[...] a ponto de só existir, hoje [16 de junho de 1866], um sargento e um soldado"[472].

O problema era que não havia muita mão de obra disponível para servir no exército em função dos baixos salários e da vida difícil dos praças. Para Peter Beattie, "Muitos civis, ricos ou pobres, associavam a vida de soldado à degradação"[473], além do fato de que servir nas colônias militares não atraía muitos soldados devido a sua localização nas matas, que os aproximava das hostilidades do meio e os distanciava dos centros urbanos, não obstante as

---

[469] OFÍCIO do diretor interino da Colônia Militar Leopoldina, João da Gama Lobo Bentes, em 16 de maio de 1851. APA, Caixa 160.
[470] BRASIL. Coleção de Leis do Império de 1850. Decreto de 9 de novembro de 1850, que aprova e manda executar o Regulamento para fundação das colônias militares nas províncias de Pernambuco e Alagoas (Coleção das Leis do Império do Brasil, Tomo XIII, parte II. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1850).
[471] OFÍCIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina, João da Gama Lobo Bentes, ao presidente da província de Alagoas, Manoel Pinto de Souza Dantas, em 1 de março de 1860. APA, Caixa 160.
[472] OFÍCIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina, Olavo Eloy Pessôa da Silva, ao presidente da província, Galdino Augusto da Natividade e Silva, em 16 de junho de 1866. APA, caixa 161.
[473] BEATTIE, Peter. Op. cit., 2009, p. 26-27.

vantagens oferecidas para estes praças, como, por exemplo, a de um lote de terras, ao final do tempo de serviço.

Embora o diretor tenha procurado debelar as primeiras ameaças à sua administração, os conflitos continuaram com os moradores da outra margem do rio Jacuípe, sobretudo do povoado Cavaco, que fizeram parte do séquito de Vicente de Paula. Na visão de João da Gama, esses moradores eram vadios incômodos que procuravam introduzir a imoralidade e a desordem tanto no seu povoado quanto na Colônia. Diante desse quadro, o diretor apelava para que o presidente da província das Alagoas interviesse junto ao presidente da província de Pernambuco, na tentativa de evitar tais conflitos, pois mesmo com o líder cabano fora de combate, ele continuava assombrando as autoridades através do seu séquito, o que fica evidente, por exemplo, quando o diretor contesta a nomeação do inspetor do Cavaco, feita pelo delegado de Água Preta (Pernambuco):

> Ilmo. Ex. Snr. Havendo o Delegado d'Agua Preta nomeado a Manoel Roiz dos Santos para servir de Inspetor de Cavaco, lugar distante desta colônia apenas uma légua, tem este procurado por todos os meios introduzir a imoralidade, e a desordem não somente no seu quarteirão, como também nesta colônia, já chamando moradores vadios e mesmos suspeitos para virem estabelecer-se nas imediações [...] Tenho a ponderar a V. Ex.ª que o Inspetor, bem como os demais moradores do Cavaco em questão não podem jamais desejar a boa ordem, porque pertencerão ao séquito de Vicente de Paula, mais é mesmo desnecessária tal autoridade em um lugar tão próximo a Colônia[474].

As queixas contra o inspetor do Cavaco tornaram-se recorrentes nos ofícios e relatórios do diretor João da Gama. Este diretor questionava o fato de o delegado de Água Preta ter confiado a polícia do Cavaco a um sujeito que pertenceu ao séquito de Vicente de Paula. Ainda de acordo com João da Gama, o inspetor estava transformando "aquele lugar num verdadeiro coito de homens suspeitos" [475]. Neste sentido, o Cavaco estava se constituindo na base de um novo movimento cabano. É o que demonstra o ofício do capitão diretor da Colônia Leopoldina em resposta ao ofício do delegado de Água Preta, que chamava a atenção para dois problemas gerados com a indicação do inspetor do Cavaco:

> Primeiro, porque suponho que V. S.ª não ignora que tal Inspetor pertenceu outrora ao séquito de Vicente de Paula, é de lastimar que V. S.ª confiasse a policia á tal autoridade. Segundo, porque tem feito daquele lugar um verdadeiro coito de homens suspeitos apoiando a quantos ali se queiram

[474] OFÍCIO do diretor interino da Colônia Militar Leopoldina João da Gama Lobo Bentes ao presidente da província Manoel Sobral Pinto, em 4 de setembro de 1851. APA, caixa 160.
[475] OFÍCIO do capitão diretor e subdelegado da Colônia Militar Leopoldina, João da Gama Lobo Bentes, em resposta ao ofício do delegado 1º suplente da Villa d'Água Preta, em 18 de julho de 1852. APA, caixa 160.

> estabelecer talvez nutrindo ainda esperanças lisonjeiras a respeito do passado[476].

A ousadia dos moradores do Cavaco ao desafiar as normas de vigilância da Colônia levou João da Gama a solicitar mais uma vez providências do presidente da província de Pernambuco, através do presidente da província de Alagoas. Segundo o relatório do diretor da Colônia, datado de 15 de dezembro de 1853, quando o presidente de Pernambuco, José Antonio Saraiva, passou pelo comando da província de Alagoas, ele asseverava que o policiamento da Colônia deveria se estender até a outra margem do rio, devido à grande extensão das matas entre as duas províncias:

> Por esta ocasião ocorre-me pedir a V. Ex.ª que haja de solicitar do Ex. Snr. Presidente de Pernambuco algumas providências relativamente a policia de alguns lugares povoados próximos da Colônia, e que ficam na margem oposta do Rio, cujos moradores fiados em habitarem na Província de Pernambuco, ousam zombar da vigilância da policia desta Colônia[477].

É interessante notar que para os moradores do Cavaco não havia fronteiras entre as duas margens do rio Jacuípe (ver mapa 7), eles transitavam livremente pela Colônia como sempre fizeram. Além de se constituírem uma ameaça política, os moradores do Cavaco se tornaram também uma ameaça à ordem moral da Colônia. Segundo o diretor João da Gama, para desestabilizar a boa ordem e a subordinação, eles não apenas ignoravam a sua autoridade e vigilância, mas introduziam a aguardente entre os trabalhadores e soldados:

> Ilm.º e Exmo. Snr. Sendo, entre algumas providencias que tenho dado para sustentar a boa ordem e subordinação nesta Colônia, proibido a venda de aguardente não somente na mesma Colônia, como em suas imediações; por causa dela tenho por muitas vezes lutado com dificuldades, acontece que alguns moradores do Cavaco fiados em habitarem a margem oposta do rio, sem atenderem as admoestações que lhes tenho feito, por vezes, a mandem muito de proposito, buscar para venderem aos trabalhadores e soldados, resultando disso o grave inconveniente de faltarem estes as suas obrigações, e ter eu da necessidade de fazer castigos rigorosos; por isso para evitar consequências injustas lancei mão da força, mandando varejar ali algumas casas e despejar a aguardente que nelas se encontrasse[478].

Mas seria a aguardente responsável direta pela indisciplina dos trabalhadores e insubordinação dos militares ou apenas pretexto para que o diretor – através do uso da força e da violência – expulsasse os moradores do Cavaco e castigasse os moradores da Colônia,

---

[476] OFÍCIO do capitão diretor e subdelegado da Colônia Militar Leopoldina, João da Gama Lobo Bentes, em resposta ao ofício do delegado 1º suplente da Villa d'Água Preta, em 18 de julho de 1852. APA, caixa 160.

[477] Resposta do diretor da Colônia Militar Leopoldina à carta do presidente da província, Jose Antonio Saraiva, em 15 de dezembro de 1853.

[478] OFÍCIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina, João da Gama Lobo Bentes, ao presidente da província José Bento da Cunha e Figueiredo, em 3 de abril de 1852. APA, caixa 160.

evitando, assim, a ameaça insurrecional representada pela povoação do Cavaco? Para ele, a introdução da cachaça entre os trabalhadores e soldados estava causando graves problemas de comportamento e disciplina, sobretudo quanto às suas obrigações civis e militares. A disciplina militar e a ordem moral eram os pilares de sustentação da Colônia e não poderiam ser abalados pelas "bebidas espirituosas" dos moradores do Cavaco[479].

Os documentos não deixam claro quem eram esses moradores do Cavaco, mas é possível afirmar que era gente que transitava entre as matas de Alagoas e Pernambuco. Provavelmente, eram os remanescentes dos antigos moradores de mucambos, aldeias, quilombos e cabanos, que faziam da floresta seu campo de batalha e subsistência. Ao reagir contra o policiamento das matas, eles estavam lutando contra qualquer forma de dominação do seu espaço e de sua vida.

Com sua vigilância fragilizada e sua localização estratégica privilegiada, a Colônia se tornava um alvo em potencial a todo tipo de revolta nas matas. É o que podemos constatar, por exemplo, com a revolta popular contra a Lei do Registro Civil, o Decreto 798, de 1 de janeiro de 1852, quando o diretor João da Gama alertava o presidente da província sobre as reuniões tumultuosas nas matas de Jacuípe[480]. Nesse comunicado, João da Gama destacava o poder de fogo dos revoltosos – organizados e armados por Ferreira Netto do Angelim, principal liderança da revolta em Alagoas. De Porto Calvo, João da Gama Lobo Bentes adverte o presidente José Bento da Cunha Figueiredo sobre a deficiência militar e o isolamento da Colônia, o que poderia favorecer um possível ataque:

> [...] fui informado de que as autoridades respectivas tem constantemente recebido noticias muito aterradoras relativamente a prevenção do povo contra a execução da lei de nascimentos e óbitos, tendo já o mesmo povo se apresentado em reuniões tumultuosas, como aconteceu em Jacuípe, para cometer atentados; constou-me mais que Ferreira Netto, do Angelim, tem recebido de Maceió muita munição e armamento, e trata de reunir gente a toda pressa para levar a efeito seus planos. A vista pois de tais noticias, que como V. Ex.ª sabe são bem fundadas, cumpre-me chamar a atenção de V. Ex.ª para esta Colônia, que alem de estar guarnecida somente com 36 praças de 1ª linha, acresce que pelo seu isolamento não pode receber socorros momentâneos[481].

[479] OFÍCIO do diretor interino da Colônia Militar Leopoldina João da Gama Lobo Bentes ao vice-presidente da província Manoel Sobral Pinto, em 4 de setembro de 1851. APA, caixa 160.
[480] OFÍCIO do capitão diretor da Colônia Militar Leopoldina, João da Gama Lobo Bentes, ao presidente da província, Jose Bento da Cunha Figueiredo, em 6 de janeiro de 1852. APA, caixa 160.
[481] Id.

É emblemático o fato de que a primeira manifestação contra o Decreto 798, também conhecido como "lei do cativeiro", tenha ocorrido nas matas norte da província das Alagoas, no Mundaú-Mirim e no Riachão, fronteira com Pernambuco[482]. O temor do diretor era legítimo; a revolta se estendeu por outros lugares das matas, reunindo gente armada e se aproximando cada vez mais da Colônia. No princípio de janeiro de 1852, o movimento começou na Lage do Canhoto, Termo de Imperatriz, passou pelas matas do Angelim, na vizinhança de Camaragibe, na Aldeia de Jacuípe e nas povoações de Salomé e São Braz, do Termo de Penedo. Embora tenha conseguido impedir a publicação do Regulamento da lei em algumas paróquias – ao ponto de ser considerado um crime sedicioso pelas autoridades[483] –, o movimento é dispersado pelas forças legais[484].

Além de Alagoas, o povo também reagiu contra o Decreto 798 nas províncias de Pernambuco, Paraíba e Sergipe[485]. Segundo Maria Luiza Ferreira de Oliveira, logo após a lei de 1850 proibir o tráfico de escravos africanos, o povo passou a temer a volta ao cativeiro, "[...] a população comentava a lei e já previa o deslocamento da mão de obra interprovincial proclamando: 'o sul quer escravizar os filhos do norte'"[486]. O presidente da província de Alagoas reconhecia esse temor popular: "A lei de 1850 estava no imaginário, como causa também em Alagoas, diziam que pretendiam escravizar a nova geração afim (sic) de substituir os braços africanos"[487].

Na lógica das autoridades, como o ministro da justiça Eusébio de Queiróz e o presidente das Alagoas, isso era "coisa de gente do mato", gerada pela oposição liberal, que manipulava as mentes do povo rude e pobre sem instrução, promovendo a "anarquia" para desestabilizar o governo[488]. Segundo Sidney Chalhoub, nas disputas partidárias pelo poder,

---

[482] OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira. Resistência popular contra o Decreto 798 ou a "lei do cativeiro": Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Ceará, 1851-1852. In: DANTAS, Monica Duarte. *Revoltas, Motins, Revoluções*: Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011, p. 394.

[483] No Código de 1830, segundo Monica Duarte Dantas, "[...] sedição se referia sim ao ajuntamento de mais de 20 pessoas, mas apenas para obstar a atuação de um empregado público (fosse para impedi-lo de tomar posse ou cumprir ordens legais), sendo puníveis apenas os cabeças do movimento". Ver DANTAS, Monica Duarte. Revoltas, Motins e Revoluções: das Ordenações ao Código Criminal. In: DANTAS, Monica Duarte (Org.). 2011, p. 34.

[484] RELATÓRIO apresentado á Assembleia Geral Legislativa na quarta sessão da oitava legislatura pelo Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios da Justiça Eusébio de Queiroz Coutinho Mattoso Camara. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1852, p. 5.

[485] Foi em Pernambuco que o movimento se manifestou de forma mais grave, tanto pela quantidade de grupos que se armaram contra o decreto quanto pela quantidade de freguesia atingida. Ibid., p. 4.

[486] OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira, 2011, p. 401.

[487] AN, IJ360 17/01/1852, do presidente da província de Alagoas. Apud OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. Ibid., p. 423.

[488] CHALHOUB, Sidney. *A Força da Escravidão*: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 16.

essa era uma "acusação usual dos conservadores ou saquaremas aos liberais seus adversários"[489].

Chalhoub mostra que havia interpretações divergentes entre as autoridades quanto às raízes do movimento sedicioso. O ministro dos Negócios do Império, o visconde de Mont'Alegre, já previa dificuldades na aplicação do registro civil e do censo, devido a "[...] vasta extensão do território, falta de comunicação, isolamento e disseminação de grande parte da população, que além disso tinha hábitos e vida excêntrica nos lugares mais desertos do interior"[490]. E, ao contrário do ministro da justiça, discordava quanto à motivação partidária da oposição liberal do movimento. Para ele, a causa dos motins estava "[...] não na dificuldade de aplicar o Regulamento, mas sim no boato arteiramente espalhado, e loucamente acreditado pelo povo rude, de que o registro só tinha por fim escravizar a gente de cor"[491]. A raiz de todo o problema seria, então, o medo da *gente de cor* livre e pobre (sobretudo negro e pardo) ser reduzida à escravidão ou a lei do cativeiro.

Chalhoub explica o perverso cisma da escravidão pelas experiências históricas concretas de vida de pretos e pardos pobres, que ao viverem o fim do tráfico de escravos africanos desconfiavam da liberdade precária; "[...] em suma, havia a densidade de experiências históricas concretas na maneira de a 'plebe' tida como 'desvairada' interpretar o mundo à sua volta"[492], que nesse caso se explicava pela *força da escravidão* na vida dessa gente. O fim do tráfico não era garantia alguma de liberdade, especialmente para uma gente habitante de quilombos, mucambos e matas. Vivendo ainda numa sociedade escravocrata, a volta à escravidão não era uma realidade tão distante assim para essa gente.

O medo da escravidão era real, alimentava tanto o imaginário quanto as ações do movimento[493]. Entretanto, é interessante notar que se, por um lado, havia o medo do povo de retorno à escravidão, por outro, havia também o medo das autoridades de que o movimento se transformasse numa grande rebelião popular. Ao reconhecer o potencial revolucionário das matas e a localização estratégica destas, o diretor João da Gama temia que a revolta chegasse à Colônia e alertava o presidente da província para a necessária prevenção desse estabelecimento:

---

[489] CHALHOUB, Sidney. *A Força da Escravidão*: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 16.
[490] MONT'ALEGRE, citado por CHALHOUB, Sidney. Ibid., p. 17.
[491] Ibid., p. 18.
[492] Ibid., p. 30.
[493] OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira. 2011, p. 401-402.

> Estas matas, Ex. Snr., tem até hoje servido de base de operações para todas as revoluções, que tem aparecido nesta província, e si alguma coisa houver será certamente este ponto o primeiro a ser atacado e por esse meio sacrificada a sua guarnição por ser ela mui limitada, por tanto acho muito conveniente prevenir o que poder acontecer de momento[494].

Em Alagoas, a gente que se rebelava contra a aplicação do registro civil e do censo era a mesma que fizera parte dos movimentos insurrecionais nas matas. Essa gente da mata estava acostumada a fazer da floresta não apenas seu espaço de vida, mas também sua trincheira de luta e resistência. Portanto, se, por um lado, o medo da gente de cor livre preta e parda pobre se justificava pela relação entre o Decreto 798 e a volta à escravidão – como consequência das experiências históricas vividas na escravidão e com o fim do tráfico de escravos africanos –, por outro, o medo das autoridades se justificava também pelas experiências históricas concretas de vida da gente das matas em conexão com as rebeliões populares no século XIX[495].

Esse era o caso da gente do Riacho do Mato, que havia participado da Cabanada e da Praieira e continuava assombrando o poder local como fantasma cabano que herdava de Vicente de Paula a resistência nas matas fronteiriças de Leopoldina e Pimenteiras.

4.3 A Gente do Riacho do Mato: ou a resistência cabana

Ao contrário de Leopoldina, a Colônia Militar de Pimenteiras incorporou os índios e caboclos do Riacho do Mato como colonos, embora estes se considerassem parte de um aldeamento independente da administração de Pimenteiras[496], formado por gente das matas de Alagoas e Pernambuco. Provavelmente como estratégia de controle, o próprio diretor da colônia pernambucana, Brasilio de Amorim Bezerra, reconheceu a presença indígena no distrito da colônia – depois de ser confirmada oficialmente pela diretoria-geral dos índios –, passando a classificar os habitantes do aldeamento como colonos de 3ª classe. Em resposta ao ofício do diretor-geral dos índios, José Pedro Nelôco da Silveira, o diretor justificava a

[494] OFÍCIO do Capitão Diretor da Colônia Militar Leopoldina João Gama Lobo Bentes ao presidente da província Jose Bento da Cunha Figueiredo, em 6 de janeiro de 1852. APA. Caixa 160.
[495] Paradoxalmente, o medo de uma nova rebelião nas matas faz o Estado reprimir e ao mesmo tempo negociar com os revoltosos. Embora algumas lideranças tivessem sido localizadas, o movimento foi generalizado e considerado como "sedição do povo mais miúdo". ver OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira. 2011, p. 406.
[496] OFÍCIO do Capitão diretor da Colônia Militar de Pimenteiras Brasilio de Amorim Bezerra em resposta ao ofício do diretor-geral dos Índios José Pedro Neloco da Silveira e endereçado ao presidente da província de Pernambuco Ambrósio Leitão da Cunha, em 20 de novembro de 1860. APEJE.

condição de índios colonos e alertava para as dificuldades no reconhecimento destes como aldeados:

> Na forma do Regulamento da Colônia acolhendo-o e consentindo eu nisso, disse-lhe, contudo, que se consideraria como moradores do distrito da Colônia, quais eram os outros, classificados colonos de terceira classe; e que para se constituírem em Aldeia, necessário se faria que o Governo desse suas ordens a respeito [...] tenho continuado a considera-los ali no pé de colonos ou moradores, sujeitos ao respectivo Inspetor de quarteirão, o que eles tem repugnado, persistindo em considerarem-se aldeados, mas um aldeamento sui generis, sendo eles em mui pequeno numero, e muito poucos índios, pela maior parte místicos de todas as raças[497].

Os índios do Riacho do Mato não admitiam a condição de colonos, pois isso significava a condição de não-índios, além de sua submissão às ordens e à disciplina militar da Colônia de Pimenteiras. Formados pela etnogênese da gente das matas de Alagoas e Pernambuco, esses índios não se enquadravam nas fronteiras territorial e étnica impostas a eles. Apesar de pertencerem à Colônia de Pimenteiras, eles ultrapassavam constantemente os limites da Colônia Leopoldina, desafiando a lei e a autoridade do diretor[498].

Em resposta ao ofício do presidente da província das Alagoas, em 22 de dezembro de 1860, que por sua vez respondia ao ofício do presidente da província de Pernambuco, o diretor da Colônia Militar Leopoldina João da Gama Lobo Bentes mencionava a ousadia do índio Manoel Valentim dos Santos e mais doze de seus companheiros, que armados de clavinotes e facas de pontas passavam por dentro da Colônia, ameaçando a tranquilidade pública nas matas:

> Tendo Manoel Valentim dos Santos, intitulado maioral, e mais doze de seus companheiros, todos armados de clavinotes e facas de pontas, atravessado o rio para o lado do distrito de minha jurisdição e isto com a maior audácia por que passarão até por dentro da Colônia, mandei preveni-los de que se insistissem daria providências no sentido de serem presos e processados. A esta minha advertência, aliás muito prudente, responderão que ninguém lhes podia proibir que andassem armados onde quer que fosse, por que estavam para isso autorizados!
>
> Passado algum tempo me dirigiu o dito Valentim hum bilhete, pedindo permissão, para com mais seis dos seus, virem com suas respectivas ermas

[497] OFÍCIO do Capitão diretor da Colônia Militar de Pimenteiras Brasilio de Amorim Bezerra em resposta ao ofício do diretor-geral dos Índios José Pedro Neloco da Silveira e endereçado ao presidente da província de Pernambuco Ambrósio Leitão da Cunha, em 20 de novembro de 1860. APEJE.

[498] OFÍCIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina João da Gama Lobo Bentes ao presidente da província das Alagoas Pedro Leão Velloso, em resposta ao ofício do presidente da província de Pernambuco, em 22 de dezembro de 1860. APA, caixa 160.

> fazer uma caçada nas matas da mesma Colônia; e eu não obstante o que se havia passado, concedi-lhes a licença pedida[499].

A divisão política e territorial entre as matas norte de Alagoas e sul de Pernambuco não existia para os habitantes do Riacho do Mato. Ao longo da existência da Colônia Militar Leopoldina, eram comuns as queixas do diretor sobre a passagem dessa gente para o outro lado do rio Jacuípe, dentro da sua jurisdição. Eles atravessavam a fronteira e andavam pelas matas armados como sempre fizeram, seja pescando, caçando ou resistindo à invasão do seu espaço de vida e luta. Talvez isto explique parte dos conflitos entre esses índios, proprietários e autoridades da Colônia de Leopoldina.

A história do povoado-aldeia Riacho do Mato se confunde com a história dos cabanos, iniciada por Vicente Ferreira de Paula e continuada pelo índio Manoel Valentim dos Santos – antigo cabano, considerado pelas autoridades como um "segundo Vicente"[500] –, tornando-se o principal líder do aldeamento ou, como ficou mais conhecido, o famoso "maioral dos índios". Esta condição era vista como ameaça tanto pelos proprietários de terra quanto pelas autoridades de Leopoldina e de Pimenteiras, provocando sucessivos conflitos territoriais e políticos entre os índios liderados por Manoel Valentim e esses poderosos.

Embora a fala oficial pretendesse negar a presença indígena nas matas e justificar, assim, o fim dos aldeamentos, é provável que o Riacho do Mato tenha sido formado pela gente do líder cabano: negros, mestiços, índios e pobres de "todas as raças". Para o diretor de Leopoldina, bastava esta condição para que o lugar se transformasse "num verdadeiro coito de homens suspeitos", que ameaçavam a paz e a ordem na região[501]. Ainda segundo o diretor Bentes, essa gente estaria acima da lei – rompendo os limites territoriais e morais das colônias militares –, além de criar um novo capitão das matas, o intitulado maioral Manuel Valentim dos Santos. No relatório de 13 de março de 1861, Bentes esclarece melhor sua visão sobre a gente do Riacho do Mato:

> No lugar Riacho do Mato, distante daqui trezentas a quatrocentas braças, e pertencente ao distrito da Colônia Militar de Pimenteiras, está se formando, a título de aldeamento de índios, um verdadeiro coito de homens suspeitos, composto não de índios, porém de mestiços de todas as raças, especialmente

[499] OFÍCIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina João da Gama Lobo Bentes ao presidente da província das Alagoas Pedro Leão Velloso, em resposta ao ofício do presidente da província de Pernambuco, em 22 de dezembro de 1860. APA, caixa 160.
[500] OFÍCIO do diretor da Colônia Militar de Pimenteiras ao presidente da província de Pernambuco, em 12 de novembro de 1861. APEJE. Cód. CD-2, fl. 23.
[501] RELATÓRIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina João da Gama Lobo Bentes ao presidente da província das Alagoas Pedro Leão Velloso, em 13 de março de 1861. APA, caixa 160.

> da africana, que ameaçam constantemente a segurança individual e a tranquilidade publica; visto como percorrem sempre as estradas e as matas, armados de clavinotes e facas de pontas, menosprezando por essa forma à lei e à autoridade. Revela notar que o intitulado maioral, de nome Manuel Valentim dos Santos, foi nesse mesmo lugar "Riacho do Mato" um dos mais acérrimos sequazes do já referido Paula (Vicente Ferreira de Paula), e que há pouco foi capturado, mesmo na casa desse maioral, um desertor do exército[502].

As autoridades, tanto de Alagoas quanto de Pernambuco, questionavam a presença indígena no Riacho do Mato[503]. Independente da origem étnica ou social, eles sabiam que essa gente foi forjada nas revoltas e rebeliões das matas. Portanto, temiam que o lugar se transformasse em um "novo foco de criminosos e malfeitores", como nos tempos da Cabanada ou da Praieira, liderados, agora, por um novo "líder cabano", Manuel Valentim[504]. Riacho do Mato era visto pelas autoridades como lugar onde estava se formando um novo espaço cabano, pela presença de índios e mestiços de todas as raças, "especialmente a africana". Era o lugar estratégico para se formar um movimento rebelde, pois além de ser habitado pela gente de Vicente Ferreira de Paula, estava situada nas fronteiras das matas alagoanas e pernambucanas, conforme já mostramos anteriormente no mapa 4.

A ênfase dada a "homens mestiços de todas as raças", especialmente a "africana", justificava a repressão policial contra o povoado; ou seja, nesta perspectiva, se não havia índios legítimos, o que havia era gente das matas, isto é, homens suspeitos, perturbadores da ordem e da segurança pública. Em outras palavras, a condição de gente miscigenada e, sobretudo, africana, negava a legitimidade do aldeamento e, consequentemente, do povoado Riacho do Mato. Enquanto o "índio legítimo" poderia ter a garantia do seu aldeamento e de suas terras (desde que fosse reconhecida, oficialmente, a origem de sua etnia e de seu território), o negro (de "raça africana") ou o pobre miscigenado das matas eram vistos sempre como ameaça. Ou seja, o negro tinha a fama de quilombola, cabano ou papa-mel, além de escravo fugido, e o pobre miscigenado (pardo), de ser herdeiro do hibridismo da gente das matas.

---

[502] RELATÓRIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina João da Gama Lobo Bentes ao presidente da província das Alagoas Pedro Leão Velloso, em 13 de março de 1861. APA, caixa 160.

[503] SILVA, Edson Hely. *O Lugar do Índio. Conflitos, Esbulhos de Terras e Resistência Indígena no Século XIX*: o Caso de Escada-PE (1860-1880). Recife, 1995. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, p. 68.

[504] O relatório do diretor interino da Colônia Militar Leopoldina, de 8 de dezembro de 1860, já trazia essa mesma preocupação com a gente do Riacho do Mato, reproduzindo uma espécie de "história de longa duração" dos fantasmas cabanos nas matas da Colônia. RELATÓRIO do diretor interino da Colônia Militar Leopoldina Augusto Pereira Ramalho ao presidente da província, em 8 de dezembro de 1860. APA, caixa 160.

Entretanto, quando, em 19 de março de 1866, o índio de nome Tibúrcio chegou armado de "faca de ponta" à Colônia e esfaqueou o inspetor do 2º quarteirão da Colônia, o diretor descreveu com perfeição a fisionomia típica do índio criminoso do Riacho do Mato, além de reconhecer a presença indígena neste lugar, inclusive dos índios de Jacuípe, que se oferecerão como voluntários aos índios desta aldeia. Vejamos o que ele diz sobre o fato:

> Tendo ontem, às 4 horas da tarde o índio de nome Tibúrcio, baixo, beiços grossos, rosto redondo, sem barba, peitos altos e espaduas largas (e cria cabeleira), pertencente a intitulada aldeia do Riacho do Mato, da província de Pernambuco, onde se acham assentados alguns índios da aldeia do Jacuípe, desta província, que se oferecerão como voluntários, vindo à esta Colônia, armado de faca de ponta e cacete e sendo advertido pelo inspetor do 2º quarteirão desta povoação, Manuel Francisco Jatobá, que não devia andar armado nas ruas desta Colônia... Acontece que esse indivíduo, no ato de ser tomada a arma, longe de obedecer às ordens do dito agente de polícia, descarregou uma forte bordoada sobre a fronte esquerda do dito inspetor que o prostrou por terra sem sentidos e evadiu-se para o lado da referida aldeia, logrando escapar da prisão, não obstante ter sido seguido por alguns moradores desta Colônia e trabalhadores auxiliados pela única praça de 1ª linha que existe neste estabelecimento[505].

No processo de desaldeamento, em que as disputas de terra assumiam a posição de destaque entre os índios e o poder local, a descaracterização étnica das comunidades indígenas estava presente em quase todas as falas oficiais, identificando estas como miscigenadas, caboclas, misturadas, sem nenhuma identidade étnica de origem. No entanto, quando a questão indígena é permeada por crimes, os índios são diferenciados por suas características físicas e lugar de origem, embora sejam também discriminados por serem índios "criminosos". Este é o caso do índio Tibúrcio do Riacho do Mato, que após o crime cometido contra o inspetor passa a ser procurado por seu suposto biótipo indígena.

A presença de negros da "raça africana" e dos índios de Jacuípe no Riacho do Mato demonstra o fato de que as relações intertribais era uma realidade nas fronteiras da mata sul de Pernambuco e mata norte de Alagoas, o que, provavelmente, possibilitou a troca de experiências culturais, miscigenação e alianças políticas[506]. Abelardo Duarte mostra que as relações intertribais foram incontestáveis. No caso alagoano, mesmo com a separação do

---

[505] OFÍCIO do diretor interino da Colônia Militar Leopoldina, Augusto Pereira Ramalho, ao presidente da província de Alagoas, Espiridião Eloy de Barros Pimentel, em 19 de março de 1866. APA, caixa 161.

[506] Essas relações permanecem até hoje entre os índios do Nordeste. Ver, por exemplo, as relações intertribais entre os índios do sertão de Alagoas e os do sertão de Pernambuco, no livro Serra dos Perigosos, especialmente no capítulo "Resistência indígena nos sertões do Nordeste", de autoria de Amaro Hélio Leite da Silva, na obra *Serra dos Perigosos*: guerrilha e índio no sertão de Alagoas. Coleção Índios do Nordeste, v. VII. Maceió: EDUFAL, 2007, do mesmo autor.

nosso território da capitania de Pernambuco, diversas tribos continuaram mantendo contato ou aproximações[507].

O diretor da Colônia Militar de Pimenteiras, Ambrósio Leitão da Cunha, embora aceitasse a condição indígena de alguns índios do Riacho do Mato, propunha o aldeamento destes em outro lugar, num terreno devoluto, pois, além de contar com poucos indígenas, o povoado tinha se transformado num ajuntamento de "homens de diferentes raças mistas", desertores e alguns criminosos para formarem número[508]. Portanto, é evidente que os índios e moradores do Riacho do Mato poderiam ser tolerados como colonos de 3ª classe, mas desde que ficassem distantes da Colônia, já que sua presença representava uma ameaça às autoridades tanto de Pimenteiras quanto de Leopoldina[509]. Nesta perspectiva, o povoado indígena estava se transformando num grande obstáculo à civilização das matas.

Sentindo-se ameaçados por esse "coito de homens suspeitos", as autoridades prenderam Manuel Valentim e alguns dos seus sequazes[510]. Essa prisão gerou alguns protestos entre os índios seguidores do maioral. No mesmo dia da prisão, o diretor da Colônia Militar Leopoldina reportava-se a um conflito provocado por dois índios – João Cavalcante da Silva e Laurentino Lourenço da Silva –, que, armados de espingarda e facas de ponta, atentaram contra a vida do proprietário Manoel Gomes da Cunha e Silva, que também era suplente da subdelegacia[511]. Um dia após esse episódio, estoura outro conflito contra a prisão de Manuel Valentim. Dessa vez, o proprietário do Engenho Taquara, distrito da Colônia

---

[507] DUARTE, Abelardo. 1968, p. 105.

[508] OFÍCIO do diretor da Colônia Militar de Pimenteiras ao presidente da província de Pernambuco Ambrósio Leitão da Cunha, em 20 de novembro de 1860. APEJE. Cód. CD-2, fl. 22.

[509] Sem nenhuma praça de linha para policiar a Colônia Leopoldina, em março de 1866, e entendendo que a aldeia Riacho do Mato estava muito próxima da Colônia e representava um verdadeiro foco de criminosos, o diretor interino, Augusto Pereira Ramalho, propõe que o presidente da província das Alagoas interceda junto ao presidente da província de Pernambuco pedindo o fim da aldeia Riacho do Mato. Cf. OFÍCIO do diretor interino da Colônia Militar Leopoldina, Augusto Pereira Ramalho, ao presidente da província de Alagoas, Espiridião Eloy de Barros Pimentel, em 19 de março de 1866. APA, caixa 161.

[510] Dos "doze a treze" presos, apenas dois foram considerados índios pelas autoridades, entre esses Manuel Valentim. Os demais "eram negros e cabras". Ver relato do facultativo Joaquim da Silva Gusmão ao diretor da Colônia Militar de Pimenteiras, em 11 de novembro de 1861. APEJE, Cód.CD-2, fl. 27. Há pouco mais de um mês da prisão, o diretor da Colônia Militar de Pimenteiras visitou o aldeamento Riacho do Mato e declarou ter encontrado um povoado com alguns índios, "mulatos e cabras negros", entre estes "[...] dois que bem pode passar por brancos", que tinham deixado a casa dos pais e achavam-se "refugiados". Ver OFÍCIO do diretor da Colônia Militar de Pimenteiras ao presidente da província de Pernambuco, em 26 de novembro de 1861. APEJE, Cód.CD-2, fl. 37.

[511] OFÍCIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina João da Gama Lobo Bentes ao presidente da província das Alagoas Antonio Alves de Souza Carvalho, em 8 de novembro de 1861. APA, caixa 160.

Leopoldina, mencionava três moradores do Riacho do Mato que rondavam armados a estrada e as casas do seu engenho durante toda manhã daquele dia.[512]

Ilustração 1 - Ruínas da chaminé do antigo engenho Taquara



Foto: Daniel Andrade Cavalcante

Depois de muitos insultos, ameaças e resistência dos índios para se entregar e entregar as armas, o diretor capitão da Colônia Militar Leopoldina chega com o reforço de mais de sessenta praças da Colônia Militar de Pimenteiras e prende todos os rebelados, levando-os à subdelegacia da Colônia Leopoldina. Eles foram acusados e processados por crimes de invasão de terras, desobediência às autoridades, ameaças, uso de armas e tentativa de morte[513]. A maioria respondeu em liberdade, mas os índios incriminados por tentativa de morte, além de Manuel Valentim e Henrique Dias, considerados os "cabeças", foram indiciados por crime de sedição, condenados e presos[514].

[512] OFÍCIO do ajudante Manuel Carvalho Machado Freire, em 9 de novembro de 1861, ao diretor da Colônia Militar de Pimenteiras. APEJE, Cód.CD-2, fl. 26.
[513] SILVA, Edson Hely. Op. cit., 1995, p. 69.
[514] OFÍCIO do diretor da Colônia Militar de Pimenteiras ao presidente da província de Pernambuco, em 26 de novembro de 1861. APEJE, Cód.CD-2, fl. 34-35v.

4.4 Conflitos internos: ameaça de sublevação e recrutamento

A implantação de um estabelecimento militar nas matas norte de Alagoas gerou inúmeras tensões com a população local e outras situadas nas regiões fronteiriças, a exemplo de Cavaco e Riacho do Mato. Entretanto, essas tensões – que tanto ameaçaram o processo de colonização militar das matas – não existiam apenas fora da Colônia, elas também se manifestavam dentro. As formas de resistência dos colonos foram diversas: abandono do serviço pelos operários[515], deserção de soldados, conflitos com as autoridades – motivados pelo autoritarismo destas ou pela entrada de cachaça na Colônia – e ameaça de sublevação.

No caso das deserções, apesar de não termos identificado muitos casos – provavelmente, devido ao isolamento da Colônia e da ameaça do desertor servir na Armada Nacional –, é interessante notar que o desertor era acusado de ter levado consigo as armas da Nação: cinturão e baioneta. Neste caso, a punição era a prisão ou recrutamento para o Exército[516]. Este é o caso, por exemplo, do soldado Manoel Ignácio de Souza, que desertou pela primeira vez em 13 de dezembro de 1857 e ao ser considerado incorrigível e perigoso pelo diretor da Colônia, em 5 de janeiro de 1859, é expulso e mandado servir no Exército[517]. Outro exemplo é o do soldado colono Raymundo João da Maia, que depois de desertar da Colônia em 1858, foi preso na capital da província, em 28 de fevereiro de 1859[518].

Embora não tivessem a mesma repercussão das revoltas e rebeliões, essas formas de resistência são significativas para analisarmos o conteúdo do processo civilizatório da Colônia e sua percepção pelos colonos, sobretudo no que diz respeito ao seu regime militar. Um caso emblemático se deu em função dos pesados castigos praticados contra o colono Benedito Martiniano Lopes, que gerou o protesto do operário mestre de pedreiro Manoel José Correia, acusado, depois, de articular um movimento de sublevação para derrubada do diretor:

> Não convindo que na Colônia se conservem pessoas que por qualquer modo possam concorrer para que a sua boa ordem e tranquilidade seja alterada, vou por isso pedir a V. Ex.ª autorização para despedir do serviço da Colônia

[515] Estes abandonavam os trabalhos de construção das estradas ou dos edifícios da Colônia, seja em função da falta de pagamento ou das condições de trabalho.
[516] Segundo o artigo 14. Do Regulamento para Fundação das Colônias Militares de Pernambuco e Alagoas, todos os colonos considerados "[...] perigosos ao sossego e à moralidade da Colônia serão mandados sair, com aprovação do presidente; e se ainda não tiverem completado o tempo de serviço, irão preencher no Exército".
[517] Ver ofícios do Capitão Diretor da Colônia Militar Leopoldina João Gama Lobo Bentes aos presidentes da província das Alagoas Augusto Pereira dos Santos, em 13 de novembro de 1857 e Angelo Thomaz do Amaral, em 5 de janeiro de 1859, respectivamente. APA. Caixa 160.
[518] Ver ofícios do Capitão Diretor da Colônia Militar Leopoldina João Gama Lobo Bentes ao presidente da província das Alagoas, Angelo Thomaz do Amaral, em 1858 (sem data) e em 28 de fevereiro de 1859, respectivamente. APA. Caixa 160.

> e expelir da mesma, o operário mestre de pedreiro, Manoel José Correia, isto por que tem ele procurado seduzir aos demais operários para levarem a efeito uma sublevação no sentido de me deporem da Diretoria, dando por pretexto ter eu carregado de armas ao operário Benedito Martiniano Lopes, castigo esse que está de acordo com o artigo 3º do Regulamento Geral de 9 de novembro de 1850, que sujeita os mesmos operários a disciplina militar[519].

Apesar dos castigos e da disciplina militar rígida, alguns operários continuavam desafiando as autoridades da Colônia. Outro caso exemplar é o do operário Antonio Ignácio dos Santos, que foi acusado de tentativa de assassinato do anspençada Manoel Antonio e de provocar constantes desavenças com os soldados. Segundo o diretor João da Gama, em ofício enviado ao presidente da província, datado de 26 de março de 1852, isso acontecia constantemente, mesmo depois de tentar corrigir e reprimir sua má índole:

> Cumpre-me participar a V. Ex.ª que ontem às nove horas da noite o operário Antonio Ignácio dos Santos, armado de uma faca de ponta tentou assassinar o anspeçada Manoel Antonio, indo a sua casa de proposito desafiá-lo; por isso, o fiz prender à ordem de V. Ex.ª e ora segue para essa capital a fim de que V. Ex.ª se digne dar-lhe o destino que merecer. Deve notar a V. Ex.ª que este operário não obstante o que tenho sempre feito para corrigi-lo e reprimir sua má índole, tem constantemente me incomodado com suas repetidas desavenças com soldados, e acresço mais ser solteiro, e estar muito próprio para servir na Armada Nacional[520].

Neste caso, o operário tinha cometido várias irregularidades contra o regulamento da organização militar: quebra de hierarquia, tentativa de assassinato e perturbação da ordem. Desse modo, não bastava a expulsão da Colônia, era preciso corrigi-lo de forma exemplar; isto é, com o recrutamento forçado para Armada Nacional[521]. Isso demonstra que nem todos os colonos aceitaram o *modus operandi* do diretor Bentes, mesmo sabendo das suas formas de punição, seja pela prisão, castigo físico ou recrutamento.

O regulamento especial da Colônia, no seu artigo 27, isentava do serviço militar todos os moradores do distrito, considerados colonos de 3ª classe, excetos em ocasiões extraordinárias[522]. Porém, em caso de roubo, vadiagem ou perturbação da ordem e moral na

---

[519] OFÍCIO do Capitão Diretor da Colônia Militar Leopoldina João Gama Lobo Bentes ao presidente da província Jose Antonio Saraiva, em 25 de fevereiro de 1854. APA. Caixa 160.

[520] OFÍCIO do 1º Tenente diretor da Colônia Militar Leopoldina João Gama Lobo Bentes ao presidente da província Jose Bento da Cunha e Figueiredo, em 26 de março de 1852. APA. Caixa 160.

[521] Todos os colonos considerados "[...] perigosos ao sossego e à moralidade da Colônia serão mandados sair, com aprovação do presidente; e se ainda não tiverem completado o tempo de serviço, irão preencher no Exército". Cf. COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. Decreto nº 729, de 9 de novembro de 1850, que Aprova e manda executar o Regulamento para a fundação de colônias militares nas províncias de Pernambuco e Alagoas. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1851.

[522] Regulamento Especial da Colônia Militar Leopoldina, artigo 27º, 9 de novembro de 1850. APA, Caixa 160.

Colônia, o recrutamento era justificado e tornava-se uma prática comum[523]. Este foi o caso, por exemplo, do colono Manoel Antonio, que "[...] sem ter meio nenhum de vida", foi encontrado na estrada com um "cavalo roubado", levando o diretor a prendê-lo e enviá-lo ao presidente para o serviço da Armada ou do Exército[524]. Outro caso semelhante é o do colono Manoel José de Almeida, que foi recrutado pelo diretor João da Gama, em 13 de abril de 1860, por ser vadio, ter sido encontrado com alguns objetos roubados e ter tentado forçar uma mulher honesta, "[...] não tendo além disso, as qualidades que o possam isentar do serviço da Armada ou do Exército" [525].

Ser jovem, vadio e não cumprir com os deveres de chefe de família também poderia justificar o recrutamento. É o que demonstra o diretor e subdelegado da Colônia Militar Leopoldina, Augusto Pereira ramalho, em 1865, quando envia ao presidente da província dois jovens colonos para servirem na Marinha: o jovem Manoel Francisco de Oliveira, "por ser bem mocinho" e Thomaz Camilo de Aquino, que era casado, mas "[...] andava fora da mulher e em contínuas orgias"[526].

O recrutamento para a Armada ou Guarda Nacional era uma forma de condenação a trabalhos forçados para muitos dos pobres recrutados, além do fato de que a maioria perdia a liberdade de trabalhar na sua lavoura ou de vender a sua força de trabalho. Para Silvana Cassab Jeha, "Mesmo recrutados a força, os nacionais estavam cumprindo um tipo de trabalho compulsório legal, o chamado 'tributo de sangue', relacionado ao pertencimento da nação"[527]. Daí a resistência e o medo do recrutamento por parte dos trabalhadores rurais e pobres em geral.

Mas havia várias formas de resistência ao recrutamento, dentre as quais Jeha destaca a fuga, rebeliões coletivas, deserção e magia. Peter Beattie destaca o *tratado sobre a agricultura,* do abolicionista André Rebouças, quando este reclamou do temor pelo

---

[523] A tese de Silvana Cassab Jeha é bastante elucidativa sobre a trajetória dos recrutas e marinheiros da Armada Nacional, os quais "[...] sob o signo do controle social e o uso do navio como depósito para indesejáveis, foram apartados por períodos variáveis dos locais que habitavam e submetidos a um trabalho árduo, a intempéries frequentes, ao distanciamento dos entes amados, além de baixos salários, má alimentação e castigos corporais e psicológicos". JEHA, Silvana Cassab. *A Galera Heterogênea*: naturalidade, trajetória e cultura dos recrutas e marinheiros da Armada Nacional e Imperial, c. 1822-c.1854. Rio de Janeiro, 2011. 242 p. Tese (Doutorado em História). Centro de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, p. 31.

[524] OFÍCIO do capitão diretor da Colônia Militar Leopoldina João Gama Lobo Bentes ao presidente da província Manoel Pinto de Souza Dantas, em 2 de março de 1860. APA. Caixa 160.

[525] OFÍCIO do capitão diretor da Colônia Militar Leopoldina João Gama Lobo Bentes ao presidente da província Manoel Pinto de Souza, em 13 de abril de 1860. APA. Caixa 160.

[526] OFÍCIO do diretor e subdelegado da Colônia Militar Leopoldina, Augusto Pereira Ramalho, ao presidente da província, Espiridião Eloy de Barros Pimentel, em 8 de setembro de 1865. APA. Caixa 161.

[527] JEHA, Silvana Cassab. Op. cit., 2011, p. 43.

recrutamento forçado realizado na região que viria a se chamar Nordeste: "Todos fogem para as grotas, para os matos mais cerrados, para os picos das montanhas mais inacessíveis"[528]. Para Beattie, a fuga para o mato era uma das principais formas de resistência[529].

Isto pode ser visto no ofício do diretor Bentes, quando justificava a isenção dos colonos em relação ao recrutamento e a dificuldade de povoar o distrito da Colônia em função da notícia de que os colonos seriam recrutados, provocando a fuga de grande parte da população:

> Pelo artigo 15º do atual regulamento especial, são os moradores do distrito considerados colonos de 3ª classe e como tais foram, até por decisão de governo imperial, isentos do serviço da Guarda Nacional, além desta circunstância acresce que está o distrito ainda pouco povoado e que pode muito bem acontecer que somente a notícia de recrutamento concorra para que se afugente grande parte da população[530].

A partir de meados da década de 1860, a "caçada humana" a recrutas aumentou nas matas de Leopoldina. Era o período da Guerra do Paraguai, que para aumentar suas fileiras dependeu muito do recrutamento forçado[531]. Cada província teria de dar sua parcela de contribuição, principalmente as províncias do norte, consideradas as maiores fornecedoras de recrutas para a Marinha e o Exército na década de 1850[532]. Assim, todo homem considerado de má conduta e perturbador da ordem pública era um potencial recruta, embora resistisse bravamente ao recrutamento. Esse foi o caso do recrutamento de Bernadino de Lima Bezerra e de seus três irmãos, que, em 16 de outubro de 1860, foram presos pelo inspetor do 6º quarteirão do distrito de Macuquinha, da Colônia[533], e enviados ao diretor e subdelegado da Colônia Augusto Pereira Ramalho, que por sua vez os enviou ao presidente da província para servir no Exército e na Armada[534]. Nesta ocasião, os irmãos Bezerra tentaram resistir de todas as maneiras à prisão, seja fugindo para as matas ou até mesmo lutando contra os recrutadores. Na visão do diretor Augusto Ramalho, isso era motivo mais do que suficiente para justificar as prisões e o recrutamento dos quatro irmãos, como mostra o seu ofício:

---

[528] BEATTIE, Peter. Op. cit., 2009, p. 205.
[529] Ibid., p. 54.
[530] OFÍCIO do capitão diretor da Colônia Militar Leopoldina João Gama Lobo Bentes ao presidente da província Antonio Alves de Souza, em 10 de dezembro de 1861. APA. Caixa 161.
[531] BEATTIE, Peter. Op. cit., p. 73.
[532] JEHA, Silvana Cassab. Op. cit., 2011. 242, p. 122.
[533] OFÍCIO do inspetor do 6º quarteirão do distrito Macuquinha, Colônia Militar Leopoldina, Francisco André Avelino, ao diretor e subdelegado da mesma colônia, Augusto Pereira Ramalho, em 15 de outubro de 1865. APA. Caixa 161.
[534] Segundo Silvana Cassab Jeha, "Esse 'ato de prisão' era, via de regra, feito de maneira violenta, por soldados ou policiais. Todo o aparato militar, policial e judicial, e mesmo homens pobres atrás de recompensas, faziam parte desse circuito". JEHA, Silvana Cassab, op. cit., 2011, p. 112.

> Tenho a honra de passar a V. Ex.ª quatro recrutas, sendo dois para o Exército e dois para a Armada; seus nomes e filiação constam da relação conjunta. O primeiro indivíduo, há quatro meses, se ofereceu na Vila de Porto Calvo para voluntário da pátria, mas depois se arrependeu e se retirou para as matas desta colônia, onde se achava acoitado. O segundo, Bernadino de Sena Bezerra, homem robusto, que pode no Exército prestar bons serviços, mas que aqui é prejudicial a este estabelecimento, não só por ser naturalmente turbulento e rixoso, como pela sua família; tanto que, o terceiro, Joaquim Bezerra da Silva, irmão do acima, na ocasião da captura do dito seu irmão, se armara contra a polícia e ferira levemente um da escolta, lutando, sendo secundado pelo Manuel Lamenha Lins Bezerra, também irmão, mais o pai e outro irmão, que por ter um defeito na perna esquerda, não remeto a V. Ex.ª. A muito Exmo. Snr., que esta diretoria tem suas vistas nesta família, por queixas a ela dadas, as quais por falta de denúncia escrita não pode tomar uma medida, senão a de algumas reflexões para ver se eram capazes de moralização, acrescendo ter sido um dos irmãos desta família processado por crime de tentativa de morte. [...] Bernadino de Sena Bezerra falta-lhe dentes, é verdade, mas pode dar um excelente marinheiro, pela sua juventude e agilidade, e o último também pode servir para a companhia de aprendizes-marinheiro; enfim, V. Ex.ª lhes dará o destino que julgar melhor[535].

A resistência da família Bezerra ao recrutamento demonstra a capacidade de reação diante da violência empregada pelos recrutadores. Eles sabiam o que lhes esperava no serviço militar. Embora o recrutamento fosse uma alternativa para alguns pobres, para a maioria era uma forma de condenação ao trabalho compulsório. Daí a resistência dos irmãos Bezerra, inclusive do chefe da família. De acordo com o diretor Ramalho, a família já era marcada por queixas e crime de morte, o que por si só já justificava a prisão e o recrutamento. Portanto, estavam dadas as condições para o recrutamento dos Bezerra: eram jovens, de má conduta e criminosos.

O recrutamento era a forma de controle social mais utilizada contra os pobres vadios e criminosos. Na Colônia, além desse propósito, era considerado a forma de punição mais severa contra os colonos incorrigíveis, envolvidos nos casos de rebeldia e tentativa de sublevação.

A Guerra do Paraguai extrapolava as regras para o recrutamento forçado, indo além dos "pobres desprotegidos". De acordo com Peter Beattie, "A escala de mobilização levou as autoridades a violar as normas que previamente se restringiam aos desprotegidos"[536]. Isto fica evidente na *Relação das pessoas presas para recrutas* feita pelo diretor e subdelegado da Colônia Militar Leopoldina, Augusto Pereira Ramalho, em 8 de setembro de 1865. Nela, há diversas formas de justificar o recrutamento, desde as mais tradicionais, como a resistência à

[535] OFÍCIO do diretor e subdelegado da Colônia Militar Leopoldina, Augusto Pereira Ramalho, ao presidente da província, Espiridião Eloy de Barros Pimentel, em 16 de outubro de 1865. APA. Caixa 161.
[536] BEATTIE, Peter. Op. cit., 2009, p. 73.

prisão e a vadiagem – como foram os casos, por exemplo, de Manoel Ronorato e Lourenço José da Silva, respectivamente, e outros casos já citados acima – até as mais inusitadas, como no caso, por exemplo, de Antonio Laurindo da Silva, que foi recrutado por ter mãe "mal procedida e fora do marido"[537].

O recrutamento continuou nas outras administrações, sobretudo, na administração do diretor Olavo Eloy Pessoa da Silva, em 1866, quando se deu uma série de conflitos e um atentado contra sua vida. Esses episódios coincidiram com o processo de descolonização militar em Alagoas. Daí a necessidade de tratá-los com mais cuidado no último capítulo.

4.5 A Colônia começa a progredir: desenvolvimento demográfico e econômico

Em 1854, o diretor da Colônia Militar Leopoldina propõe uma integração estratégica com a Colônia Militar de Pimenteiras através do rio Jacuípe, tendo como objetivo o policiamento das matas entre as colônias. Segundo o diretor João da Gama Lobo Bentes, era preciso garantir essa integração militar, pois havia um *raio de ação* dos antigos seguidores do "bandido Vicente de Paula" fora do alcance das autoridades que ainda procuravam perseguí-los[538]. Entretanto, nesse mesmo ano, houve uma trégua nos conflitos, favorecendo o desenvolvimento socioeconômico da Colônia.

Até o final de 1853, este era o quadro na Colônia: fome, desconfiança da população local, conflitos internos e externos, além da falta de recursos financeiros, o que agravava a situação e trazia incertezas quanto ao seu futuro. Entretanto, a partir de 1854, a Colônia passou a dar os primeiros sinais de melhora e prosperidade, começando a atender aos seus propósitos iniciais. A abertura de estradas nas matas era o primeiro sinal de que a Colônia estava, de fato, começando os seus trabalhos de "civilização". Com a ajuda de proprietários de terra, começou a ser construída uma rede de comunicação estratégica para o desenvolvimento da economia e segurança da região, a exemplo da estrada que ligava a Colônia aos dois pontos

[537] CML. Relação das pessoas presas para recrutas, Augusto Pereira Ramalho, diretor da Colônia e subdelegado, 8 de setembro de 1865. APA, caixa 161.
[538] OFÍCIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina, João da Gama Lobo Bentes, ao Presidente da província, Roberto Calheiros de Mello, em 23 de julho de 1854. APA, Caixa 160.

do rio Manguaba: a que ligava à Vila do Passo de Camaragibe e a que ligava à Vila de Imperatriz[539].

A Colônia começou a progredir, tanto do ponto de vista demográfico quanto econômico. O número de colonos aumentou, e os agricultores começaram a produzir para além de sua subsistência, pois já existiam, segundo o diretor Bentes, "[...] grandes lavouras de mandioca, algumas de algodão e tem-se feito grandes roçados, esperando somente pelo tempo próprio para fazerem as plantações"[540]. Embora não soubesse definir o número exato de habitantes da Colônia – 1.500, mais ou menos –, o diretor previa o seu aumento devido às vantagens da agricultura e da segurança que ela passou a oferecer.

De uma instituição instável e insegura – marcada por conflitos e instabilidade financeira – passou a se constituir numa instituição segura e promissora quanto ao seu desenvolvimento populacional e econômico. É o que podemos constatar no relatório do diretor, de 27 de janeiro de 1854:

> A população da Colônia sobe já ao número de mil e quinhentos a mil e seiscentos habitantes, mais ou menos, incluindo trezentos e quinze que são moradores dentro do povoado, e presumo que aquele número tende a aumentar consideravelmente, não só pela grande vantagem que oferece os terrenos para qualquer meio de cultura, como pela garantia de segurança que oferece o governo com a instituição de um tão útil estabelecimento. [...] Sei que é do meu dever apresentar a V. Ex.ª uma estatística exata e circunstanciada da população; porém, por mais esforços que tenha feito para organizá-la com a maior precisão possível, não tenho ainda podido conseguir, por duas causas bem poderosas. A primeira, e principal, é a de estar o distrito da Colônia sujeito a duas freguesias. A segunda, a de ter decorrido pouco tempo desde que principiou a afluência da população para a Colônia e distrito; pois que somente nos princípios do ano passado é que se convencerão os iludidos que a criação da Colônia só podia resultar-lhes benefícios e não males como pessoas mal intencionadas propalavam para desacreditarem as mais justas intenções do governo[541].

Diante desse quadro, surge a questão: por que a população estava procurando a Colônia como alternativa de vida? Será que o seu desenvolvimento econômico explica por si só essa procura? Sem dúvida, ele é um dos elementos fundamentais, na medida em que o regulamento da Colônia garantia não apenas a concessão de terras para o plantio, mas também a sua posse após três anos de trabalho e moradia, o que atraía muitos homens e mulheres pobres livres sem terra e dependentes do patronato local. Mas isto seria insuficiente se não

---

[539] RELATÓRIO do capitão diretor da Colônia Militar Leopoldina, João da Gama Lobo Bentes, ao Presidente da província José Antonio Saraiva, em 27 de janeiro de 1854. APA Caixa 160.
[540] Id.
[541] Id.

houvesse a garantia da segurança individual e coletiva. Para tanto, a superação dos primeiros conflitos nas matas foi fundamental, pois isto significou também a superação do medo do "cativeiro" e da violência.

Como já destacamos anteriormente, as matas da Colônia foram palco de muitas revoltas, insurreições e conflitos. Superar esse estado de convulsão social era imprescindível para um empreendimento que pretendia trazer segurança para a população da região. Refletindo sobre o contexto da sociedade escravocrata na segunda metade do Dezenove – após a lei do fim do tráfico de escravos e do Decreto 798, que despertaram o medo do cativeiro nos pobres –, acreditamos que, se, no primeiro momento, esse medo afastou esses pobres da Colônia, com o fim dos primeiros conflitos esse medo desapareceu e deu lugar à busca de direitos negados pelo sistema e pelos proprietários, tais como o direito à terra, à provisão de alimentos, à propriedade e à segurança. Essa parcela da população vivia a pobreza de uma sociedade escravista e latifundiária, além da insegurança jurídica provocada pela Lei de Terras de 1850 e pelas relações clientelistas da região, que dificultava o acesso à terra aos pobres. Daí a busca de direitos fundamentais para essa parcela da população.

Outra vantagem atrativa da Colônia era a isenção de seus colonos do recrutamento militar, o que certamente atraiu homens livres pobres sem qualificação, subempregados, desempregados e vadios – por serem os alvos preferidos do recrutamento forçado, já que, ao evitar os trabalhadores "produtivos", visava aos "pobres desprotegidos"[542]. Embora submetidos à disciplina e ao regime militar, eles eram enquadrados, geralmente, como colonos de 3ª classe, o que lhes dava o privilégio de trabalhar somente na agricultura, com exceção do serviço militar requisitado em casos extraordinários para a manutenção da polícia e tranquilidade da Colônia[543].

Além da população livre pobre, alguns proprietários de terra da província de Pernambuco também procuraram a Colônia para se instalar, tendo como objetivo a construção de engenhos no distrito da Colônia. O diretor via com bons olhos a exploração da prodigiosa fertilidade das terras de Leopoldina pelos senhores de engenho, restando apenas as ordens do governo imperial para liberar a venda desses terrenos[544]. Neste sentido, João da Gama

[542] BEATTIE, Peter. Op. cit., 2009, p. 59.
[543] Regulamento Especial da Colônia Militar Leopoldina, artigo 27º, de 9 de novembro de 1850. APA, caixa 160.
[544] RELATÓRIO do capitão diretor da Colônia Militar Leopoldina, João da Gama Lobo Bentes, ao Presidente da província José Antonio Saraiva, em 27 de janeiro de 1854. Caixa 160.

advertia o presidente da província: "Ouso lembrar a V. Ex.ª que haja de solicitar do mesmo governo algumas providências a respeito"[545].

Mas, por que os senhores de engenho de Pernambuco escolheram se instalar na Colônia Militar Leopoldina e não na Colônia Militar de Pimenteiras? Consideramos que havia três razões impulsionadoras: primeiro, a Colônia de Pimenteiras não tinha uma administração regular e não dava sinais de desenvolvimento; segundo, a Colônia Leopoldina teria, momentaneamente, pacificado as matas, oferecendo mais segurança aos proprietários; e, terceiro e último, a Colônia Leopoldina oferecia as melhores terras e madeiras para o desenvolvimento da indústria agrícola, inclusive a do açúcar.

O presidente da província, José Antonio Saraiva, confirmava esse interesse pernambucano pelas terras da Colônia não só por parte dos senhores de engenho, mas por outros proprietários de terra. Segundo o presidente, a concessão de terrenos a esses proprietários ajudaria no processo civilizatório de "expelir das matas de Jacuípe os assassinos e turbulentos", mas isso dependeria de autorização do ministro do Império[546]. Para tanto, o presidente pede providências nesse sentido e é prontamente atendido. Assim, é possível argumentar que para os senhores de engenho e grandes proprietários não havia obstáculos para a regularização de suas terras, ao contrário do que ocorria com os pequenos agricultores. Isso significa dizer que o progresso e a civilização da Colônia passavam, necessariamente, pela indústria do açúcar e das grandes propriedades rurais, embora se desenvolvesse também a pequena propriedade.

As terras da Colônia, que outrora faziam parte das matas de Jacuípe, estavam na rota de acumulação do capital – numa posição estratégica de fronteira entre Alagoas e Pernambuco – e precisavam ser liberadas para a produção. A construção de estradas e o povoamento militar do local pareciam ser o caminho mais seguro para esse intento. Entretanto, por ser uma região habitada pelos guerreiros indígenas do Jacuípe e os temíveis negros papa-méis, esse povoamento deveria ser criterioso, obedecendo aos ditames de uma organização militar com fins civilizatórios.

---

[545] RELATÓRIO do capitão diretor da Colônia Militar Leopoldina, João da Gama Lobo Bentes, ao Presidente da província José Antonio Saraiva, em 27 de janeiro de 1854. Caixa 160.

[546] Fala dirigida á Assembleia Legislativa da província das Alagoas na abertura da sessão extraordinária em 20 de fevereiro de 1854, e da ordinária em 8 de março do dito ano, pelo Excelentíssimo presidente da mesma província o Dr. José Antonio Saraiva. Recife: Typographia de Santos e Companhia, 1854. p.28.

Os habitantes da Colônia eram, em geral, homens e mulheres livres pobres vindos de Pernambuco e, principalmente, da própria província de Alagoas; eram selecionados dentro dos critérios estabelecidos pela administração para compor uma população pacífica e morigerada, além de ser dotada de boa índole. Entretanto, na visão do diretor João da Gama, seu sistema de trabalho era imperfeito e deveria ser melhorado com a imigração de colonos estrangeiros, especialmente famílias de alemães e suíços morigerados[547]. Ainda segundo João da Gama, ao contrário da inferioridade laboral dos colonos nativos, é incontestável a regularidade do trabalho dos estrangeiros, além da sua capacidade laboral. João da Gama explicita melhor esta visão quando se reporta à deficiência da "nossa" mão de obra e à dificuldade de se conseguir colonos estrangeiros para a Colônia:

> Para melhorar esse inconveniente introduzir alguma indústria, ainda tão mesquinha entre a maior parte dos nossos lavradores; tenho procurado adquirir algumas famílias de alemães ou suíços morigerados, por ser incontestável a regularidade de seu sistema no trabalho, e serem muito industriosos, mas infelizmente não tenho podido conseguir por mais que tenha lembrado em meus relatórios tão importante medida[548].

A suposta inferioridade do trabalhador brasileiro estaria ligada às ideias racistas da época, as quais pressupõem que o mestiço era inferior por ser resultado do cruzamento com o índio e com o negro, considerados povos inferiores pelos monogenistas e poligenistas do século XIX. A partir da teoria das espécies de Darwin esses teóricos criaram o darwinismo social e estabeleceram uma escala de evolução para as sociedades, indo da primitiva ou bárbara à civilizada. Para os poligenistas o mestiço era exemplo de "degeneração" das raças, que por sua vez era fruto do cruzamento de "várias espécies", sobretudo com aquelas consideradas inferiores. Neste sentido, explica Lilia Moritz Schwarcz, termos como civilização e progresso se tornaram modelos universais[549]. Daí a proposta do diretor para a imigração de famílias suíças e alemãs, pois, na sua visão, estas eram compostas de brancos e vindas de uma civilização progressista, nos moldes europeus.

Embora João da Gama encontrasse apoio a essa proposta por parte dos presidentes Jose Antonio Saraiva e Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque[550], não encontramos evidência da introdução dessas famílias europeias na Colônia. O próprio diretor lamenta não haver

---

[547] RELATÓRIO do capitão diretor da Colônia Militar Leopoldina, João da Gama Lobo Bentes, ao Presidente da província Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, em 15 de dezembro de 1854. Caixa 160.
[548] Id.
[549] SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p. 74-75.
[550] Nas falas dirigidas à Assembleia da província das Alagoas, em 1854 e 1855, Antonio Saraiva e Sá e Albuquerque deixam claro esse apoio, o qual discutimos no capítulo anterior.

conseguido essas famílias. Como foi dito no capítulo anterior, o fato é que não interessava ao governo central incentivar a política de imigração europeia para o Nordeste.

O panorama traçado por José Rufino Rodrigues Vasconcelos sobre a Colônia Militar Leopoldina, no relatório de 1 de novembro de 1858, confirma a visão do diretor João da Gama sobre os trabalhadores da Colônia, quando cita três causas para a decadência da agricultura: "a indolência dos lavradores, pouco ou quase nenhum amor ao trabalho e o hábito de mudar constantemente de domicílio"[551]. Numa interpretação apressada da história oficial, essas características atribuídas aos lavradores podem parecer uma espécie de sobrevivência dos costumes dos povos das matas (especialmente o indígena)[552]. Entretanto, é preciso fazer uma análise crítica da fala do diretor, dentro de um contexto histórico mais amplo.

Faz-se necessário interpretar os significados e estratégias que estão por trás dessa aparente indolência e da vida nômade dos lavradores, para além das teorias racistas e etnocêntricas da época. Como foi visto desde o início do capítulo, a vida na mata não era fácil, os recursos eram escassos, as moléstias estavam sempre presentes, o salário atrasava com frequência e a terra disponível para o cultivo era pouca e de má qualidade. Daí a reclamação dos trabalhadores pelo direito à terra cultivada e, em alguns casos, o abandono do serviço e de suas casas em busca de novas áreas de plantação, a exemplo da migração de alguns colonos para Água Preta, conforme pode ser visto a seguir.

Apesar do "sistema de trabalho" dos colonos ser considerado ainda imperfeito – se comparado ao sistema de trabalho do imigrante europeu –, conforme afirmava o diretor João da Gama, o fato é que a agricultura progrediu no ano de 1854. Isso significava uma boa colheita de algodão, mandioca, feijão, milho e arroz[553]. Porém, não significa dizer que tinha peso no contexto da economia provincial e que se desenvolvia independentemente dos interesses da classe senhorial do açúcar, pois, paralelo a isso, foram implantados alguns engenhos na Colônia.

Tal progresso na principal indústria da província (a agricultura) despertou o diretor para a necessidade de o governo garantir aos habitantes do distrito da Colônia os terrenos que

---

[551] VASCONCELOS, José Rufino Rodrigues. Op. cit., 1867, p. 66.

[552] Esta visão aparecia com frequência nas falas e relatórios dos presidentes da província das Alagoas sobre os índios – especialmente a partir da segunda metade dos Oitocentos – justificando a retórica discursiva e prática do processo de desaldeamento, na medida em que esse índio era visto como incapaz de trabalhar e produzir na sua própria terra. Ver ALMEIDA, Luiz Sávio de. (Org.). 1999, p. 35-79.

[553] RELATÓRIO do capitão diretor da Colônia Militar Leopoldina, João da Gama Lobo Bentes, ao Presidente da província Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, em 15 de dezembro de 1854. Caixa 160. Ver obs. 100.

eles cultivavam. Ao tratar do progresso agrícola no seu relatório, o diretor alertava o presidente da província: "Por esta ocasião ocorre-me lembrar a V. Ex.ª que haja de solicitar do governo Imperial uma medida que dê garantia aos habitantes do distrito da colônia relativamente aos terrenos que presentemente cultivam"[554].

O diretor sabia que a principal base de sustentação da Colônia não estava no seu poder coercitivo militar, mas na garantia da distribuição e legitimação dos lotes dos colonos. Sem isso, todo o processo de "pacificação" – conquista das matas – e progresso da Colônia estaria ameaçado. Daí a insistência do diretor João da Gama nessa questão, considerada por ele como um instrumento compensatório fundamental, em troca dos serviços prestados pelos colonos.

Em 1855, o mesmo diretor Bentes chamava atenção novamente do governo para a garantia das terras aos moradores da Colônia, pois além de estes temerem ser destituídos dos benefícios que têm feito aos terrenos que cultivavam, afirmavam também não possuir meios para comprar essas terras[555]. Os trabalhadores sabiam que tinham direito à terra, garantido pelo regulamento da Colônia, mas temiam que esse direito fosse anulado pela Lei de Terras de 1850, que dificultava a posse da terra para os pequenos agricultores, uma vez que eles não podiam pagar por ela. Em resposta ao ofício do presidente da província, ele esclareceu melhor a posição dos moradores da Colônia:

> É mister garantir-se as terras que lavram esses moradores, porque dizem eles que receiam ser despejados dos benefícios que tem feitos aos terrenos que cultivam, por não terem meios para comprar terras; por tanto ouso de novo rogar á V. Ex.ª que haja de envidar seus esforços nesse sentido para o governo Imperial[556].

A posição de mediador de João da Gama Lobo Bentes nas petições de terra dos colonos lhe rendeu frutos políticos não apenas na Colônia, mas também na região, pois foi eleito deputado provincial da região norte para o biênio 1858-59, sem deixar de ser diretor. Isso demonstra o fato de que a Colônia tinha certo peso nas eleições provinciais, a ponto de eleger um deputado provincial e de que Bentes fazia parte do jogo político do poder local.

A reivindicação dos colonos era um sinal de que a Colônia estava de fato prosperando. Embora o Regulamento Especial da Colônia garantisse a eles o direito à posse da terra, após

---

[554] RELATÓRIO do capitão diretor da Colônia Militar Leopoldina, João da Gama Lobo Bentes, ao Presidente da província Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, em 15 de dezembro de 1854. Caixa 160.
[555] OFÍCIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina João da Gama Lobo Bentes em resposta ao ofício do presidente da província Antonio Coelho de Sá e Albuquerque e ao Aviso do Ministério do Império, Maceió, 9 de fevereiro de 1855. APA, caixa 160.
[556] Id.

três anos de residência e mais três anos de trabalho agrícola na Colônia, esta não era a realidade da maioria dos colonos. Eram comuns as petições solicitando a demarcação e legitimação da posse desses terrenos, sem resposta por parte dos governos provincial e imperial.

No mesmo ano, 1855, o presidente da província Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque elogiava a prosperidade da Colônia – ressaltando sua importância e administração –, além de destacar a necessidade de elevá-la à categoria de freguesia[557]. Entusiasmado com a prosperidade da Colônia, Sá e Albuquerque propõe, em 1856, o fim do *Colégio educandos artífices de Maceió* e a criação de um colégio agrícola na Colônia Militar Leopoldina, cujo propósito seria suprir a carência de braços escravos na agricultura, provocada pela epidemia do cólera[558]. Para o presidente, mais do que um colégio de educandos nas letras e no emprego público, o colégio agrícola ensinaria os rudimentos teóricos e práticos da principal indústria do país, a agricultura. Neste sentido, a Colônia oferecia as melhores condições, pois, sendo posto militar, ajudaria nessa nova proposta de civilização das matas e cidades urbanas. Certo de que o governo imperial facilitaria o estabelecimento do colégio na Colônia, Sá e Albuquerque fazia suas considerações:

> Nisto encontrará ele facilidade para levar avante, sem aumento de despesas, a sua obra de dominação e civilização das matas. O pessoal militar atualmente lá existente, cedendo o posto a outros elementos de civilização, poderá ser conduzido a novos desertos, afim de lá plantar a lei e o prestigio da autoridade. Esta medida, sem dúvida, é a realização de uma das ideias da administração superior, quando dominada por um pensamento altamente político mandou colocar as armas que defendem a lei nos mesmos lugares em que a lei era outrora ultrajada pelos selvagens de Pernambuco e Alagoas, pelos Vicente de Paula, Caetano Alves e outros[559].

A proposta do presidente não prosperou, mas a opção pelo "agrarismo" pode ser observada desde a fundação da Colônia, no "Regulamento Especial da Colônia Militar Leopoldina", de 1850. De acordo com as normas do regulamento, os colonos eram obrigados a fazer todos os serviços que fossem determinados pelo diretor da Colônia, sobretudo os serviços militar e agrícola[560]; e ao diretor cabia, entre outras funções, promover "o

---

[557] Fala dirigida á Assembleia Legislativa da província das Alagoas na abertura da sessão ordinária, em 1 de março de 1855, pelo Excelentíssimo presidente da mesma província o Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque. Recife: Typographia de Santos & Companhia, 1855. p. 35.

[558] Fala dirigida á Assembleia Legislativa da província das Alagoas na abertura da sessão ordinária do ano de 1856, pelo Excelentíssimo presidente da mesma província o Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque. Recife: Typographia de Santos & Companhia, 1856. p. 34.

[559] Id.

[560] Regulamento Especial da Colônia Militar Leopoldina, artigo 19, 1850. APA, caixa 160.

melhoramento nos métodos de plantações e preparação dos produtos agrícolas como principal base da futura prosperidade da Colônia". Ainda segundo o regulamento de 1850, cabia também ao diretor:

> [...] indicar que atividades econômicas deverá estabelecer na Colônia, tendo em vista a fertilidade das terras, a abundância de águas e a variedade de madeiras de construção naval, edificações e marcenaria; determinar no distrito da Colônia o lugar de moradia que o indivíduo pacífico e trabalhador queira se empregar na agricultura com bom resultado público e particular[561].

Por esta visão oficial, a Colônia tinha as condições naturais e humanas necessárias para o desenvolvimento desse agrarismo militar: as terras eram férteis e suas águas e madeiras eram abundantes, além de colonos prontos para trabalhar no serviço agrícola e militar. Mas era preciso também que estes fossem pacíficos e obedecessem à disciplina militar para o desenvolvimento de uma agricultura em benefício do Estado e da própria Colônia. Embora essas condições tenham contribuído para a consolidação da Colônia enquanto organização militar, elas não foram suficientes para impedir as tragédias climáticas e biológicas, que afetaram a Colônia nos anos 1856 e 1857, especialmente o cólera.

4.6 Cólera: a "epidemia reinante" na Colônia

A pobreza e as péssimas condições de salubridade da Colônia favoreciam o surgimento de várias moléstias e epidemias. O ambiente era típico para o desenvolvimento das doenças: mudança de estação, com invernos, muitas vezes, rigorosos; falta de recursos materiais por parte dos colonos, inclusive alimentos; e, em consequência, a fome e as epidemias de todo tipo, sobretudo o cólera. Outras doenças apareceram na Colônia, levando, inclusive à morte – a exemplo das doenças pulmonares: asma, bronquite, coqueluche, tuberculose, pneumonia[562]– típicas de uma área pobre do interior do Brasil, mas não foram tão devastadoras quanto o cólera.

A prosperidade experimentada na agricultura, em meados dos anos 1850, não livrou a Colônia de uma grave crise na produção de alimentos e da epidemia do cólera no ano de 1856. A má alimentação ou a ausência dela era apontada como a principal causadora das mortes provocadas pelo cólera, conforme afirmava o facultativo da Colônia, Pedro Joaquim

[561] Regulamento Especial da Colônia Militar Leopoldina, artigo 3, 1850. APA, caixa 160.
[562] APA/CML. Demonstrativo do movimento sanitário da Colônia Militar Leopoldina, de junho a dezembro de 1857. 2 de janeiro de 1858.

dos Santos[563]. Isso nos leva a pensar que a prosperidade do ano 1854 – com grandes plantações e roçados diversos – foi efêmera e não era para atender as necessidades vitais dos colonos.

Faltavam gêneros alimentícios necessários à subsistência e à boa alimentação dos colonos, o que contribuía muito para a propagação da doença. Em ofício datado de 13 de março de 1856, o facultativo Joaquim dos Santos deixava claro esta relação fome-moléstia-mortes:

> A moléstia reinante que tanto tem flagelado esse povo parece querer agora declinar. A falta absoluta de viveres necessários para a boa alimentação desses habitantes é a mais poderosa causa da moléstia e das recaídas deles, muitos aos quais deixam agravar seus males, pelos desregramentos e desvios do regime dietético prescrito, outros por eles faltarem os meios para poder adquiri-los[564].

Além da Colônia, a epidemia se espalhava para outros lugares da província, especialmente na região do baixo São Francisco. Em Penedo, cuja população era de 4.500 habitantes, falava-se em 1.300 mortos, e em Piaçabuçu, com uma população de 600 almas, 50% foi atingida pelo cólera, deixando um saldo de 200 mortos[565]. Foi o que Almeida chamou de "Alagoas nos Tempos do Cólera", que atingiu todo o estado, do litoral do São Francisco, passando pelo agreste, mata e sertão: Piaçabuçu, Penedo, Porto da Folha, Pão de Açúcar, Mata Grande, Palmeira dos Índios, Anadia e Coruripe[566], além da Colônia Militar Leopoldina e arrabaldes.

Na Colônia, o pedido de uma "ambulância de medicamentos precisos", feito por Pedro Joaquim dos Santos ao presidente da província, demonstrava a gravidade da situação. Para Santos, era preciso tomar como exemplo as províncias da Bahia e do Rio de Janeiro, que já haviam experimentado a tragédia da moléstia e a eficácia desses remédios, além da aquisição de alguns opúsculos escritos por médicos especialistas e que, ainda segundo Santos, "[...] mandara o Governo Central distribuir pelas províncias e que são de suma utilidade para os habitantes"[567].

---

[563] OFÍCIO do facultativo da Colônia Militar Leopoldina Pedro Joaquim dos Santos ao presidente da província Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, em 23 de agosto de 1855. APA, caixa 160.
[564] OFÍCIO do facultativo da Colônia Militar Leopoldina Pedro Joaquim dos Santos ao presidente da província Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, em 13 de março de 1856. APA, caixa 160.
[565] ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Alagoas nos Tempos do Cólera*. São Paulo: Escrituras Editora, 1996, p.31.
[566] Ibid., p. 32.
[567] OFÍCIO do facultativo da Colônia Militar Leopoldina Pedro Joaquim dos Santos ao presidente da província Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, em 2 de outubro de 1855. APA, caixa 160.

O ano de 1856 foi o ano da "epidemia reinante" na Colônia. O cólera matou 358 habitantes, numa proporção de 14/100, mobilizando todos para os serviços mortuários e hospitalares, inclusive a guarnição, que também foi afetada pela moléstia[568]. As obras dos principais edifícios da Colônia foram atrasadas com a invasão da epidemia colérica, a exemplo da capela, do hospital e do cemitério. O hospital ainda estava inconcluso quando começou a receber os primeiro doentes. Já o cemitério teve de ser improvisado, pois o de Riacho do Mato não suportava mais sepulturas. No relatório de 3 de janeiro de 1857, o diretor João da Gama afirmava que "Todas as demais obras foram paralisadas e só depois que passou a estação invernosa é que foi possível promover com alguma atividade a sua continuação apesar de ser atualmente mui limitado o número de operários" [569].

Até a agricultura, que dava sinais de progresso e garantia a alimentação da população local – chegando a gerar comércio em seus arrabaldes –, sofreu terrivelmente com as consequências da epidemia, justamente no tempo das plantações, quando, segundo João da Gama, os grandes roçados se perderam por completo abandono, ficando em pouco tempo cobertos pelo mato, sendo por conseguinte inutilizados[570].

O clima da região também favoreceu o atraso da agricultura e a propagação de doenças, pois possuía e ainda possui uma faixa subúmida relativamente larga[571]. Mesmo com o fim da epidemia, veio a estação invernosa, que impedia os colonos de retomarem os seus trabalhos na construção de casas e de estradas. Só depois de passado o inverno foi possível aos trabalhadores prosseguir nas obras de construção dos edifícios da Colônia e das vias de comunicação[572].

Os estragos trazidos pelas chuvas estavam sempre presentes na vida da Colônia. Às vezes, derrubavam parte dos edifícios públicos, exigindo um esforço contínuo de reconstrução; noutras, inundavam casas e plantações, prejudicando sua principal atividade

---

[568] Fala dirigida á Assembleia Legislativa da província das Alagoas na abertura da sessão ordinária do ano de 1856, pelo Excelentíssimo presidente da mesma província o Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque. Recife: Typographia de Santos & Companhia, 1856. p. 14.

[569] RELATÓRIO do diretor capitão da Colônia Militar Leopoldina João da Gama Lobo Bentes ao presidente da província Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, em 3 de janeiro de 1857. APA, caixa 160.

[570] Id.

[571] Segundo estudos atuais da Embrapa, a precipitação pluviométrica (média anual) é de 1.300mm. Isso se deve ao seu relevo residual mais alto do planalto da Borborema. Esta barreira topográfica força os ventos alísios a se elevarem, resfriando e causando chuvas. Cf. BRASIL. Embrapa. Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento 211, dez., 2012. Disponível em www.ainfo.cnptia.embrapa.br. Acessado em 09 fev. 2016.

[572] Fala dirigida á Assembleia Legislativa da província das Alagoas na abertura da sessão ordinária do ano de 1856, pelo Excelentíssimo presidente da mesma província o Dr. Antonio Coelho de Sá e Albuquerque. Recife: Typographia de Santos & Companhia, 1856. p.14.

econômica. Este foi o caso da estação invernosa do ano de 1854, que provocou uma grande enchente no rio Jacuípe, derrubando parte do prédio da guarda, da capela e da residência do diretor, além de deixar os caminhos intransitáveis. Foi o que o diretor João da Gama classificou de "dilúvio", transformando a Colônia numa ilha sem qualquer comunicação:

> Tudo por aqui tem sentido as terríveis consequências desta espécie de dilúvio. O rio Jacuípe encheu de uma maneira que surpreendeu a todos, pois subiu a uma altura tal que a margem direita torceu o canto do corpo da guarda que já está num lugar bem alto, as estradas e caminhos ficaram por alguns dias sem trânsito, porque foram por tal modo inundadas que só em jangadas se poderia percorrer finalmente. Exmo. Snr. A povoação da Colônia ficou reduzida a uma verdadeira ilha e privada de qualquer comunicação[573].

Diante desse quadro calamitoso, o diretor parecia prever as consequências funestas da enchente: fome e epidemias, que viriam no ano de 1856 com a falta de víveres e a epidemia do cólera. É o que podemos concluir, a julgar pela continuação do seu relato:

> As lavouras sofreram em grande escala, por as que existiam vargens foram invadidas pela enchente e as das ladeiras levadas de rojo pelas enxurradas que tudo carregaram diante de si, de sorte que se perderam grandes lavouras de mandiocas, circunstância esta que já nos vai fazendo sofrer a terrível fome de farinha. Tenho grandes receios que aqui se desenvolva alguma epidemia, porque me consta que em lugares já bem próximos tem aparecido febres de mau caráter[574].

Neste ponto, é preciso considerar a interdependência vital entre natureza, organização socioeconômica e pensamento para compreensão histórica da Colônia Militar Leopoldina. Donald Worster, em *para fazer história ambiental*, chama tais condições de "determinantes suaves da existência humana", Já que eles influenciam significativamente o modo de viver e produzir a vida. Neste sentido, natureza, sociedade e pensamento estão intimamente ligados. Nas palavras do próprio Donald Worster:

> Em todo o tempo em que tais grupos estão reorganizando a flora e a fauna nativa para produzir mais alimentos, as pessoas são forçadas a se adaptarem às condições locais do solo, do clima e da água. Poder-se-ia até chamar tais condições de determinantes suaves da existência humana, já que elas influenciam significativamente como e onde as pessoas obtêm seus meios de vida e de que tipo de vida se trata[575].

Não se trata aqui de um determinismo ecológico da história humana, mas apenas reconhecer o fato de que as pessoas dependem da natureza para sua existência e é na relação

---

[573] OFÍCIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina João da Gama Lobo Bentes, endereçado ao presidente da província Roberto Calheiros de Mello, em 1 de julho de 1854.
[574] Id.
[575] WORSTER, Donald. Op. cit., 2003, p. 31.

com esta e com as outras pessoas que elas se transformam e transformam a própria natureza, criando aquilo que nós chamamos de organização social, econômica e mental. Ou seja, como diz Worster, não é possível admitir que "[...] a experiência humana tem sido isenta de constrangimentos naturais, que as pessoas são uma espécie separada e singularmente especial, que as consequências ecológicas de nossos feitos passados podem ser ignorados"[576].

A região da mata era uma região onde os fatores ambientais – geográficos, biológicos e climáticos – tinham peso significativo na organização social da Colônia, na medida em que havia uma interação recíproca, como existe em toda sociedade. Isto ficou demonstrado na forma como o cólera e a chuva afetaram a Colônia, causando prejuízos econômicos e, sobretudo, mortes. Mas isso não se deu apenas em função dos fenômenos naturais, mas também na forma como os sujeitos organizavam a sua vida e interferiam na natureza. A questão da capacidade produtiva dos colonos é um exemplo singular desta relação.

Se os anos 1854 e 1855 foram marcados pelos primeiros progressos econômicos da Colônia, sobretudo no âmbito da agricultura, eles marcam também as grandes cheias e epidemias. Esse cenário se repete nos anos 1857 e 1858, desta vez provocado pela instabilidade das chuvas e da seca da estação invernosa, respectivamente[577]. Numa organização essencialmente agrária, a irregularidade do clima poderia influenciar de forma decisiva no ritmo de trabalho e na subsistência dos colonos, que além de não terem terra suficiente para plantar, tinham dúvidas quanto à distribuição e legitimação dos lotes de terra.

4.7 O problema da terra: disputas e mercantilização dos lotes de terras da Colônia

Em consequência dessas dificuldades econômicas e das incertezas na forma de organização fundiária da Colônia, parte da população começou a migrar para Água Preta em busca do futuro representado pela ferrovia. Além do progresso trazido pela estrada de ferro, os colonos buscavam terrenos onde pudessem fazer suas plantações, livres das proibições impostas pela Lei de Terras e pelo Regulamento Especial da Colônia, a exemplo da derrubada de madeiras[578] e da disciplina militar. No relatório de 1858, o subdiretor da Colônia Augusto

[576] WORSTER, Donald. Op. cit., 2003, p. 24.
[577] RELATÓRIO do Subdiretor da Colônia Militar Leopoldina Augusto Pereira Ramalho ao presidente da província Ângelo Thomaz do Amaral, em 2 de janeiro de 1858. APA, caixa 160.
[578] Id.

Pereira Ramalho comentou a queda no número de habitantes provocada pela escassez de chuva na agricultura e pela proximidade da estação ferroviária de Água Preta:

> Comparado, por tanto, esse número com o que apresenta o Relatório do ano próximo findo vê-se a diferença para menos de 543 habitantes; devido isso a terem falecido 23 e as continuas mudanças que fazem já para a Povoação da Água Preta, a fim de se avizinharem a estrada de ferro, e já em procura de terrenos onde possam fazer plantações sem ser necessárias essas derrubadas de matas tão proibidas pela Lei de Terras. Em vista destas razões que exponho está claro que muito há sofrido a agricultura. Os pequenos roçados que existiam não poderão florescer pela escassez das chuvas nos meses de julho e agosto pretéritos[579].

Duas razões contribuíram decisivamente para o fluxo migratório na Colônia: a dificuldade de acesso à posse da terra e a dificuldade de se plantar em terras agricultáveis da Colônia. Se, por um lado, a Lei de Terras impedia o acesso à terra aos pequenos agricultores rurais, na medida em que eles não tinham condições de pagar por essa terra, por outro, o Regulamento Especial da Colônia proibia esses mesmos agricultores de fazerem roçados nas áreas de mata. Logo, a migração para as cidades circunvizinhas apareceu como alternativa para esses colonos – principalmente para aquelas cortadas pelas ferrovias, a exemplo de Água Preta. A "locomotiva do progresso" mobilizava trabalhadores, máquinas e dinheiro, atraindo gente de todos os lugares.

Nos anos seguintes, a população da Colônia voltou a aumentar, devido ao grande fluxo de entrada de colonos, que compensou o de saída. Porém, a saída de colonos continuava e, agora, por uma razão muito mais poderosa do que a estrada de ferro ou a proibição do regulamento, o que preocupava cada vez mais o diretor. Os colonos reclamavam da qualidade e da insegurança da posse dos terrenos cultivados por eles, pois além de serem insuficientes para que colhessem o essencial às suas primeiras necessidades, eles já não acreditavam mais na garantia da sua posse[580]. Diante desse quadro, João da Gama faz ciente ao presidente da província das principais causas que levam alguns colonos a abandonar a Colônia, reforçando mais uma vez o problema da regularização da terra na área:

> É de meu dever, fazer ciente a V. Ex.ª quais as causas principais da mudança de grande parte desses habitantes: desde que nesta província se tornou efetiva a população a desgostar-se, por isso que somente lhe foi concedida a plantação em pequenas capoeiras, que além de insuficientes para delas

[579] RELATÓRIO do Subdiretor da Colônia Militar Leopoldina Augusto Pereira Ramalho ao presidente da província Ângelo Thomaz do Amaral, em 2 de janeiro de 1858. APA, caixa 160.
[580] RELATÓRIO do diretor capitão da Colônia Militar Leopoldina João da Gama Lobo Bentes ao presidente da província Manoel Pinto de Souza Dantas, em 15 de dezembro de 1859. APA, caixa 160. João da Gama reafirma esta mesma preocupação ao presidente da província Pedro Leão Velloso, em 1860. APA, caixa 161.

> colherem o essencialmente indispensável ás suas primeiras necessidades, acham-se quase todos contaminadas de uma quantidade enorme de formigas que sem exageração seja dito, destroem roças inteiras em poucas horas. Ainda existe uma outra causa não menos poderosa que a precedente, e vem a ser: a incerteza de que lhe serão garantidos os terrenos em que empregão o seu trabalho[581].

Terra, trabalho e disciplina militar formavam a base da organização social e econômica da Colônia. O trabalho na terra deveria garantir o sustento dos colonos, mas nem sempre isso era possível, devido à má qualidade, distribuição desigual e falta de uma política de regularização da posse desses terrenos cultivados. A posse da terra estava condicionada ao seu cultivo por um período de, pelo menos, três anos, desde que sujeitos à disciplina militar imposta pelo regulamento. O problema é que não bastava o regulamento nem a vontade do diretor, pois a política fundiária era controlada pela burocracia estatal da presidência da província e do governo central.

Além desse obstáculo, a disciplina militar era apontada pelo diretor como sendo um dos fatores que comprometia o crescimento da Colônia, pois nem todos queriam se submeter a esse regime. Na visão de João da Gama Lobo Bentes, a sujeição dos moradores ao regime militar não fazia parte do modo de ser do povo brasileiro, daí a sua natural repugnância por esta forma de organização social. Entretanto, ainda de acordo com Bentes, esse regime não prejudicou as atividades da Colônia Militar Leopoldina, com exceção dos primeiros anos de seu funcionamento, onde os conflitos ameaçavam sua segurança e tranquilidade[582]. Depois da gente das matas, o problema da terra seria, então, o grande obstáculo ao desenvolvimento da Colônia.

De acordo com o Regulamento Especial da Colônia, só depois de cumprir o tempo de serviço necessário é que o colono poderia requerer o direito à propriedade da terra e viver da sua produção, bem como ter a posse definitiva da terra (como sua propriedade legal) depois de ter "[...] continuado a cultivar o terreno por espaço de três anos, com bom comportamento e aproveitamento"[583].

Desse modo, a terra só é garantida ao colono depois que este atendesse a três exigências do regulamento: 1. cumprir o seu tempo de serviço obrigatório (seja como militar

---

[581] RELATÓRIO do diretor capitão da Colônia Militar Leopoldina João da Gama Lobo Bentes ao presidente da província Manoel Pinto de Souza Dantas, em 15 de dezembro de 1859.
[582] Resposta do diretor da Colônia Militar Leopoldina João da Gama Lobo Bentes ao ofício do presidente da província sobre o Aviso n. 2 da Primeira Diretoria do Ministério dos Negócios da Guerra, em 3 de março de 1864. APA, caixa 161.
[583] Regulamento Especial da Colônia Militar Leopoldina, art. 29 e 21, 9 de novembro de 1850. APA, caixa 160.

ou agricultor); 2. continuar a produzir para a colônia por no mínimo três anos; e 3. comprovar lealdade à colônia, com bom comportamento e aproveitamento, seja como soldado ou agricultor. Além de cumprir essas exigências, o colono deveria enviar um requerimento ao diretor solicitando a posse da terra – que, por sua vez, avaliava os serviços prestados pelo colono, sobretudo sua conduta e sua contribuição para a paz e tranquilidade da colônia – e, em seguida, enviava um requerimento para a aprovação final do presidente da província.

Por esse regulamento, é possível, ainda, afirmar que a grande preocupação das autoridades era com o controle tanto dos moradores quanto da propriedade privada da terra nas matas. A distribuição da terra deveria passar pela garantia de que seu futuro proprietário tinha um histórico de vida comprometido com a paz e a tranquilidade na região da mata e de que daria continuidade a este compromisso, como morador/trabalhador produtivo e obediente. Tal critério ocultava os obstáculos e conflitos enfrentados pelos colonos pobres no processo de organização fundiária da Colônia.

A regularização da terra foi um instrumento encontrado pelas autoridades para combater a ameaça representada pela "gente das matas". A propriedade da terra era uma exigência da Lei de Terras de 1850 e, para o capitão diretor, uma forma de executar esta lei seria garantir a posse aos habitantes da colônia, pois além de ser um direito que lhes assistia, "[...] tem eles se tornado merecedores de tal graça pela maneira exemplar de proceder, sempre que se trata de manter a ordem e a tranquilidade pública"[584]. A fala deixa claro que a posse da terra era um direito dos colonos, porém os colonos deveriam ser merecedores desse direito, com suas condutas exemplares em defesa da ordem e da tranquilidade pública, princípios civilizadores necessários para o sucesso da Colônia, o que parece ter se concretizado, segundo a fala do próprio diretor.

Os critérios para a distribuição das terras da Colônia começavam logo na seleção dos colonos trabalhadores. No capítulo que trata dos empregados, o regulamento diz que para morar e trabalhar na Colônia ou em seu distrito, o indivíduo deveria ser "pacífico", "trabalhador" e "bem morigerado", além de querer se empregar na agricultura com bom resultado público e particular[585]. Entretanto, conforme já afirmamos anteriormente, isso não foi o suficiente para garantir a posse da terra aos colonos, pois faltava uma política de

[584] RELATÓRIO do diretor capitão da Colônia Militar Leopoldina João da Gama Lobo Bentes ao presidente da província Antonio Coêlho de Sá e Albuquerque, em 3 de janeiro de 1857. APA, caixa 160.
[585] Regulamento Especial da Colônia Militar Leopoldina, capítulo 2, artigo 3º, 9 de novembro de 1850. APA, caixa 160.

regularização fundiária na Colônia e em seu distrito que beneficiasse, sobretudo, os colonos pobres.

Devido à ausência dessa política fundiária surgiram os primeiros conflitos de terra dentro da Colônia e seu distrito, que iam desde a expulsão de moradores de seus lotes até queimadas e ameaças entre colonos ricos e pobres. Um caso emblemático é o da expulsão de moradores de terrenos considerados devolutos, situados no distrito da Colônia, pelo proprietário Manoel Simão, que alegava ser dono desses terrenos sem apresentar nenhum título de posse ao diretor João da Gama Lobo Bentes[586]. Depois de enviar ofício ao presidente da província sobre a situação, o diretor escreve uma carta ao próprio Manoel Simão, advertindo-o das irregularidades cometidas e da necessidade de se respeitar o processo demarcatório estabelecido pela Repartição Especial das Terras Públicas:

> Chegando ao meu conhecimento que V. S.ª está desarranchando moradores do distrito desta Colônia e que estão residindo à anos em terrenos que foram sempre considerados devolutos, tudo isto sem que tenha V. S.ª apresentado aqui título pelos quais mostre serem eles pertencentes à sua propriedade, sou a rogar-lhe a bem do serviço que haja de sustar em qualquer procedimento a respeito, até que prove com esses títulos e o competente termo de demarcação perante à Repartição Especial das Terras Públicas nesta província[587].

Não encontramos evidência de que Manoel Simão apresentou algum título de terra e de que esse caso foi resolvido – não encontramos também resposta à carta de Bentes –, mas podemos afirmar que não foi o único. A luta dos pequenos agricultores da Colônia contra a espoliação de suas terras e de suas plantações não era um fato incomum, mesmo em se tratando de uma organização militar onde o seu diretor tinha o poder não apenas administrativo, mas também jurídico-militar, de fazer cumprir a hierarquia, leis e regulamentos dentro da Colônia. Outro caso emblemático é o do proprietário português Joaquim Antonio de Brito, que se instalou no distrito da Colônia, apropriando-se de terrenos e provocando uma série de conflitos com diversos moradores.

As disputas de terra entre Antonio de Brito e os moradores da Colônia começam desde 1860 e se estendem até o ano de 1864, período em que se inicia a regularização fundiária na Colônia. De acordo com a documentação coligida por nós, o português residia na Colônia desde 1854, quando lhe foi concedida licença para trabalhar na agricultura, no sítio

---

[586] OFÍCIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina João da Gama Lobo Bentes, enviado ao presidente da província Manoel Pinto de Souza Dantas, em 4 de fevereiro de 1860. APA, caixa 160.

[587] Carta do diretor da Colônia Militar Leopoldina João da Gama Lobo Bentes a Manoel Simão, em 4 de fevereiro de 1860. APA, caixa 160.

denominado Coirana – provavelmente, por ser europeu e "muito industrioso". Porém, em 1860, alegando que estava impedido de trabalhar no seu próprio sítio, devido à estação invernosa, Antonio de Brito pediu asilo aos moradores do sítio Canto Escuro para se abrigar até o inverno terminar[588]. Passado algum tempo, Antonio Brito resolve se apoderar sorrateiramente do sítio ou de parte dele, prejudicando a produção e gerando conflitos com vários moradores. O que leva o diretor João da Gama a adverti-lo dos prejuízos causados aos moradores:

> [...] e prevendo eu o que poderia resultar para o futuro, adverti o suplicante que não podia ali permanecer por muito tempo em razão de ser o lugar muito acanhado e ter por isso de prejudicar os moradores antigos e vizinhos de poucos passos: respondeu-me que não tinha tal intenção, pretextando a espera do verão para retirar-se para o Coirana[589].

A advertência do diretor não foi o bastante; não demorou muito para que o português se apoderasse de parte de Canto Escuro e impusesse uma série de restrições aos moradores do lugar, prejudicando, sobretudo, as suas plantações. Ignorando o regulamento e a autoridade principal da Colônia, ele resolveu não só proibir os moradores de plantar, como inundou as suas plantações, causando enormes prejuízos para estes. É o que nos mostra ainda o relato do diretor Bentes:

> Colocado o suplicante nesta posição, o seu primeiro passo foi querer proibir que os moradores do Canto Escuro plantassem nos lugares onde sempre cultivarão, intentando ao mesmo tempo abrir um caminho [...] Muito tempo se não passou que não contendesse o suplicante de novo com os seus vizinhos, procurando prejudicá-los para, sem dúvida, conseguir seus fins: tapou o Riacho também chamado de Canto Escuro, que reprezando suas águas em abundância, inundou as referidas plantações a ponto de perder-se a maior parte delas; foram-me dirigidas novas queixas contra o suplicante pelos prejudicados, e dei as providências no sentido de evitar que continuasse a praticar atos tão reprovados. Nesta ocasião, declarei ao suplicante que, somente em atenção a sua honrosa família, ainda o tolerava no distrito[590].

A fala do diretor demonstra o peso das famílias tradicionais nas relações de poder da região. Joaquim Antonio de Brito passava por cima até da autoridade máxima da Colônia, pois sua condição de rico proprietário pertencente a uma "honrosa família" tradicional da região garantia a sua permanência no distrito e a tolerância do diretor. Embora não

---

[588] OFÍCIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina João da Gama Lobo Bentes, enviado ao presidente da província Pedro Leão Vellozo, em resposta à petição de Joaquim Antonio Brito, em 12 de julho de 1860. APA, caixa 161.
[589] Id..
[590] Id.

concordasse com o comportamento do suplicante, o próprio Bentes reconhece que a sua tolerância favorecia esses atos abusivos:

> Fiado o suplicante nesta minha declaração, insistiu em praticar, até hoje, outros muitos atos, não menos reprovados, dizendo que eles, de futuro, lhe servirão para alegar em seu favor o direito de posse; porém, quando fosse negado isso, em último caso, estava prevenido de dinheiro para comprar esses terrenos e expelir todos quantos neles morassem[591].

Eram comuns as ameaças e o uso da força utilizado por Antonio de Brito para tomar as terras dos pequenos agricultores do Canto Escuro. Mesmo com as advertências do diretor Bentes, ele continuava expandindo seu domínio territorial e econômico, invadindo terrenos, plantando em terras alheias ou abrindo caminho em terras agricultáveis – e tudo testemunhado pelos moradores do lugar e pelo próprio diretor. É por tudo isso que o próprio capitão Bentes chegou à conclusão de que o suplicante não era pacífico como queria parecer em sua petição, ele era sim "[...] turbulento, rixoso e perseguidor dos cômodos de seus vizinhos e de todos os habitantes deste distrito, que o conheceu"[592].

Antonio de Brito não só passava por cima dos interesses dos moradores do distrito como contrariava o próprio regulamento da Colônia, quando resolveu perseguir, levantar moradia e invadir terras alheias sem o consentimento do diretor. O artigo 7º deste regulamento evidencia o desrespeito e insubordinação de Antonio de Brito, pois nenhum colono poderia plantar ou fazer qualquer edificação sem o consentimento do diretor: "Nenhum colono, ou habitador no distrito da colônia, poderá levantar casa, ou fazer plantação alguma se não nas terras que forem destinadas, e previamente demarcadas por ordem do diretor da colônia, sobretudo dentro da légua em quadro"[593].

As queixas contra o português Antonio de Brito multiplicaram-se ao longo da primeira metade dos anos 1860. Dois casos são bastante representativos para compreendermos o drama dos pequenos agricultores na luta pela terra. Trata-se das petições de queixas das viúvas Mariana Rosa de Oliveira e Maria José do Nascimento contra Antonio de Brito[594]. No caso da viúva Mariana Rosa, por exemplo, a suplicante – que era pobre, sobrecarregada de filhos,

---

[591] OFÍCIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina João da Gama Lobo Bentes, enviado ao presidente da província Pedro Leão Vellozo, em resposta à petição de Joaquim Antonio Brito, em 12 de julho de 1860. APA, caixa 161.
[592] Id.
[593] Regulamento Especial da Colônia Militar Leopoldina, artigo 7º, 9 de novembro de 1850. APA.
[594] Petição de queixa de Mariana Rosa de Oliveira contra Joaquim Antonio de Brito, enviada ao chefe de Polícia de Maceió, em 18 de agosto de 1862, com despacho para o subdelegado do Distrito da Colônia Militar Leopoldina, em 10 de janeiro de 1864. APA, caixa 161.

residente no sítio Macuca (distrito da Colônia) –, desde agosto de 1862, acusava o português e seu genro de tirarem o seu sustento e o da sua família, além de fazerem constantes ameaças. Em sua petição de queixa, de 18 de agosto de 1862, Mariana Rosa de Oliveira recorre à chefia de polícia de Maceió para

> [...] queixar-se de seus maus vizinhos: o português Joaquim de tal Brito e seu genro de nome Francisco Antonio de Andrade pela solta que fazem de seus animais nas plantações de cereais da suplicante, donde tira seu sustento e de sua desvalida família e não padecendo aqueles indivíduos do mal que fazem a suplicante a quem constantemente ameaçam, vem a suplicante pedir a proteção de vossa senhoria como executor das leis e amparo dos desvalidos[595].

Nada parecia parar a ambição de Antonio de Brito. Nem mesmo as autoridades ou as leis estavam acima dos seus atos. Os conflitos entre Mariana Rosa de Oliveira e o português se tornaram mais frequentes durante o ano de 1864[596]. Embora tivesse a terra legitimada pelo Ministério do Império desde 1861, a suplicante e sua família viviam sendo perseguidas e ameaçadas por Antonio de Brito[597]. Em ofício dirigido ao presidente da província, em 26 de janeiro de 1864, em resposta à petição da viúva Mariana Rosa, o próprio diretor reconhece que nem mesmo a lei era capaz de coibir os atos violentos do português:

> O português Joaquim Antonio de Brito para prejudicar a suplicante e trazê-la em contínuo desassossego e atropelo e a sua pobre família, bem como seus agregados tem feito roçados pela parte posterior de sua casa e a pequena distância em lugares que pertence a posse que tão benignamente lhe foi garantida pelo paternal governo de S. M. o Imperador, mandando e sem consenso da autoridade, um de seus agregados, de nome Pedro Vergino, fazer hum roçado no referido lugar, em posição tal que devassou os fundos da morada da suplicante, de sorte que nem mesmo asilo da lei manda respeitar, pode a suplicante rever mais sua pobre família com independência[598].

Já no caso da viúva Maria José do Nascimento, a história de violência e esbulho de terra volta a se repetir. Isso pode ser demonstrado nas suas petições de queixas contra o português, registradas em janeiro e fevereiro de 1864, quando a viúva Maria José afirmava já estar cansada de sofrer esbulhos do seu terrível vizinho, o português Joaquim Antonio de

---

[595] Petição de queixa de Mariana Rosa de Oliveira contra Joaquim Antonio de Brito, enviada ao chefe de Polícia de Maceió, em 18 de agosto de 1862, com despacho para o subdelegado do Distrito da Colônia Militar Leopoldina, em 10 de janeiro de 1864. APA, caixa 161.
[596] Isso pode ser conferido nas diversas petições de Mariana Rosa de Oliveira, que vão de janeiro a setembro de 1864. APA, caixa 161.
[597] Petição de queixa de Mariana Rosa de Oliveira contra Joaquim Antonio de Brito, enviada ao diretor da Colônia Militar Leopoldina João da Gama Lobo Bentes, em 10 de janeiro de 1864. APA, caixa 161.
[598] Id.

Brito[599]. Não sabemos se Antonio de Brito tinha proteção da Justiça ou dos poderosos da região para prosseguir com os seus atos criminosos; é provável que sim, por ser um homem de muitas posses e de família importante. O fato é que, mesmo sendo contrário e denunciando o comportamento criminoso do português, o diretor tolerava os seus atos.

Apesar de tolerar a presença do português na Colônia, João da Gama não esconde o seu descontentamento com o português, principalmente sua relação violenta com os moradores do distrito, sobretudo com as viúvas Mariana Rosa de Oliveira e Maria José do Nascimento. O diretor faz questão de denunciar, junto à presidência da província, as arbitrariedades cometidas pelo português contra os direitos de posse das viúvas e o consequente flagelo de suas famílias[600]. O que o diretor não esconde é sua impotência como autoridade maior da Colônia diante das desavenças provocadas pelo português, o que fica demonstrado mais uma vez na petição de Maria José do Nascimento, que o diretor encaminha ao presidente da província:

> Esse português desalmado, que tem sido sempre [responsável pelo] flagelo de seus pobres vizinhos, especialmente dos mais desfavorecidos da fortuna, não satisfeito por haver já anteriormente procurado usurpar parte do terreno que constitui a pequena posse da suplicante, ainda agora acaba de fazer um roçado muito próximo as casas que ali tem a suplicante outros membros de sua pobre família[601].

O português Joaquim Antonio de Brito julgava-se dono dos terrenos invadidos, exigindo, inclusive, o direito de posse através de algumas petições[602]. Porém, em resposta a essas petições, o diretor da Colônia delimitava, em detalhes, os lotes de cada terreno em questão, mostrando as incoerências de sua petição e aqueles que eram reconhecidos legalmente como donos das terras reivindicadas pelo português. Nesse documento, o diretor responde assim à petição do português:

> O suplicante não se estabeleceu no distrito desta colônia, desde a fundação [...] somente em Abril de 1854, foi que aqui chegou, e sendo esta época já posterior a publicação do Regulamento n. 1318 de 30 de janeiro deste mesmo ano, não deve alegar direito de posseiro.
>
> O lote A.E. da secção 22, abrange, pelo lado de leste, terrenos pertencentes a posse da viúva Mariana Rosa de Oliveira, onde tem lavouras e morada habitual, no centro, mais ou menos, abrange o pequeno terreno onde reside o

[599] Petição de queixa de Maria José do Nascimento contra Joaquim Antonio de Brito, endereçada ao diretor da Colônia Militar Leopoldina João da Gama Lobo Bentes, em 26 de janeiro de 1864. APA, caixa 161.
[600] Pode-se conferir isso nas petições da viúva Mariana Rosa de Oliveira (já citada) e nas petições da viúva Maria José do Nascimento, além da resposta às petições do próprio Joaquim Antonio de Brito, no ano de 1864.
[601] Petição de queixa de Maria José do Nascimento, op. cit.
[602] Ver, por exemplo, as duas petições de janeiro e setembro de 1864. APA, caixa 161.

> suplicante, o qual depende de uma decisão do juízo [inelegível]; e pelo lado de oeste abrange terrenos pertencentes a posse da viúva Maria Jose do Nascimento [...] o lote N.E. da secção 27 contem, em parte, e para oeste, não só casas, como lavouras da referida posseira Maria Jose do Nascimento, entretanto salvando-se, como é de justiça, suas ditas casas e mais benfeitorias, podem ser vendidas ao suplicante as sobras que ficarem para leste[603].

O aviso nº 2, do Ministério dos Negócios do Império e Repartição Geral das Terras Públicas, comprova que as terras das viúvas e de mais quatro moradores do distrito foram mandadas legitimar em 1 de março de 1861, em resposta às "petições de Izabel Maria de Oliveira, Maria José do Nascimento, Mariana Rosa de Oliveira, Thereza de Jesus do Nascimento, João Manuel da Costa e Pedro Antonio da Silva"[604]. Era um indicativo de que a regularização fundiária da Colônia estava a caminho, conforme veremos no ano de 1862. No entanto, era uma regularização voltada mais para os proprietários vindos de fora do que para os de dentro da Colônia, uma vez que estabelecia a mercantilização dos lotes, excluindo ou retardando a demarcação e posse das terras para os colonos.

Na tentativa de regularizar as terras e diminuir os conflitos, o governo autoriza a venda de terras públicas na Colônia a partir de 10 de abril de 1862. Os lotes deveriam medir 250 braças em quadro no distrito da Colônia, e o pagamento deveria ser efetuado no prazo de seis anos, em prestações de 1/3 e 6/10 ao ano, a contar no fim dos três primeiros anos. Conforme ofício do administrador da Colônia, "As pessoas que pretenderem tal arrematação deverão apresentar-se na Secretaria desta diretoria competentemente habilitadas com seus fiadores dentro do espaço de trinta dias a contar de 18 do corrente" [605]. Mas será que os moradores mais pobres da Colônia e do seu distrito tinham essa habilitação exigida?

O diretor Bentes estava seguindo as orientações do presidente da província Antonio de Souza Carvalho, que estava convencido de que, para resolver o problema das terras na Colônia e seu distrito – além da pobreza na região –, era preciso fundar uma "colônia de nacionais" dentro da Colônia Militar Leopoldina, diferente de uma colônia de imigrantes estrangeiros [606]. Para tanto, ele encaminhou um ofício, datado em 15 de junho de 1861, ao

---

[603] Resposta à petição de Joaquim Antonio de Brito pelo diretor da Colônia Militar Leopoldina João da Gama Lobo Bentes, em 26 de setembro de 1864. APA, caixa 161.
[604] BRASIL. Ministério dos Negócios do Império e Repartição Geral das Terras Públicas, aviso N. 2. Rio de Janeiro, 1 de março de 1861.
[605] OFÍCIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina João da Gama Lobo Bentes, em 15 de maio de 1862. APA, caixa 161.
[606] Fala dirigida á Assembleia Legislativa da província das Alagoas na abertura da 1ª sessão ordinária da 14ª legislatura, de 15 de junho de 1862, pelo presidente da província Antonio Alves de Souza Carvalho. Maceió: Typographia do Diário do Comércio, 1862. p. 25-26.

ministro da Agricultura: "Rogo a V. Ex.ª. Se digne de autorizar-me não só a mandar medir e demarcar lotes de terra de 250 braças em quadro no distrito da colônia militar Leopoldina, requisitando as ordens do ministério da fazenda para que se quiserem estabelecer no mencionado distrito"[607].

O presidente Souza Carvalho sabia que não poderia obter os mesmos favores da colonização estrangeira, em virtude de esta ser muito numerosa e dispendiosa. Ao considerar a grande propriedade e a escravidão como os grandes obstáculos à subsistência dos pobres, Souza Carvalho propunha a demarcação e a venda de lotes de terra a prazo no distrito da Colônia exclusivamente para colonos nacionais[608].

A grande ironia da proposta de Souza Carvalho – ao criticar o latifúndio e o trabalho escravo – era a de que nem favorecia os pequenos proprietários de terra e nem os homens pobres livres. A demarcação e venda de lotes na Colônia tinha um preço e, numa sociedade essencialmente senhorial e escravocrata, eram poucos os que tinham condições de pagar. Na sua defesa da colonização de nacionais, ele esclarece melhor essa proposta:

> O que tenho a honra de propor a V. Ex.ª não é a concessão dos mesmos favores, tão numerosos e dispendiosos que são prestados aos colonos estrangeiros. Não peço para os nacionais que se quiserem estabelecer no distrito da colônia Leopoldina ranchos, derrubadas, queimadas, diárias e caminhos preparados. Peço apenas a V. Ex.ª que me de a autorização e os meios necessários para mandar-lhes medir, demarcar e vender a prazo, lotes de terra, conforme for possível e mais conveniente[609].

Ao contrário da colonização de estrangeiros, que exigia toda uma estrutura de adaptação do colono às matas, a colonização de nacionais requeria apenas a mercantilização das terras da Colônia, o que foi aceito pelo Ministério da Agricultura no dia 24 de junho do mesmo ano, dando início ao processo de demarcação e venda a prazo de lotes. Pela proposta, o colono tinha um prazo de seis anos para pagar, a contar a partir do fim do terceiro ano do seu estabelecimento na Colônia, com uma prestação estipulada em 1/10 do preço total no quarto ano, 3/10 no quinto ano e 6/10 no sexto ano[610]. Ainda de acordo com Souza Carvalho, com a venda de terrenos a Colônia seria não apenas um posto militar, mas se transformaria

---

[607] Fala dirigida á Assembleia Legislativa da província das Alagoas na abertura da 1ª sessão ordinária da 14ª legislatura, de 15 de junho de 1862, pelo presidente da província Antonio Alves de Souza Carvalho. Maceió: Typographia do Diário do Comércio, 1862. p. 25-26.
[608] Id..
[609] Id.
[610] Ibid., p. 26-27.

num grande centro de povoamento e trabalho[611]. Este seria o primeiro passo para o seu processo de desmilitarização da área.

Antes do prazo marcado para a venda das terras, o diretor da Colônia afirmava que já havia 35 pretendentes que tinham feito suas petições e só estavam esperando a aprovação da tabela de preços dos lotes. Depois de divulgada a tabela, os mesmos pretendentes declararam que não estavam dispostos a comprar os referidos lotes, pois julgavam os preços elevados. O fato é que a maior parte desses pretendentes já eram moradores da Colônia há anos, tinham feito benfeitorias nos terrenos pretendidos e, por isso, se achavam esbulhados no direito de compra, conforme o ofício do diretor João da Gama Lobo Bentes dirigido ao presidente Antonio Alves de Souza Carvalho, em 20 de junho de 1862[612].

O próprio diretor reconhece a possibilidade de esbulho dos terrenos. Vimos que, desde 1854, ele já reivindicava a demarcação dos lotes para os colonos produtores, pois sabia das dificuldades enfrentadas por estes para plantar e garantir a posse da terra cultivada. O ofício do governo de 10 de abril de 1862 regulamentava a Lei de Terras na Colônia, através da compra parcelada dos lotes, mas não garantia o direito dos colonos à compra; para estes, continuava prevalecendo o regulamento especial da Colônia.

Mesmo depois da autorização ministerial para venda e legitimação dos lotes da Colônia, o problema dos terrenos cultivados pelos colonos persistia, apesar da grande quantidade de lotes disponíveis. Em 1865, o diretor interino da colônia, Augusto Pereira Ramalho, ainda ressaltava a necessidade de subdivisão dos lotes para os colonos que tinham direito e para os recrutados da Guerra do Paraguai, pois "[...] sendo certo que devem sobrar muitos, poderão ser reservados para os voluntários que seguiram desta província"[613].

As petições de concessão de lotes (posse da terra) aumentaram significativamente entre os anos de 1864 e 1867, conforme pode ser verificado no Gráfico 1, abaixo. O diretor aprovava as petições – por considerar que os colonos cumpriram o tempo de serviço exigido pelo regulamento, além dos três anos residindo na Colônia e trabalhando na lavoura[614] –,

---

[611] Fala dirigida á Assembleia Legislativa da província das Alagoas na abertura da 1ª sessão ordinária da 14ª legislatura, de 15 de junho de 1862, pelo presidente da província Antonio Alves de Souza Carvalho. Maceió: Typographia do Diário do Comércio, 1862. p. 25.

[612] OFÍCIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina João da Gama Lobo Bentes, endereçado ao presidente da província das Alagoas Antonio Alves de Souza Carvalho, em 20 de junho de 1862. APA, caixa 161.

[613] RELATÓRIO do diretor interino da Colônia Militar Leopoldina Augusto Pereira Ramalho à presidência da província das Alagoas, em 1 de setembro de 1865. APA, caixa 161.

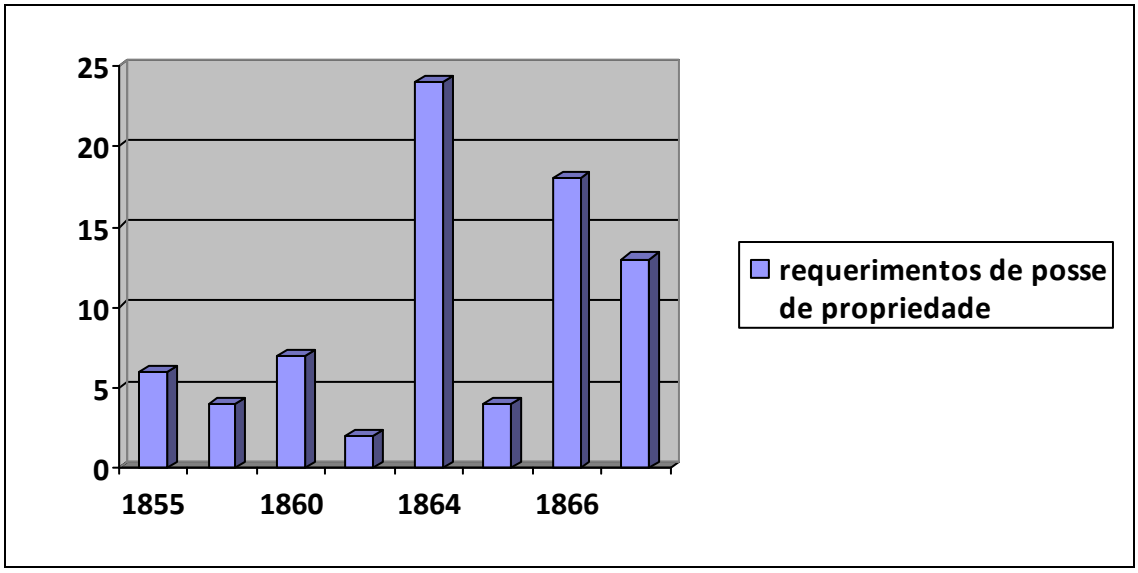
[614] Isso pode ser verificado nas petições de concessão de lotes encaminhadas à presidência da província, de 1855 a 1867. APA, caixas 160 e 161. Os requerimentos ou petições dos colonos se reproduziram exponencialmente a

embora também reclamasse da falta de um agrimensor para demarcar e passar a carta definitiva de propriedade aos ex-colonos. Em resposta ao ofício da presidência sobre as petições de seis colonos que pediam a demarcação dos seus lotes, João da Gama deixava claro que a prioridade era para a venda de lotes, porquanto existia um agrimensor na Colônia para medir esses terrenos para compra de terceiros e não para garantir o direito dos colonos, embora o diretor solicitasse também a medição dos seus lotes:

> Não foi possível aproveitar essa autorização, por não haver agrimensor que se demarcasse; porém, hoje, aqui existe o agrimensor Manoel Cândido Rocha de Andrade, medindo as terras que estão expostas à venda poder-se-á levar a efeito a medição, não só desses lotes, como dos outros colonos que têm igualmente requerido[615].

Gráfico 1

Número de requerimentos de posse de propriedade por tempo de serviço dos colonos da Colônia Militar Leopoldina (1855-1867)



FONTE: SILVA, Amaro Leite da. Elaborado a partir de: APA. Relatórios da diretoria da Colônia Militar Leopoldina, 1855-1867, caixas 160 e 161.

É importante destacar o aumento significativo de requerimentos de posse de propriedade entre os anos 1863 e 1864, justamente quando o governo resolve liberar a venda de lotes na Colônia. A maioria dos requerentes alegava ter cumprido o tempo de serviço e de trabalho por mais de três anos – tempo mínimo exigido pelo regulamento da Colônia – e que

---

partir da segunda metade da década de 1860, sempre enfatizando a consciência do seu direito à terra, sendo, inclusive, reconhecido e representado pelo próprio diretor ou diretor interino da Colônia.

[615] OFÍCIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina João da Gama Lobo Bentes, endereçado ao presidente da província das Alagoas Roberto Calheiros de Mello, em 24 de novembro de 1864. APA, caixa 161.

por isso tinha direito aos terrenos pretendidos. O diretor atestava a veracidade das petições afirmando que "[...] o suplicante prestou bons serviços a esta Colônia sempre com boa conduta e que tudo quanto alega é verdade, pelo que julgo no caso de merecer a graça que merece"[616].

A concessão e posse das terras já era garantida pelo regulamento especial da Colônia a esses colonos, mas faltava a carta definitiva de posse de propriedade. Acreditamos que o aumento dos requerimentos dessas cartas não ocorre por acaso, ele está relacionado diretamente com o medo dos colonos de perderem suas terras para novos compradores, "sujeitos de posse" habilitados a comprar as terras públicas da Colônia.

Outro dado interessante do aumento dos requerimentos de posse de propriedade diz respeito aos anos 1866 e 1867, período de desmilitarização e emancipação da Colônia. Antes desse período, mesmo depois de adquirir a posse definitiva da terra e deixar de ser colono, este deveria continuar seguindo a disciplina militar, obedecendo às autoridades e tendo uma boa conduta. Porém, com a perspectiva da desmilitarização das relações sociais e emancipação política, os colonos veem a liberdade cívica como possibilidade concreta de realização de seus direitos como cidadãos.

O aumento de requerimentos dos colonos demonstra uma consciência cívica cada vez maior dos seus direitos. Isso é o que José Murilo de Carvalho chama de "povo político cidadão"; é quando, de alguma forma, aquele que se conecta com o Estado estabelece uma relação de mão dupla, "envolvendo tanto ação como reação"[617]. Como aponta o Gráfico 1, o recurso ao requerimento foi amplamente exercido pelos colonos ao reivindicar seu direito à posse da terra. Neste mesmo sentido podemos colocar o exemplo do direito de petição exercido pelos trabalhadores e proprietários. Carvalho coloca o exercício do direito de petição como uma forma de participação cidadã tão importante quanto a via eleitoral[618], muito utilizado em grandes causas sociais – desde a constituição de 1824, que garantia esse direito – , a exemplo das petições dos fazendeiros contra as leis abolicionistas ou dos trabalhadores contra a obrigatoriedade da Vacina, no movimento conhecido como a Revolta da Vacina[619].

---

[616] Isso pode ser confirmado nos requerimentos de posse de propriedade impetrados pelos colonos durante o período de 1855 a 1867. APA, caixas 160 e 161.
[617] CARVALHO, José Murilo de; P. NEVES, Lucia Maria Bastos (Orgs.). *Dimensões e Fronteiras do Estado Brasileiro no Oitocentos*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2014, p. 17.
[618] Ibid., p. 24.
[619] Ibid., p. 32.

No caso dos trabalhadores e soldados colonos de Leopoldina, eles sabiam do seu direito à terra e da ameaça representada tanto pela Lei de Terras de 1850 quanto pela autorização da venda das terras da Colônia de 1862. O conteúdo das petições evidencia o conhecimento que esses colonos tinham do Regulamento da Colônia, dos seus deveres (de tempo de serviço e residência na Colônia) e dos seus direitos (a concessão e posse definitiva da propriedade da terra). Seja através de petição individual ou coletiva, os colonos sempre reivindicaram – desde os primeiros anos da Colônia – o seu direito a demarcação, legitimação e posse das suas terras, o que pode ser verificado, por exemplo, numa petição coletiva entregue ao diretor Bentes por cinco operários, ainda em 1855, três anos após a fundação oficial da Colônia:

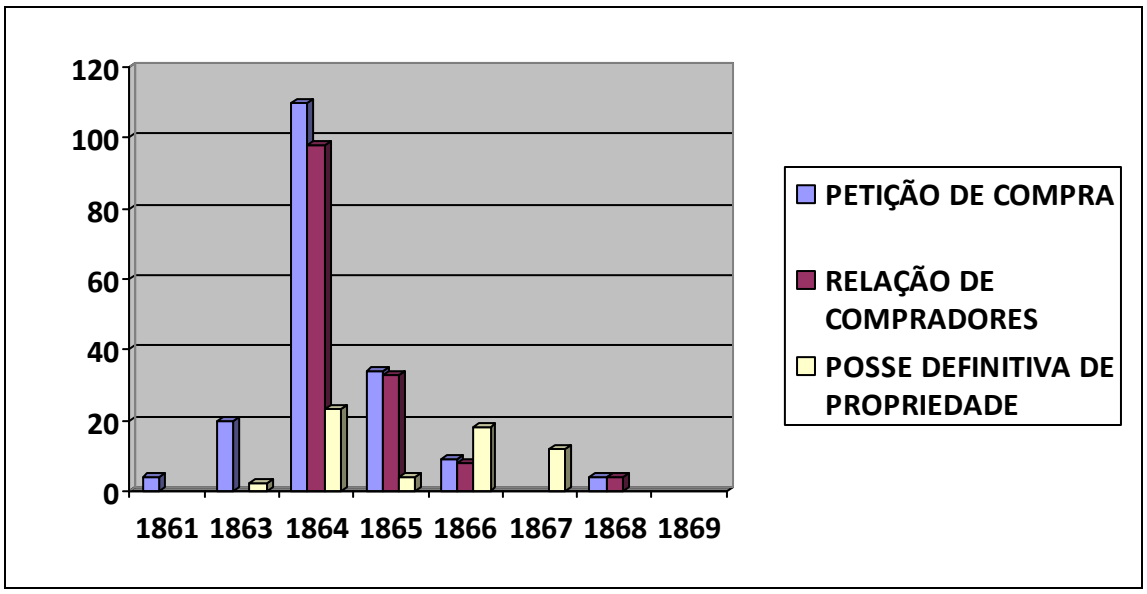
> Tenho a honra de passar ás mãos de V. Ex.ª os inclusos requerimentos dos operários da colônia: Manoel Francisco Jatobá, Francisco André Avelino, André Nunes Vianna, Eusébio da Costa e Manoel Paulino de Albuquerque, em que pedem á V. Ex.ª que haja de mandar-lhes tornar efetiva a concessão dos lotes de terras, que pelo artigo 5º do Regulamento Geral compete a cada um, levando-se em conta o tempo decorrido desde a data em que completa. São dois anos de residência na colônia, para poderem então adquirir o direito de propriedade, e tendo de informar sobre tal pretensão, devo dizer a V. Ex.ª que é verdade o que alegam e os acho no caso de merecerem a graça que pedem, mormente quando têm sido seu comportamento exemplar[620].

Por outro lado, em detrimento da carta definitiva de posse de propriedade para os colonos, nesse mesmo período, as petições para compra de lotes aumentaram consideravelmente nos últimos anos de existência da Colônia Militar Leopoldina, conforme pode ser visto no gráfico abaixo. Essa tendência coincide com o aumento dos compradores e com as orientações do governo provincial para desmilitarizar e povoar a Colônia, visando desenvolver sua economia e sua população.

[620] PETIÇÃO enviada pelo diretor da Colônia Militar Leopoldina, João da Gama Lobo Bentes, ao vice-presidente da província de Alagoas Roberto Calheiros de Melo, em 8 de outubro de 1855. APA.

Gráfico 2

Indicativo do número de petições de compra, relação do número de compradores e posse definitiva de lotes de terra da Colônia Militar Leopoldina (1861-1869)



FONTE: SILVA, Amaro Hélio Leite da. Elaborado a partir de: APA. Diretoria da Colônia Militar Leopoldina, 17 de maio de 1869, caixa 161.

Analisando os dados do gráfico 2 percebemos que a procura pelos terrenos da Colônia se dá justamente após a autorização para a venda dos lotes para "colonos nacionais". Apenas em um ano, de 1863 a 1864, há um aumento de mais de 400% nessa procura, diminuindo entre os anos 1866 e 1867, quando a Colônia entra no processo de desmilitarização e começa o de emancipação política, respectivamente. É interessante notar também que paralelo às petições de compra aumenta a relação de compradores, indicando o sucesso das vendas. Porém, em detrimento desse crescimento decresce a concessão de posse definitiva de propriedade aos colonos da Colônia. Os dados de que dispomos são insuficientes para inferir qualquer conclusão, mas é possível afirmar que, nos últimos anos da Colônia Militar Leopoldina, o governo incentivou a construção de uma nova "colônia de nacionais", desmilitarizada, civil e aberta a todos que pudessem nela investir.

Eis um exemplo de tais petições:

> Diretoria da Colônia Militar Leopoldina, em 14 de dezembro de 1863.
>
> Resp. em 5 de janeiro Ilm.º. Exmo. Snr.
>
> Tenho a honra de apresentar a V. Ex.ª a inclusa petição em que Joaquim dos Santos Guimarães pede por compra a V. Ex.ª um lote de terras, e tendo de informar acerca dessa pretensão devo dizer que o suplicante é casado, carregado de onerosa família, muito morigerado e trabalhador, pelo que julgo no caso de ser atendido.

> O lote pedido pertence a 1ª categoria, letra A. É o que posso informar a V. Ex.ª que mandará o que for mais conveniente.
>
> Deus guarde a V. Ex.ª
>
> Ilm.º Exmo. Snr. Dr. João Marcelino de Souza Gonzaga
> Presidente da província
>
> João da Gama Lobo Bentes
> Capitão Diretor

A petição é esclarecedora. Para aprovar a solicitação da venda dos lotes o diretor adotava o mesmo critério usado para conceder a posse aos colonos. Ou seja, era preciso que o suplicante tivesse um perfil de homem casado, morigerado e trabalhador. Nós sabemos que isso não era o bastante para a compra dos lotes de terras – já que muitos colonos desistiram da compra por não possuir dinheiro suficiente –, mas a julgar pelos deferimentos das petições, era uma condição fundamental[621].

Um exemplo emblemático do descaso com a legalização das terras dos colonos é a demora no processo de demarcação das terras de nove ex-colonos de 1ª e 2ª classes, que solicitavam, em 30 de abril de 1867 – alguns meses antes do fim da Colônia Militar Leopoldina e de sua emancipação política –, medir e demarcar às suas custas os lotes a que tinham direito. Alegando dificuldades financeiras do Tesouro Nacional, o diretor Augusto Pereira Ramalho concordava com a justificativa dos ex-colonos e aprovava as petições[622]. Justificando sua aprovação, o diretor argumentava que essas petições foram deferidas pelo vice-presidente da província, Galdino Augusto da Natividade e Silva, desde 22 junho de 1866, que por sua vez ordenou ao agrimensor Manoel Candido Rocha d'Andrade a medição dos terrenos; porém, só em 30 de abril de 1867 chegou às mãos do diretor Augusto Ramalho, que não teve como colocá-la em prática em virtude da falta de cotas para essas medições[623].

A pouco menos de um ano dessas petições, em agosto de 1866, o diretor Olavo Eloy Pessoa da Silva também destacava a ausência de posse de terras para os últimos colonos de 1ª classe que ainda existiam na Colônia. Ao responder um ofício da presidência da província – acerca de quantos colonos existiam, quantos estavam em efetivo exercício e quantos tinham

---

[621] Até 16 de março de 1864, o presidente da província, João Marcelino de Souza Gonzaga, autorizou a venda de 52 lotes de 250 braças em quadro a 47 pretendentes. RELATÓRIO com que João Marcelino de Souza Gonzaga entregou o cargo de presidente da província ao 1º vice-presidente Roberto Calheiros de Mello, em 16 de março de 1864. Maceió: Typographia Progressista, 1864, p. 10. Disponível em www.crl.edu.brazil/provincial/alagoas. Acesso em 23 fev. 2014.

[622] OFÍCIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina Augusto Pereira Ramalho, endereçado ao presidente da província das Alagoas Galdino Augusto da Natividade e Silva, em 30 de abril de 1867. APA, caixa 161.

[623] Id.

terra na Colônia – Olavo Pessoa afirmava existir em efetivo exercício o 1º sargento José Joaquim do Patrocínio e o soldado Francisco de Mello e nenhum com terra, enfatizando que "Desde a fundação da Colônia nunca se levou a efeito o disposto nos artigos 5º e 6º do regulamento geral de 9 de novembro de 1850"[624], que garantiam um lote de terras de cem braças em quadro ao colono e aos "[...] oficiais inferiores, cabos e anspeçadas que fizerem parte do destacamento e poderão ter como colonos sua sorte de terras"[625]. Desse modo, restava apenas a esses colonos viverem da plantação em terras comuns.

As petições dos colonos se reproduziram gradativamente ao longo da história da Colônia, sobretudo a partir da segunda metade da década de 1860. Os pedidos são os mesmos: concessão, demarcação e legitimação de um lote de terra, sendo eles justificados pelo tempo de serviço prestado, pelo tempo de residência e pelo bom comportamento. Isso, provavelmente, é um indicativo de que, nos últimos anos da Colônia, mesmo com os conflitos de terra e com as grandes dificuldades encontradas pelos colonos para serem atendidos em suas petições, eles preferiram a via legal ao invés do confronto. Ou seja, era a consciência da legalidade formando uma nova prática cidadã na Colônia.

É importante destacar que em nenhum momento o regulamento ou a proposta de legitimação de lotes para os colonos cita índios ou negros na distribuição das terras ou a incorporação destes como colonos. Acreditamos que esta ausência está ligada à identificação destes como gente das matas. Ou seja, na perspectiva desse agrarismo militar, essa gente jamais poderia ser civilizada por ser rebelde e "selvagem". Logo, estaria excluída da posse da terra nas matas de Leopoldina e seu distrito, justamente o espaço tradicionalmente habitado por essa mesma gente. Consequentemente, também não poderia ser integrada à civilização.

Por outro lado, ainda havia algumas aldeias indígenas nas matas, pelo menos até meados da década de 1860[626], apesar de o processo de desaldeamento levar à política oficial de extinção dos aldeamentos em 1872. Já os negros, estes continuavam escravos, o que impedia sua incorporação como colonos e, consequentemente, como cidadãos com direitos, seja à liberdade ou à propriedade, conforme já afirmamos anteriormente. Eles existiam na Colônia, mas não como colonos e sim como cativos. Portanto, na visão das autoridades, o

---

[624] OFÍCIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina, Olavo Eloy Pessoa da Silva, endereçado ao presidente da província das Alagoas, José Martins Pereira de Alencastre, em 25 de agosto de 1866. APA, caixa 161.
[625] COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. Decreto nº 729, de 9 de novembro de 1850, que aprova e manda executar o Regulamento para a fundação de Colônias Militares nas Províncias de Pernambuco e Alagoas. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1851.
[626] Ver relatório do bacharel Manoel Lourenço da Silveira, a pedido do presidente da província Antônio Alves de Souza Carvalho, em 15 de junho de 1862. In: ALMEIDA, Luiz Sávio (org.). 1999, p. 51.

espaço do negro era a escravidão, o dos índios era o aldeamento das matas, embora cada vez mais reduzido pela política estatal e pela expansão canavieira.

Com a pacificação das matas – conquistada à custa da dominação dos territórios indígenas e quilombolas, além do controle sobre os povos rebeldes – e o sucesso da política de vendas de lotes de terras, o governo resolve revisar o projeto de colonização militar nas matas de Leopoldina, como veremos no próximo capítulo.

5 REVISÃO DO PROJETO DE COLONIZAÇÃO MILITAR NO BRASIL E EM ALAGOAS

> As matas de Jacuípe, outrora habitadas e homiziadas de bandos de criminosos, estão hoje povoadas por uma população pacífica e industriosa, cujo número excede de 3.000 almas. O fim que teve em vistas o governo com a criação desse estabelecimento está plenamente satisfeito[627].

A segunda metade da década de 1860 é decisiva para o futuro das colônias militares. Autoridades e intelectuais se debruçam sobre a eficiência desse estabelecimento como instrumento de defesa e civilização no interior do Brasil. Surgem várias propostas que vão desde a extinção a reestruturação dessas colônias. Apesar da maioria das colônias militares fracassarem logo nos seus primeiros anos de vida, outras foram bem sucedidas quanto ao objetivo traçado pelo governo central, a exemplo da Colônia Militar Leopoldina – que pacificou as matas e alcançou certo grau de desenvolvimento –, fortalecendo a proposta de um plano nacional de reestruturação. Apesar das contradições e conflitos internos, Leopoldina havia se tornado exemplo de projeto civilizador no interior das matas alagoanas.

O sucesso relativo do projeto civilizador da Colônia começa no início dos anos 1860, com a consolidação do desenvolvimento social e econômico. Para tanto, contribuíram vários fatores: pacificação das matas; aumento da população devido aos compradores de lotes de terras; livre concorrência no comércio, com o crescimento da feira, abastecendo a colônia e os povoados vizinhos; aproximação com a via férrea de Pernambuco, facilitando o trânsito de pessoas e de mercadorias; prosperidade na agricultura do algodão e do açúcar; e, finalmente, a distribuição de lotes para parte dos colonos que tinham direito à propriedade. Entretanto, a julgar pela documentação oficial, este desenvolvimento jamais seria possível sem o domínio das matas e controle social e político dos seus habitantes. No relatório de janeiro de 1858 o diretor João da Gama Lobo Bentes já apontava para as mudanças de hábitos entre a população da colônia e seus arrabaldes:

> Felizmente, atenta a boa índole dos morigerados habitantes que povoam esta Colônia e seus arrabaldes, tenho a satisfação de cientificar a V. Ex.ª que continua ela inalterável e que dia a dia cessão as intrigas pessoais e os rancores das malversações, disputas, insidias e traições tomam outro norte,

[627] RELATÓRIO do presidente da província, José Martins Pereira de Alencastre, em 12 de novembro de 1866. APA, caixa 161, p. 15.

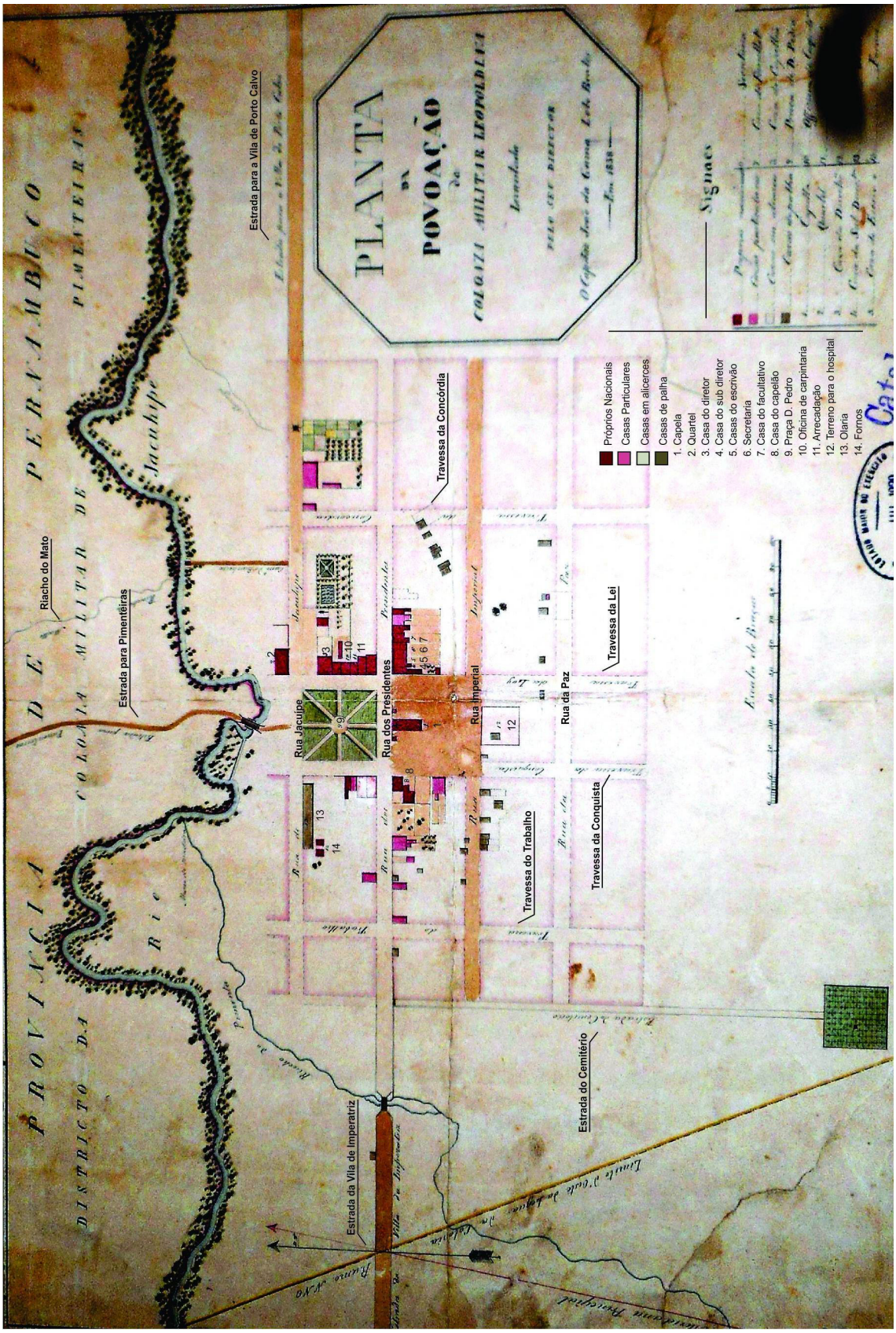
> porque já se convencem que nem o punhal, nem o bacamarte dão lenitivos aos agravos e paixões. Pouco a pouco se convencem que sobre eles existem autoridades que velam seus interesses ao passo que punem seus crimes e delitos [...] Era preciso que a ideia – assassinar por uma vez baqueasse da escaldada mente desses povos sem crença nem lei – desses povos déspotas que habituados aos crimes só conheciam o punhal e o fuzil como desabafo de suas criminosas paixões, tornando-se desta forma réus de homicídio quer direta, quer indiretamente[628].

Para as autoridades, o desenvolvimento da Colônia dependia da civilização dessa gente das matas, e esta jamais seria possível sem o processo civilizador – a disciplina militar, o trabalho e a difusão da cultura branca – imposto pelas autoridades da Colônia. Mais uma vez, o diretor reforçava a imagem de que os habitantes das matas eram avessos a qualquer tipo de ordem moral e controle social, só conheciam a violência do punhal e do fuzil. O crime seria uma paixão, naturalmente justificada para um povo que vivia nos interiores das matas. Daí a importância da Colônia com seus instrumentos de civilização: disciplina militar, religião, controle social e mercantilização das terras e matas, os quais vemos esboçados, simbolicamente, no mapa 8.

O mapa 8, abaixo, da Colônia Militar Leopoldina, de 1858, nos dá a dimensão espacial do grau de desenvolvimento da Colônia. Nele é possível identificar os principais edifícios já construídos e dispostos segundo a hierarquia e disciplina do regime da Colônia, a exemplo da Praça D. Pedro, no centro (9); da casa do diretor (3), ao lado da praça; da casa de arrecadação (11), ao lado da casa do diretor; da igreja (1), à frente da praça, com a casa do capelão do lado esquerdo (8) e com as casas do subdiretor, escrivão, secretaria e a do facultativo do lado direito (4, 5, 6 e 7, respectivamente); além do quartel (2), localizado estrategicamente às margens do rio Jacuípe. A presença significativa das casas dos próprios nacionais (colonos) e de casas particulares, bem como das casas em alicerces era outro indício do desenvolvimento da Colônia.

[628] RELATÓRIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina, João da Gama Lobo Bentes, entregue ao presidente da província das Alagoas Ângelo Thomaz do Amaral, em 2 de janeiro de 1858. APA, caixa 160.

Mapa 8: Planta da povoação da Colônia Militar Leopoldina (1858)



Fonte: AHEX. Planta da povoação da Colônia Militar Leopoldina, autor: João da Gama Lobo Bentes, 1858. Intervenção gráfica Carlos Fabiano Costa Barros.

Além dos edifícios, a Colônia tinha uma rede de comunicação (estradas) já bem desenvolvida, que ligava a Colônia às principais vilas da província – como Porto Calvo e Imperatriz – e à Colônia Militar de Pimenteiras. Os nomes das ruas e travessas nos revelam uma face importante do poder simbólico desse estabelecimento militar: rua Imperial, para que os colonos não esqueçam da Sua Majestade, o imperador; rua dos presidentes, para que os colonos não esqueçam da sua maior autoridade provincial; travessa do trabalho e travessa da conquista, para que os colonos não esqueçam a sua missão: conquistar as matas e desenvolver a agricultura; travessa da lei, para que os colonos não esqueçam das normas e disciplina que regem o regulamento; rua da paz e travessa da concórdia, para que os colonos não esqueçam do propósito da Colônia: a pacificação das matas a partir do projeto civilizador. Isso demonstra o fato de que era preciso dominar não apenas as matas, mas também as mentes dos colonos.

Numa região marcada por insurreições, as mudanças culturais podem ser consideradas tão ou mais importantes quanto as econômicas, pois elas formavam as bases para novos costumes e comportamentos. Para as autoridades, era passagem do "estado selvagem" para o "civilizado" que estava em curso. Isso pode ser verificado em um documento avulso, encontrado por nós em meio aos relatórios dos diretores da Colônia. Tal documento afirma que a prova dos benefícios dessas mudanças seria o pacto social entre os habitantes da Colônia, segundo o qual "[...] não há ali quem queira voltar ao antigo estado e nada é mais forte para manter o acordo com da liberdade com a ordem e da independência com a lei" [629]. A mudança de hábitos e costumes era a certeza de que o projeto civilizador da Colônia havia conquistado os colonos.

Apesar da lentidão no processo de demarcação e legitimação das terras dos colonos, o número de compradores aumentou e de concessão de lotes também. Em consequência, tanto a população quanto a economia cresceram, destacando-se como uma das colônias militares mais prósperas do Império. Em 1861, há pouco menos de uma década de sua fundação, a Colônia desenvolveu ainda mais sua principal indústria, a agricultura, contribuindo para o aumento considerável da feira livre e, consequentemente, para a redução nos preços dos alimentos de primeira necessidade – pela terça parte do que era vendido –, "[...] a exceção da

[629] APA. Documento avulso da Colônia Militar Leopoldina, s/d, caixa 161.

carne verde (carne de boi), que tem conservado o de 7$000 reis a arroba, por falta de concorrência e mesmo por está muito caro o gado no sertão"[630].

É interessante notar que do ponto de vista econômico, a Colônia chegou a construir uma economia alternativa à hegemonia do açúcar, diversificando a produção de alimentos – produzindo feijão, mandioca, milho e arroz –, abastecendo não só a Colônia, mas também os seus arrabaldes. Embora houvesse a presença de três engenhos de fabricar açúcar no distrito da Colônia, a sua produção era baixa, se comparada com a produção dos gêneros de primeira necessidade. Enquanto a produção anual desses gêneros chegava a render 50:000$000 réis, a produção anual de açúcar era avaliada entre 8 a 9:000 arrobas, que poderia render aproximadamente 25:000$000 réis[631]. Condição essa que, provavelmente, contribuiu para o aumento populacional da Colônia.

Tabela 1 –

Movimento populacional da Colônia Militar Leopoldina e seus distritos (1854-1867)

Ano	População
1854	1.500*
1856	1.222
1857	1.765/ dos quais 114 eram escravos
1859	1.916/ dos quais 120 eram escravos
1860	2.027/ dos quais 114 eram escravos
1862	2.584
1863	2.949/ dos quais 138 eram escravos
1864	3.057
1866	3.309
1867	3558**

Fonte: SILVA, Amaro Hélio Leite da. Elaborado a partir de: APA. Mapas de Habitantes da Colônia Militar Leopoldina, 1854-1867, caixas 160 e 161.
* Valor aproximado.
** Levantamento feito em 31 de dezembro de 1867, três meses após o fim da Colônia Militar Leopoldina.

[630] Relatório do diretor da Colônia Militar Leopoldina, João da Gama Lobo Bentes, entregue ao presidente da província das Alagoas Pedro Leão Vellozo, em 13 de março de 1861. APA, caixa 160.
[631] Id.

Os mapas estatísticos da população eram anotados de forma sistemática pelos diretores da Colônia, demonstrando a importância que essas autoridades davam ao crescimento ou decréscimo dos habitantes e sua relação com a prosperidade da Colônia. Neste caso, consideramos que a análise quantitativa não basta; ela deve ser acompanhada de uma análise qualitativa que enfatize as condições políticas e culturais para o seu desenvolvimento. Por este motivo, o dado não fala por si, mas deve ser interpretado à luz dos interesses local e nacional, além de ser cruzado com outros dados para ser comparado e analisado. Para se compreender, por exemplo, a evolução demográfica da Colônia, consideramos necessário fazer uma análise qualitativa dos números, relacionando-os com as políticas de pacificação das matas, disciplina militar e distribuição de terras para os colonos.

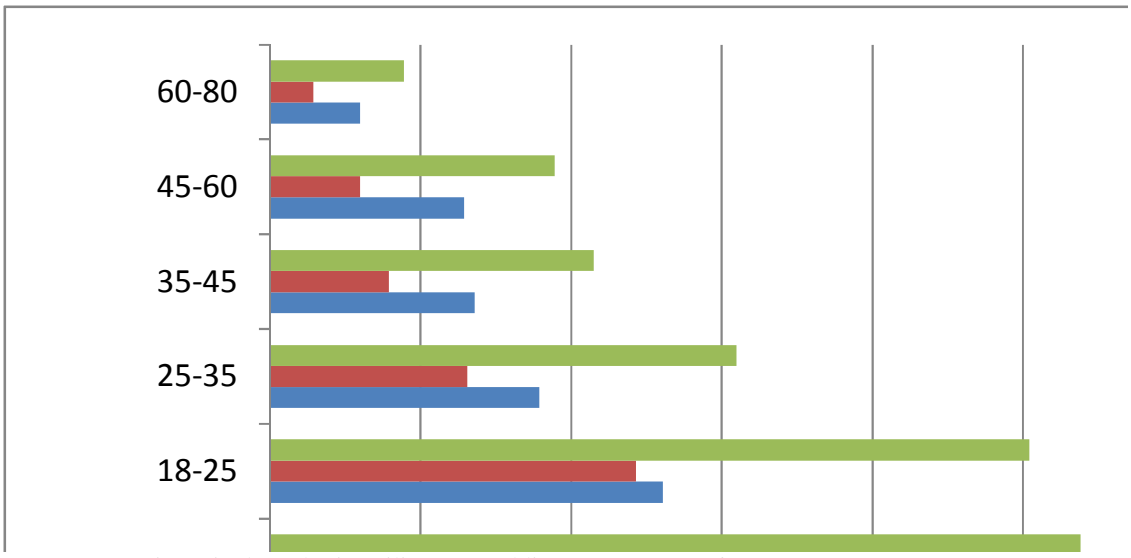
Analisando a tabela acima vemos que o movimento populacional da Colônia, de 1854 a 1867 – com exceção do ano 1856, marcado pela epidemia do cólera, – foi sempre progressivo. De uma população de 1.500 (em 1854) a Colônia passou para 3.309 (em 1866) em pouco mais de uma década de existência, o que corresponde a um aumento de mais de 1.809 ou 120% de habitantes nesse mesmo período, o que equivale também a um aumento aproximado de 320 habitantes a cada dois anos, ou pouco mais de 20%. É verdade que o crescimento não é substancial se considerarmos os anos 1857 a 1860 por vários motivos. Nesse intervalo de tempo, a Colônia atravessou várias crises e conflitos, pois além de estar saindo da epidemia do cólera, ela teve de enfrentar os rigores climáticos da chuva e da seca que afetaram o desempenho da agricultura, e ainda os confrontos com os índios e caboclos do Riacho do Mato. Entretanto, há outra razão para o baixo crescimento populacional nesse período: o descontentamento dos colonos com a qualidade da terra cultivada e com a demora na demarcação e legitimação da posse, o que levou à fuga de parte desses colonos.

Por outro lado, se considerarmos o período entre 1862 e 1866, o crescimento populacional da Colônia é considerável, saltando de 2.584 para 3.309 habitantes respectivamente, o que corresponde a um aumento de aproximadamente 50%. Como já foi visto anteriormente, os primeiros anos de 1860 marcam a efetivação da política de terras na Colônia com a venda, demarcação e legitimação de posse de lotes, atraindo vários compradores de dentro e de fora. Depois de 1864, veremos um período de desmilitarização, quando o governo declara oficialmente pacificadas as matas e incentiva a "entrega das armas" (com a diminuição drástica no número de praças e munição), povoamento, a demissão dos diretores militares e a emancipação política da Colônia.

Outro dado importante é a presença de escravos na Colônia. Eles chegam a representar, em média, entre 6 a 7% da população. É verdade que nos relatórios dos diretores esses escravos só aparecem como dados estatísticos; porém, apesar da tentativa do sumidouro destes na documentação oficial, sua atuação foi destacada nos últimos anos da Colônia, mostrando que eles não estavam passivos em relação à vida colonial. Este foi o caso, por exemplo, dos escravos José e de uma mulata cativa (não identificada) – pertencentes a Antonio José do Nascimento, morador de um povoado da Colônia –, envolvidos no atentado ao diretor da Colônia Olavo Eloy Pessoa da Silva, em 29 de junho de 1866, episódio que discutiremos com mais detalhes adiante.

É importante destacar, também, a presença de jovens na Colônia. O gráfico 3, do mapa demonstrativo dos habitantes da Colônia de 1860, é uma amostra do que pode ser constatado como uma tendência do período entre 1857 e 1863[632], quando o número de jovens de 18 a 25 anos e menores de 18 anos supera o de adultos e idosos, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 3 - Mapa demonstrativo dos habitantes da Colônia Militar Leopoldina e seus distritos com declaração dos sexos e idades, no ano de 1860



Fonte: APA, Diretoria da Colônia Militar Leopoldina, em 12/12/1860.

O gráfico revela uma população colonial, majoritariamente, jovem, em 1860, ano de ascensão da Colônia. Os indivíduos entre 18 e 25 anos representavam 25 %, do total de 2027 habitantes. Quando somamos estes aqueles entre 25 e 35 anos, chegamos a acerca de 814 habitantes, o que corresponde a 40% dos colonos. E se acrescentarmos os menores de 18 anos, chegaremos à expressiva marca de 1.352 habitantes ou 67,5 % do total de habitantes. Já

[632] Ver mapas demonstrativos dos habitantes da Colônia Militar Leopoldina e seus distritos, com declaração dos sexos, idades, estados, profissões e dos nascimentos, de 1857 a 1863. APA, caixas 160.

a quantidade de pessoas entre 35 e 60 anos representa apenas 20 % do total de habitantes ou 404 indivíduos. Esses números revelam uma força de trabalho formada basicamente por jovens; sendo a maioria do sexo masculino. Essa proporção de jovens permanece praticamente inalterada entre os anos de 1857 e 1863, período de recuperação da grande epidemia do cólera e de crescimento econômico e populacional da Colônia.

Mas o que explica uma presença tão significativa de jovens numa organização, essencialmente, militar, num período em que o serviço militar era desprezado pela maioria da população? Os documentos coligidos por nós não esclarecem muito sobre o fato, mas sugerem algumas respostas. Primeiro, as grandes revoltas e rebeliões na mata norte de Alagoas e sul de Pernambuco no século XIX derramou o sangue de muitos adultos, acabando com gerações inteiras. Segundo, a Colônia não era apenas uma organização militar, mas também agrícola, que oferecia terra e trabalho para jovens e trabalhadores pobres sem propriedade. Terceiro, o serviço militar era uma exigência direta e obrigatória apenas para os colonos de 1ª classe (praças), mas para os trabalhadores rurais essa obrigação não existia, exceto em casos excepcionais, conforme já afirmamos anteriormente. E, por último, além da formação de mão-de-obra, havia uma preocupação com a formação moral dos jovens como meio de evitar a constituição das "classes perigosas"[633].

Estava em curso um processo de civilização das matas que procurava afastar as antigas revoltas e rebeliões tão temidas pelas autoridades. Ainda que houvesse alguns conflitos com os povos das matas, esses eram pontuais e não ameaçavam a estabilidade da Colônia. Na verdade, veremos também que nos últimos anos da Colônia a ameaça partia mais de dentro que de fora, através dos conflitos entre os colonos e o diretor e entre este e as próprias autoridades.

Comparando com outras colônias militares, fundadas entre as décadas de 1850 e 1860, apenas a Colônia Militar de Pimenteiras tinha uma população maior que a Colônia Militar Leopoldina, conforme tabela abaixo elaborada por David Lyle Wood. Das 11 colônias restantes – existentes entre os anos 1855 e 1869 – nenhuma conseguiu atingir a marca de 400 habitantes. Apenas a partir dos anos 1870 é que as colônias militares de Santa Tereza e Urucu

[633] Segundo Irene Rizzini, alguns depoimentos da época revelam que a juventude estava "no cenário de abandono, pobreza e desordem da cidade", que precisava ser "protegida" para proteger o país do crime, da desordem e da anarquia. RIZZINI, Irene. Reflexões sobre pesquisa histórica com base em ideias e práticas sobre a assistência à infância no Brasil na passagem do século XIX para o XX. *I Congresso Internacional de Pedagogia Social*. Março / 2006. Disponível em www.proceedings.scielo.br. Acesso em 01 nov. 2015.

chegaram a 442 e 466 habitantes respectivamente. No decorrer de uma década, aproximadamente, a soma total de habitantes das 11 colônias chegou a pouco mais de 2.288, o que dá uma média de 208 habitantes por colônia, muito abaixo da soma total de 7.091 e da média de 3.545 habitantes das colônias de Pimenteiras e de Leopoldina nesse mesmo período. Se considerarmos apenas a Colônia Militar Leopoldina, a soma total de habitantes supera a de todas as colônias juntas para o período, que é de 3.309. Isto corresponde a 1.021 ou 45% a mais de habitantes.

Quadro 4 - Demonstrativo dos habitantes das colônias militares (1855-1870)

Colônias Militares	Anos 1850	População	Anos 1860	População	Anos 1870	População
Leopoldina	1857	2,308	1866	3,309		
Pimenteiras	1855	8,294	1866	3,782		
Gurupy	1859	224	1864	378	1873	298
Óbidos	1856	368	1862	300		
São João de Araguaya	1859	105	1862	150		
Urucu	1859	315	1865	356	1874	466
Santa Thereza	1859	186	1869	214	1873	442
Santa Bárbara	1859	100	1869	170		
Santo Antonio	1859	120	1863	100		
Jatahy	1858	185	1868	210	1877	300
Jurupensem	1859	89	1863	121	1870	200
Monte Alegre	1859	64	1863	167		
Santa Leopoldina	1857	71	1862	122	1870	300

FONTE: WOOD, David Lyle. Op. cit., 1972, p. 72a-72b.

O que pode explicar uma diferença tão grande de movimentação populacional entre a Colônia Militar Leopoldina e as outras colônias em apenas uma década de existência? Acreditamos que várias razões contribuíram para isso – isolamento, dificuldade na comunicação, distância entre a colônia e a sede da província, falta de apoio financeiro, entre outras –, mas duas contribuíram decisivamente. Primeiro, a falta de continuidade administrativa; enquanto as outras colônias apresentaram uma série de administrações

desastrosas ou instáveis, trocando várias vezes de diretor devido a denúncias de irregularidades[634], a Colônia Militar Leopoldina teve uma administração razoavelmente estável, pelo menos até 1864, quando se dá a troca de comando. Segundo, diz respeito à política de terras dentro da Colônia Militar Leopoldina, que a partir de 1862 passou a vender lotes parcelados e a demarcar e legitimar parte dos lotes dos colonos, atraindo pessoas de vários lugares.

Em relação à Colônia Militar de Pimenteiras, Leopoldina chegou a ter 1/4 da população daquela colônia, em 1857. Porém, a superioridade numérica de habitantes de Pimenteiras não correspondia ao seu desenvolvimento; e tal realidade se traduzia na precariedade dos seus principais prédios públicos, construídos com barro e madeira de péssima qualidade, além da falta de recursos alimentícios e de empregados para dar continuidade às obras[635]. Isso é o que nos revela o relatório do diretor da Colônia Militar de Pimenteiras, Brasílio de Amorim Bezerra, em 14 de novembro de 1861, quando traça um perfil da colônia. Bezerra nos dá o exemplo da casa da diretoria, de "pau-a-pique", sujeita a infiltrações e à ruína; da capela, cujas madeiras empregadas na sua construção não eram de boa qualidade; do quartel, que estava ainda no alicerce, deixando os soldados dispersos e comprometendo sua disciplina e os costumes militares; e o cemitério, construído perto do povoado, sujeitando os moradores a graves epidemias futuras[636]. Nesse mesmo período, a Colônia Militar Leopoldina estava prosperando na economia e já havia terminado de construir, praticamente, os seus principais prédios, restando apenas o acabamento[637], conforme pode ser visto parcialmente no mapa 8.

A estabilidade administrativa e a pacificação das matas, conquistadas nos finais dos anos 1850, favoreceram a expansão econômica e social da Colônia Leopoldina, além de serem um poderoso instrumento do seu processo civilizador. Para comprovar tal progresso, o diretor enfatizava mais uma vez a livre concorrência do comércio, afirmando que "Dentro da povoação já se acham estabelecidos seis casas de negócio de secos e molhados", e o mesmo ocorria com a feira, onde "[...] concorrem centenas de pessoas, não só desta como da

[634] OURIQUE, Alfredo Ernesto Jacques. Op. cit., 1885, p. 98.
[635] Relatório do diretor da Colônia Militar de Pimenteiras, Brasílio de Amorim Bezerra, ao presidente da província de Pernambuco, José Bento da Cunha Figueiredo, em 14/11/1861. APEJE. MSS. CD-Z, Est. 11.
[636] Id.
[637] Cf. os relatórios da diretoria da Colônia Militar Leopoldina, de 15 de dezembro de 1859 e 13 de março de 1861. APA, caixa 160.

província de Pernambuco, e já solicitando do governo medidas que possam garantir ao comércio maior desenvolvimento" [638].

5.1 O imperador visita a Colônia: Leopoldina chama atenção do Império

Quando o imperador D. Pedro II visitou a Colônia Militar Leopoldina, em janeiro de 1860, ela Já era considerada por algumas autoridades locais e nacionais exemplo de projeto civilizador para as áreas de conflito, sobretudo no que diz respeito à pacificação das matas. Em 1856, em seu relatório da Repartição Geral das Terras Públicas, o ministro do Império, Luiz Pedreira do Coutto Ferraz destacava o parecer do governo de Alagoas, o qual afirmava que em nenhum lugar da província se respeitava mais a lei do que na Colônia; ou seja, "o espírito da população é pacífico e ordeiro, podendo-se afirmar que na província das Alagoas em nenhuma outra localidade se respeita mais a lei do que na Colônia Leopoldina". Segundo o ministro Coutto Ferraz, já em 1856, a Colônia Leopoldina "é de todas a que mais tem prosperado", devido a boa administração de João da Gama Lobo Bentes e a ordem pública conquistada nas matas. Assim, "esta Colônia já tem atingido o fim que se teve em vista na sua criação" [639].

Em 1858, o também ministro do Império, Marquez de Olinda, é categórico ao afirmar que "poucos benefícios úteis" têm alcançado as colônias militares; no entanto, concordava com os avanços conquistados pelas colônias Leopoldina e Pimenteiras, sobretudo, no tocante ao devassamento das matas e a segurança, "apesar das dificuldades com que têm lutado e ainda lutarão"[640].

No seu livro "Memória", José Rufino Rodrigues Vasconcelos destacava – baseado nos relatórios do diretor João da Gama – que, em 1857, à "moralidade" na Colônia era satisfatória e que, durante seis anos de existência deste destacamento, apenas dois processos foram instaurados. Já para o ano de 1859, no mesmo texto, Vasconcelos destacava a o relatório do

---

[638] Resposta do diretor da Colônia Militar Leopoldina João da Gama Lobo Bentes ao ofício do presidente da província sobre o Aviso nº 2 da Primeira diretoria do Ministério dos Negócios da Guerra, em 3 de março de 1864. APA, caixa 160.

[639] BRASIL. Relatório da Repartição Geral das Terras Públicas, anexo ao Relatório apresentado á Assembleia Geral Legislativa, na quarta sessão da nona legislatura, pelo Ministro e Secretario de Estado dos Negócios do Império, Luiz Pedreira do Coutto Ferraz. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1856, p. 32.

[640] BRASIL. Ministério do Império, ministro Marquez de Olinda. Relatório do ano de 1858 apresentado à assembleia geral legislativa na 2ª sessão da 10ª legislatura. Rio de Janeiro, Typographia Universal Laemmert, 1858, p. 37.

major do corpo de engenheiro João Luiz de Araújo Oliveira Lobo, responsável pela inspeção das obras da Colônia. No relatório João Luiz Lobo enfatizava a ordem na distribuição dos serviços públicos, além da união e respeito que os habitantes tinham pelas autoridades[641]. Para Vasconcelos, esse era o "melhor elogio que se podia fazer à Colônia e ao diretor", apesar da necessidade apontada pelo major de medição e demarcação dos lotes dos colonos.

Foi nesse contexto que o imperador visitou a Colônia. Vossa Majestade precisava comprovar a prosperidade de um estabelecimento que se tornou uma das principais referências da sua política de colonização militar e povoamento das matas. O fato é que, enquanto a maioria das colônias militares tinha fracassado, Leopoldina progredia, justamente, numa área tradicionalmente habitada por forças rebeldes e que outrora havia ameaçado a unidade e formação do Estado nacional.

O próprio Imperador fez questão de registrar as suas impressões, quando, em janeiro de 1860, na visita feita à província das Alagoas, o "Nosso adorado Monarca, o Senhor D. Pedro 2º", foi à região da mata norte e "[...] por si observou o estado de prosperidade" da Colônia, segundo o diretor Bentes[642]. Assim descreveu a Colônia Militar Leopoldina: "Bonita posição na margem direita do Jacuípe que corre muito perto do povoado. Boa Igreja e casa da diretoria – quartel em construção que servira também para cadeia"[643].

A prosperidade da Colônia foi destacada em poucas palavras pelo Imperador, porém muito significativas tanto para a sua localização geográfica quanto para o seu contexto histórico da época. Por que o Imperador destacou a "bonita posição" da Colônia e deixou de lado outros aspectos? O que significava dizer que a posição da Colônia é "bonita", corre à margem do rio Jacuípe e está perto do povoado? Para nós, a ideia de "bonita posição" só pode ser interpretada dentro do contexto analisado anteriormente, assumindo três significados fundamentais: 1º) a Colônia era bonita pela beleza natural envolvente; 2º) era bonita pela localização estratégica privilegiada entre as matas e o rio Jacuípe[644] e, finalmente, 3º) era bonita pelo grau de desenvolvimento da sua estrutura econômica e social, representado pelo bom estado da Igreja, da casa da diretoria e do quartel em construção. Portanto, a "bonita posição" era a síntese de como se formou a Colônia: no centro das matas, numa região de

[641] VASCONCELOS, José Rufino Rodrigues. Op. cit., 1867, p. 66-67.
[642] Id.
[643] DUARTE, Abelardo. *Dom Pedro II e Dona Teresa Cristina nas Alagoas*: a viagem realizada ao Penedo e outras cidades sanfranciscanas, à Cachoeira de Paulo Afonso, Maceió, Zona Lacustre e região norte da Província (1859/1860). Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos – Cepal, 2010, p. 128.
[644] Eram as matas do Tombo Real que, por meio de suas madeiras, alimentavam a indústria do rei e, ao mesmo tempo, serviam de base para as revoltas e rebeliões.

interesse do rei devido a sua riqueza natural e aos conflitos que ameaçavam a estabilidade do poder central e local. Daí sua posição geográfica estratégica à margem do rio, que precisava ser dominada pelo processo civilizador da Colônia.

Naquela ocasião, o principal anfitrião não foi o diretor nem o presidente da província – embora ambos estivessem presentes –, foi o comandante político da região da mata norte, Jacinto Paes de Mendonça, que convidou o Imperador para um grande banquete no meio da mata, "[...] servindo-se em cristais e baixelas de prata, pois para aí tudo o velho Mendonça tinha transportado"[645]. O banquete no meio da mata pode parecer inusitado, mas é emblemático, na medida em que demonstra, simbolicamente, a força e o domínio da civilização branca sobre a gente das matas e o seu espaço de vida e liberdade. Era o banquete da dominação do poder local, que se manifestava através dos gestos, objetos e luxo reunidos na mata. Era a representação da unidade do poder local com o poder central. O coronel Jacinto Paes de Mendonça garantia a paz nas matas norte alagoanas, tão necessária para formação do Estado Nacional; e, por sua vez, D. Pedro II garantia as mercês e boas influências do coronel nas malhas do poder imperial.

A centralização política do segundo Império não era uma imposição, mas uma relação de troca com os proprietários rurais. Essa aliança se manifestava nas redes que se dedicavam a manter a ordem e a hierarquia, a exemplo dos inspetores de quarteirão, subdelegados, delegados e oficiais da Guarda Nacional. O próprio Jacinto Paes era comandante da Guarda Nacional e João da Gama subdelegado. Richard Graham esclarece melhor esta aliança entre governo central e poder local:

> Os líderes locais precisavam de nomeações para cargos de autoridade, afim de estender sua clientela e avançar na escala de poder e status. Ao mesmo tempo, o primeiro-ministro dependia da influência desses homens, mesmo na mais remota vila dos sertões, para reforçar o poder do governo central[646].

O bacharel Olympio Euzébio de Arroxelas Galvão foi testemunha dessa visita ilustre. Ele fez parte da comitiva do presidente da província José Bento da Cunha Figueiredo Junior que acompanhou o monarca Pedro II. Segundo o autor, a vinda do imperador foi o congraçamento entre o poder local e o poder central. Estavam reunidos os "homens bons" da elite local, cumprindo o ritual de fortalecimento do poder dos comandantes políticos da região e da nação: "[...] ricos proprietários, magistrados, oficiais da Guarda Nacional, comerciantes,

[645] DIÉGUES JÚNIOR, Manoel. Op. cit., 2012, p. 272.
[646] GRAHAM, Richard. Op. cit., 1997, p. 101.

enfim a maioria desses caracteres distintos e independentes que fazem timbre de dedicação ao ilustre snr. Dr. Jacinto"[647]. Galvão descreve em detalhes a "esplendida recepção imperial" que o comendador Jacinto ofereceu à S. Majestade:

> [...] um barracão suntuoso, expressamente construído com 100 palmos de frente a 30 de fundo, forrado de pano com lindas sanefas de seda, ornado de elegantes colunas, ricamente embandeiradas, circulado de arcos de folhagem e abrigando uma excelente mesa com almoço copioso, cujo serviço era de prata e fina porcelana branca. [...] o aspecto do caminho se ostentava majestoso diante das elegantes matas do Jacuípe, outrora teatro de atroz canibalismo e celebres nos anais de triste recordação para a província[648].

Ao narrar a chegada das autoridades a Leopoldina, Arroxelas Galvão fez questão de destacar a prosperidade da Colônia, começando pela visita à feira, "[...] sendo grande a concorrência e variada exposição de produtos"; depois faz um breve resumo das edificações, economia e do número de habitantes, que, pelo seu desenvolvimento, "[...] mereceu acurada atenção de alguns governos que nela viam uma fonte de prosperidade"; e termina destacando a direção de José da Gama Lobo Bentes, cuja administração foi marcada pelo "[...] amor ao trabalho, hábitos morigerados e costumes civilizadores que ali germinaram com fecundidade"[649]. Entretanto, o próprio Galvão alertava, em 1869 – dois anos após a emancipação da Colônia Militar Leopoldina –, que apesar de ter sido plantado um germe de prosperidade, os prédios públicos de Leopoldina estavam abandonados, necessitando de medidas enérgicas para salvar o fruto de tantos sacrifícios[650].

Porém, esses avanços materiais não significaram a solução de velhos problemas, que o mesmo diretor Bentes reconhecia e, ao mesmo tempo, propunha alguns melhoramentos para saná-los. Se, por um lado, o progresso da agricultura e do comércio era um indicativo de avanço material da Colônia; por outro, ele escondia velhos problemas estruturais, a exemplo dos citados acima pelo diretor. Dentre os mais importantes destacamos: 1. a necessidade do aumento da força de primeira linha, pois o número de praças de 1ª linha era considerado muito limitado e "[...] insuficiente para fazer a guarnição, e monta hoje em quinze, quase

---

[647] IHGAL. *Viagens de José Bento da Cunha Figueiredo Junior à Província das Alagoas*. Textos de Olympio Euzébio de Arroxelas Galvão. 1869. Reedição. Maceió: Grafmarques, 2010, p. 58-59.
[648] Ibid., p. 64.
[649] Ibid., p. 65-67.
[650] Ibid., p. 67-68. Parece que o alerta de Galvão não teve ressonância dentro do governo, pois quase dez anos depois, em 1877, ele reproduziu basicamente o mesmo texto, ao destacar o tempo de prosperidade da extinta Colônia militar Leopoldina, ao mesmo tempo em que denunciava o seu abandono pelo poder público[650]. Segundo Galvão, a colônia tinha terras maravilhosas que precisavam ser aproveitadas, como foram no tempo de sua prosperidade, sob pena de retroceder ao seu estado selvagem de antes. GALVÃO, Olympio Euzébio de Arroxellas. Ligeira notícia sobre a vila e a comarca de Porto Calvo. *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Alagoano*. Dezembro de 1877, p. 287.

todas inutilizadas"; 2. a subdivisão dos lotes destinados aos colonos, pois além de ser uma reivindicação antiga era um direito garantido pelo regulamento especial da Colônia; 3. a criação de um distrito de paz na colônia, necessário devido ao histórico de conflitos nas matas; 4. a criação de uma cadeira de primeiras letras; e 5. o fornecimento de objetos necessários à conclusão dos edifícios mais importantes, tais como igreja, cadeia, casa do diretor etc[651]. Esses eram os melhoramentos considerados de extrema necessidade pelo diretor Bentes para o melhor desenvolvimento e prosperidade da Colônia.

No que diz respeito à criação de uma cadeira de primeiras letras, José Rufino Rodrigues Vasconcelos faz uma ponderação instigante, destacando a contradição entre o progresso da Colônia e essa reivindicação do diretor Bentes: "Admira que o diretor, ao qual se pode atribuir, sem dúvida, o maior desenvolvimento e prosperidade da Colônia, não tivesse instalado a cadeira de primeiras letras, encarregando as funções de professor ao capelão"[652]. Como pode uma Colônia com reconhecida prosperidade material e política padecer de um retrocesso desse, teria pensado Vasconcelos. Ou em outras palavras, diria: como pode uma população progredir sem educação?

O presidente da província, João Marcelino de Souza Gonzaga, explicitou melhor os limites dessa ascensão econômica. Para ele, esse progresso material não correspondia às despesas – pagas pelos ministérios do Império e da Guerra – para a manutenção da colônia, sobretudo em relação aos vencimentos dos militares oficiais, praças de primeira linha e Guarda Nacional destacada[653]. Entretanto, quanto à "tranquilidade pública e segurança individual", a Colônia teria atingido o seu objetivo. Conseguido esse fim, em 1863, o presidente não via mais razão para a existência da Colônia Militar Leopoldina, propondo a sua transformação em "colônia agrícola com outro regulamento e sob outras vistas". Para tanto já haviam sido dados os primeiros passos com a autorização da venda dos lotes devolutos de 250 braças em quadro no distrito da Colônia; restava apenas estabelecer a tabela dos preços. Souza Gonzaga estabelecera os preços da seguinte forma: 156$250 réis para os de primeira

[651] RELATÓRIO do diretor capitão da Colônia Militar Leopoldina João da Gama Lobo Bentes ao presidente da província Pedro Leão Vellozo. Caixa 160, em 8 de dezembro de 1860. APA, caixa 160.
[652] VASCONCELOS, José Rufino Rodrigues. Op. cit., 1867, p. 69.
[653] Fala dirigida à Assembleia Legislativa da província das Alagoas na abertura da 2ª sessão ordinária em 24 de outubro de 1863, pelo presidente da província João Marcelino de Souza Gonzaga. Maceió: Typographia Progressista, 1863. p. 31-32. Disponível em www.crl.edu.brazil/provincial/alagoas. Acesso em 23 fev. 2014.

qualidade, 109$380 réis para os de segunda e 93$750 réis para os de terceira[654]. A forma de pagamento continuaria a mesma estipulada pelo presidente anterior.

Em outro relatório de 1863 (sem a especificação do mês), o mesmo presidente Souza Gonzaga voltava a questionar a existência da colônia militar e a defender o processo de desmilitarização. No entanto, ele reconhecia que havia atraso no aumento da população e ocupação dos terrenos férteis, mas eram dificuldades que independiam de sua vontade, que constavam nos ofícios do diretor da Colônia. O presidente não fala quais eram essas dificuldades, mas podemos deduzir que são as mesmas colocadas pelo diretor quanto à necessidade de demarcar e legitimar os lotes dos colonos, além da ausência de um agrimensor para realizar esse serviço. Contudo, Souza Gonzaga lembrava a necessidade de estar sempre avaliando a viabilidade da Colônia como estabelecimento militar: "Parece-me sempre conveniente examinar até que ponto essa colônia satisfaz presentemente o fim para que foi criada, como posto militar, centro de civilização e de trabalho no meio das matas"[655].

O paradoxo na afirmação do presidente Souza Gonzaga é que, ao declarar "pacificada" as matas, ao mesmo tempo, às autoridades de Alagoas e Pernambuco, ainda temia as "intensões perversas" de Vicente Ferreira de Paula e seus seguidores[656]. Embora a cabanada houvesse sido extinta desde 1835 (conforme a historiografia oficial) ou desde 1850 (considerando o período de fuga nas matas e a prisão de Vicente de Paula), o fato é que a liberdade do líder cabano se constituía num fantasma que preocupava os governantes e mobilizava as tropas das duas províncias. Verifica-se isso no ofício do diretor da Colônia Militar Leopoldina, João da Gama Lobo Bentes, quando, em 9 de fevereiro de 1863, alertava o presidente da província de Alagoas sobre as ações audaciosas da "fera" Vicente de Paula e suas ameaças ao governo:

> Aproveito o ensejo para comunicar a V. Ex.ª que esse homem não está mais residindo na província de Pernambuco e sim nesta província no lugar denominado Malvão, distrito de Jacuípe, onde se dirige constantemente para o engenho Souza, distrito de Porto de Pedras, fazendo-se acompanhar por um genro seu armado com duas pistolas de cavalaria, menosprezando por tal

[654] Fala dirigida à Assembleia Legislativa da província das Alagoas na abertura da 2ª sessão ordinária em 24 de outubro de 1863, pelo presidente da província João Marcelino de Souza Gonzaga. Maceió: Typographia Progressista, 1863. p. 32. Disponível em www.crl.edu.brazil/provincial/alagoas. Acesso em 23 fev. 2014.
[655] RELATÓRIO com que o presidente da província, João Marcelino de Souza Gonzaga, entregou a administração ao vice-presidente Antonio Alves de Souza Carvalho, em 1863 (sem data específica). Maceió: Typographia Progressista, 1863. p. 9. Disponível em www.crl.edu.brazil/provincial/alagoas. Acesso em 23 fev. 2014.
[656] OFÍCIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina, João da Gama Lobo Bentes, endereçado ao presidente da província Antonio Alves de Souza Carvalho, em 1863 (s/d). APA, caixa 161.

> forma as reiteradas ordens do governo. É também notório que, despeitada essa fera por ter-lhe negado o que injusta e audaciosamente pretendia, não cessa de fazer ameaças ao mesmo governo em qualquer lugar onde se apresenta, convidando mesmo para isso aos seus antigos sequazes, que se mostram já bem dispostos a acompanha-lo[657].

Passados pouco mais de dois meses, o subdelegado do sítio Cavaco, Christovão do Rego Barros, voltava a alertar as autoridades das duas províncias sobre as ameaças de Vicente de Paula. Este já não liderava mais nenhuma guerra de cabanos, mas era o velho capitão de todas as matas, capaz de mobilizar antigos aliados, abalar as estruturas do poder e assustar os velhos proprietários rurais[658]. Em resposta ao ofício do diretor da Colônia Militar Leopoldina, em 14 de março de 1863, ele esclarece melhor o acontecido;

> Respondendo ao ofício de V. S. datado de hoje, a respeito do que de mim exige, tenho a dizer-lhe que, estando eu na casa do Snr. Galvão Subdelegado do distrito de Duas Lavras em Sirinhaém onde se achavam outras pessoas; ali, disse a nossa presença o inspetor Brandão que Vicente Ferreira de Paula, poucos dias antes, tinha estado em casa de um morador do Engenho Ribeirão, três dias, seguindo no fim desse período para as vizinhanças dessa colônia Leopoldina, asseverou o mesmo subdelegado Galvão, por assim já ter sido sabedor. Enfim, disseram mais pessoas que o mesmo Paula por ali havia dito a quem quisesse ouvir, que vinha tomar conta de suas terras no Riacho do Mato, e que se o governo obstasse a isto [...] que ele tinha, ou contava com os seus amigos velhos, ou no lugar dos que tinham morrido ou estivessem muito velhos, contava com os filhos e netos daqueles[659].

A pacificação nas matas norte de Alagoas foi conquistada, mas a retórica do medo continuava a ser um recurso bastante utilizado pelas autoridades para manter a disciplina militar na Colônia e a repressão contra a gente das matas. A pretexto da "presença fantasma" de Vicente Ferreira de Paula rondando a Colônia, as autoridades aumentaram a repressão aos seus antigos seguidores. Qualquer ato de indisciplina, insubordinação ou uma simples discordância das atitudes da diretoria da Colônia passaram a ser vistos como uma ameaça de revolta só vista no "tempo de Vicente de Paula". É o que podemos ver, por exemplo, na administração de Olavo Eloy Pessoa da Silva.

---

[657] OFÍCIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina, João da Gama Lobo Bentes, endereçado ao presidente da província, Antonio Alves de Souza Carvalho, em 9 de fevereiro de 1863. APA, caixa 161.

[658] Em ofício de 19 de março de 1863, João da Gama Lobo Bentes entregava a relação nominal das autoridades e proprietários informados acerca dos procedimentos de Vicente Ferreira de Paula. OFÍCIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina, João da Gama Lobo Bentes, endereçado ao presidente da província, Antonio Alves de Souza Carvalho, em 19 de março de 1863. APA, caixa 161.

[659] Resposta do Subdelegado do sítio Cavaco, Christovão do Rego Barros, ao ofício do diretor da Colônia Militar Leopoldina, João da Gama Lobo Bentes, em 14 de março de 1863. APA, caixa 161.

5.2 Desmilitarização da Colônia

João da Gama Lobo Bentes foi dispensado do cargo de diretor em 8 de março de 1865, depois de 14 anos à frente da administração da Colônia, e passou a servir no corpo do 3º Batalhão de Artilharia de Maceió[660]. De uma "mata inculta" e dominada por grupos rebeldes a uma "mata civilizada" pela Colônia militar, este foi o legado oficial da administração de João da Gama. O inventário dos objetos, entregue em abril de 1865 pelo ex-comandante da Colônia, simbolizava com muita propriedade o momento de transição da Colônia. Segundo o diretor interino Augusto Pereira Ramalho, pelo referido inventário é possível identificar a devolução de 60 armas e 47 baionetas, todas em mau estado, sendo, portanto, enviadas para o depósito de artigos bélicos de Porto Calvo[661]. Sem saber, João da Gama estava dando início ao processo de desmilitarização da Colônia, entregando as armas que já não serviam mais ao policiamento das matas.

Luiz do Nascimento comenta um relatório da Colônia Militar de Pimenteiras, datado de 02/01/1865, que já fazia alusão à emancipação da Colônia Leopoldina, no sentido de que esta estava preparada a passar para a sociedade civil, enquanto Pimenteiras,

> [...] provavelmente – segundo o relatório – em decorrência de sua má administração (pois enquanto Leopoldina tivera durante este tempo apenas dois diretores, Pimenteiras já estava próxima dos 10), ainda se mostrava bastante distante deste acontecimento[662].

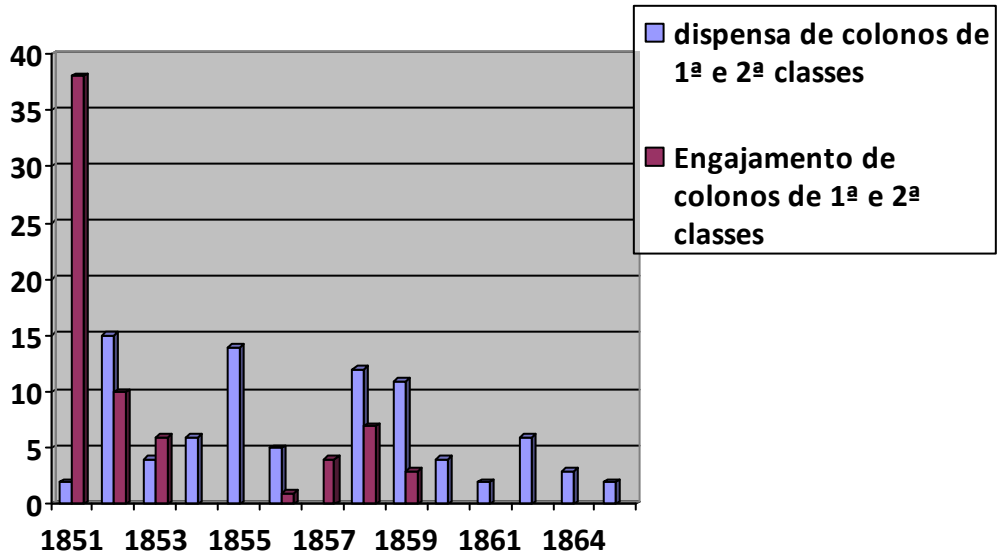
Coincidência ou não, a entrega das armas aconteceu paralela à grande redução de praças, soldados e operários. O mapa dos empregados da Colônia é um forte indicativo do processo de desmilitarização. Através dele é possível identificar o processo de transição da Colônia Militar Leopoldina para o seu processo de emancipação civil, a partir da redução gradativa de praças e soldados (colonos de 1ª e 2ª classes) e do aumento de colonos de 3ª classe (trabalhadores rurais).

---

[660] Aviso do Ministério da Guerra, datado de 8 de março de 1865. In: SILVA, Everaldo Araújo, Op. Cit., p. 109.
[661] OFÍCIO do diretor interino da Colônia Militar Leopoldina, Augusto Pereira Ramalho, enviado ao presidente da província das Alagoas, João Batista Gonçalves Campos, em 22 de abril de 1865.
[662] NASCIMENTO, Luiz do. 1974. Op. cit., p. 83.

Gráfico 4.

Dispensa e engajamento de colonos de 1ª e 2ª classes da Colônia Militar Leopoldina (1851-1864).



Fonte: SILVA, Amaro Hélio Leite da. Elaborado a partir de: APA. Mapas dos colonos de 1ª e 2ª classes engajados e dispensados na Colônia Militar Leopoldina, 1851 a 1864, caixas 160 e 161.

É sintomática a analogia que se pode fazer entre o número de colonos engajados e dispensados, que se inicia em 1851 e vai até 1864. Nos primeiros três anos de funcionamento da Colônia percebe-se um engajamento considerável de praças e operários especializados (colonos de 1ª e 2ª classes). Já entre os anos 1854 e 1856, há um movimento crescente de dispensa desses mesmos colonos, o que pode ser considerado normal se considerarmos o tempo de serviço necessário para um praça ou operário pedir dispensa e solicitar a demarcação e posse de um lote de terra na Colônia (que é de três anos). De 1857 a 1859 há certo equilíbrio entre os engajados e os dispensados, embora haja uma tendência para o aumento destes últimos. O dado mais interessante desses números pode ser visto a partir de 1860, quando há um decréscimo de colonos de 1ª e 2ª classes a ponto de serem considerados praticamente inexistentes depois de 1864. Por outro lado, percebe-se, neste mesmo período, um movimento constante no número de dispensados.

No mesmo sentido podemos analisar os mapas dos empregados dos anos de 1859 e 1863. Em 1859, a Colônia possuía 67 empregados: 1 diretor, 1 subdiretor, 1 capelão, 20 colonos de 1ª classe, 9 operários contratados e 35 trabalhadores[663]. Já em 1863, esses empregados são reduzidos para menos da metade, totalizando 30 empregados: 1 diretor, 1 subdiretor, 1 capelão, 11 praças de 1ª linha e 16 operários especializados[664]. É importante

[663] Mapa nominal dos empregados da Colônia Militar Leopoldina, em 15 de dezembro de 1859. APA, caixa 160.
[664] Mapa nominal dos empregados da Colônia Militar Leopoldina, em 22 de setembro de 1863. APA, caixa 161.

destacar que os cargos de facultativo e escrivão estavam vagos desde 1859, apesar dos requerimentos do diretor solicitando a contratação de ambos.

Como se não bastasse a redução vertiginosa dos empregados da Colônia em 1863, a quantidade de praças existentes (11) já havia finalizado o seu tempo de serviço e todos solicitavam dispensa, com exceção de dois soldados, que, segundo o diretor João da Gama, estavam completamente inutilizados pelo seu estado de saúde. No relato do próprio diretor da Colônia, datado de 3 de setembro de 1863, fica evidente o seu desamparo militar ao perceber a possibilidade concreta de ficar sem nenhum praça para fazer a guarnição ao menos do quartel:

> Tendo as poucas praças (11) que aqui existem finalizados, já há muito, o seu tempo de serviço e querendo todos em virtude do aviso circular do Ministério da Guerra de 5 de novembro de 1862, obter as suas escusas a exceção de um inferior e um soldado, estes dois completamente inutilizados pelo seu mau estado de saúde; vou ponderar a V. Ex.ª que ficará esta Colônia em estado de não ter ao menos quem guarde o quartel, se não forem substituídas as praças que forem dando baixa. Rogo por tanto, a V. Ex.ª que em vista do grande inconveniente que venho a mencionar, haja de dar alguma providência a respeito[665].

Os praças e soldados sabiam que já havia passado o seu tempo de serviço obrigatório e exigiam o seu direito a dispensa garantido não só pelo regulamento especial da Colônia, mas também pelo aviso circular do ministério da Guerra de 5 de novembro de 1862, conforme é reconhecido pelo próprio diretor. Este reforçava a ameaça que a ausência de uma força militar representava para a Colônia. Entretanto, a julgar pelo relatório do diretor Augusto Pereira Ramalho, em janeiro de 1866, a apelação de João da Gama não foi atendida pelas autoridades, pois além de continuarem vagos os cargos de escrivão e facultativo, ocorre o que ele mais temia: o número de praças foi reduzido a tal ponto que não havia nem mesmo quem fizesse a guarda do quartel; ou seja, nas palavras do próprio Ramalho:

> Não é possível Ex. Sr. que com tais meios se possa policiar tão grande extensão de matas, como a que compõe este distrito, quase em sua totalidade; e posso sem errar afirmar que é essa circunstância a única origem da audácia com que pessoas mal-intencionadas buscam renovar as cenas que Vicente de Paula e seus sequazes representaram nestes lugares[666].

O que explica uma redução tão drástica do número de empregados da Colônia, em especial do número de praças, no intervalo de apenas quatro anos (1859-1863)? O tempo de

---

[665] OFÍCIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina, João da Gama Lobo Bentes, ao presidente da província de Alagoas, João Marcelino de Souza Gonzaga, em 3 de setembro de 1863. APA, caixa 161.

[666] RELATÓRIO do diretor interino da Colônia Militar Leopoldina, Augusto Pereira Ramalho, enviado ao presidente da província de Alagoas, Esperidião Eloy de Barros Pimentel, 30 de janeiro de 1866. APA, caixa 161.

serviço obrigatório e o direito a dispensa após três anos explica, em parte, a questão. Porém, resta-nos indagar por que não foram engajados outros empregados nesse mesmo período e por que a tendência foi decrescente, justamente no período de desenvolvimento econômico e social da Colônia. Para nós, houve a clara intenção dos governos imperial e provincial de enfraquecimento gradativo da estrutura militar e, ao mesmo tempo, o fortalecimento da estrutura civil da Colônia.

Esses dados demonstram a intenção do governo central de desmilitarizar a Colônia. O que, para nós, significa dizer que a diminuição do número de praças, soldados e operários especializados – sua desmilitarização – não se deu pelo fracasso da Colônia militar, como defendem alguns historiadores do tema, mas pelo seu sucesso.

Outro indicativo desse processo ocorreu em 1865, quando o diretor interino, Augusto Pereira Ramalho, reportou as dificuldades de encontrar trabalhadores para os serviços das obras na Colônia. Para termos a ideia dessas dificuldades, o diretor faz dois relatórios sobre o estado dos edifícios e o andamento das obras no ano de 1865. A obra do quartel, por exemplo, considerada uma das mais importantes – devido a sua função estratégica de guarda e policiamento das matas –, estava paralisada há anos por falta de operários, não obstante, segundo Augusto Ramalho, o ex-diretor ter solicitado, por várias vezes, "[...] a urgente necessidade de ao menos cobrir-se, e por essa falta tem ela muito sofrido com as invernadas, chegando ao ponto de já ter caído três das colunas, puxando por seu vigamento"[667].

Augusto Pereira Ramalho sabia que na falta de soldados e operários especializados para executarem as obras, o regulamento lhe garantia a possibilidade de contratar trabalhadores, mesmo que estes não quisessem assentar praça. Ele havia solicitado para o conserto a contratação de, pelo menos, quatro carpinas, quatro pedreiros e mais doze trabalhadores, mas Ramalho tinha experiência suficiente para saber que a disciplina militar era um obstáculo e que tal intento só iria redundar despesas para os cofres públicos[668]. Até a casa principal destinada à diretoria, que já havia recebido a Sua Majestade, o Imperador, e que

[667] RELATÓRIO das obras da Colônia Militar Leopoldina elaborado pelo diretor interino Augusto Pereira Ramalho para o presidente da província de Alagoas Batista Gonçalves Campos, em 20 de abril de 1865. APA, caixa 161.
[668] Id.

poderia "[...] servir no futuro de casa de câmara e júri, acha-se pelo lado dos fundos bastante arruinada", dependendo do mesmo número de operários para o seu conserto[669].

Por que o governo recusava as solicitações dos diretores para contratar operários? Por que as obras dos edifícios mais importantes da Colônia estavam sendo abandonadas? O mais intrigante dessa situação é o fato de que a Colônia continuava prosperando na agricultura e no comércio, sendo favorecida pela aproximação com a via férrea de Pernambuco – cuja última estação (Una) estava a sete léguas da Colônia – e pela alta no preço do algodão[670]. A partir da própria fala do diretor Ramalho, podemos inferir alguns motivos de tal abandono: se a colônia continuava prosperando, ela deveria ter autonomia para gerir seus próprios recursos e resolver os seus próprios problemas, inclusive o das obras. O destino dos edifícios também estava definido: deveriam servir, no futuro próximo, à câmara e ao júri de Leopoldina. Em outras palavras, ela estava pronta para se emancipar e se transformar em colônia agrícola ou em povoamento civil.

Nesse contexto, entre os anos 1865 e início dos 1866, o algodão apareceu com destaque na economia da Colônia. A alta do preço no mercado internacional motivou os moradores a fazerem grandes plantações em todo o distrito, superando, inclusive, a produção de açúcar, que apesar de já contar com quatro engenhos, alguns estavam parados, justamente por conta da influência do algodão[671]. Até o final de 1867, o relatório do subdelegado da extinta colônia militar Leopoldina, Manoel Cavalcante, além de apontar a grande potencialidade agrícola de seus terrenos e de suas madeiras, continuava destacando o avanço da cultura algodoeira na área, que "[...] tinha muitas máquinas de limpar algodão, entre elas, duas movidas por água e uma por animais"[672].

A Guerra da Secessão americana favoreceu as exportações do algodão no mercado internacional. Até então, os Estados Unidos eram os maiores exportadores do produto para Inglaterra e Europa. Com a guerra entre o Norte e o Sul confederado a sua produção foi

---

[669] RELATÓRIO das obras da Colônia Militar Leopoldina elaborado pelo diretor interino Augusto Pereira Ramalho para o presidente da província de Alagoas Batista Gonçalves Campos, em 20 de abril de 1865. APA, caixa 161.

[670] RELATÓRIO sobre o estado da Colônia Militar Leopoldina elaborado pelo diretor interino Augusto Pereira Ramalho para o presidente da província de Alagoas, Espiridião Eloy de Barros Pimentel, em 1 de setembro de 1865. APA, caixa 161.

[671] RELATÓRIO sobre o estado da Colônia Militar Leopoldina elaborado pelo diretor interino Augusto Pereira Ramalho para o presidente da província de Alagoas, Espiridião Eloy de Barros Pimentel, em 30 de janeiro de 1866. APA, caixa 161.

[672] RELATÓRIO da Subdelegacia da Povoação da Extinta Colônia Militar Leopoldina, elaborado pelo subdelegado Manoel Cavalcante para o presidente da província de Alagoas, Antonio Moreira de Barros, em 31 de dezembro de 1867. APA, caixa 161.

prejudicada e o Brasil cresceu no mercado internacional, principalmente o inglês[673]. De acordo com Douglas Apratto e Goubery Lessa, entre 1861 e 1866 – período de progresso e riqueza para o país – o Porto de Recife registrou a entrada de algodão de vilas e cidades não apenas de Pernambuco, mas também de outros lugares do Nordeste, inclusive de Alagoas[674]. Segundo *Relatório da Associação Comercial de Pernambuco*, revelado por estes mesmos pesquisadores, "[...] nos anos 1861-62 entraram cerca de 1.800 toneladas do produto, subindo até 1865-66, quando atingiu 15.00 toneladas"[675]. O preço seguiu a mesma tendência, passando de 7.850 rs por arroba em 1860, para 15.872 em 1866[676].

Isso demonstra o fato de que a Colônia já não estava mais isolada nas matas, ela estava inserida no processo de acumulação do capital internacional. Suas estradas, seus caminhos, sua disciplina militar e sua economia condicionaram a sua inserção no mundo civilizado dos brancos. Seus habitantes das matas haviam se transformado em comerciantes de gêneros de primeira necessidade e de exportação, como o açúcar e o algodão, abastecendo o mercado de consumo tanto local como internacional. É evidente que o peso de sua economia no mercado regional e internacional pode ser considerado insignificante; porém, para um espaço historicamente disputado por revoltas e rebeliões de grupos insurgentes – o qual até o início do século XIX era considerado matas incultas – este feito representava muito para as autoridades.

Nesta perspectiva, parecia que o processo de desmilitarização estava bem encaminhado. Porém, no que diz respeito à transição do poder político da Colônia, surgiram uma série de problemas provocados pela nova direção, a partir de 1866. Quando o projeto civilizador parecia consolidado e o regime militar parecia já não fazer mais sentido, o novo diretor Olavo Eloy Pessoa da Silva resgatou o rigor da disciplina militar e o uso da força como instrumentos da ordem, gerando conflitos internos com os moradores e com os seus ajudantes subordinados.

---

673 TENÓRIO, Douglas Apratto; LESSA, Goubery Luiz. *O Ciclo do Algodão e as Vilas Operárias*. Maceió: SEBRAE/EDUFAL, 2013, p. 29.
674 Id.
675 Id.
676 Segundo Osman Loureiro, citado por Benedito Ramos, "[...] na década de 1860 o valor do algodão alcançou um valor astronômico se levarmos em conta o poder aquisitivo de então, sua cotação era superior em 1.000% à do açúcar". RAMOS, Benedito. *Uma Associação de Algodoeiros*. Série Algodão – Cadernos Históricos, vol. 1. Maceió: Benedito Ramos Amorim Editor, 2013, p. 9.

5.3 A administração de Olavo Eloy Pessoa da Silva: a Colônia se transforma em "casa de maribondo"

A administração de Olavo Pessoa foi breve, mas repleta de polêmicas e conflitos. Para ele, só com a disciplina militar e a força das armas seria possível manter a ordem nas matas, transformando o medo e o autoritarismo em uma marca do seu governo. Tal postura gerou uma série de intrigas com o vice-diretor José Pereira Ramalho e com os moradores da colônia. Os relatórios já não falavam mais da necessidade de pacificação das matas, mas nas rixas e disputas pelo poder da colônia. A gente das matas já não ameaçava mais, com exceção de alguns índios do Riacho do Mato, que ainda resistiam nas matas pernambucanas.

Um fato, aparentemente, inusitado, dá início ao governo de Olavo Pessoa. Trata-se da desobediência pública do escravo José à ordem de prisão do diretor, depois de ter sido acusado de provocar desordem na feira da Colônia. Poderia ser mais um conflito isolado, se este ato de insubordinação não fosse o prenúncio da sua conturbada administração e se não tivesse levado também à tentativa de assassinato do mesmo diretor. Ao relatar o ocorrido e justificar a prisão do escravo José, o diretor Olavo Pessoa apela tanto para a emoção dos "homens de poder" quanto para a aplicação do artigo 22 do regulamento da Colônia (o qual reserva ao diretor, entre outras tarefas, a de se "[...] empenhar com maior esforço em manter os bons costumes na Colônia")[677] e dos artigos 203 e 204 do código de processo criminal de 1832, que tratam da prisão de um subordinado a qualquer autoridade, no caso de desobediência ou injúria[678]:

> Doe-me profundamente no coração, doe-me mesmo no coração de todos os homens sensatos e verdadeiros amigos do país, ao entrar na análise dos fatos que passo a manifestar e cumpri-me levar a alta consideração de V. Ex.ª.
>
> Tendo mandado recolher preso no dia nove do corrente o cabra de nome José, escravo de Antonio José do Nascimento, morador no povoado desta colônia, pelo motivo de desobedecer-me publicamente na ocasião da reunião do povo para a feira deste lugar, quando procurei evitar conflitos em consequência de dirigir ele a um homem forro palavras injuriosas,

[677] Ainda de acordo com artigo 22 do regulamento, "O diretor é fiscal de tudo quanto diz respeito aos interesses, regime e economia da colônia". COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. Decreto nº 729, de 9 de novembro de 1850, que Aprova e manda executar o Regulamento para a fundação de colônias militares nas províncias de Pernambuco e Alagoas. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1851.

[678] Pelo artigo 203, "O que desobedecer ou injuriar o juiz ou qualquer autoridade à que seja subordinado, ao inspetor, escrivão e oficiais de justiça ou patrulhas, em atos de seus ofícios, será processado perante o juiz de paz do distrito em que foi cometida a desobediência ou injúria". Já o artigo 204, afirma que "Os juízes, autoridades, inspetores, escrivães, oficiais de justiça e patrulha desobedecidas ou injuriadas prenderão em flagrante e levarão o fato ao conhecimento do juiz de paz respectivo". Lei de 29 de novembro de 1832, que "Promulga o Código de Processo Criminal de Primeira Instância de 1832 com disposição provisória acerca da administração da Justiça Civil". COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL de 1832, Rio de Janeiro, Typographia Nacional.

> provocando desordens, entendi dever assim proceder em cumprimento do que dispõe a primeira parte do artigo 22 do regulamento desta colônia de 9 de novembro de 1850 e os artigos 203 e 204 do código de processo criminal[679].

A desobediência do escravo José provocou uma inversão na ordem das relações de poder. Ao reagir à ordem de prisão do diretor, o escravo José desafiou não só o poder da autoridade máxima da Colônia como também a base de organização do estabelecimento militar, ou seja, sua disciplina, ordem e hierarquia. Daí o sentimentalismo profundo do diretor Olavo Pessoa, sua dor e sua impotência diante do fato. O problema é que José era escravo e pertencia a Antonio José do Nascimento, morador do povoado e de grande prestígio na Colônia, além de ser um de seus desafetos. Com exceção do subdelegado, Olavo Pessoa não contava com força militar alguma para fazer valer suas ordens.

Logo após a ousadia do escravo José, o escrivão da subdelegacia do mesmo distrito desafiou as autoridades e os moradores com ofensas e ameaças. Era noite de São João, quando a alegria das famílias que dançavam à beira da fogueira foi perturbada pelos gritos estrondosos do escrivão, "Aquilino de Tal...", que insultava e ameaçava com palavras injuriosas vários paisanos e algumas autoridades do lugar[680]. Isto sugere que o governo de Olavo Pessoa não seria tão ordeiro e pacífico quanto ele desejava. Ele mesmo havia contribuído de forma decisiva para esse estado, como veremos mais adiante.

Sem soldados ou praças para lhe dar auxílio – contando apenas com o subdelegado e o subdiretor –, o diretor foi buscar ajuda com algumas das pessoas mais importantes do lugar. E ao procurar a casa de um cidadão por nome Sabino de tal, altas horas, da mesma noite de São João, Olavo Pessoa passa pela casa de Antonio José do Nascimento, senhor do escravo José, é insultado por este e por muitos cabras[681] que os acompanhavam, quase todos embriagados e

---

[679] RELATÓRIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina, Olavo Eloy Pessoa da Silva, enviado ao presidente da província de Alagoas, Galdino Augusto da Natividade e Silva, em 29 de junho de 1866. APA, caixa 161.

[680] Id.

[681] De acordo com Silvia Hunold Lara, os sujeitos identificados como escravos ou descendentes destes eram qualificados por "[...] palavras que apontavam critérios classificatórios baseados na cor ou na mestiçagem, como 'pardo', 'mulato', 'cafuso', 'cabra', 'preto' e 'negro'". Esses critérios estão ligados a determinado contexto e lugar social que o indivíduo ocupa, que por sua vez vão identificar sua cor, a exemplo do escravo José, da mulata cativa e dos cabras que atiraram no diretor Olavo Pessoa. Ou seja, ser escravo, mulato ou cabra era fazer parte da mesma teia de relações da escravidão na Colônia. Cf. LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos setecentistas*: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 143. Conforme argumenta Luiz Mott, citado por Santos, a cor era um dos elementos identitários, mas não era o único, havia também outros atributos, como o físico e o social (a identificação de parentes ou as relações com os brancos) que classificavam esses indivíduos. Cf. SANTOS, Jocélio Teles dos. De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX. Trabalho apresentado no Simpósio *The Trans-Atlantic Construction of the Notions of 'Race', Black Culture, Blackness and Antiracism:* Towards A New Dialogue between Researchers in Africa, Latin America and the Caribbean, Gorée, Senegal, 11-17 nov. 2002, p. 18.

bem armados. Diante da intimidação, o diretor nada responde e segue para a casa do dito Sabino de tal, com quem compartilha o ocorrido e a sua indignação. De volta à cena da desordem provocada pelo escrivão, tudo já estava tranquilo e em silêncio, restando ao diretor se recolher em sua casa[682].

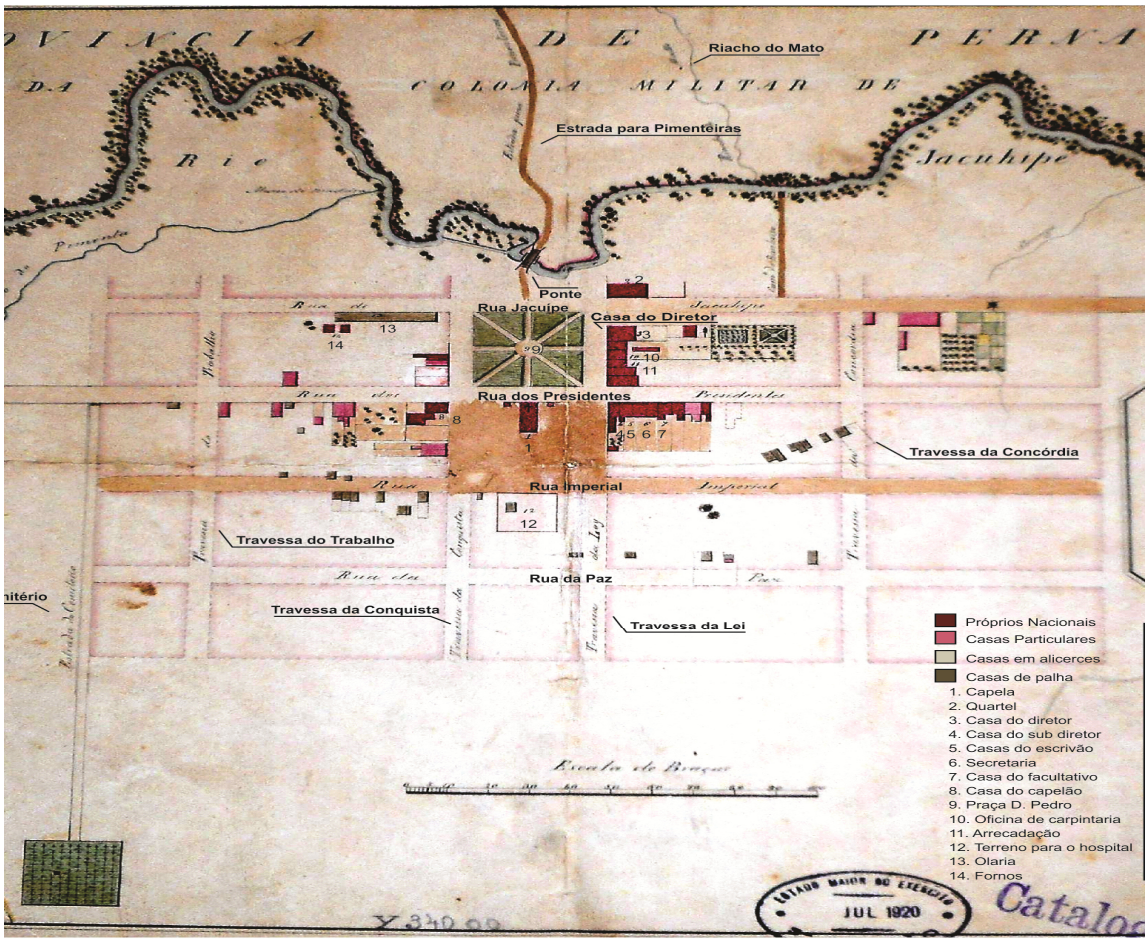
No dia seguinte, o silêncio foi interrompido novamente por estampidos de tiros sucessivos de bacamarte em direção à residência do diretor Olavo Pessoa, que pode ser localizada no mapa 9 (nº 3). Eram três cabras que atiravam de todos os lados, tanto da ponte que dá passagem da Colônia para a província de Pernambuco como do lado oposto (na estrada para Pimenteiras, de acordo com o mapa 9). Os tiros eram acompanhados de insultos e impropérios de Antonio José contra o diretor. Da porta de uma vendola, outros cabras e uma mulata cativa, que atirava também com uma pistola, repetiam os mesmos insultos a mando de Antonio. Encurralado pelos tiros, Olavo Pessoa pede socorro ao capelão, subdelegado e subdiretor pelo quintal da sua casa. Para surpresa do diretor, foi justamente nesse momento que a sua senhora avistou pela janela o escravo José atirando com um bacamarte em direção a sua residência, apesar dele, o escravo, estar afiançado pelo crime de desobediência. Pela ação ousada dos rebelados vale a pena citar um trecho da visão do diretor sobre o acontecido; a riqueza de detalhes são reveladores:

> Tudo isso acompanhado de tiros estrondosos, dirigindo-se as pontarias para a minha residência!... Sofrendo também o capelão grandes insultos, quando retirou-se. Então, dispus-me a tomar medidas mais enérgicas, chamei o subdelegado e o subdiretor pelo quintal, que são vizinhos, e instei que de pronto me acudissem, quando minha senhora da grade da janela observou dirigir-se para minha morada com o bacamarte, o cabra escravo, José, um dos que atirava, e note V. Ex.ª que está afiançado pelo crime de desobediência como acima relato e que julgo ter a quebrado avista do que dispõe o artigo 301 do regulamento de 31 de janeiro de 1842. Apoderei-me de uma espingarda carregada que felizmente tinha em casa e quando corro a sala da frente já achei o paisano Leonel à porta da rua, tendo gritado minha senhora socorro, e serrando-a nesta ocasião, afasta-me, e o cabra dispara o tiro junto a mesma porta, tanto que encheu-se a sala de fumaça, ficando o paisano Leonel surpreendido e eu ainda mais por ver em que estado chegou esta colônia, que a primeira autoridade é violentamente atacada em pleno dia, no lugar mais público, no mais sagrado direito: de vida[683].

---

[682] RELATÓRIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina Olavo Eloy Pessoa, ao presidente da província, Galdino Augusto da Natividade e Silva, em 29 de junho de 1866. APA, caixa 161.
[683] Id..

Mapa 9 - Localização da casa do diretor da Colônia Militar Leopoldina



Fonte: AHEX. Recorte da Planta da povoação da Colônia Militar Leopoldina, autor: João da Gama Lobo Bentes, 1858. Intervenção gráfica Carlos Fabiano Costa Barros.

É importante destacar a participação do escravo José, da "mulata cativa" e dos "cabras" no atentado contra o diretor Olavo Pessoa. Ser propriedade de alguém era condição para servi-lo, mas não era o bastante. Embora escravos da Colônia, serviam e deviam obediência a Antonio José, seja pelas obrigações do sistema escravista ou clientelista. Na relação senhor-escravo, cabia ao escravo obedecer e trabalhar para o bem do seu senhor; já para este, cabia garantir as necessidades vitais do escravo, como alimento, roupa e abrigo. Contudo, esta relação não era estática ou absolutamente passiva, ela poderia ser rompida pelas várias formas de resistência ou flexibilizada pela negociação e intimidade entre o senhor e o escravo. Isso talvez explique a atitude do escravo José, que resolveu atirar no diretor depois do seu senhor ter afiançado sua prisão e tê-lo livrado de uma punição mais severa.

As fontes não mostram o grau de intimidade de José com o seu senhor, mas o fato é que as hostilidades de Antônio José contra o diretor começaram após a ordem de prisão deste contra o escravo. Talvez a atitude de Antônio José tenha sido, simplesmente, a de proteger a

sua propriedade ou talvez tenha sido a de proteger uma relação de cumplicidade. As fontes também não mostram como os escravos eram tratados na colônia; mas a julgar pelo tratamento rigoroso dispensado aos colonos, podemos afirmar que, provavelmente, era tão ou mais rigoroso que o dispensado a estes. Mesmo estando à margem da organização militar da Colônia, o escravo José, a "mulata cativa" e os "cabras" foram agentes no processo de reação às arbitrariedades do regime militar da Colônia.

Outro destaque importante a fazer diz respeito à reação do diretor Olavo Eloy Pessoa da Silva diante do atentado contra a sua vida. Olavo Pessoa pede socorro ao subdelegado e ao subdiretor da Colônia, mas se vê isolado e "traído" pelo último, já que o diretor descobre que este era amigo íntimo de Antônio José. Os tiros continuaram com os insultos, apenas cessando quando o subdelegado Augusto Pereira Ramalho foi à casa de Antônio e o convenceu a parar com o atentado, justificando a grande embriaguez deste como causa para o "ato criminoso"[684].

Como a autoridade máxima da Colônia é violentamente atacada em plena luz do dia, no lugar mais público e mais importante deste estabelecimento, a casa do próprio diretor; e ainda, no seu mais sagrado direito, a vida? Conspiração? Revolta dos subalternos contra a estrutura militar da Colônia ou contra o poder arbitrário do diretor? Para nós, o atentado contra a vida do diretor era mais uma consequência do processo de desmilitarização institucional da Colônia; dessa vez, promovido pelos próprios moradores e autoridades, que já não aceitavam mais aquele estabelecimento militar e seu comandante regulando autoritariamente suas vidas.

Olavo Pessoa responsabilizou o subdiretor Augusto Ramalho e exigiu deste a garantia de sua vida. O diretor procurou ainda levar o caso à justiça, quando resolveu ponderar e desistir, pois percebeu que "[...] quase todos no povoado temem o homem, além da grande desmoralização em que se acha a ação da justiça aqui; e declaram dispor ele de meios a qualquer resistência"[685]. Temido ou respeitado por todos, o fato é que Antonio José do Nascimento deveria ser um proprietário poderoso e influente na política da região, pois desafiava o poder do diretor, sem temer nenhuma represália[686].

---

[684] RELATÓRIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina Olavo Eloy Pessoa, ao presidente da província, Galdino Augusto da Natividade e Silva, em 29 de junho de 1866. APA, caixa 161.
[685] Id.
[686] Segundo Mônica Duarte Dantas, durante o segundo reinado, "O apoio a um partido deveria garantir aos fazendeiros a nomeação de autoridades judiciárias que, por sua vez, deveria garantir ao fazendeiro o controle sobre as eleições, uma certa isenção frente aos procedimentos policiais e judiciários". DANTAS, Mônica Duarte. Para além do mandonismo: Estado, poder pessoal e homens livres pobres no Império do Brasil. In: SOUZA,

O diretor lamenta sua autoridade impotente diante do "estado de impunidade" gerado na Colônia depois do atentado. Vendo-se isolado e desarmado, Olavo Pessoa pede apoio do 2º suplente da subdelegacia, tenente coronel André Vicente de Lima, que "[...] prontamente lhe envia alguns paisanas mal armados". Nessas condições, teria ponderado novamente Olavo: como travar uma batalha sem soldados, sem munição, sem o apoio da justiça e com aliados mal armados? A prudência foi a resposta:

> Contra os meus princípios e sagrados deveres, ficarão esses criminosos impunes e não devendo facilitar a vista dos fatos, oficiei ao tenente coronel, 2º suplente da subdelegacia, André Vicente de Lima, afim de vir a minha presença com urgência; apresentou-se de pronto e prestou-se mandando-me logo alguns paisanas mal armados, declarando-me que maior força que fosse preciso estariam às minhas ordens, mas era prudente para evitar consequências funestas, que por ora não procedesse e sim esperasse as ordens de V. Ex.ª [...]
>
> Refleti, entendi dever usar da prudência pelas circunstâncias em que me acho, sem força de confiança nem mesmo armamento, pois que as doze armas aqui existentes, mandando limpa-las, achei-as quase todas inutilizadas, e ninguém melhor do que V. Ex.ª bem compreende que a lei é ideia comum de uma sociedade, esta ideia tem necessidade de ser respeitada por todos em geral e por cada um por si[687].

Não é difícil imaginar a grande frustração e o estado de abandono do diretor Olavo Eloy Pessoa da Silva. Para um militar de alta patente – com dezoito anos de vida pública, sem nota; participando da memorial Batalha de Monte Caseros, onde foi condecorado, além de importantes comissões no exercício de delegado de polícia e comandante de destacamentos por diferentes províncias do Império[688] – e sendo a principal autoridade da Colônia – que tinha o poder de fazer valer a lei, a ordem e os "bons costumes" –, ver os criminosos impunes contrariava os seus "princípios e os seus mais sagrados deveres". O tom dramático de sua fala apelava à autoridade pelo seu patriotismo. Era o apelo de uma autoridade desesperada, diante da desmoralização pessoal, da ausência de força armada e de uma "justiça imparcial"; justamente, os três pilares de sustentação da Colônia militar: o poder do diretor, a guarnição policial e um "código de lei imparcial". Olavo Pessoa não via futuro na Colônia sem a ideia de uma lei geral respeitada por todos. "A lei é a ideia comum de uma sociedade", segundo ele, e sem ela estaria comprometido o pacto social que regula as relações sociais; ou seja, no caso

---

Laura de Mello; FURTADO, Junia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009, p. 341.

[687] DANTAS, Mônica Duarte. 2009, p. 341.

[688] RELATÓRIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina, Olavo Eloy Pessoa da Silva, ao presidente da província, Galdino Augusto da Natividade e Silva, em 29 de junho de 1866. APA, caixa 161.

da Colônia, estariam comprometidas a hierarquia, a ordem e a disciplina militar, como pode ser verificado no episódio do atentado.

Para o diretor Olavo Pessoa, a lei era, sobretudo, a garantia de um direito inviolável. E, nas circunstâncias de conflito vividas na Colônia, ela era a garantia de repressão material, pois quando "[...] as prescrições morais são insuficientes, a repressão material torna-se indeclinável necessidade". Portanto, o diretor apelava para o Estado de direito repressor contra os insubordinados colonos[689]. A grande preocupação de Olavo Pessoa era com a impunidade, pois esta seria a responsável pela reprodução de atos criminosos, que ameaçava a ordem pública e fazia renascer a "deplorável época de Vicente de Paula". Desse modo, apenas o "desempenho religioso da lei" poderia barrar tais atos e ameaças[690]. Mas o que era a lei para o diretor da Colônia Militar Leopoldina? Para além do estado de direito, a lei era o próprio diretor e, acima deste, o presidente da província, a quem Olavo apelava incansavelmente pela manutenção da ordem militar na Colônia.

No dia 26 de junho de 1866, o autor do atentado, Antônio José do Nascimento, vai à casa de Olavo Pessoa – acompanhado de uma comissão formada pelo tenente coronel André, o subdiretor Augusto Ramalho, o subdelegado suplente Andrade, o ex-alferes Valcarso e o cidadão Gustavo – dar-lhe satisfação e pedir perdão pelo seu ato, justificando que o seu "[...] estado de embriaguez o forçou a tanto". Embora tenha perdoado Antônio e o tenha repreendido severamente, Olavo Pessoa ainda temia pela própria vida. Esse temor era justificado pela ousadia do escravo José, pois este teria atirado a mando do seu senhor, como afirmava o próprio diretor:

> O próprio escravo que tinha esta diretoria prendido, como acima se vê, foi o que deu o tiro declarando ter sido mandado pelo senhor, e é afiançoa V. Ex.ª, bastante insolente. Os precedentes Exmo. Snr., demonstram as circunstâncias que o induziu a cometer o crime, e quando preso o escravo, mandei-o chamar [Antônio] e pedi na presença do subdiretor providências, respondeu-me nada fazer, que podia processar, ouvindo depois dizer que declarara ter dinheiro para evitar a punição do mesmo escravo[691].

---

[689] Para Nobert Elias, o monopólio legítimo da força exercido pelo Estado é a mola propulsora do processo civilizador, através da imposição de regras e da força policial, pois sem o controle da violência, teríamos mais violência e instabilidade social. Ainda segundo Elias, isso não significa dizer que o monopólio da violência e o uso da força física, por parte do Estado, não estejam sujeitos a abusos, mas sem ele prevaleceria a "lei do mais forte". ELIAS, Nobert. *Envolvimento e Alienação*. Traduzido do inglês por Álvaro de Sá. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998, p. 216.

[690] RELATÓRIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina, Olavo Eloy Pessoa da Silva, ao presidente da província, Galdino Augusto da Natividade e Silva, em 29 de junho de 1866. APA, caixa 161.

[691] Id.

Esses acontecimentos demonstram o fato de que o diretor Olavo Pessoa já iniciava sua administração sem comando sobre os seus subordinados, sejam eles colonos ou autoridades. Na verdade, o tenente Olavo Pessoa era um comandante sem soldados e praças para comandar. Ele estava isolado na administração da Colônia. Os governos central e provincial já haviam decidido pelo processo de desmilitarização.

A pouco mais de dois meses do atentado, Olavo Eloy Pessoa da Silva reclamava de fatos criminosos ocorridos antes da sua entrada em exercício como diretor da Colônia, e que a impunidade deles seriam os responsáveis pela reprodução desses crimes. Segundo Olavo Pessoa, a "desmoralização daquelas autoridades" – João da Gama Lobo Bentes e Augusto Pereira Ramalho[692] – e a "deficiência de força armada de confiança" seriam a razão para que "[...] a justiça não tivesse a menor ação na repressão dos crimes, que ali superabundam em todos os sentidos"[693]. Em momento algum Olavo Pessoa falava da sua administração conflituosa e desmoralizante. Para ele, o estado de impunidade e a generalização de crimes na Colônia tinham origem nas administrações passadas. Neste sentido, apelava Olavo Pessoa para que Sua Ex.ª, o presidente da província de Alagoas, considerasse as suas proposições, no que diz respeito a

> [...] por autoridade imparcial do ocorrido e garantindo com força material sua posição, o direito de propriedade, de vida, e de liberdade daqueles povos, que filhos da ignorância sofrem, já há muito, no centro daquelas matas longínquas a opressão dos criminosos, visto não terem aquelas autoridades à quem foi confiado a garantia deles, querido compreender os seus verdadeiros e sagrados deveres[694].

Pelo relato é possível depreender que a gente das matas (os supostos criminosos) continuava sendo uma ameaça não apenas à segurança da Colônia, mas também aos direitos liberais fundamentais: propriedade, vida e liberdade. Na visão do diretor Olavo Pessoa, só a lei e a força material das armas poderiam garantir esses direitos aos moradores da Colônia. Porém, para o mesmo diretor, o ponto de partida para a garantia de tais direitos na Colônia estava na consciência do seu dever e na ilustrada inteligência de Sua Ex.ª, haja vista que "aquelas autoridades" foram omissos aos seus verdadeiros deveres.

Esses problemas não eram privilégio de Olavo Pessoa e nem da província das Alagoas, embora sua forma de governo tenha contribuído muito para que eles tivessem ocorrido.

---

[692] Este ainda atuando como subdiretor da Colônia.
[693] OFÍCIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina, Olavo Eloy Pessoa da Silva, ao presidente da província, José Martins Pereira de Alencastre, Maceió, 25 de agosto de 1866. APA, caixa 161.
[694] Id.

Mesmo depois da nova estrutura judiciária e policial se transformar em uma "máquina centralizadora", concedendo maiores poderes para os chefes de polícia, delegados e subdelegados, estes enfrentaram uma série de dificuldades para fazer valer sua autoridade e manter a ordem pública[695]. Wellington Barbosa da Silva nos dá o exemplo da cidade do Recife em meados dos anos 1850, quando destaca

> O desencontro verificado entre as autoridades policiais e seus subordinados; o despreparo dos inspetores de quarteirão [...] e as dificuldades enfrentadas pelos delegados e subdelegados na hora de nomearem inspetores de quarteirão confiáveis e dedicados ou de arranjar efetivos armados para realizarem as suas diligências[696].

A Colônia havia se transformado numa "casa de maribondo", segundo o próprio diretor Olavo Pessoa. Não havia respeito à hierarquia e às autoridades militares. Até a relação de confiança entre as autoridades deixou de existir. Na visão do diretor, a impunidade e os escândalos tinham origem na administração de Augusto Pereira Ramalho, que embora fosse seu subordinado (vice-diretor), sempre teve com este uma relação conflituosa. Outro exemplo desse estado de anomia se dá quando a Guarda Nacional chegou à Colônia e, junto com o diretor, foram insultados pelo povo[697]. Só depois de prender os "culpados" e dispersar os demais, é que acabaram os insultos. O próprio Olavo Pessoa reconhecia a falta de preparo da Guarda Nacional, ao confessar para o presidente que, "Não deve V. Ex.ª ignorar o que é a força da Guarda Nacional, sem prática, disciplina e mesmo costume de marchas sucessivas para com ela empreender uma importante diligência em caminhos péssimos, de tremendas serras, matas; quase impossíveis com o dia quanto mais a noite"[698].

No dia 25 de agosto, quando Olavo Pessoa da Silva solicitava a substituição de treze guardas nacionais por treze praças do corpo de polícia, ele já tinha esclarecido melhor sua opinião acerca da Guarda nacional:

> A fim de substituir essas praças, os treze paisanas que tem sido considerados por ordem superior guardas nacionais destacados e faxineiros, e que além de não terem a energia necessária para manter a ordem, não merecem mesmo a menor confiança com especialidade no centro da província onde nascidos e

---

[695] SILVA, Wellington Barbosa da. *Entre a Liturgia e o Salário*: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850). Jundiaí, São Paulo: Paço Editorial, 2014, p. 170-171.
[696] Ibid., p. 193.
[697] RELATÓRIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina, Olavo Eloy Pessôa da Silva, ao presidente da província, José Martins Pereira de Alencastre, 1 de outubro de 1866. APA, caixa 161.
[698] Id.

> relacionados, muitas vezes, é melhor não emprega-los em tais serviços que serve para dispêndio dos cofres públicos[699].

Para fazer parte da Guarda Nacional, os recrutados deveriam ser cidadãos brasileiros e atender apenas uma exigência: ter renda mínima para o exercício dos direitos políticos. Já os demais indivíduos deveria sentar praça no Exército[700]. O problema é que não havia outra exigência que preparasse os guardas para a vida militar, sendo comuns as queixas contra os serviços prestados pelos guardas nacionais não só em Alagoas, mas também em outras localidades. Wellington Barbosa da Silva nos mostra que o desinteresse e a negligência dos guardas nacionais eram comuns na freguesia do Recife e de São José (Pernambuco)[701], semelhantes aos problemas enfrentados pelo diretor Olavo Pessoa.

Além da carência de força armada, faltavam soldados de confiança e qualificados para o serviço de guarda na Colônia e nos arrabaldes. Temendo pela própria vida, Olavo Pessoa solicita à presidência da província o reforço do subdelegado da Lage do Canhoto. Roçadinho e Taquara dos Pilões eram os lugares mais necessitados de uma repressão policial numerosa e disposta a prender os criminosos dali, visto que os próprios inspetores declaravam "[...] não poder com aqueles povos". Isso era tão verdadeiro que, para o diretor, foi de Taquara dos Pilões que criminosos "[...] foram ao lugar São Benedito de Pernambuco, serraram o tronco e soltaram recrutas e presos que lá estavam"[702].

Olavo Pessoa havia perdido não apenas a confiança dos seus subordinados, mas também o respeito dos moradores da Colônia, deixando-o numa condição cada vez mais vulnerável. O medo de uma morte inglória nas matas da Colônia levou o diretor a apelar mais uma vez ao presidente da província pela garantia de sua vida. Para tanto, era "indispensável à força material e toda prevenção, a evitar conflitos e até mesmo desgraças"[703]. O diretor não via alternativa sem reforço das armas, da disciplina e da hierarquia militar nas matas de Leopoldina.

---

[699] OFÍCIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina, Olavo Eloy Pessoa da Silva, ao presidente da província, José Martins Pereira de Alencastre, 25 de agosto de 1866. APA, caixa 161.
[700] RIBEIRO, José Iran. Soldados ou Cidadãos guardas nacionais: diversidade e possibilidades nas mobilizações das forças imperiais para a Guerra dos Farrapos. *História: Debates e Tendências*. Revista do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo, v. 12, n. 1, jan./jun. 2012, p. 139-153, p. 140.
[701] SILVA, Wellington Barbosa da. Op. cit., 2014, p. 181-183. José Iran Ribeiro também fala do problema da insubordinação dos guardas nacionais de Santa Catarina e do terror causado por estes à população, em decorrência das péssimas condições de trabalho destes, em 1831. Para saber mais ver RIBEIRO, José Iran. Op. cit., 2012, p. 139-153.
[702] OFÍCIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina, Olavo Eloy Pessoa da Silva, ao presidente da província, José Martins Pereira de Alencastre, 25 de agosto de 1866. APA, caixa 161.
[703] Id.

Porém, ele não só não foi atendido como perdeu mais poderes na Colônia. Uma consequência dessa perda de autoridade foi o ofício do presidente da província das Alagoas, José Martins Pereira de Alencastre, datado do dia 12 de outubro de 1866, que o exonerou dos cargos de subdelegado e recrutador. Embora não tenhamos conhecimento do conteúdo do ofício, é possível admitir que uma das razões para a exoneração foi o abuso de autoridade e o rigor no cumprimento das suas funções (fato que se confirma mais adiante com uma *Representação dos Moradores da Colônia contra o diretor*). Olavo Pessoa se viu injustiçado pelo fato de não ter sido ouvido pelo presidente a respeito do estado de desmoralização da Colônia e do cumprimento dos seus atos, que, para ele, visavam, tão somente, à manutenção da ordem, sem a qual não poderia haver "segurança nem confiança na marcha do serviço público"[704].

Os conflitos revelaram as divergências profundas entre o diretor Olavo Pessoa e o vice-diretor Augusto Ramalho, chegando a ameaçar a própria existência da Colônia. A quebra de disciplina e hierarquia militar era o maior sintoma dessas divergências. Ramalho questionava o poder de comando de Pessoa da Silva. Ele não só se recusava a cumprir as suas ordens, como também se colocava na mesma hierarquia do diretor. É o que pode ser depreendido do ofício de Ramalho ao diretor Pessoa, datado de 27 de outubro de 1866, quando aquele justificava sua recusa a participar de uma diligência solicitada por este:

> Deixo de dar cumprimento porque como sabe não sou aqui autoridade policial e sim vossa mercê a quem somente compete tais diligências; acrescendo ainda mais que como vice-diretor, não posso receber portarias suas, pois que sou aqui um empregado de igual categoria e ambos oficiais de patentes subalternas[705].

Para Olavo Pessoa da Silva, essa recusa era uma afronta não apenas a sua autoridade, mas a toda disciplina e hierarquia militar e do serviço público em geral, já que Ramalho se recusava a cumprir as suas ordens e os seus próprios deveres. No mesmo dia 27, o diretor recorre ao regulamento geral da Colônia (artigos 13º, 16º e 22º), de 9 de novembro de 1850 – para "o bem da disciplina militar e marcha do serviço público" –, condena a atitude de Ramalho e ordena sua prisão[706].

---

[704] OFÍCIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina, Olavo Eloy Pessoa da Silva, ao presidente da província, José Martins Pereira de Alencastre, em 12 de outubro de 1866. APA, caixa 161.
[705] OFÍCIO do vice-diretor da Colônia Militar Leopoldina, Augusto Pereira Ramalho, ao diretor da mesma, Olavo Eloy Pessôa da Silva, em 27 de outubro de 1866. APA, caixa 161.
[706] OFÍCIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina, Olavo Eloy Pessoa da Silva, ao presidente da província, José Martins Pereira de Alencastre, 27 de novembro de 1866. APA, caixa 161.

No dia seguinte, 28 de outubro de 1866, Pessoa da Silva envia outro ofício ao presidente detalhando os atos de insubordinação de Ramalho e solicitando sua demissão. Na visão do diretor, a indisciplina contrariava os deveres de subordinação nesses estabelecimentos militares, ao passo que a disciplina constitui a razão de ser do militar[707]. Desse modo, "autorizado pelos incisos 1º, 2º e 3º do artigo 3º do regulamento especial de 12 de setembro de 1851", o diretor pedia a demissão do vice-diretor Ramalho, o que, por um lado, igualava este aos sujeitos turbulentos, rixosos e viciosos que se tornaram nocivos ao regime e tranquilidade da Colônia; e, por outro, o igualava também aos empregados que se tornaram omissos no cumprimento do seu dever[708].

Apesar de não ter respostas do presidente, Pessoa da Silva fazia uso de todos os meios para manter a sua autoridade e a ordem na Colônia, sobretudo com o uso da força. Isto lhe rendeu não apenas conflitos com os seus subordinados, conforme vimos acima, mas também com os moradores do lugar, o que levou a uma representação destes contra a sua administração.

5.4 Representação dos moradores da Colônia Militar Leopoldina contra o tenente diretor Olavo Eloy Pessoa da Silva

Apesar do peso das armas e da disciplina autoritária do diretor Olavo Pessoa, os moradores da Colônia reagiram aos seus abusos de poder, inclusive chegando a produzir um abaixo assinado (representação) relatando, detalhadamente, esses abusos. Trata-se de uma "Representação dos Moradores da Colônia Contra o Tenente Olavo Eloy Pessoa da Silva"[709]. Nessa representação, os moradores citam vários casos de atos arbitrários do diretor cometidos contra os colonos e os seus oficiais subordinados. Apesar de ser um documento longo, consideramos importante trabalhar cada elemento da denúncia, pela riqueza de detalhes e por ser um resumo dos últimos atos daqueles que fizeram a Colônia Militar Leopoldina.

Embora a representação contra o diretor Olavo Pessoa seja assinada pelos negociantes e proprietários, ela representava o sentimento de revolta e indignação dos moradores da

[707] OFÍCIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina, Olavo Eloy Pessoa da Silva, ao presidente da província, José Martins Pereira de Alencastre, 28 de novembro de 1866. APA, caixa 161.
[708] BRASIL. COLEÇÃO DE LEIS DO IMPÉRIO DO BRASIL. Decreto nº 820, de 12 de setembro de 1851, que Aprova o Regulamento da Colônia Militar Leopoldina, estabelecida na província de Alagoas. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1851.
[709] Representação dos Moradores da Colônia Militar Leopoldina Contra o Tenente Olavo Eloy Pessôa da Silva, 3 de novembro de 1886. APA, caixa 161.

Colônia. Ao contrário do que afirmava o diretor, não foram as administrações passadas as responsáveis pela perturbação da ordem e inquietação da população, mas a sua própria postura violenta e arbitrária. Nas palavras dos próprios moradores:

> Convencidos dos princípios de justiça absoluta com que costuma V. Ex.ª zelar os atos de sua sábia e benéfica administração, cansados de sofrer a pressão violenta e arbitrária com que o tenente Olavo Eloy Pessoa da Silva, diretor e subdelegado da referida Colônia exerce ali tais cargos, vêm, por isso, cheios de esperança requerer a V. Ex.ª uma providência em ordem a estabelecer a tranquilidade, a paz pública e doméstica que outrora gozavam todos aqueles habitantes, quando foram governados e dirigidos pelos antecessores desse diretor, verdadeiro elemento de perturbação, desordem e inquietação de uma população ordeira, pacífica e laboriosa[710].

Se a maior autoridade da Colônia havia se tornado uma ameaça para os colonos, só o presidente da província poderia barrar as arbitrariedades do diretor Olavo Pessoa. Os moradores apelavam para o restabelecimento da ordem e da tranquilidade pública, quebrados pelo governo desse mesmo diretor. Essa foi a justificativa dada pelos moradores ao presidente da província para a representação contra o tenente Olavo Eloy Pessoa da Silva. O adjetivo cansado é um indicativo de que essa situação não era incomum para os moradores. Pode-se verificar tal realidade, por exemplo, na lista dos oito itens destacados na representação como sendo prova dos abusos de poder cometidos pelo diretor. Segundo a denúncia dos moradores, esses abusos seriam uma prática cotidiana conhecida por todos pela "[...] sua notoriedade ostentação com que são cometidos"[711].

O uso abusivo da força e a humilhação dos moradores seriam a marca deixada pelo diretor Pessoa da Silva no seu breve tempo de governo. Logo que chegou à Colônia, deixou clara a sua postura violenta e autoritária, insultando os moradores e ameaçando-os de recrutamento, prisão e castigo físico sem distinção. Para tanto, afirmava "[...] que dispunha de força precisa e contava, sem dúvida, que seus atos merecerão aprovação do Exmo. governo, de quem aliás tinha facilidade absoluta, não se fez esperar em seu propósito e passou das palavras aos fatos"[712].

Governar pelo medo, esta foi a política de controle social adotada pelo diretor Pessoa da Silva para administrar a Colônia. Mais do que governar pelo regulamento, pela ordem e disciplina militar, o diretor resolveu governar pelo medo. Medo imposto pela ameaça de

---

[710] Representação dos Moradores da Colônia Militar Leopoldina Contra o Tenente Olavo Eloy Pessoa da Silva, 3 de novembro de 1886. APA, caixa 161.
[711] Id.
[712] Id.

recrutamento, insultos, prisão e, sobretudo, pelas armas, pois, como dizia ele, só com "[...] pólvora e bala é que se pode governar a Colônia". Isto é o que podemos depreender da fala dos moradores, ao relatarem os fatos logo nos primeiros dias após a sua chegada:

> No primeiro dia de feira, que se seguiu a infeliz chegada desse diretor, mandou ele postar piquetes em todas as entradas das ruas e prender na reunião do povo, indistintamente, casados e solteiros e conduzi-los a sua presença, onde eram atordoados de gritos e insultos tais que amedrontavam a vizinhança, deixando a população sobressaltada e espavorida, como ainda vive pela triste e dolorosa recordação das cenas de sangue que por aquelas matas se deram, porque ele no furor de sua loucura grita que com pólvora e bala é que se pode governar a Colônia, *este lugar cuja paz, ordem e obediência está atestado por documentos oficiais constantes da secretaria do governo de V. Ex.ª*. E foi assim que uma feira criada a tanto custo e despesas dos suplicantes, e que, aliás, marchava progressivamente com suma vantagem a população e comércio nascente, se reduziu a nada em prejuízo e detrimento geral de todos, que viam ali o pronto recurso de gênero alimentício e a esperança progressiva da localidade[713].

Além de apelar à "justiça" do presidente da província, os moradores apelavam também para os documentos oficiais como prova de que os conflitos nas matas já haviam sido superados. Ou seja, os documentos atestavam que antes da chegada do diretor Pessoa da Silva a paz, a ordem e a obediência predominavam na Colônia. Na visão desses moradores, em vez de garantir a conquista da civilidade, as atitudes do diretor apavoravam tanto que lembravam as dolorosas "cenas de sangue" do passado.

Outra evidência das consequências das arbitrariedades de Pessoa da Silva foi a decadência da feira. De acordo com a representação, antes da intervenção deste na feira, exigindo "passaporte de boa conduta" dos moradores – prendendo no tronco aqueles que não apresentavam –, a feira marchava progressivamente, favorecendo o acesso da população aos gêneros alimentícios e o desenvolvimento do nascente comércio. O item 3 do documento esclarece melhor esta questão:

> Essa exigência tem o diretor estendido até os escravos que vem trazer cargas de seus senhores! Dos inspetores de quarteirão, tem ele tornado responsável por essa ordem, resultando já na prisão de um deles, que passou pelo dissabor de ser agarrado pelo cós e assim apresentado ao mesmo diretor pelos soldados do destacamento[714].

Não bastavam as "pessoas de critério" atestarem a boa conduta dos moradores, pois sem a documentação exigida, eles não mereciam confiança do diretor. Até os escravos que

---

[713] Representação dos Moradores da Colônia Militar Leopoldina Contra o Tenente Olavo Eloy Pessoa da Silva, item 2, 3 de novembro de 1886. APA, caixa 161. Grifo nosso.
[714] Ibid., item 3.

ajudavam os seus senhores na feira foram obrigados a apresentar esses documentos. Os inspetores de quarteirão faziam a linha de frente do policiamento cotidiano na Colônia, sendo os responsáveis pelo policiamento ostensivo e pelo cumprimento das ordens do diretor (que também era subdelegado)[715], resultando, inclusive, na prisão de um escravo.

Tabela 2 - Mapa demonstrativo dos quarteirões do distrito da subdelegacia da Colônia Militar Leopoldina, com declaração das léguas que distam deste povoado, nº de almas e fogos que eles compõem (1867).

Para o 1º Distrito					
Quarteirões	**Denominação**	**Nº de Almas**	**Nº de Fogos**	**Distância**	**Inspetores**
1	Povoação	157	40	Dentro	Francisco de Albuquerque
2	Idem	178	49	Idem	Manoel F. Jatobá
3	Sapé	110	25	½ légua	Manoel Lopes Barbosa
4	São Bernardo	123	25	3 léguas	Manoel C. Jatobá
5	Porto da Folha	235	53	2 léguas	Manoel F. da Silva
6	Macuquinha	257	57	1 légua	Francisco Avelino
7	Marraiá	206	39	2 léguas	Manoel Luiz de M. Lima
8	Maricas	125	22	4 léguas	Bernadino Vieira
9	Taquara	125	20	1 légua	Manoel José de Souza
Para o 2º Distrito					
10	Cova de Negra	429	80	4 léguas	Joaquim H. da Silva
11	Pelões	722	51	8 léguas	João F. Peixoto
12	Boca da Mata	105	17	9 léguas	Carlos M. da Costa
13	Roçadinho	382	65	8 léguas	Silvino da Costa Agra
14	Imprensa	155	44	9 léguas	Pedro Gomes da Silva

Fonte: APA/CML. Augusto Pereira Ramalho, vice-diretor em exercício da Colônia Militar Leopoldina, 08 de fevereiro de 1867, caixa 161.

A Colônia possuía 13 léguas de extensão, subdividida em 2 distritos e 14 quarteirões, cada um contando com um inspetor para o policiamento. Entretanto, observando a tabela percebemos que, embora o 1º distrito tivesse mais quarteirões próximos ou dentro da Colônia, o total de habitantes (1.516) era menor em relação ao total de habitantes do 2º distrito (1.793), ainda que este possuísse a metade dos quarteirões do 1º e tivesse, em média, a 7.6 léguas de distância da Colônia.

A partir destes dados podemos fazer algumas analogias: a) o 1º distrito era mais policiado, na medida em que cada inspetor ficava responsável pela segurança de 168.3 habitantes (em média) contra 358.6 habitantes do 2º distrito; b) ou seja, os inspetores do 2º distrito deveriam policiar, em média, mais do que o dobro de habitantes do 1º; c) para complicar o trabalho dos inspetores do 2º distrito, os quarteirões sob suas responsabilidades ficavam distantes do centro administrativo, dificultando o pedido de socorro e reforço policial nos momentos de conflito. Este é o caso, por exemplo, de Roçadinho e Pelões, que foram

[715] Para saber mais ver SILVA, Wellington Barbosa da. Op. cit., 2014, p. 172-174.

acusados pelo diretor Olavo Eloy Pessoa da Silva, de serem lugares habitados por "criminosos", dificultando o trabalho dos inspetores[716].

As arbitrariedades do diretor ficavam mais evidentes no processo de recrutamento forçado dos moradores. Como primeira autoridade da Colônia e recrutador, ele mandava prender todos aqueles que julgava serem capazes de assentar praça. Os inspetores se transformavam em caçadores de homens, obrigados a prender quem quer que seja, a pretexto de "[...] evitarem descomposturas, gritos e ameaças", pois era expressamente recomendado que "[...] prendam a todos – quer torto, quer cego e quer aleijado – porque ele, como recrutador, era o médico e o único que sabia dos que devem assentar praça". Com a suspensão do recrutamento, os presos retornaram à Colônia, mas foram obrigados a pagar três mil quinhentos e vinte réis (3$520) pela liberdade de cada um, "[...] não obstante, estarem esses recrutas de cabelos cortados e barba feita, como por ele fora determinado"[717].

O recrutamento forçado era a face mais aterrorizante do governo de Olavo Pessoa. Perseguições, castigos físicos e prisões eram os instrumentos utilizados para o recrutamento. A ordem era recrutar a todo custo os homens da Colônia. Para tanto, o diretor mandou cercar casas e "corrê-las" altas horas da noite, acordando os moradores a ponta de baionetas; e caso não encontrasse os potenciais recrutas, os encarregados das prisões deveriam prender mulheres, crianças e velhos. Foi justamente o que ocorreu nos povoados Riacho das Pedras e Macuca,

> Onde vieram mulheres e meninos, declarando as infelizes vítimas de seu rancor onde seu mal pensar, que só voltariam [seriam libertas], quando elas lhe fizessem apresentar os filhos, maridos, primos; chegando a querer imbuir que o recruta é criminoso e, por conseguinte, sujeito a todos os rigores da lei[718].

Como subdelegado e recrutador, o diretor Pessoa da Silva não mediu esforços para preencher as fileiras do Exército, chegando, inclusive, a violar o regulamento especial da Colônia, que proibia o recrutamento dos colonos. Entretanto, em "tempos de guerra" (do Paraguai), isso não parecia ser uma prática isolada e fora do comum, pois

---

[716] Olavo Pessoa da Silva chega, inclusive, a pedir reforços do subdelegado da Lage do Canhoto pela proximidade deste lugar com aqueles quarteirões. RELATÓRIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina, Olavo Eloy Pessoa da Silva, ao presidente da província, José Martins Pereira de Alencastre, em 1 de outubro de 1866. APA, caixa 161.

[717] Representação dos Moradores da Colônia Militar Leopoldina Contra o Tenente Olavo Eloy Pessoa da Silva, 3 de novembro de 1886, item 4. APA, caixa 161.

[718] Ibid., item 8.

> Para preencher as fileiras, o Estado adotou alguns métodos modernos, mas, em última instância, dependeu fortemente do recrutamento forçado. A escala de mobilização levou as autoridades a violar as normas que previamente se restringiam aos 'desprotegidos'.[719].

Conforme argumenta Peter Beattie, "A intromissão da autoridade pública na vida privada [dos pobres] nunca fora tão difusa ou contínua; ela deslocou o equilíbrio de poder entre os mundos da casa e da rua"[720]. Os moradores resistiam de todas as formas a esse autoritarismo crescente, seja fugindo do recrutamento ou dos trabalhos na Colônia, mesmo correndo o risco de castigo físico e prisão. Foi o caso do colono Manuel Dantas, que depois de se recusar a trabalhar na faxina e fugir, o diretor manda prender a sua mulher, que havia dado a luz há seis dias, "[...] sentenciando-a a permanecer ali até que se apresentasse Manuel Dantas"[721].

Em nome da "disciplina" ou do "bom comportamento", os colonos tinham sua vida devassada pelo diretor. Nem mesmo os oficiais escapavam. Foi o ocorrido, por exemplo, com o oficial de justiça Manuel Estevão de Jesus, que foi chamado pelo diretor para corrigir sua mulher, pois esta seria acusada de "má fama", por ter péssimo comportamento e violar o leito conjugal. Isto é o que nos informa o item 6 da representação, acerca da intromissão do diretor na vida privada dos colonos:

> Como sucedeu com Manoel Estevão de Jesus, oficial de justiça, casado e morador de um povoado da colônia, a quem o mesmo diretor mandara chamar na secretaria da diretoria e perante a guarda do quartel e algumas pessoas, que corriam a feira; gritava em altas vozes ao mesmo Manoel de Jesus, dizendo-lhe por fim: "veja que sua mulher tem má nomeada, que se comporta pessimamente, violando o tálamo conjugal, portanto faça-lhe ver que se continuar assim sacudo-a para fora da colônia". O mísero marido, com lágrimas nos olhos, apenas fez ver ao diretor que na qualidade de chefe de família nada lhe contava[722].

O diretor Pessoa da Silva rompia os limites entre o público e o privado. Seu poder era absoluto na Colônia, acumulando a função de administrador, polícia e juiz. Ninguém deveria se desviar da "moral". Até mesmo a "violação do leito conjugal" era considerada um desvio da disciplina e do bom comportamento, sendo punida com expulsão da Colônia. Além do castigo físico e da prisão, a humilhação em público era outra forma de correção muito

[719] BEATTIE, Peter. Op. cit., 2009, p. 73.
[720] Id.
[721] Representação dos Moradores da Colônia Militar Leopoldina Contra o Tenente Olavo Eloy Pessoa da Silva, 3 de novembro de 1886, item 5. APA, caixa 161.
[722] Ibid., item 6.

utilizada pelo diretor. Isso pode ser demonstrado na forma como o diretor chama a atenção de Manoel de Jesus.

Neste mesmo sentido, podemos citar também o caso do morador José Francisco, casado e oficial de carpina, que, por estar embriagado, "[...] foi arrastado pelas ruas para a prisão, sendo vítima de maus tratos pela força que o fora prender". E qualquer um que divergisse das ordens e das práticas do diretor poderia ter o mesmo destino. Esse foi o caso do ex-colono de 1ª classe, José Raymundo, que pelo fato de ter lastimado a sorte do seu concidadão foi preso e arrastado para o tronco, "a fim de fazer companhia a seu infeliz camarada"[723] e servisse de exemplo aos demais, uma forma de castigo muito próximo à dos escravos.

Talvez esses relatos se aproximem de uma narrativa ficcional, mas isso não significa estipular nenhum critério de verdade ou falsidade. Concordamos com Natalie Davis quando define por ficcional "[...] não apenas os elementos fictícios, mas sim – usando um sentido amplo, da *raiz fingere* – os elementos formadores, modeladores e construtivos: a elaboração de uma narrativa". Davis lembra que este artifício da ficção não significa falsidade de um relato, mas a possibilidade de "verossimilhança ou verdade moral" [724].

Os moradores concluem a representação solicitando a demissão de Pessoa da Silva do cargo de diretor, pois, do contrário, só o desespero poderia tomar conta dos seus atos. Isso demonstra o fato de que eles não respeitavam mais a autoridade do diretor – pois ele já não tinha mais legitimidade – ameaçando, inclusive, se rebelarem contra os seus abusos. É a conclusão a que chegamos sobre a representação contra o tenente Olavo Eloy Pessoa da Silva, endereçada ao presidente da província das Alagoas:

> Confiamos na retidão e justiça de V. Ex.ª, de quem esperamos as providências que julgar acertadas em sua alta sabedoria, a fim de evitar maiores males, visto que não podemos nos responsabilizar por qualquer ato de desespero, pois nos vemos na triste contingência de abandonar nossas propriedades para declinarmos qualquer responsabilidade que tais abusos possam provir, visto que só a V. Ex.ª tudo confiamos[725].

[723] Representação dos Moradores da Colônia Militar Leopoldina Contra o Tenente Olavo Eloy Pessoa da Silva, 3 de novembro de 1886, item 7. APA, caixa 161.
[724] DAVIS, Natalie Zemon. *Histórias de Perdão*: e seus narradores na França do Século XVI. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 17-18.
[725] Representação dos Moradores da Colônia Militar Leopoldina Contra o Tenente Olavo Eloy Pessôa da Silva, 3 de novembro de 1886, item 8. APA, caixa 161.

É interessante pensarmos nos motivos – da "triste contingência" – que poderiam levar comerciantes, proprietários e moradores da Colônia a abandonar as suas propriedades. Seria uma atitude extrema (subversiva), que só poderia ser explicada e justificada como reação às arbitrariedades do diretor e ao estado de terror criado por este. Eles haviam passado pelo "tempo de sangue" nas matas e estavam em processo de consolidação da civilidade, nos moldes do Estado imperial. Os abusos do diretor significavam um retrocesso e uma ameaça a esse processo. Isso explica as variadas formas de resistência relatadas na representação e o apelo feito à presidência da província – como único instrumento de justiça reconhecido pelos moradores – para destituir Olavo Pessoa da Silva do cargo e evitar a possibilidade concreta de uma revolta contra ele.

Mas o que explica as atitudes tão autoritárias do diretor Olavo Pessoa, justamente no período de desmilitarização da Colônia? As respostas podem ser encontradas no contexto de sua administração e no perfil de sua formação militar. Primeiro, ele era um militar com "tributo de sangue" prestado ao país. Segundo, além de diretor, ele era subdelegado e recrutador, que respondia às exigências da Guerra do Paraguai, para reforçar o quadro de praças do Exército, adotando como prática comum o recrutamento forçado. Terceiro, ele já havia atuado em algumas batalhas e enfrentado um atentado nos primeiros meses de sua gestão à frente da Colônia. E, por último, o seu corpo de soldados e oficiais era bastante reduzido e alguns dos seus subordinados não conquistaram a sua confiança.

O medo e a desconfiança alimentaram tanto o governo de Olavo Pessoa quanto a resistência dos moradores da Colônia. Isto não significa dizer que o governo de Olavo Pessoa estava em desacordo com o regime militar da Colônia; ele apenas levou as últimas consequências os propósitos deste. O problema era que os moradores viviam uma nova fase do projeto civilizador – às vésperas da autonomia política – e não admitiam mais o autoritarismo do passado, pois na medida em que a paz e a ordem pública se tornaram uma realidade, a consciência cívica destes era cada vez maior.

A representação dos moradores encontrou eco na presidência da província com a destituição dos cargos de subdelegado e recrutador, além da retirada do destacamento da Guarda Nacional, diminuindo os poderes de Olavo Pessoa, deixando-o ainda mais isolado e sem guarnição policial para fazer a sua segurança e a da Colônia. O governo dava mais um passo decisivo para a desmilitarização e emancipação política da Colônia Militar Leopoldina.

O regime militar tinha se tornado um peso para os cofres públicos e, paradoxalmente, uma ameaça à estabilidade política da Colônia e da província.

O presidente manda o comandante superior do município de Porto Calvo – Jacinto Paes de Mendonça – recolher o destacamento existente na Colônia. Num tom dramático e desesperado, o tenente Olavo Pessoa da Silva considerou este ato o decreto de sua completa desmoralização diante da população do lugar, pois se com a força armada ele já era desrespeitado, sem ela para garantir a ordem, sua autoridade estaria sujeita aos maiores insultos e sem nenhuma garantia de vida[726]. Um exemplo dessa desmoralização, segundo o próprio Olavo Pessoa, foi dado pela mulher do vice-diretor Augusto Pereira Ramalho e seus companheiros, que – logo depois das últimas resoluções do presidente a seu respeito – foram à capital e, "em público e altas vozes", dirigiram contra ele "os maiores insultos e palavras injuriosas".

Outra consequência da representação dos moradores foi o pedido de afastamento do próprio Olavo Pessoa da Silva da direção da Colônia. Para ele, só com força armada seria possível conseguir a manutenção da ordem na Colônia; sem ela restava-lhe pedir a Sua Ex.ª que fosse recolhido à capital. Para comprovar tais argumentos, o diretor solicitou ao presidente que mandasse uma "[...] autoridade imparcial – o comandante Jacinto Paes de Mendonça – nos dias de feira (sábado) para tomar conhecimento dos fatos"[727].

Na verdade, Olavo Pessoa já havia pedido licença do cargo de diretor, em 18 de outubro de 1866, por um período de três meses, justificando o seu estado de saúde fragilizado pelo acúmulo de funções como diretor, subdelegado e recrutador, "sem ter ao menos um escrivão nem pessoa neste lugar habilitada". Em virtude do agravamento do seu estado de saúde, o diretor apelava para o presidente da província:

> Peço à V. Ex.ª, que em vista dos meus antigos sofrimentos como se depreende da cópia junta que submeto a consideração de V. Ex.ª se digne dar-me três meses de licença para nesta capital procurar medicamente melhorar de alguma forma dos meus padecimentos que presentemente se têm agravado[728].

Parece que o diretor não foi atendido, pois, como vimos acima, ele continuou à frente da direção da Colônia, enfrentando conflitos internos e o descontentamento crescente dos

[726] OFÍCIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina, Olavo Eloy Pessoa da Silva, ao presidente da província, José Martins Pereira de Alencastre, 12 de novembro de 1866. APA, caixa 161.
[727] Id.
[728] OFÍCIO do diretor da Colônia Militar Leopoldina, Olavo Eloy Pessoa da Silva, ao presidente da província, José Martins Pereira de Alencastre, em 18 de outubro de 1866. APA, caixa 161.

colonos, o que deve ter agravado ainda mais o seu estado de saúde. Entretanto, no dia 26 de dezembro, o presidente concede a licença a Olavo Pessoa da Silva e Augusto Pereira Ramalho assume interinamente a direção da Colônia até a sua emancipação[729].

5.5 A caminho da emancipação

A Colônia Militar Leopoldina já havia cumprido com o seu papel de pacificação e povoamento das matas norte de Alagoas. O regime militar tinha se tornado um instrumento de controle social anacrônico tanto para o governo quanto para a população. Mesmo com a redução das despesas, a manutenção da Colônia e de seu corpo administrativo tinha se tornado insustentável aos cofres públicos. O relatório do presidente da província, José Martins Pereira de Alencastre, datado de 10 de junho de 1867, já confirmava esse quadro:

> Em fevereiro deste ano, visitei a colônia Leopoldina, e declaro a V. Ex.ª que esperei encontra-la em melhor pé de prosperidade. Este estabelecimento tem custado ao estado a enorme soma de 370:000$000 réis, e conquanto tenha procurado por todos os meios restringir as despesas com essa colônia, o pessoal de sua administração ainda absorve, anualmente, alguns contos de réis. [...] Hoje, o desenvolvimento e progresso dessa parte da província exige que seus habitantes sejam emancipados e entrem em regime comum[730].

Para Pereira de Alencastre, embora a Colônia não tivesse alcançado o progresso desejado, o projeto civilizatório nas matas estava consolidado. Na visão de Alencastre. as temíveis matas incultas de Jacuípe – outrora dominadas por povos rebeldes e "criminosos" – agora, estava "povoada por uma população pacífica e industriosa"[731]. Portanto, o grau de desenvolvimento alcançado pela Colônia dava condições para sua emancipação, saindo do regime militar para o civil.

O próprio presidente pressionava pela emancipação da Colônia. Por isso, "[...] fez ver ao governo imperial a conveniência dessa medida", além da criação "[...] de uma freguesia e abertura de uma estrada da margem do Jacuípe para via-férrea de Pernambuco, [que] são com razão as aspirações daquele povo"[732]. A comunicação entre a margem do Jacuípe e a via-

[729] OFÍCIO do diretor interino da Colônia Militar Leopoldina, Augusto Pereira Ramalho, ao presidente da província, José Martins Pereira de Alencastre, em 26 de dezembro de 1866. APA, caixa 161.
[730] RELATÓRIO do presidente da província, José Martins Pereira de Alencastre, em 12 de novembro de 1866. APA, caixa 161, p. 15.
[731] Id.
[732] Ibid., p. 16. A estrada foi construída no governo de Antonio Moreira de Barros, ligando a extinta Colônia Leopoldina à estação de Trombetas, na via-férrea de Pernambuco, facilitando as relações e o desenvolvimento do comércio entre os povos das duas províncias. Ver RELATÓRIO do presidente da província das Alagoas,

férrea de Pernambuco continuava sendo estratégica para o progresso da região. Daí a necessidade de uma estrada para ligar os dois lados da fronteira.

A situação de abandono dos prédios públicos da Colônia – sobretudo o palacete e a cadeia – era um sintoma do desmonte da estrutura militar. O palacete abrigava o diretor e a cadeia havia sido construída para os criminosos das matas. Eram os dois principais pilares de sustentação do estabelecimento militar. O primeiro representava o principal poder da Colônia. Já o segundo, a capacidade de coerção e policiamento. O seu abandono era mais um sinal de que a Colônia caminhava para o domínio da sociedade civil. Já havia compradores interessados, o que reforçava a proposta do presidente Pereira de Alencastre de vender os edifícios públicos para acelerar o processo de emancipação; com exceção do palacete e da cadeia, que deveriam ser adquiridos pelo Estado para serem reconstruídos e servir à futura Vila de Colônia Leopoldina, a exemplo do palacete, que poderia ser transformado na casa da câmara. Podemos depreender tais medidas do relatório de Pereira de Alencastre[733].

No dia 26 de dezembro de 1866, Augusto Pereira Ramalho assume interinamente o comando da Colônia e denuncia o estado de abandono deixado pelo seu antecessor. Prédios públicos deteriorados, sem empregados até mesmo para executarem os serviços elementares, as fontes de arrecadação desarrumadas e sem uma economia autossuficiente; tudo corroborava para a sua emancipação. Embora Ramalho reivindicasse a recontratação dos empregados (guardas nacionais) demitidos por Olavo Pessoa, seu relato já era um indicativo de que a manutenção desse estabelecimento militar pelo Estado era inviável. Isto é o que evidencia o seu ofício:

> Encontrando as arrecadações em completo desarranjo; os remédios da antiga botica atirados a granel com os demais objetos, bem como os utensílios de engenharia, todos enferrujados e amontoados na antiga oficina de carpina; a casa da capelania com os dois cantos da cornija caídos com as chuvas; a frente de uma casa que está alugada quase a desmoronar-se, tendo já caído um pedaço da cornija; o cemitério feito pasto de animais por falta de cerca; e os livros escriturados somente até fins de julho e não tendo por quem possa chamar para se encarregar desses serviços vou pedir a V. Ex.ª que se digne de conceder-me permissão para chamar os treze homens que aqui se achavam empregados na faxina no caráter de guardas nacionais destacados[734].

Antonio Moreira de Barros, apresentado à Assembleia Legislativa na 2ª sessão da 17ª legislatura, em 1 de outubro de 1867. Typographia do Jornal O Progressista.

[733] RELATÓRIO do presidente da província, José Martins Pereira de Alencastre, em 12 de novembro de 1866. APA, caixa 161, p. 16.

[734] OFÍCIO do diretor interino da Colônia Militar Leopoldina, Augusto Pereira Ramalho, ao presidente da província, José Martins Pereira de Alencastre, em 26 de dezembro de 1866. APA, caixa 161.

A administração de Olavo Pessoa da Silva representou o desmonte da Colônia Militar Leopoldina. Tal constatação ficou evidente com a diminuição das verbas públicas para a manutenção da Colônia (conforme tabela 3), o abandono dos prédios públicos, a retirada ou demissão dos soldados e empregados e, por fim, pelos conflitos com os moradores, que não aceitavam mais a disciplina militar como forma de governo.

Tabela 3 - Resumo das Despesas feitas pela Colônia Militar Leopoldina, relativa ao pessoal (1851-1867)[735]

Despesas com Pessoal da Colônia (resumo dos anos 1851 a 1866)	
Ano	Valores em conto (milhões) de réis
1851	11:661$240
1852	33:379$186
1853	35:058$902
1854	38:773$166
1855	39:008$940
1856	23:068$340
1857	34:716$190
1858	26:591$265
1859	23:520$575
1860	24: 708$760
1861	18:295$940
1862	12:300$620
1863	12:483$576
1864	11:699$332
1865	7:951$420
1866	8:060$760
Despesa total líquida	361:277$212

FONTE: APA, Diretoria da Colônia Militar Leopoldina, 23 de fevereiro de 1866.

A tabela demonstra um aumento considerável nas despesas com pessoal da Colônia, desde a sua fundação até o ano de 1857, saltando de 11: 661$240 (1851) para 39:008$940 (1855); caindo um pouco para 34:716$190 (1857) e 23:520$575 (1859); terminando a década de 1850 com uma média de 29:530$867. Com exceção do ano 1856 (ano do cólera), podemos afirmar que aquela foi uma década de investimentos nos empregados da Colônia. Os anos 1851 e 1855 (de maior investimento) correspondem, justamente, ao período de consolidação da Colônia e indicam a necessidade de combate aos conflitos nas matas; daí o aumento das despesas. A partir de 1857, a Colônia retoma o desenvolvimento – iniciado em 1854 e

[735] Todas as despesas correspondem aos vencimentos dos oficiais, colonos, guardas nacionais e operários, além das gratificações aos empregados da Colônia. Colônia Militar Leopoldina (1851-1866). APA.

interrompido em 1856, com o cólera. Já a partir de 1859, quando o governo decide diminuir as despesas com pessoal, a colônia conquista a pacificação desejada nas matas e dá início ao seu processo de desmilitarização. Comparando com o gráfico 4, vimos que é justamente nesse mesmo período (1859 a 1866) que aumentam as dispensas dos colonos de 1ª e 2ª classes na mesma proporção que diminui o número de engajados desses mesmos colonos, reforçando a tese da desmilitarização.

Comparando com a colônia de Pimenteira, entre os anos 1852 e 1861, enquanto esta teve uma despesa de 101:482$015 réis[736], a de Leopoldina teve, no mesmo período, uma despesa de 297: 121$264 réis, uma diferença de quase 200%. Isso demonstra o fato de que Leopoldina tinha um grau de investimento bem acima da média, inclusive, acima da média de Pimenteiras, que era considerada, também, uma das poucas colônias militares mais prósperas. Ou seja, os dados só reforçam o desenvolvimento crescente da Colônia Leopoldina durante a década de 1850.

A partir do início dos anos 1860, houve uma diminuição significativa nessas mesmas despesas, refletindo a diminuição gradativa do pessoal empregado. Pode-se verificar essa realidade ao fazermos uma analogia simples entre as décadas de 1850 e 1860. Se compararmos as médias (em conto de réis) das décadas de 1850: 29:530$867 e 1860: 13:642$772, veremos que a redução no custeio de pessoal foi de mais de 100%. Por outro lado, se compararmos apenas as despesas do ano de 1860: 24:708$760 com as despesas do ano de 1866: 8:060$760, veremos que a redução foi ainda maior, de mais de 200%. Portanto, a julgar pelos dados, a administração de Olavo Pessoa da Silva só fez reforçar a tendência no processo de desmilitarização da Colônia, uma vez que o governo central não demonstrava interesse em contratar ou manter as despesas com pessoal.

Cabia a Ramalho administrar as ruínas da Colônia militar e preservar o pouco do patrimônio público que ainda restava. Mas como fazê-lo se o governo já havia decidido acabar com a Colônia militar? Se já não havia mais gente do mato a combater, a contratação de pessoal se justificava apenas pela conservação do patrimônio da Fazenda Nacional:

> Acresce mais, Exmo. Snr., que não tendo esta colônia pessoal algum, não pode esta diretoria fazer por conservar em bom estado os objetos e utensílios pertencentes à fazenda nacional, nem tão pouco mandar fazer faxinas diárias no quartel, secretaria e arrecadações e nem tão pouco ter quem me ajude na

[736] VASCONCELOS, José Rufino Rodrigues. Op. cit., 1867, p. 75.

> respectiva escrituração, por isso que um deles servia na secretaria na falta de escrivão cujo lugar se acha vago desde 1859[737].

Ramalho termina o ofício reforçando a necessidade de pessoal, além de demonstrar, com "[...] toda evidência possível, o despeito e rancor que presidiram o ato do tenente diretor Olavo Eloy Pessoa da Silva, quando dispensou esses homens do trabalho, sem outra razão a não ser a retirada do destacamento daqui existente"[738].

O pedido de pagamento das folhas de novembro e dezembro de 1866 e janeiro e fevereiro de 1867 para os guardas nacionais é um indicativo de que a solicitação de Augusto Ramalho parece ter sido atendida pela presidência da província, na medida em que o diretor interino justificava os dias que aqueles passaram aquartelados na Colônia:

> Tenho a honra de passar as mãos de V. Ex.ª os inclusos papeis pertencentes a esta colônia e relativos aos meses de novembro e dezembro do ano pretérito e janeiro e fevereiro findo [...] Nos papeis de novembro vai a folha em duplicata dos guardas nacionais, relativa aos dias que estiveram aqui aquartelados, deixando de organizar a da gratificação por não terem eles feito serviço de faxina nesses dias, e ouso pedir a V. Ex.ª a expedição de suas sabias ordens no sentido de ser ela paga com as demais folhas[739].

No dia 10 de agosto de 1867, Ramalho recebe ofício da presidência da província com cópia do Aviso do Ministério da Guerra, de 18 de junho de 1867, dando ciência da emancipação da Colônia Militar Leopoldina. Para tanto, Ramalho fez

> A entrega de todos os bens móveis e removentes, pertencentes à Fazenda Nacional, ao chefe da 1ª seção da tesouraria da fazenda, Tito de Abreu Fialho, comissionado pela dita repartição para este fim, cujo inventário, relação anexa e mapas dos ditos próprios, tenho a honra de passar a V. Ex.ª[740].

No inventário feito por Ramalho constavam: 37 objetos eclesiásticos; 41 utensílios de botica (um em mau estado); 20 prédios (três em mau estado); 1.415 objetos de armamento e munição, sendo 20 armas de adarme (duas em mau estado), 90 baionetas com bainha, 828 balas soltas, 385 cartuchos embalados (todos em mau estado), 2 cornetas de toque (uma em mau estado) e 90 cinturões; 7 instrumentos de engenharia (todos em mau estado); 22 objetos de secretaria; 2 objetos semoventes, sendo os dois bois mansos; 1 objeto de vidraçaria em mau estado; 34 objetos de marcenaria (todos em mau estado); 89 objetos de carpintaria (todos

[737] OFÍCIO do diretor interino da Colônia Militar Leopoldina, Augusto Pereira Ramalho, ao presidente da província, José Martins Pereira de Alencastre, em 26 de dezembro de 1866. APA, caixa 161.
[738] Id.
[739] OFÍCIO do diretor interino da Colônia Militar Leopoldina, Augusto Pereira Ramalho, ao presidente da província, José Martins Pereira de Alencastre, em 1 de março de 1867. APA, caixa 161.
[740] OFÍCIO do diretor interino da Colônia Militar Leopoldina, Augusto Pereira Ramalho, ao vice-presidente da província, João Francisco Duarte, em 9 de setembro de 1867. APA, caixa 161.

em mau estado); 11 objetos de pedreiros (todos em mau estado); 7 objetos de ferraria (todos em mau estado); 33 instrumentos rurais (todos em mau estado); 817 materiais de construção; além de 106 objetos de usos diversos (13 em mau estado), sendo 24 camas de hospital em bom estado.[741].

4.057 objetos (entre prédios, armas e materiais de construção), este era o patrimônio da Colônia Militar Leopoldina no ano de sua emancipação. Desse total, 587 estavam em mau estado de conservação. Tudo apontando para o abandono dos prédios públicos e das armas. Considerando ainda o total dos objetos em mau estado, 388 estavam ligados à segurança, reforçando o processo de desmilitarização, a partir da pequena quantidade de armas de fogo entregues e da grande quantidade de munições em mau estado, o que, provavelmente, refletia o número reduzido de soldados nos últimos anos da Colônia. Por outro lado, dos objetos em bom estado, a maioria – eclesiástico, utensílios de botica e materiais hospitalar e de construção – estava ligado à formação de uma sociedade civil.

Em sua proposta de reorganização das colônias militares, de 1867, José Rufino Rodrigues Vasconcelos afirmava que a colônia deveria ter uma população suficiente para "[...] emancipar-se e reger-se pelas leis ordinárias; isto é, deve formar uma freguesia com as respectivas autoridades"[742]. Nestas condições, Vasconcelos dava os exemplos das colônias agrícolas civis de Petrópolis, Morro-Queimado ou Nova Friburgo, capazes de emancipação. Das colônias militares, só as de Pimenteiras, em Pernambuco, e Leopoldina, em Alagoas estavam aptas a formar municípios. Das atuais, afirmava ainda Vasconcelos, "[...] nem daqui a cem anos atingirão o grau de prosperidade e aumento da população necessários para formarem corpos políticos"[743].

Entretanto, ao pensar no plano de restruturação e criação de novas colônias militares, Vasconcelos dizia que o critério da população era insuficiente para definir a sua emancipação, pois o fundamental era que elas se preparassem para as "[...] instituições liberais, que a constituição garante". O que quer dizer que, antes da emancipação, era preciso que as colônias educassem os colonos e sua família nas letras, na educação moral e religiosa, pois só assim eles poderiam adquirir os "hábitos convenientes à sua existência política", isto é, educar os

[741] INVENTÁRIO dos objetos a cargo do diretor alferes da Colônia Militar Leopoldina, Augusto Pereira Ramalho, e que passam a integrar a Tesouraria da Fazenda. Colônia Leopoldina, 9 de setembro de 1867. APA. Caixa 161.
[742] VASCONCELOS, José Rufino Rodrigues. Op. cit., 1867, p. 113.
[743] Id.

alunos para o respeito aos seus superiores, amor ao trabalho e aos seus severos princípios de ordem e morigeração[744].

Os conflitos existentes na administração de Olavo Eloy Pessoa da Silva podem nos levar a uma conclusão equivocada sobre a emancipação da Colônia Militar Leopoldina. Pela ótica de Rodrigues Vasconcelos, a Colônia atendia ao critério da população, mas será que tinha preparo suficiente para as instituições liberais, na medida em que a população contestava o autoritarismo do diretor e os conflitos entre as autoridades eram comuns, ameaçando a ordem e a hierarquia da Colônia? O ministro da guerra João José de Oliveira Junqueira respondia, em parte, esta questão ao admitir que "Na administração desses estabelecimentos há lacunas e notáveis inconvenientes: ou é o diretor investido de um poder ditatorial, ou é o almoxarife fiscal de si mesmo como escrivão". Logo, podemos levantar a hipótese de que a convivência política com os hábitos liberais não era problema para a população, pois esta já havia demonstrado, ao longo da gestão de João da Gama, que agia de acordo com o projeto civilizador da Colônia. As formas de resistência aos abusos cometidos por Olavo Pessoa, os quais foram denunciados pelo abaixo assinado dos moradores (a representação), é um exemplo dessa consciência política.

Com a saída de Olavo Pessoa do comando da Colônia, em 1867, a população restabelece sua "existência política" – na administração de Augusto Pereira Ramalho – e conquista a emancipação. Portanto, na perspectiva de emancipação de José Rufino Vasconcelos, o desenvolvimento econômico seria menos importante que os princípios liberais de respeito a ordem, propriedade, trabalho e religião. Paradoxalmente, a administração conturbada de Olavo Pessoa da Silva demonstrou que os colonos aprenderam a conviver com esses princípios, na medida em que ao lutar contra os abusos de poder do diretor Olavo, eles buscavam restabelecer a cidadania perdida de colonos. Assim sendo, além do peso econômico – representado pelas despesas com pessoal e pelo abandono dos prédios da Colônia – acreditamos que o preparo político da população contribuiu significativamente para sua emancipação e de que sua experiência serviu de base para o plano de reestruturação das colônias militares elaborado por Rodrigues Vasconcelos, ainda que este não tenha deixado isto explicito.

No relatório da subdelegacia da extinta Colônia, de 31 de dezembro de 1867, o subdelegado Manoel Cavalcante reforçava a retórica da "terra promissora". Para Cavalcante, a

[744] VASCONCELOS, José Rufino Rodrigues. Op. cit., 1867, p. 114-115.

povoação de Leopoldina tinha um grande potencial econômico, apesar do abandono de parte do patrimônio da antiga Colônia. Além dos prédios públicos, a povoação possuía ainda "9 casas de comércio, 2 padarias, uma carpintaria, 2 casas de sapateiros e uma loja de alfaiate, contendo nela 3 oficiais". Cavalcante destacava, sobretudo, o potencial agrícola da nova povoação. Para ele, "Esses terrenos se prestam a toda sorte de cultura pela sua fertilidade, existindo já 4 engenhos de fabricar açúcar, duas engenhocas de fazer rapadura e muitas maquinas de limpar algodão, entre elas duas movidas por água e uma por animais". O problema, dizia ele, continuava sendo os conflitos de terra, pois boa parte dessas terras ainda não havia sido demarcada, "[...] o que tem dado lugar a pequenas rixas e estragos" entre posseiros[745]. Isto demonstra o fato de que o projeto civilizatório não foi completo, pois apesar de alcançar certo êxito no controle político da gente das matas, ele não resolve o problema da terra.

A população da povoação aumentou, saindo de 3.309, em1866, para 3.558, em 1867. Não sabemos ao certo o porquê desse aumento – os dados são praticamente inexistentes para o último ano da Colônia – mas temos algumas hipóteses. Primeiro, acreditamos que o fim do regime militar tenha motivado a vinda de pessoas de fora. Segundo, as terras continuavam sendo um atrativo para os pequenos agricultores, embora estes só pudessem adquiri-la por meio da compra parcelada de lote. Terceiro, embora o governo tenha abandonado parte de seu patrimônio, ainda restava uma estrutura mínima que favorecia a atividade agrícola e comercial[746]. E, por último, o aumento da natalidade, já que a maioria da população era jovem e o número de casados era considerável. A Colônia Militar Leopoldina havia chegado ao fim, mas plantou as bases para uma futura sociedade civil e agrícola.

Será que a extinção da Colônia Militar Leopoldina se deu em função do seu sucesso relativo – uma vez que atingiu o seu objetivo principal, ao pacificar as matas – ou foi consequência da nova política de segurança nacional adotada pelo Império, que, em virtude da crise financeira, resolveu extinguir e reestruturar as colônias militares? Analisando os dados, chegamos à conclusão de que tanto a realidade local quanto a nacional contribuíram para a sua extinção; inclusive, transformando, a própria Colônia em uma das principais referenciais

[745] RELATÓRIO do subdelegado da povoação da extinta Colônia Militar Leopoldina, Manoel Cavalcante, entregue ao presidente da província, Antonio Moreira de Barros, em 31 de dezembro de 1867. APA, caixa 161.
[746] Ainda segundo o relatório do subdelegado Cavalcante, "[...] todo o terreno é coberto de matas e cortado por diversos riachos"; e mesmo com o desaparecimento de algumas madeiras nobres (pau amarelo, louro e cedro), ainda existiam "[...] muitas outras de qualidade que se prestam a edificação e marcenaria". RELATÓRIO do subdelegado da povoação da extinta Colônia Militar Leopoldina, Manoel Cavalcante, entregue ao presidente da província, Antonio Moreira de Barros, em 31 de dezembro de 1867. APA, caixa 161.

para criação do plano de reestruturação das colônias militares. Não podemos afirmar que isto é verdadeiro, mas é uma hipótese factível, na medida que Leopoldina foi uma das poucas colônias militares que atingiu o objetivo proposto pelo próprio governo imperial e tinha uma experiência exitosa a oferecer as novas propostas de colonização militar.

5.6 Extinção ou reorganização: que fazer com as colônias militares?

Alguns historiadores apontam três razões para o fim das colônias militares: a má administração, o fracasso econômico e o isolamento geográfico. Nesse contexto, é preciso considerar a situação macroeconômica do país, que elevou o gasto do Estado brasileiro com as dívidas internas e externas, sobretudo "[...] para cobrir gastos com a Independência, com rebeliões internas, com a guerra do Paraguai e com desastres naturais, todos eles de natureza improdutiva"[747]. A partir dessa constatação negativa da economia do país e das colônias militares, em parte, o governo central passa a dar prioridade apenas à reestruturação das colônias essencialmente militares, cuja função passaria a ser, exclusivamente, a proteção de nossas fronteiras.

Para David Wood, as colônias militares eram uma forma de perpetuar a vocação agrícola da nação, o que teria fracassado devido ao seu caráter militar e ao seu isolamento geográfico[748]. Wood cita três razões para o fracasso das colônias militares:

1. Seu isolamento geográfico: isoladas, subpovoadas, má administradas e distantes dos centros urbanos, a maioria se tornou um fiasco econômico e militar. Entretanto, para Wood, as colônias eram ainda menos efetivas do ponto de vista estratégico do que econômico[749];

2. Sua impotência econômica: segregadas das rotas de comércio e sem comunicação, ao invés de multiplicar a riqueza do país, as colônias se tornaram um peso econômico para o Estado[750];

3. As divergências das autoridades militares quanto à importância das colônias. Havia duas facções que se dividiam no ministério da Guerra: a primeira argumentava que apenas as colônias localizadas ao longo das fronteiras internacionais deveriam ser mantidas, pois as

[747] CARVALHO, José Murilo. 2012, p. 275.
[748] WOOD, David Lyle. Op. cit., 1972, p. 109-110.
[749] Ibid., p. 121-126.
[750] Ibid., p. 110.

outras não tinham significado militar; a segunda apontava para o papel vital das colônias militares nas estradas internas que teriam função estratégica em tempo de emergência nacional. Esta última posição foi a vencedora[751].

Para o ministro da Guerra, Visconde do Rio Branco, um dos maiores críticos do modelo de colonização militar dos anos 1850, as colônias militares não atenderam a sua principal função, a defesa das fronteiras nacionais. Porém, ele admitia que elas ainda poderiam ser um dos melhores instrumentos de guarda das nossas fronteiras – nos "[...] lugares longínquos e ainda desconhecidos – uma vez que sejam construídas metódica e estrategicamente" [752]. Para tanto, o ministro defendia, em 1872, uma restruturação dessas colônias, para que tivessem como objetivos específicos: a defesa das fronteiras e guarda dos rios; a catequese dos índios e, principalmente, a criação de uma repartição especial de colônias e presídios militares, cuja função seria o registro de colonos, estatística, organização do orçamento e tombamento do patrimônio de cada colônia. Desse modo, poderiam as colônias prestar valiosos serviços ao Estado; do contrário, continuariam improdutivas até o seu completo aniquilamento[753].

O também ministro da guerra João José de Oliveira Junqueira, além de corroborar com as críticas do Visconde do Rio Branco, acrescentou outros motivos para o fracasso das colônias militares. Segundo Junqueira, esses estabelecimentos em vez de proteger as fronteiras e garantir o limite territorial, foram criados para "[...] atender os interesses de certas localidades". Outro motivo seria a ausência de um "Conselho Administrativo ou Econômico" que fiscalizasse os atos dos diretores, pois uma das consequências dessa ausência foi o "inconveniente" poder autoritário dos diretores[754].

Junqueira também concordava com o Visconde do Rio Branco que era preciso reestruturar as colônias militares. Isso significava converter algumas em colônias agrícolas ou de outra espécie, como as penitenciárias, a exemplo da Bélgica; e outras, "[...] dar uma nova organização debaixo do sistema de defesa e de organização especial, como já foi proposto na

---

[751] WOOD, David Lyle. Op. cit., 1972, p. 147.

[752] BRASIL. Relatório do ministro e secretario de Estado dos negócios da Guerra, Visconde do Rio Branco, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 4ª sessão da 14ª Legislatura, em 1872. Rio de Janeiro, 1871, p. 33. Typographia Universal de Laemmert. Disponível em www.crl.edu.brazil/ministerial/justiça. Acesso em 24 abr. 2014.

[753] Ibid., p. 61.

[754] BRASIL. Relatório do ministro e secretario de Estado dos negócios da Guerra, João José de Oliveira Junqueira, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª sessão da 15ª Legislatura, em 1872. Rio de Janeiro, 1872, p. 60. Typographia Universal de Laemmert. Disponível em www.crl.edu.brazil/ministerial/justiça. Acesso em 24 abr. 2014.

Memória anexa ao relatório de um dos meus ilustres antecessores, que vos foi apresentado em 1867"[755]. O ministro Oliveira Junqueira estava se referindo ao texto "memória" de José Rufino Rodrigues Vasconcelos, que, em 1867, elaborou um plano de reestruturação para as colônias militares.

As propostas dos ministros Visconde do Rio Branco e João José de Oliveira Junqueira eram uma reprodução resumida do plano de restruturação apresentado por José Rufino Rodrigues Vasconcelos, o defensor mais ardente das colônias militares. A diferença fundamental estava no tipo e função das colônias. Enquanto o Visconde do Rio Branco defendia apenas a existência de colônias militares para guarda das fronteiras, Vasconcelos defendia estas e as colônias mistas, que poderiam se ligar, perfeitamente, ao sistema de colonização agrícola, de mendicidade e vadios, de catequese e civilização dos índios, de proteção da navegação fluvial e o de presídios militares[756].

No mesmo plano, Vasconcelos defendeu o *Projeto de Regulamento Geral para as Colônias Militares e Mistas*, onde detalhava melhor suas propostas sobre a reformulação das colônias e presídios militares. De acordo com esse projeto:

> 1. Art. 3º Todas as colônias e presídios militares ficarão a cargo do ministério da guerra e sujeitos a uma administração central, que se denominará intendência geral de colonização militar;
>
> 2. Art. *4º A intendência geral de colonização militar* é o centro administrativo de todas as colônias e presídios militares, por onde se expedirão todas as ordens emanadas da secretaria de estado concernentes a tais estabelecimentos e com a qual se corresponderão diretamente os respectivos chefes ou comandantes das ditas colônias e presídios por intermédio das presidências;
>
> 3. Art. 6º À intendência compete: 1º a tomada de contas de cada colônia ou presídio; 2º o tombamento e descrição das terras da colônia; 3º a inscrição dos prazos de cada colônia, com a sua numeração, demarcação, confrontação e distribuição; 4º o registro e inscrição ou matrícula geral dos colonos e habitantes de cada colônia; 5º a estatística parcial e geral das mesmas; 6º passar o título de propriedade das terras na forma do regulamento; 7º o tombamento e descrição dos próprios nacionais de cada colônia; 8º a organização do orçamento e o balanço para serem remetidos a diretoria de contabilidade no tempo competente[757].

---

[755] BRASIL. Relatório do ministro e secretario de Estado dos negócios da Guerra, João José de Oliveira Junqueira, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 1ª sessão da 15ª Legislatura, em 1872. Rio de Janeiro, 1872, p. 61. Typographia Universal de Laemmert. Disponível em www.crl.edu.brazil/ministerial/justiça. Acesso em 24 abr. 2014.
[756] VASCONCELOS, José Rufino Rodrigues. Op. cit., 1867, p. 4.
[757] Ibid., p. 117-118. Grifo meu.

A ideia central continuava a mesma: construir colônias militares para disseminar núcleos nacionais em vazios demográficos e fazer o Estado mais presente em regiões remotas, sobretudo nas áreas de fronteira. Porém, agora, essas colônias estavam sujeitas a uma administração central, por intermédio de uma intendência geral de colonização militar, que tinha como objetivo fiscalizar os diretores ou comandantes, além de organizar a burocracia nas colônias e presídios. Depois da experiência fracassada da maioria das colônias, principalmente no que diz respeito à má administração e falta de controle e organização, tanto dos seus bens quanto do seu pessoal, o ministério da guerra resolveu centralizar, política e administrativamente, todas as colônias e presídios militares por meio da intendência.

Tais resoluções significavam dominar a natureza bruta das matas, explorando seus recursos e civilizando sua gente e todos os pobres "indesejáveis" pela elite política do Brasil império, tais como índios, mendigos, vadios, libertos, entre outros. Para tanto, dizia ainda Vasconcelos, criem-se as colônias para "[...] socorrer os infelizes, fazer criar amor ao trabalho e á propriedade, regenerar criminosos etc". Ou seja, as colônias tinham um papel fundamental na defesa militar do país, mas isso não indicava abdicar do controle social e político dos pobres. Na visão de Vasconcelos, as colônias militares poderiam contribuir para a formação da sociedade liberal – como foi o caso da Colônia Militar Leopoldina, que formou um "corpo político" e estava pronta para se emancipar – embora esse liberalismo esteja ligado ao controle social e político dos pobres[758].

O major Alfredo Ernesto Jacques Ourique, um dos organizadores da revista do Exército de 1884 e 1885, foi um dos maiores críticos do sistema de colônias militares tradicionais. Para ele, havia três motivos para a queda dessas colônias: "1. Falta de continuidade administrativa por parte do governo; 2. Falta de preparação material das colônias; e 3. Confusão entre pontos fronteiros e colônias militares"[759]. Ourique concordava com a tese da intendência geral das colônias militares, mas era contra a função estrategicamente fronteiriça dessas colônias. Ou seja, para o major Ourique, o fim das colônias militares não poderia ser a defesa das fronteiras, mas sim o "[...] desenvolvimento de povoações em pontos afastados e perigosos, onde sejam politicamente necessárias para atestar

[758] Para Angela Alonso, o liberalismo que se serviu de base para formação do Estado nacional teve motivações essencialmente econômicas. Nesse tipo de liberalismo conservador ficavam mantidos o escravismo, a monarquia e a própria dominação senhorial, mantendo a estrutura sociopolítica inalterada. Como afirma Alonso, "seu epicentro estava antes na ideia de ordem que na de liberdade". ALONSO, Angela. *Ideias em Movimento*: a geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002, p. 59-63.
[759] OURIQUE, Alfredo Ernesto Jacques. Op. cit., 1885, p. 98.

a posse nacional ou socialmente precisas ao povoamento do território e catequese dos aborígenes"[760].

Em outras palavras, Ourique chegou à mesma conclusão de José Rufino Rodrigues Vasconcelos e José Vieira Couto Magalhães, a de que nas colônias militares devem coexistir estrategicamente as funções militar, política e social. O Estado precisava garantir a posse do seu território e livrá-lo das ameaças internas e externas. Para tanto, era preciso resgatar a retórica da civilização dos vazios demográficos e dos selvagens indígenas. Embora esses autores não citassem textualmente, com exceção de Vasconcelos, a Colônia Militar Leopoldina havia se tornado um exemplo de coexistência estratégica entre controle social e militar.

Outras propostas e tentativas de restruturação das colônias militares foram feitas ao longo da década de 1880. Em 25 de janeiro de 1887, o ministro da guerra formou uma comissão liderada pelo mesmo Jacques Ourique e composta por Luiz Mendes de Moraes, Antonio Ernesto Gomes Carneiro e Feliciano Mendes de Moraes, cuja função era reestruturar as colônias militares[761]. Segundo David Wood, quando Ourique visitou Itapura, teve que rever sua visão sobre as colônias de fronteira, ao admitir que só estas deveriam permanecer e as outras deveriam ser convertidas em "halfway houses" (casas de passagem) para libertos e sob a responsabilidade do Ministério da Guerra[762].

5.7 O destino da gente das matas

É nesse contexto de revisão das colônias militares que passaremos a refletir sobre o destino da extinta Colônia Militar Leopoldina e sua gente. Segundo Luiz Sávio de Almeida, depois de pacificadas as matas, o que sobra da Colônia "[...] será repensada como recompensa aos voluntários da Pátria, mas isso não será em escala"[763]. Ou seja, tem-se uma política de legalização dos lotes para os soldados e colonos que serviram na Colônia, mas nada que mudasse a estrutura fundiária da região. Contudo, mudou a configuração geopolítica das matas, ampliando o espaço da elite local em detrimento do espaço das sociedades alternativas.

[760] OURIQUE, Alfredo Ernesto Jacques. Op. cit., 1885, p. 100.
[761] WOOD, David Lyle. Op. cit., 1972, p. 154.
[762] Ibid., p. 154-155.
[763] ALMEIDA, Luiz Sávio de. 2013, p. 221.

No relatório do vice-presidente da província das Alagoas, Pedro Antonio da Costa Moreira, datado de 26 de dezembro de 1876, o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas autoriza o mesmo a criar uma colônia industrial e agrícola nas matas da antiga Colônia Militar Leopoldina. Porém, sem dinheiro nos cofres públicos para viabilizar tal empreendimento, ele solicita ao ministro da agricultura "os meios necessários" para levar a efeito a nova colonização[764].

Para Pedro da Costa Moreira, o território da povoação de Leopoldina oferecia as melhores condições para a instalação da colônia industrial e agrícola, "pela sua posição topográfica, constituições do solo, riquezas naturais e condições higiênica e agrícola, assim como pela sua proximidade da estrada de ferro do Recife ao São Francisco na estação Una"[765]. A proposta de colonização havia mudado, mas as condições favoráveis das matas de Leopoldina continuavam as mesmas.

Segundo Moacir Medeiros de Sant´ana, anexo ao mesmo relatório do presidente seguiu o projeto de regulamento da colônia tratando de sua "fundação, vantagens e desenvolvimento", além de denominar a colônia de *Conde d'Eu*[766]. A *Colônia Industrial e Agrícola* tinha uma proposta ambiciosa, que ia desde a educação de crianças pobres e filhos de escravas à integração de índios e sem terra. Costa Moreira destacava três objetivos da Colônia:

1. Educar a "infância desvalida, sejam órfãos ou filhos de mulher escrava que passaram ao patrimônio do governo, ou filhos de presos pobres que estavam em abandono";

2. Formar mão de obra para os "aperfeiçoamentos modernos da agricultura, da indústria fabril e manufatureira"[767].

3. Integrar emigrantes nacionais e estrangeiros, além de índios dos extintos aldeamentos e da população pobre sem propriedade.

---

[764] RELATÓRIO com que o vice-presidente da província, Pedro Antonio da Costa Moreira, passou a administração da província das alagoas a Caetano Estellita Cavalcante Pessoa. Maceió, Typographia Jornal das Alagoas, em 26 de dezembro de 1876, p. 37. Disponível em www.crl.edu.brazil/provincial/alagoas. Acesso em 20 mar. 2014.
[765] Id.
[766] SANT'ANA, Moacir Medeiros de. Op. cit., 2011, p. 166.
[767] RELATÓRIO com que o vice-presidente da província, Pedro Antonio da Costa Moreira, passou a administração da província das alagoas a Caetano Estellita Cavalcante Pessoa. Maceió, Typographia Jornal das Alagoas, em 26 de dezembro de 1876, p. 37.

Tais propostas indicavam, mais uma vez, a importância estratégica das matas de Leopoldina no processo de expansão das fronteiras agrícolas, controle social dos pobres e consolidação do capital nas Alagoas do século XIX.

Ao propor a educação das crianças órfãs e pobres o vice-presidente estava preocupado com o futuro da nação e com as consequências sociais e políticas representadas por essa parcela da população. Segundo Irene Rizzini, nesse contexto de formação do Estado Nacional, "Afirmava-se que *salvar a criança era salvar o país*"[768]. Em outras palavras, a preocupação com a infância pobre – caracterizada como *abandonada* e *delinquente* – fazia parte do projeto de nação, em que era preciso proteger a criança para proteger a própria sociedade das ameaças futuras de pobres vadios e criminosos. Ainda de acordo com Rizzini, esse projeto político buscava combater o contingente de pobres e ociosos desde a infância, para transformá-lo em elemento útil para o sistema capitalista e para a nação[769]. A formação das crianças entrava na política de controle social das colônias e do projeto civilizatório do país.

Havia uma preocupação constante com a segurança e com a reserva de mão de obra, sobretudo após o fim do tráfico de escravos africanos. As autoridades, civis e militares, já discutiam as alternativas para a substituição do trabalho escravo, seja através da colonização de imigrantes estrangeiros ou de trabalhadores nacionais, vadios e pobres sem propriedade, além da integração dos índios dos extintos aldeamentos às colônias.

No que diz respeito aos índios, em 1862 o bacharel Manuel Lourenço da Silveira elabora um relatório para "melhor integrá-los à civilização". Nesse relatório, o bacharel não se limitava apenas em fazer um diagnóstico, mas propõe também algumas alternativas muito próximas à ideia de uma colônia agrícola indígena: a) a redução das oito aldeias existentes para três grandes aldeamentos; b) com a sobra das terras ("improdutivas") o Estado as venderia para o aproveitamento da sua renda; c) a transformação dos índios em soldados e trabalhadores rurais para substituir "a falta progressiva dos braços africanos" na agricultura[770]. Entretanto, essas propostas ficaram inviáveis devido à expansão dos engenhos e da política oficial de extinção dos aldeamentos, em 1872.

---

[768] RIZZINI, Irene. Op. cit., 2015. Grifo da autora.
[769] Id.
[770] Nesse ano o bacharel faz um levantamento de oito aldeias: Cocal, Urucu, Colégio ou Porto Real, Palmeira dos Índios, Jacuípe, Limoeiro, Santo Amaro e Atalaia. É importante destacar que apenas as aldeias de Colégio, Palmeira e Limoeiro não pertenciam à região da mata. Ver ALMEIDA, Luiz Sávio de. 1999, p. 67-69.

No levantamento documental sobre os índios de Alagoas, Clóvis Antunes mostra o processo de usurpação das terras indígenas na mata pelos proprietários rurais e, em especial, pelos senhores de engenho, que invadiram os aldeamentos – inclusive o famoso aldeamento rebelde do Jacuípe – e expulsaram os índios de suas terras[771]. Em 1864, só no aldeamento Atalaia o engenheiro da Medição das Terras dos Índios, Carlos Beltenster, cita uma relação de 38 engenhos[772]. Este processo de usurpação é oficializado com a demarcação das terras indígenas, que favoreceu os mesmos proprietários e senhores de engenho. E isso acontece oito anos antes do decreto governamental que declarava o fim dos aldeamentos. A consequência desse processo foi o sumidouro das aldeias das matas – restando apenas a Wassu Cocal – e a transformação dos índios em trabalhadores rurais, sem terra ou "caboclos", "misturando-se" aos pobres das fazendas, engenhos e cidades; mas sem perder a sua identidade étnica.

Nesse mesmo período, mais precisamente em 1873, o presidente da província de Pernambuco declara extinto o aldeamento do Riacho do Mato, determinando sua medição e demarcação em lotes de terras para as famílias indígenas, "respeitando os direitos dos aldeados", e o restante deveria ser colocado à venda em "hasta pública"[773]. Em 1878, o governo imperial deu autorização ao governo pernambucano para a fundação, também, de uma colônia agrícola nas "terras devolutas" do extinto aldeamento do Riacho do Mato. Tratava-se da Colônia Socorro, cujo propósito era "auxiliar os retirantes foragidos pela seca" (a terrível grande seca de 1877). Segundo Edson Hely Silva, cerca de 900 retirantes foram colonizados, mas a política de divisão dos lotes de terra não agradou aos índios, gerando sucessivos conflitos[774]. Até que, em 1880, é extinta a Colônia Socorro, abrindo espaço para o avanço da agroindústria da cana e das ferrovias nas terras do antigo Riacho do Mato, além de favorecer o surgimento de mais conflitos entre os ex-colonos, índios e os grandes proprietários[775]. Situação muito semelhante a das terras da extinta Colônia Militar Leopoldina e dos antigos aldeamentos da mata norte de Alagoas.

Moacir Sant'ana cita outros projetos e experiências colonizadoras, buscando sempre articular as necessidades do poder local com as exigências do Estado nacional em formação. Foi o caso, por exemplo, da instalação de uma *Associação Agrícola*, criada em 30 de janeiro

---

[771] ANTUNES, Clóvis. Op. cit., 1984, p. 91-95.
[772] IHGAL. Arquivo de Documentos. Cx. 09. Fac. 01. Doc. Nº 5. 1864.
[773] Ofício do juiz comissário Olympio de Holanda Chacon, em Água Preta, 05/11/1873, ao presidente da província. APEJE, Cód. CD-4, fl. 217. Citado por SILVA, Edson Hely, Op. cit. 1995, 92.
[774] Ofício do Ministério da Agricultura ao presidente da província de Pernambuco, em 29/09/1871. Citado por SILVA, Edson Hely, Op. cit. 1995, 94.
[775] Ibid., p. 94-96.

de 1871 pelo governador da província das Alagoas, atendendo a uma recomendação do ministério da Agricultura, para aquisição de colonos e crédito rural, chegando, inclusive, a ter uma diretoria[776].

Em 20 de maio de 1878, foi criada a Colônia de São Francisco no lugar do extinto aldeamento indígena dos kariri-Xocó, por ato da presidência da província em 3 de julho de 1872. Segundo a ata de instalação da colônia, seu objetivo era servir de asilo aos pobres, trabalhadores ociosos e emigrantes da seca que vinham do Norte (que mais tarde viria a ser Nordeste) pedir auxílio, utilizando sua mão de obra para o desenvolvimento da província[777]. Não encontramos registro de seu funcionamento, apenas da sua extinção no mesmo ano.

A última tentativa de colonização em Alagoas se deu em 1892, por meio de um Aviso do Ministério da Agricultura, de 06 de maio, designando o presidente da província para mais uma tentativa de imigração e colonização em Alagoas; desta vez no Vale do Paraíba, na cidade de Viçosa, que foi escolhida para o primeiro núcleo de atração[778].

Pela documentação coligida, é possível afirmar que esses novos projetos colonizadores jamais saíram do papel, pois não há notícias de que o ministério da agricultura atendeu as necessidades materiais dos presidentes da província de Alagoas para viabilizar qualquer colônia depois de Leopoldina. Ainda que os pensadores do Exército, citados acima, tenham justificado a reestruturação das coloniais militares e agrícolas, eles já não viam essa necessidade para o interior das matas alagoanas, pois estas já estavam pacificadas e a povoação com sua emancipação política garantida.

Embora sem efeito prático, esses novos projetos colonizadores ("civilizatórios") para Leopoldina apontavam para a continuada política de controle social dos pobres e domínio da mata norte de Alagoas. A diferença é que, agora, a quantidade de colonos nacionais era bem maior e as propostas de integração destes eram bem mais ousadas, indo da infância aos vadios, agricultores sem terra e índios desaldeados. A questão era: que fazer com uma quantidade de pobres tão grande e heterogênea? O Estado Nacional em formação queria educar a infância e criar uma reserva de mão de obra para ter o domínio sobre os pobres e trabalhadores; mas, na prática, prevaleceu mais o controle da mão repressora do Estado do que a integração destes pobres à sociedade nacional. O êxito provisório do projeto civilizador

[776] SANT'ANA, Moacir Medeiros de. Op. cit., 2011, p. 164.
[777] IHGAL. Colônia de São Francisco. 1878. Cód. 904-12-02-02.
[778] SANT'ANA, Moacir Medeiros de. Op. cit., 2011, p. 166-167.

da Colônia e a conquista de sua autonomia política, certamente, contribuíram para a desistência desses projetos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

> A paz e a segurança da Colônia e seu distrito repousam sob a vigilância do poder civil e a autoridade militar reduzida como se acha à nulidade, apelará para ele em socorro da propriedade e da vida antes do que para si[779].

Fincada nas matas norte das Alagoas, a Colônia Militar Leopoldina tinha tudo para fracassar, como a maioria das colônias militares do Brasil Império: isolamento numa mata inóspita, conflitos internos e externos, doenças, fome, atraso nos vencimentos dos colonos. Tudo colaborava para mais uma experiência civilizadora desastrosa no interior do Brasil. Pacificar as matas parecia um desafio inútil para as forças legalistas, diante da resistência secular dos remanescentes dos povos cabanos. Mas o fato é que a Colônia conseguiu atingir o seu objetivo político e militar, "pacificando" e povoando a área, além de contribuir para a unidade territorial e formação do Estado nacional. Ou seja, acreditamos que a Colônia foi um instrumento de transição importante na passagem das matas incultas – ocupadas pela gente das matas e marcadas por revoltas e rebeliões – para as matas civilizadas – dominadas pela civilização senhorial escravista.

O que explica, então, o triunfo do projeto civilizador da Colônia? Há diferentes formas de responder a esta questão. Primeiro, poderíamos começar pelo rigor e a disciplina militar como fatores decisivos para debelar os conflitos tanto dentro quanto fora da Colônia, a exemplo dos castigos físicos contra os colonos rebeldes – que se revoltavam contra os abusos autoritários dos diretores – ou da repressão contra a gente do Cavaco e contra os índios do Riacho do Mato, que eram considerados os "novos cabanos". A retórica da ameaça cabana justificava a repressão e a ordem militar na Colônia.

A ameaça iminente da volta do líder cabano Vicente Ferreira de Paula ou a continuação de sua luta, a partir de seus seguidores (da gente das matas), fazia parte da retórica discursiva das autoridades para mobilizar colonos, armas e recursos[780]. Até mesmo depois da sua prisão e morte, todo ato ou movimento de contestação às autoridades e às elites locais era visto como ameaça da volta dos "tempos do famigerado Vicente de Paula". A força

---

[779] APA. Documento avulso da Colônia Militar Leopoldina, s/d, caixa 161.

[780] Tal forma de pensar constituiu o que Dirceu Lindoso chamou de "discurso estamental anticabano", que marginalizava as ações dos cabanos e que jamais iria anistiar um líder cabano, pois o considerava e seu "séquito de salteadores", criminalizando suas ações e marginalizando sua escrita. LINDOSO, Dirceu, 2005, p. 47.

das armas, representada pelo rigor do regime militar, era sustentada pelo medo do fantasma cabano.

O medo era um dos elementos da civilização dos colonos, usado como um dos instrumentos de controle social mais eficaz pelas autoridades. A retórica do medo era o pretexto para justificar as ações dos diretores, sua autoridade, sua disciplina e o projeto civilizador da Colônia. Era o medo da gente das matas, dos guerreiros indígenas do Jacuípe e do Riacho do Mato, dos temíveis papa-méis ou dos antigos cabanos seguidores de Vicente de Paula. O medo alimentava as ações violentas do regime militar, as perseguições e os castigos físicos contra os colonos considerados rebeldes e perigosos ou contra qualquer povo considerado suspeito de formar um "coito de criminosos", isto é, uma ameaça à paz e à tranquilidade da Colônia Leopoldina.

Segundo fator de sucesso do projeto civilizador foi a formação da consciência cívica dos colonos, na medida em que, após a "pacificação das matas", eles passaram a identificar as instituições liberais – de ordem, lei, propriedade privada e segurança – como parte de seu cotidiano e de seus direitos como colonos; enfim, eles passaram a conhecer e a reivindicar melhor os seus direitos sociais e econômicos garantidos pelo regulamento especial da Colônia. Para uma população composta de trabalhadores e trabalhadoras livres pobres e sem terra – forjada na relação patronal e subjugação dos coronéis – a consciência desses direitos era a esperança da cidadania, ainda que precária, mas possível.

É claro que o liberalismo do Brasil oitocentista não foi contrário ao poder absoluto do monarca nem defendeu a separação entre Igreja e Estado, conforme pregava Montesquieu, um dos fundadores do liberalismo. Embora a constituição de 1824 tenha se afirmado liberal, o imperador centralizou o poder e manteve o vínculo com a Igreja. A política conservadora do Segundo Reinado consolidou um tipo de pensamento liberal que disfarçava a dependência neocolonial para "racionalizar a persistência da escravidão e das formas correlatas de dominação patrimonialista"[781].

Nesta perspectiva, podemos afirmar que a cidadania liberal aparece para os colonos de Leopoldina como duas faces de uma mesma moeda: como controle social e político de suas ações e consciência cívica dos seus direitos[782]. Isto significa que mesmo tendo consciência e

[781] MOTA, Carlos Guilherme, Op. cit. 1999, p. 205.
[782] Desde os primeiros anos de trabalho na Colônia, os colonos tinham a clareza dos direitos garantidos pelo regulamento; sobretudo após o cumprimento do tempo de serviço que lhes dava liberdade política para deixar a

lutando pelos seus direitos, o fato é que a cidadania só existia para o colono depois que este passasse pelo processo de controle social e político, provando ser um sujeito morigerado, trabalhador e obediente às autoridades, além de colaborar com a paz e tranquilidade pública. Isso não impediu os conflitos e as diversas formas de resistência contra o regime militar da Colônia – a exemplo das lutas contra os atos arbitrários dos diretores e a luta pela terra – mas o fato é que os conflitos deram lugar a uma nova consciência cívica dos colonos, que passaram a lutar dentro da legalidade do sistema, o que para nós constitui uma nova estratégia política.

Portanto, se por um lado, essa consciência cívica veio como resultado da luta dos colonos; por outro, a prática política destes não deixou de fugir ao controle do projeto civilizador da Colônia. Todo colono que procurasse romper com esse tipo de controle social era punido ou excluído do quadro de pessoal, e enviado para as forças armadas.

A tomada de consciência cívica dos colonos não significa dizer que eles aceitaram passivamente o regime militar e incorporaram incondicionalmente o projeto civilizador. Os conflitos mostraram que houve variadas formas de resistência a esse projeto, em diferentes momentos da história da Colônia, desenvolvendo sua própria consciência crítica e cidadã. Apesar da imposição de um tipo de civilização, eles interpretavam o processo civilizatório de acordo com as suas necessidades e seus próprios interesses. O que para as autoridades poderia significar a pacificação das matas e unidade do território nacional, para os colonos poderia significar, estrategicamente, a possibilidade da sua subsistência, a partir do acesso à terra e sua posse, além da segurança garantida pelo estabelecimento militar.

A luta dos colonos pela terra foi um marco dessa consciência cívica. Eles sabiam do seu direito à terra e de como reivindicar sua posse, demonstrando que conheciam outros instrumentos da ação política, outras estratégias. A luta pela via legal – por meio de ofícios, requerimentos e petições – era o sinal de que o processo civilizatório da Colônia estava se consolidando. Os reiterados ofícios do diretor João da Gama Lobo Bentes solicitando a demarcação e legitimação da posse das terras para os colonos peticionários é um exemplo de que a pacificação das matas e desenvolvimento da Colônia dependiam mais dessa medida do que da coercitividade do regime militar, uma vez que os colonos sabiam que para ter direito a terra era preciso ser pacífico, trabalhador e morigerado.

---

vida militar e liberdade econômica para viver da sua própria terra. Isto pode ser verificado nas inúmeras petições de exclusão do serviço militar e demarcação e posse da terra.

Isso pode ser demonstrado também através da *Representação dos Moradores da Colônia Militar Leopoldina Contra o Diretor Olavo Eloy Pessoa da Silva*. Os moradores reivindicavam a manutenção das suas conquistas – como a paz, a segurança, a propriedade e a vida – ameaçadas pelos abusos autoritários da administração de Olavo Pessoa. Naquele momento, a Colônia estava passando pelo processo de desmilitarização, em que a consciência cívica desses moradores significava a superação do regime militar imposto pelo mesmo diretor. Com a pacificação das matas o regime militar tornava-se anacrônico e a autonomia política, uma necessidade tanto para o alívio dos cofres do Estado quanto para o desenvolvimento da Colônia.

Portanto, podemos afirmar que o sucesso do projeto civilizador da Colônia Militar Leopoldina foi parcial, na medida em que não acabou com todos os conflitos nas matas; mas, por outro lado, atingiu vários aspectos da vida colonial: militar, econômico (ainda que relativo), político e cultural. Militar pela força das armas na conquista e pacificação das matas. Econômico pelo desenvolvimento da povoação através do crescimento populacional e da distribuição de lotes de terra para parte dos colonos[783]. Político e cultural pela incorporação da consciência cívica dos colonos, na luta por seus direitos e contra os abusos do poder militar, construindo uma nova cultura política nas matas; além da retórica discursiva do medo, usada pelas autoridades como instrumento de persuasão e repressão, que passou a fazer parte do imaginário popular da mata norte de Alagoas.

Ao contrário do que afirmam alguns historiadores, não foi o fracasso da Colônia Militar Leopoldina que levou a sua extinção, mas a vitória da sua proposta civilizadora, ainda que temporária. A Colônia Militar Leopoldina atingiu o seu objetivo, ao resolver o problema da segurança e povoamento das matas norte das Alagoas. É claro que não podemos ignorar a nova política de segurança nacional adotada pelo Império, que, em virtude da crise financeira do pós-Guerra do Paraguai, resolveu extinguir e reestruturar as colônias militares. O fato é que a Colônia pacificou as matas, chegando a ser elogiada pelo imperador D. Pedro II e outras autoridades imperiais por esse feito, conquistando sua emancipação por méritos civilizatórios e se transformando em exemplo de colônia militar bem sucedida e se não foi uma referência

[783] Segundo o bacharel Olympio Euzébio de Arroxelas Galvão, a Colônia prosperou durante seu regime militar, chegando a assentar cerca de 2000 pessoas, além de cinco engenhos de açúcar. GALVÃO, Olympio Euzébio de Arroxelas, Op. cit. 1877, p. 287.

direta para a política nacional de reestruturação das colônias militares, com certeza influenciou as propostas de José Rodrigues Vasconcelos na elaboração dessa política[784].

Mas o que significou esse projeto civilizador para a gente das matas? O sucesso desse projeto representou o fracasso para os pobres e habitantes das matas não integrados à Colônia. A ordem conquistada pela Colônia significou a desordem desse povo, sua desterritorialização e ameaça às variadas formas de vida nas matas. A vitória do projeto civilizador da Colônia foi a vitória da política de controle social e político dessa gente e dos pobres em geral. Essa gente era tida como entrave ao desenvolvimento econômico da região, uma barreira para as rotas do capital. Daí a importância da colonização militar nessa área para povoar, levar os trilhos do progresso capitalista e desenvolver a economia do açúcar e do algodão.

A Colônia contribuiu de forma decisiva para o desaldeamento e extinção oficial dos índios das matas, além do desaparecimento dos mucambos dos negros papa-méis. A proposta governamental de criação de uma colônia agrícola-industrial na extinta Colônia Militar Leopoldina, em 1872, era um forte indício das consequências do projeto civilizador daquela colônia para o destino da gente das matas. Ou seja, o processo civilizatório da Colônia – com o avanço de suas fronteiras agrícolas e abertura para as rotas do capital – havia transformado essa gente em pobres, vadios, crianças pobres, órfãs, filhos de escravas, ladrões, índios desaldeados, trabalhadores rurais sem terra, entre outros. Daí a resistência desses povos como única forma de luta e sobrevivência, demonstrando que o avanço do projeto civilizador da Colônia foi relativo.

No entanto, apesar da tentativa de controle marginal e da violência senhorial, os descendentes daquela gente continuam fazendo da mata espaço de vida e resistência, a exemplo dos índios Wassu-Cocal, dos remanescentes quilombolas e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST). Em que pese o avanço do canavial, das estradas e ferrovias, eles teimam em resistir na área dos seus ancestrais palmarinos, indígenas e cabanos. Não por acaso, é na zona da mata alagoana que surgem os principais movimentos rurais do final do século XX, contando, sobretudo, com o apoio de organizações católicas, a exemplo do Movimento de Educação Rural (MER), dos anos 1980; e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que surgiu em Alagoas, no ano de 1987[785], justamente na área da antiga Colônia

[784] VASCONCELOS, José Rufino Rodrigues. 1876, Op. cit., p. 113.
[785] LIMA, José Carlos da Silva. CPT de Alagoas: uma pastoral em movimento a serviço das famílias empobrecidas do campo. In: In: ALMEIDA, Luiz Sávio de; LIMA, José Carlos da Silva; OLIVEIRA, Josival dos Santos (org.). *Terra em Alagoas*: temas e problemas. Maceió: EDUFAL, 2013, p. 367.

Militar Leopoldina e do antigo Quilombo dos Palmares: nos municípios de Colônia Leopoldina, Novo Lino, Jundiá, Campestre, Joaquim Gomes e União dos Palmares.

Ao contrário do que afirmava e ainda afirma parte considerável da historiografia alagoana, não foi a derrubada do Quilombo dos Palmares que completou a estruturação geográfica e social das Alagoas, mas a Colônia Militar Leopoldina, que pacifica as matas norte de Alagoas e fecha o ciclo de ocupação do território alagoano, contribuindo para formação e unidade do Estado nacional. Em consequência disso, tivemos o avanço das fronteiras agrícolas e das novas rotas do capital nos espaços da gente das matas; porém, esta ocupação não foi absoluta, revelando contradições socioeconômicas obscurecidas pela forma de organização histórica da estrutura agrária da região. Daí a emergência de novos grupos e etnias, reivindicando o reconhecimento atemporal dos seus espaços e de suas identidades.

FONTES

Arquivo Público do Estado de Alagoas - APA

ALAGOAS. Regulamento Especial da Colônia Militar Leopoldina, 9 de novembro de 1850. Caixa 160.

ALAGOAS. Regulamento da Conservadoria das Matas das Alagoas, capítulo 3º, do Corte de madeiras, Maceió, 30 de junho de 1822. APA, catalogação: M07 e 04 - A Conservadoria das Matas em Alagoas, 1819-1849.

ALAGOAS. Chefe de Polícia. Ofício do delegado suplente em exercício dos termos de Porto Calvo e Porto de pedras, tenente coronel Pedro de Alcântara Buarque ao chefe de polícia da província, em 3 de junho de 1853. APA. Chefe de Polícia, caixa 1038, maço 20.

ALAGOAS. Chefe de Polícia. Ofício do Quartel do Destacamento em Jacuípe ao chefe de polícia interino da província em Maceió, João Antonio de Araújo Freitas Henrique, 17 de junho de 1853.

CML. Carta do diretor da Colônia Militar Leopoldina João da Gama Lobo Bentes a Manoel Simão, em 4 de fevereiro de 1860. APA, caixa 160.

CML. Documento avulso da Colônia Militar Leopoldina (s/d), caixa 161.

CML. Inventário dos objetos a cargo do diretor alferes da Colônia Militar Leopoldina, Augusto Pereira Ramalho, e que passam a integrar a Tesouraria da Fazenda. Colônia Leopoldina, 9 de setembro de 1867. APA. Caixa 161.

CML. Mapas dos compradores de lotes da Colônia Militar Leopoldina – 1861, 1862, 1863, 1864, 1865, 1866, 1867, 1868.

CML. Mapa nominal dos empregados da Colônia Militar Leopoldina (1859-1863). APA, caixas 160 e 161.

CML. Ofícios e relatórios expedidos pelo diretor da Colônia Militar Leopoldina João da Gama Lobo Bentes para o presidente da província de Alagoas (1851-1864). Caixa 160.

CML. Ofícios e relatórios expedidos pelo subdiretor da Colônia Militar Leopoldina Augusto Pereira Ramalho para o presidente da província de Alagoas (1858, 1860, 1865, 1866, 1867). Caixas 160 e 161.

CML. Ofícios e relatórios expedidos pelo subdiretor da Colônia Militar Leopoldina Olavo Eloy Pessoa da Silva para o presidente da província de Alagoas (1866). Caixa 161.

CML. Ofícios do facultativo da Colônia Militar Leopoldina Pedro Joaquim dos Santos ao presidente da província Antonio Coelho de Sá e Albuquerque, (1855-6). APA, caixa 160.

CML. Petição enviada pelo diretor da Colônia Militar Leopoldina, João da Gama Lobo Bentes, ao vice-presidente da província de Alagoas Roberto Calheiros de Melo, em 8 de outubro de 1855. APA.

CML. Petição de queixa de Mariana Rosa de Oliveira contra Joaquim Antonio de Brito, enviada ao chefe de Polícia de Maceió, em 18 de agosto de 1862, com despacho para o subdelegado do Distrito da Colônia Militar Leopoldina, em 10 de janeiro de 1864. APA, caixa 161.

CML. Petição de queixa de Maria José do Nascimento contra Joaquim Antonio de Brito, endereçada ao diretor da Colônia Militar Leopoldina João da Gama Lobo Bentes, em 26 de janeiro de 1864. APA, caixa 161.

PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA DAS ALAGOAS. Correspondência endereçada ao Capitão-Mor de porto Calvo, datada das Alagoas em 17.7.1829. L123-E20. APA.

CML. Relação das Madeiras Apreendidas por conta da Fazenda Nacional (1854).

CML. RELATÓRIO do Subdelegacia da Povoação da Extinta Colônia Militar Leopoldina, enviado ao presidente da província de Alagoas Antonio Moreira de Barros, em 31 de dezembro de 1867. APA, caixa 161.

CML. Resposta ao Ofício do Presidente da Província sobre o Aviso nº 2 da Primeira Diretoria do Ministério dos Negócios da Guerra. Diretoria da Colônia Militar Leopoldina, em 03 de março de 1864. APA, Caixa 161.

CML. Resposta à petição de Joaquim Antonio de Brito pelo diretor da Colônia Militar Leopoldina João da Gama Lobo Bentes, em 26 de setembro de 1864. APA, caixa 161.

CML. Relação das pessoas presas para recrutas, 8 de setembro de 1865. Caixa 161.

CML. Representação dos Moradores da Colônia Militar Leopoldina Contra o Tenente Olavo Eloy Pessoa da Silva, 3 de novembro de 1886. APA, caixa 161.

CML. Resposta do Subdelegado do sítio Cavaco, Christovão do Rego Barros, 14 de março de 1863. Caixa 160.

CML. Resumo das despesas feita com a Colônia Militar Leopoldina relativa ao pessoal, desde sua fundação (1851-1867). APA. Caixa 161.

CML. Termo Declaratório de Demarcação do Terreno em que se tem de Fundar a Colônia Militar desta Província das Alagoas, em 26 de fevereiro de 1851. APA, caixa 160.

CML. Termo de Instalação da Colônia Militar Leopoldina, em 20 de fevereiro de 1852. APA, Caixa 160.

Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano - APEJE

OFÍCIO do ajudante Manuel Carvalho Machado Freire, em 9 de novembro de 1861, ao diretor da Colônia Militar de Pimenteiras. APEJE, Cód.CD-2, fl. 26.

OFÍCIO do Capitão diretor da Colônia Militar de Pimenteiras Brasilio de Amorim Bezerra em resposta ao ofício do diretor-geral dos Índios José Pedro Neloco da Silveira e endereçado ao presidente da província de Pernambuco Ambrósio Leitão da Cunha, em 20 de novembro de 1860. APEJE.

OFÍCIO do diretor da Colônia Militar de Pimenteiras ao presidente da província de Pernambuco, em 12 de novembro de 1861. APEJE. Cód. CD-2, fl. 23.

OFÍCIO do ajudante Manuel Carvalho Machado Freire, em 9 de novembro de 1861, ao diretor da Colônia Militar de Pimenteiras. APEJE, Cód.CD-2, fl. 26.

OFÍCIO do diretor da Colônia Militar de Pimenteiras ao presidente da província de Pernambuco, em 26 de novembro de 1861. APEJE, Cód.CD-2, fl. 34-35v.

Relatório do diretor da Colônia Militar de Pimenteiras, Brasílio de Amorim Bezerra, ao presidente da província de Pernambuco, José Bento da Cunha Figueiredo, em 14/11/1861. APEJE. MSS. CD-Z, Est. 11.

Relatório do diretor da Colônia Militar de Pimenteiras, Brasílio de Amorim Bezerra, ao presidente da província de Pernambuco, José Bento da Cunha Figueiredo, em 14/11/1861. APEJE. MSS. CD-Z, Est. 11.

Relato do facultativo Joaquim da Silva Gusmão ao diretor da Colônia Militar de Pimenteiras, em 11 de novembro de 1861. APEJE, Cód.CD-2, fl. 27.

Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas - IHGAL

Viagens de José Bento da Cunha Figueiredo Junior à Província das Alagoas. Textos de Olympio Euzébio de Arroxelas Galvão. Reedição. Maceió: Grafmarques, 2010.

CAROATÁ, José Prospero Jehovah da Silva. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano.* Maceió, 2.12.1872, nº 1.

Colônia de São Francisco. 1878. Cód. 904-12-02-02.

Documento com instruções para a conservação das matas decretada por Lei para Alagoas, em 2 de julho de 1822. Catalogação 0180-04-03-20.

GALVÃO, Olympio Euzébio de Arroxella. Ligeira Notícia sobre a Villa e comarca de Porto Calvo. *Revista do Instituto Archeologico e Geographico Alagoano*. Dezembro de 1877.

Viagens de José Bento da Cunha Figueiredo Junior à Província das Alagoas. Textos de Olympio Euzébio de Arroxelas Galvão. IHGAL:1869. Reedição. Maceió: Grafmarques, 2010.

Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco - IHGPE

DUSSEN, Adriaen van der. Breve discurso sobre o Estado das quatro Capitanias conquistadas de Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e rio Grande, situadas na parte setentrional do Brasil

(1638). Trad. De José Higino D. Pereira. *Revista do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico de Pernambuco*. Recife, v. VI, n. 34, p. 139-196, dez. 1887.

MATTOS MOREIRA, José de Mendonça de; SILVA FREITAS, José Joaquim da. Relação das Matas das Alagoas, que tem principio no Lago de Pescoço, e de todas as que ficam ao Norte destas até o Rio da Ipojuca distante dez léguas de Pernambuco. In: *Revista do Instituto Arqueologico e Geographico Pernambucano*, vol. XIII, Recife, 1809.

WLABEECK, Johannes Van; MOUCHERON, Henrique de. Relatório sobre o Estado das Alagoas em outubro de 1643. *Revista do Instituto Archeologico e Gegraphico Pernambucano*. Recife, agosto de 1887, nº 33, Typogrphia Universal.

Instituto Histórico e Geográfico do Brasil - IHGB

MATTOS MOREIRA, José de Mendonça de. As Matas das Alagoas: Providencias ácerca dellas e sua descripção. In: *Revista Trimestral do Instituto Histórico Geographico e Ethnographico do Brasil*. Tomo XXII. Rio de Janeiro. Typ. Imparcial de J. M. Garcia, 1859.

Arquivo Nacional - AN

VASCONCELOS, José Rufino Rodrigues. *Colônias Militares*: Memória. Rio de Janeiro, Typographia Universal, 1867.

Série Guerra. IG¹ 97. 20/09/1849. Ofício do presidente província de Alagoas, José Bento da Cunha e Figueiredo, para o ministro e secretário dos Negócios da Guerra, Manoel Felizardo de Souza e Mello. Fl.44, 44v, 50, 50v.

Arquivo Histórico do Exército - AHEX

Mapa Matas de Jacuípe e Água Preta, medido e demarcado pelo capitão do imperial corpo de engenheiros Cristiano Pereira de Azevedo Coutinho e coadjuvado pelo1º tenente da artilharia João da Gama Lobo Bentes, 1851.

CARTA TOPOGRÁFICA DA PROVÍNCIA DAS ALAGOAS - Autor Carlos Mornay, colorido, nanquim, tinta colorida, aquarela, papel tecido, bom estado, medindo 90,5cm x 70cm. 1862.

Planta do terreno para Colônia Militar da Província das Alagoas, nas matas de Jacuípe, medido e demarcado pelo capitão do imperial corpo de engenheiros Cristiano Pereira de Azevedo Coutinho e coadjuvado pelo1º tenente da artilharia João da Gama Lobo Bentes, 1851.

Recorte do Mapa Matas de Jacuípe e Água Preta, medido e demarcado pelo capitão do imperial corpo de engenheiros Cristiano Pereira de Azevedo Coutinho e coadjuvado pelo1º tenente da artilharia João da Gama Lobo Bentes, 1851.

OURIQUE, Alfredo Ernesto Jacques. Colônias e Estradas Militares. In: OURIQUE, Alfredo Ernesto Jacques (et al.). *Revista do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia da Revista do Exército, 1885.

Planta da povoação da Colônia Militar Leopoldina, autor: João da Gama Lobo Bentes, 1858.

Fontes impressas

Coleção de leis

BRASIL. Coleção de leis do Império do Brasil de 1850. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1850, Decreto n. 662, 22 de dezembro de 1849.

BRASIL. Coleção de leis do Império do Brasil de 1850. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851, Lei n. 601, 18 de setembro de 1850.

BRASIL. Coleção de leis do Império do Brasil de 1850. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1851, Decreto n. 729, 9 de novembro de 1850.

BRASIL. Coleção de leis do Império do Brasil de 1851. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852, Decreto n. 820, 12 de setembro de 1851.

BRASIL. Coleção de leis do Império do BRASIL de 1832, Código de Processo Criminal de Primeira Instância de 1832 com disposição provisória acerca da administração da Justiça Civil", Rio de Janeiro, Typographia Nacional.

Relatórios do Ministério da Guerra[786]

BRASIL. Ministério da Guerra, ministro Jeronymo Francisco Coelho. Relatório do ano de 1857 apresentado à assembleia geral legislativa na 2ª sessão da 10ª legislatura. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1857.

BRASIL. Ministério da Guerra, ministro Marquez de Caxias. Relatório do ano de 1862 apresentado à assembleia geral legislativa na 2ª sessão da 11ª legislatura. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1862.

BRASIL. Ministério da Guerra, ministro Polidoro da Fonseca Quintanilha Jordão. Relatório do ano de 1863 apresentado à assembleia geral legislativa na 3ª sessão da 11ª legislatura. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1863.

BRASIL. Ministério da Guerra, ministro José Marianno de Mattos. Relatório do ano de 1864 apresentado à assembleia geral legislativa na 2ª sessão da 12ª legislatura. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1864.

BRASIL. Ministério da Guerra, ministro Visconde de Camamú. Relatório do ano de 1865 apresentado à assembleia geral legislativa na 3ª sessão da 12ª legislatura. Rio de Janeiro, Typographia Universal de Laemmert, 1865.

[786] Esses documentos foram consultados na página de internet do Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras, do *Center for Research Libraries*. Disponível em: www. crl.edu/brazil.

BRASIL. Relatório do ministro e secretario de Estado dos negócios da Guerra, Visconde do Rio Branco, apresentado à Assembleia Geral Legislativa na 4ª sessão da 14ª Legislatura, em 1872. Rio de Janeiro, 1871, p. 33. Typographia Universal de Laemmert.

Relatórios do Ministério do Império[787]

BRASIL. Ministério do Império, ministro Visconde de Mont'alegre. Relatório do ano de 1852 apresentado à assembleia geral legislativa na 3ª sessão da 8ª legislatura. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1851.

BRASIL. Ministério do Império, ministro Luiz Pedreira do Couto Ferraz. Relatório do ano de 1854 apresentado à assembleia geral legislativa na 2ª sessão da 9ª legislatura. Rio de Janeiro, Typographia do Diário, 1854.

BRASIL. Ministério do Império, ministro Luiz Pedreira do Couto Ferraz. Relatório do ano de 1856 apresentado à assembleia geral legislativa na 4ª sessão da 9ª legislatura. Rio de Janeiro, Typographia do Diário, 1856.

BRASIL. Ministério do Império, ministro Luiz Pedreira do Couto Ferraz. Relatório do ano de 1857 apresentado à assembleia geral legislativa na 1ª sessão da 10ª legislatura. Rio de Janeiro, Typographia do Diário, 1857.

BRASIL. Ministério do Império, ministro Marquez de Olinda. Relatório do ano de 1858 apresentado à assembleia geral legislativa na 2ª sessão da 10ª legislatura. Rio de Janeiro, Typographia Universal Laemmert, 1858.

BRASIL. Relatório do Diretor das Terras Públicas de 1857 e 1858, anexo ao Relatório do Ministério do Império.

BRASIL. Ministério dos Negócios do Império e Repartição Geral das Terras Públicas, aviso N. 2. Rio de Janeiro, 1 de março de 1861.

Relatórios do Ministério da Justiça[788]

BRASIL. Ministério do Império, ministro Euzébio de Queiroz Continho Mattoso Câmara. Relatório do ano de 1850 apresentado à assembleia geral legislativa na 1ª sessão da 8ª legislatura. Rio de Janeiro, Typographia do Diário, 1850.

BRASIL. Ministério do Império, ministro Euzébio de Queiroz Continho Mattoso Câmara. Relatório do ano de 1852 apresentado à assembleia geral legislativa na 4ª sessão da 8ª legislatura. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1852.

Relatórios e Falas da Província das Alagoas[789]

---

[787] Esses documentos foram consultados na página de internet do projeto de imagens de publicações oficiais brasileiras, do *center for research libraries*. disponível em: www. Crl.edu/brazil.

[788] Esses documentos foram consultados na página de internet do Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras, do *Center for Research Libraries*. Disponível em: www. crl.edu/brazil.

ALAGOAS. Presidência da Província, presidente Antonio Manoel de Campos Mello. Relatório do ano de 1846 apresentado à assembleia legislativa na 1ª sessão da 6ª legislatura. Maceió, Typographia de Menezes & C.ª, 1846.

ALAGOAS. Presidência da Província, presidente José Bento da Cunha e Figueiredo. Relatório do ano de 1850 apresentado à assembleia legislativa na 1ª sessão da 8ª legislatura. Maceió, Typographia de J. S. Maia, 1850.

ALAGOAS. Presidência da Província, presidente José Bento da Cunha e Figueiredo. Relatório do ano de 1850 por ocasião de deixar a presidência da província. Maceió, Typographia de J. S. Maia, 1850.

ALAGOAS. Presidência da Província, presidente José Bento da Cunha e Figueiredo. Relatório do ano de 1851 apresentado à assembleia legislativa na 2ª sessão da 8ª legislatura. Maceió, Typographia de J. S. Maia, 1851.

ALAGOAS. Presidência da Província, presidente José Bento da Cunha e Figueiredo. Relatório do ano de 1852 apresentado à assembleia legislativa na 1ª sessão da 9ª legislatura. Maceió, Typographia de J. S. Maia, 1852.

ALAGOAS. Presidência da Província, presidente José Antonio Saraiva. Relatório do ano de 1854 apresentado à assembleia legislativa na abertura da sessão extraordinária. Recife, Typographia de Santos & Companhia, 1854.

ALAGOAS. Fala dirigida á Assembleia Legislativa da província das Alagoas na abertura da sessão extraordinária, em 20 de fevereiro de 1854, e da ordinária em 8 de março do dito ano, pelo Excelentíssimo presidente da mesma província José Antonio Saraiva. Recife: Typographia de Santos e Companhia, 1854.

ALAGOAS. Presidência da Província, presidente Antonio Coelho de Sá e Albuquerque. Relatório do ano de 1855 apresentado à assembleia legislativa na abertura da sessão ordinária. Recife, Typographia de Santos & Companhia, 1855.

ALAGOAS. Presidência da Província, presidente Antonio Coelho de Sá e Albuquerque. Relatório do ano de 1856 apresentado à assembleia legislativa na abertura da sessão ordinária. Recife, Typographia de Santos & Companhia, 1856.

ALAGOAS. Fala dirigida pelo presidente da Província, Antonio Coelho de Sá e Albuquerque. à assembleia legislativa na abertura da sessão ordinária, em 19 de fevereiro de 1855 e 1 de março de 1856 e . Recife, Typographia de Santos & Companhia, 1856.

ALAGOAS. Presidência da Província, presidente Pedro Leão Velloso. Relatório do ano de 1860 apresentado à assembleia legislativa na abertura da sessão ordinária. Maceió, Typographia Comercial de A. J. Costa, 1860.

ALAGOAS. Presidência da Província, presidente Antonio Alves de Souza Carvalho. Relatório do ano de 1862 apresentado à assembleia legislativa na 1ª sessão da 14ª legislatura. Maceió, Typographia do Diário do Comércio, 1862.

---

[789] Esses documentos foram consultados na página de internet do Projeto de Imagens de Publicações Oficiais Brasileiras, do *Center for Research Libraries*. Disponível em: www. crl.edu/brazil.

ALAGOAS. Presidência da Província das Alagoas, Presidente da Província, Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo. Fala dirigida à Assembleia Legislativa em 24 de outubro de 1863. Typographia Progressista, 1863.

ALAGOAS. Fala dirigida a' Assembleia Legislativa da Província das Alagoas, na abertura da segunda sessão ordinária da 14ª legislatura, pelo Exmo. Presidente da Província, Dr. João Marcelino de Sousa Gonzaga, em 24 de outubro de 1863. Typographia Progressista (1863-1864).

ALAGOAS. Relatório do presidente da província das Alagoas José Martins Pereira de Alencastre, 12 de novembro de 1866.

ALAGOAS. Relatório do presidente da província das Alagoas José Martins Pereira de Alencastre, 10 de junho de 1867.

ALAGOAS. Relatório do presidente da província das Alagoas, Antonio Moreira de Barros, apresentado à Assembleia Legislativa na 2ª sessão da 17ª legislatura, em 1 de outubro de 1867. Typographia do Jornal O Progressista.

ALAGOAS. Presidência da Província, presidente Luiz Rômulo Peres de Moreno. Relatório do ano 1872 por ocasião passou a administração da Província das Alagoas, perante a Assembleia Legislativa. Maceió, Typographia do Jornal de Alagoas, 1972.

ALAGOAS. Presidência da Província, vice-presidente Pedro Antonio da Costa Moreira. Relatório do ano 1876 por ocasião passou a administração da província das Alagoas a Caetano Estellita Cavalcante Pessoa. Maceió, Typographia do Jornal das Alagoas, 1877.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALAGOAS. Fala do Presidente José Joaquim Machado de Oliveira, em 1835. Maceió, Meira e Companhia. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de (Org.). *Os Índios nas Falas e Relatórios Provinciais das Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 1999.

ALLEN, Scot J. Identidades em jogo*:* Negros*,* Índios e a Arqueologia da Serra da Barriga. In: ALMEIDA, L. S. (org.*). Coleção Índios do Nordeste:* temas e problemas 2. Maceió: EDUFAL, 2000.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. Capital e Terra: o aldeamento do Urucu nas Alagoas. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de; LIMA, José Carlos da Silva; OLIVEIRA, Josival dos Santos (org.). *Terra em Alagoas*: temas e problemas. Maceió: EDUFAL, 2013.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. Manuel Correia de Andrade: os empobrecidos e a terra. *Revista de Ciências Econômicas da faculdade de Economia, Administração e Contabilidade* – UFAL. Maceió, V. 3, p. 09-45, 2010.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Memorial biográfico de Vicente de Paula, o capitão de todas as matas*: guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana. Maceió: EDUFAL, 2008.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. O Ouvidor Batalha. *Jornal Esse*. Maceió, 16 de setembro de 2007, p. 7-11.

ALMEIDA, Luiz Sávio (Org.). *Os Índios nas Falas e Relatórios Provinciais das Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 1999.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Alagoas nos Tempos do Cólera*. São Paulo: Escrituras Editora, 1996.

ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Memorial biográfico de Vicente de Paula, o capitão de todas as matas*: guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana. Recife, 1995. 409 f. Tese (Doutorado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1995.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Os Índios na História do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ALONSO, Angela. *Ideias em Movimento*: a geração de 1870 na crise do Brasil Império. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ALVES, Claudia. Formação Militar e Produção do Conhecimento Geográfico no Brasil do Século XIX. *Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2006.

ANDRADE, Juliana Alves de. *Gente do Vale*: experiências camponesas no interior da província das Alagoas (1870-1890). Recife, 2014. 268 p. Tese (Doutorado em História). Centro de Ciências Humanas e Filosóficas, Universidade Federal de Pernambuco.

ANDRADE, Juliana Alves de. *A Mata em Movimento*: Coroa portuguesa, Senhores de Engenho, Homens livres e a produção do espaço na Mata Norte de Alagoas. João Pessoa, 2008. 174 p. Dissertação (Mestrado em História). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba.

ANDRADE, Manuel Correia de. Um livro importante para o Nordeste. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de. *Memorial biográfico de Vicente de Paula, o capitão de todas as matas*: guerrilha e sociedade alternativa na mata alagoana. Maceió: EDUFAL, 2008.

ANDRADE, Manuel Correia de. *A Guerra dos Cabanos*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2005.

ANDRADE, Manuel Correia de. Geografia do Quilombo. In: MOURA, Clóvis (Org.). *Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil*. Maceió: EUFAL, 2001.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Usinas e Destilarias das Alagoas*: uma contribuição ao estudo da produção do espaço. Maceió: EDUFAL, 1997.

ANTUNES, Clóvis. *Índios de Alagoas*: documentário. Maceió: Imprensa Universitária, 1984.

ARAÚJO, Johny Santana de. O Estabelecimento de Colônias Agrícolas Civis e Militares na Província do Piauí no Pós-Guerra do Paraguai (1865-1888). *Revista Oficina do Historiador*, Porto alegre, EDIPUCRS, v. 6, n. 2, jul./dez., p. 57-77, 2013.

AZEVEDO, José Ferreira. Formação Socioeconômica de Alagoas, o Período Holandês (1630-1654): uma mudança de rumo. In: CAETANO, Felipe Pereira (Org.). *Alagoas Colonial*: construindo economias, tecendo redes de poder e fundando administrações (séculos XVII-XVIII). Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012, p. 25-26.

BARROS, Luiz Nogueira (Org.). *Fallas, Relatórios Provínciaes e Mensagens Governamentais de Alagoas, 1835-1930* Vol. I março 1835 – abril 1853, Imprensa Oficial, 2006, p. 585.

BEATTIE, Peter. *Tributo de Sangue*: exército, honra, raça e nação no Brasil, 1864-1945. São Paulo: Edusp, 2009.

BRASIL. Embrapa. *Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento* 211, dez., 2012. Disponível em www.ainfo.cnptia.embrapa.br. Acessado em 09 fev. 2016.

BRÜGGEMANN, Adelson André. *A Sentinela isolada:* o cotidiano da colônia militar de Santa Thereza (1854-1883). Florianópolis, 2013. 313 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem*: a elite política imperial/Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CARVALHO, José Murilo de; P. NEVES, Lucia Maria Bastos (Orgs.). *Dimensões e Fronteiras do Estado Brasileiro no Oitocentos*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2014.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. Hegemony and Rebellion in Pernambuco, 1821-1835. Estados Unidos da América, 1989. Tese (Doutorado em História). University of Illinois.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. Um exército de índios, quilombolas e senhores de engenho contra os "jacobinos": a Cabanada. In: DANTAS, Monica Duarte (org.). *Revoltas, Motins Revoluções*: homens pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. João Pataca e a sua "quadrilha mais mansa" do Quilombo do Catucá. In: SOUZA, Laura de Mello; FURTADO, Junia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. A Mata Atlântica: Sertões de Pernambuco e Alagoas, Sécs. XVII-XIX. *CLIO – Revista de Pesquisa Histórica*. n. 25-2, p. 249-266, 2007.

CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel de. A "Revolução de Novembro", A "Populaça" do Recife e suas lideranças em 1848. In: LIBBY, Douglas Colle; FURTADO, Júnia Ferreira (Org.) *Trabalho Livre, trabalho escravo*: Brasil e Europa, Séculos XVII e XIX. São Paulo: Annblume, 2006.

CHALHOUB, Sidney. *A Força da Escravidão*: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COUTO MAGALHÃES, José Vieira. *O Selvagem*. Rio de Janeiro: Typographia da Reforma, 1876.

COUTO MAGALHÃES, José Vieira. *Memória sobre as colônias militares, nacionais e indígenas*. Rio de Janeiro: Topografia da Reforma, 1875.

COSTA, Craveiro. *História das Alagoas:* resumo didático. São Paulo: Editora Comp. Melhoramentos de São Paulo/Reimpressão Sergasa, 1983.

CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DABAT, Christine Rufino. *Moradores de Engenho*: relações de Trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco, Segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: Editora Universitária UFPE, 2012.

DAMASCENO FONSECA, Cláudia. Pouvoirs, villes et territories: gênese et representations des spaces urbains dans le Minas Gerais (Bresil) XVIII-debut du XIXº siécle. 2001. Tese (Doutorado em Histoire et civilisations). École des Hautes Études em Siences Sociales, 2001.

DANTAS, Mariana Albuquerque. *Dimensões da Participação Indígena na Formação do Estado Nacional Brasileiro*: revoltas em Pernambuco e Alagoas (1817-1848). Niterói, 2015. 321 p. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense.

DANTAS, Mariana Albuquerque. Populações Indígenas e Movimentos Rebeldes: Pernambuco na primeira metade do Oitocentos. Trabalho Apresentado no Simpósio Temático "Os Índios e o Atlântico", *XXVI Simpósio Nacional de História da ANPUH,* São Paulo, 17 a 22 de julho de 2011.

DANTAS, Monica Duarte (org.). *Revoltas, Motins Revoluções*: homens pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011.

DANTAS, Monica Duarte. Revoltas, Motins e Revoluções: das Ordenações ao Código Criminal. In: DANTAS, Monica Duarte (Org.). *Revoltas, Motins e Revoluções*: Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011.

DANTAS, Mônica Duarte. Para além do mandonismo: Estado, poder pessoal e homens livres pobres no Império do Brasil. In: SOUZA, Laura de Mello; FURTADO, Junia Ferreira; BICALHO, Maria Fernanda (Orgs.). *O governo dos povos*. São Paulo: Alameda, 2009.

DAVIS, Natalie Zemon. *Histórias de Perdão*: e seus narradores na França do Século XVI. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

DEAN, Warren. *A Ferro e Fogo*. A história da devastação da mata atlântica brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Felix. *Mil platôs*: Capitalismo e esquizofrenia. Vol. 5. São Paulo: Editora 34, 1997.

DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *O Banguê nas Alagoas*: traços da influência do sistema econômico do engenho de cana de açúcar na vida e na cultura regional. Maceió: EDUFAL, 2012.

DJAVAN. Farinha. *Milagreiro*. Luanda Edições Musicais, 2001. Disponível em www.djavan.com.br/site/musica. Acessado em 13 out. 2015.

DUARTE, Abelardo. *Folclore Negro das Alagoas*: áreas da cana-de açúcar – pesquisa e interpretação. Maceió: EDUFAL, 2010.

DUARTE, Abelardo. *Dom Pedro II e Dona Teresa Cristina nas Alagoas*: a viagem realizada ao Penedo e outras cidades sanfranciscanas, à Cachoeira de Paulo Afonso, Maceió, Zona Lacustre e região norte da Província (1859/1860). Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos; Cepal, 2010.

DUARTE, Abelardo. Tribos, Aldeias & Missões de Índios nas Alagoas: considerações sobre o contingente indígena e sistematização dos seus grupos históricos e sobreviventes. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*, vol. XXVIII, 1968.

EISENBERG, Peter L. *Modernização Sem Mudança*: a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1977.

ELIAS, Nobert. *Envolvimento e Alienação*. Traduzido do inglês por Álvaro de Sá. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ELIAS, Nobert. *O Processo Civilizador*: Uma história dos costumes. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

ENNES, Ernesto. *As Guerras nos palmares* (subsídios para sua história). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

ESPÍNDOLA, Thomaz. *A Geografia Alagoana* – ou descrição física, política e histórica da Província das Alagoas. Maceió: Catavento, 2001.

Fala a Assembleia Legislativa da província das Alagoas, na abertura da primeira sessão ordinária da oitava legislatura, pelo Exmo. Presidente da mesma província, Dr. José Bento da Cunha e Figueiredo, em cinco de maio de 1850. Maceió, Typographia J. S. da Maia, 1850. p. 5. In: BARROS, Luiz Nogueira (Org.). *Falas, Relatórios Províncias e Mensagens Governamentais de Alagoas, 1835-1930* Vol. I março 1835 – abril 1853, Imprensa Oficial, 2006.

FARGE, Arlette. *O Sabor do Arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.

FOUCAULT, Michael . A Vida dos Homens Infames. In: *Estratégia, poder-saber. Ditos e* escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, p. 203-222.

FREITAS, Décio. *Os Guerrilheiros do Imperador*. Rio de Janeiro: Graal, 1973.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste*: aspecto da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. São Paulo: Global, 2004.

GANDAVO, Pero de Magalhães. *História da Província Santa Cruz e Tratado da Terra do Brasil*. Int. Capistrano de Abreu. São Paulo: Obelisco, 1964.

GEARY, Dick. Europa e o Protesto Escravo nas Américas, CIRCA 1780-1850. In: LIBBY, Douglas Colle; FURTADO, Júnia Ferreira (Orgs.). *Trabalho Livre, Trabalho Escravo*: Brasil e Europa, séculos XVII e XIX. São Paulo: Annablume, 2006.

GINZBURG, Carlo. *Relações de Força:* história, retórica, prova. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GINZBURG, Carlo. *O Queijo e os Vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Flávio dos Santos, *A Hidra e os Pântanos:* Quilombos e Mocambos no Brasil (Sécs. XVII-XIX). Campinas, 1997. 742 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1997.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e Política no Brasil do Século XIX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. *Historiografia e Nação no Brasil*: 1838-1857. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2011.

JEHA, Silvana Cassab. *A Galera Heterogênea*: naturalidade, trajetória e cultura dos recrutas e marinheiros da Armada Nacional e Imperial, c. 1822-c.1854. Rio de Janeiro, 2011. 242 p.

Tese (Doutorado em História). Centro de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

KIDDER, Daniel Parish. *Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil*: compreendendo notícias históricas e geográficas do Império e das diversas províncias. Belo horizonte: Itatiaia, 1980.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

KOSTER, Henry. *Viagens ao Nordeste do Brasil*. Rio – São Paulo – Fortaleza: ABC Editora, vol. 1, 2003.

LARA, Silvia Hunold. *Fragmentos setecentistas*: escravidão, cultura e poder na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: *Memória História*. Enciclopédia Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

LINDOSO, Dirceu. *A Razão Quilombola*: estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica. Maceió: EDUFAL, 2011.

LINDOSO, Dirceu. *A Utopia Armada*: rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real. Maceió: EDUFAL, 2005.

LIMA, José Carlos da Silva. CPT de Alagoas: uma pastoral em movimento a serviço das famílias empobrecidas do campo. In: In: ALMEIDA, Luiz Sávio de; LIMA, José Carlos da Silva; OLIVEIRA, Josival dos Santos (org.). *Terra em Alagoas*: temas e problemas. Maceió: EDUFAL, 2013.

LISBOA, Karen Macknow. Olhares estrangeiros sobre o Brasil do século XIX. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem Incompleta*: a experiência brasileira. São Paulo: Senac, 1999.

LOBATO, Antonio Felippe Souza. Uma Súplica do Juiz conservador das Mattas. Povoação de Macayó nas Alagoas, 10 de outubro de 1809. *Revista do Instituto Arqueologico e Geographico Alagoano.* V. XII. Ano 1927.

MOREIRA, Vânia Maria Lousada. De Índio a Guarda Nacional: cidadania e direitos indígenas no Império (Vila de Itaguaí, 1822-1836). *Revista Topoi*, v. 11. N. 21, jul-dez. 2010, p. 127-142. Rio de Janeiro.

MACIEL, O. B. A. Moreno Brandão e sua História de Alagoas*:* alguns dados, uma outra leitura. In: BRANDÃO, Moreno. *História de Alagoas*. Arapiraca: EDUAL, 2004.

MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir. *A História Escrita*: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2009.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Saquarema*: a formação do Estado Imperial. São Paulo: Hucitec, 1990.

MATTOS MOREIRA, José de Mendonça. As Matas das Alagoas: providências acerca delas e sua descrição. In: ALMEIDA, Luiz Sávio de (Org.). *Mata e palmares nas Alagoas*. Arapiraca: EDUAL, 2004.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Norte Agrário e o Império*: 1871-1889. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MELLO. Evaldo Cabral de. *Rubro Veio*: o imaginário da restauração pernambucana. 3ª ed. São Paulo: Alameda, 2008.

MENESES, José César de. Idea da População da Capitania de Pernambuco e das suas anexxas, extensão de suas Costas, Rios e Povoações notáveis, agricultura, números dos Engenhos, Contratos e Rendimentos Reais, aumento que estes tem tido && desde o Ano de 1774 em que tomou posse do Governador das mesmas Capitanias o Governador e Capitam General**...** *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XL (1918), Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1923.

MONTEIRO, John Manuel. A memória das aldeias de São Paulo. Índios, paulistas e portugueses em Arouche e Machado de Oliveira. *Revista Dimensões*. n. 14, p. 17-35, 2002.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Bases da Formação Territorial do Brasil:* o território colonial brasileiro no "longo" século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

Moraes, Antonio Carlos Robert. O Sertão: um "outro" geográfico. In: *Terra Brasilis – Revista do Pensamento Geográfico no Brasil*. Anos III-IV, n. 4-5, Território, p. 11-23, 2002-2003, Rio de Janeiro, RJ.

MOTA, Carlos Guilherme. Ideias do Brasil: formação e problemas (1817-1850). In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Viagem Incompleta*: A Experiência Brasileira. São Paulo: SENAC, 1999.

MOURA, Antonio Joaquim. *Opúsculo da descrição geographica, phizica, política, e histórica, do que unicamente respeita à província das Alagôas no império do Brazil. Por hum Brazileiro*. Maceió: EDUFAL/ CESMAC, 2009.

MYSKIW, Antonio Marcos. *A Fronteira Como Destino de Viagem:* a Colônia Militar de Foz do Iguaçu (1888/1907). Niterói, 2009. 238 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

NASCIMENTO, Luiz do. *Considerações Histórico-Econômicas, Acerca das Tentativas de Colonização Agrícola de Nacionais, em Pimenteiras (PE) e Leopoldina (AL). 1850-1870.* Recife. 1974. 128 p. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Filosóficas, Universidade Federal de Pernambuco.

NUNES, Francivaldo Alves. Colonização Agrícola e Núcleos Coloniais nas Terras de Florestas da Amazônia Oriental (Pará, século XIX*). Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS (AEDOS*), Porto Alegre, v. 2, n. 3, jan./jun. 2009. p. 137-161.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. Plano de uma Colônia Militar no Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Tomo Sétimo, n. 25, abril de 1845, p. 240-255.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. No Centro das Matas: as colônias militares e os embates dos anos 1850. In: BESSONE, Tânia Maria; NEVES, Lucia Maria Bastos P.; GUIMARÃES, Lucia Maria P. (org.). *Elites Fronteiras e Cultura do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2013.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira de. As Colônias militares na consolidação do Estado Nacional, 1850-1870. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho de 2011. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300216724_ARQUIVO_Texto ANPUH2011.pdf, Acesso em: 08 maio 2014.

OLIVEIRA, Maria Luiza Ferreira. Resistência popular contra o Decreto 798 ou a "lei do cativeiro": Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Ceará, 1851-1852. In: DANTAS, Monica Duarte. *Revoltas, Motins, Revoluções*: Homens livres pobres e libertos no Brasil do século XIX. São Paulo: Alameda, 2011.

PALACIOS, Guillermo. *Cultivadores libres, Estado y crisis de la esclavitud en Brasil en la época de la Revolución Industrial*. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

PEDROSA, Lanuza Maria Carnaúba. De Ouvidor Geral a Conservador das Matas: estratégias políticas e econômicas de José Mendonça Matos Moreira (comarca das Alagoas, 1779-1798). In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira (org.). *Alagoas Colonial*: construindo economias, tecendo redes de poder e fundando administrações (séculos XVII-XVIII). Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

PUNTONI, Pedro. *A Guerra dos Bárbaros*: povos indígenas e a colonização do sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec/Edusp, 2002.

RAMOS, Benedito. *Uma Associação de Algodoeiros*. Série Algodão – Cadernos Históricos, vol. 1. Maceió: Benedito Ramos Amorim Editor, 2013.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. *Liberdade por um fio*: história dos quilombos no Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

Relatório apresentado por Manoel Lourenço da Silveira ao presidente da província Antônio Alves de Souza Carvalho, em 15 de junho de 1862. In: ALMEIDA, Luís Sávio de. *Os Índios nas Fallas e Relatórios Provinciais de Alagoas*. Maceió: Edufal, 1999.

RELATÓRIO do presidente da província das Alagoas, José Bento da Cunha e Figueiredo, ao deixar a presidência ao vice-presidente Manoel Sobral Pinto, em cinco de junho de 1850. Maceió, Typographia J. S. da Maia, 1850, p. 3. In: BARROS, Luiz Nogueira (Org.). *Fallas, Relatórios Provínciaes e Mensagens Governamentais de Alagoas, 1835-1930* Vol. I março 1835 – abril 1853, Imprensa Oficial, 2006.

RELATÓRIO do vice presidente da província das Alagoas, Manoel Sobral Pinto, ao deixar o cargo para o presidente José Bento da Cunha e Figueiredo, em onze de novembro de 1850. Maceió, Typographia J. S. da Maia, 1850, p. 2. In: BARROS, Luiz Nogueira (Org.). *Fallas,*

Relatórios Provínciaes e Mensagens Governamentais de Alagoas, 1835-1930 Vol. I março 1835 – abril 1853, Imprensa Oficial, 2006.

REVEL, Jacques. Micro-história, Macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 45, set./dez. 2010, p. 434-444.

RIBEIRO, Darcy. *Os Índios e a Civilização*: A Integração das Populações Indígenas no Brasil Moderno. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, José Iran. Soldados ou Cidadãos guardas nacionais: diversidade e possibilidades nas mobilizações das forças imperiais para a Guerra dos Farrapos. *História: Debates e Tendências*. Revista do Programa de Pós-graduação em História da Universidade de Passo Fundo, v. 12, n. 1, jan./jun. 2012, p. 139-153.

RIZZINI, Irene. Reflexões sobre pesquisa histórica com base em ideias e práticas sobre a assistência à infância no Brasil na passagem do século XIX para o XX. *I Congresso Internacional de Pedagogia Social*. Março de 2006. Disponível em www.proceedings.scielo.br. Acesso em 01 nov. 2015.

ROGERS, Thomas D. O pensamento geográfico de Gilberto Freyre nos anos 1920 e 1930. MELO, Patrícia Pinheiro de. (Org.). *Cadernos de História*. Departamento de História da UFPE. Ano VIII, n. 8, Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011, p. 81-107.

SALIBA, Elias Thomé. Pequena História do Documento: aventuras modernas e desventuras pós-modernas. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina (orgs.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2012.

SANT'ANA, Moacir Medeiros de. *Contribuição à História do Açúcar em Alagoas*. Maceió: Imprensa Oficial Graciliano Ramos; CEPAL, 2011.

SANTOS, Arthur Roberto Germano. Fronteira e Formação do Estado: colonização militar em meados do Oitocentos a partir de uma província do Norte. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH,* São Paulo, julho de 2011.

SANTOS, Cândido dos. *O Jansenismo em Portugal*. Porto: Ed. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2007.

SANTOS, Jocélio Teles dos. De pardos disfarçados a brancos pouco claros: classificações raciais no Brasil dos séculos XVIII-XIX. Trabalho apresentado no Simpósio *The Trans-Atlantic Construction of the Notions of 'Race', Black Culture, Blackness and Antiracism:* Towards A New Dialogue between Researchers in Africa, Latin America and the Caribbean, Gorée, Senegal, 11-17 nov. 2002.

SANTOS, Márcio Roberto Alves dos. *Fronteiras do sertão baiano*: 1640-1750. São Paulo, 2010. 428 p. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O Espetáculo das Raças*: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SHARPE, Jim. A História vista de baixo. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História*: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Unesp, 1992.

SILVA, Amaro Hélio Leite da Silva. Serra dos Perigosos: guerrilha e índio no sertão de Alagoas. *Coleção Índios do Nordeste*, v. 7. Maceió: EDUFAL, 2007.

SILVA, Edson Hely. *O Lugar do Índio*. *Conflitos, Esbulhos de Terras e Resistência Indígena no Século XIX*: o Caso de Escada-PE (1860-1880). Recife, 1995. 115 p. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1995.

SILVA, Everaldo Araújo. A Colônia da Princesa. Maceió: IGASA – Indústria Gráfica Alagoana Ltda, 1983. Biblioteca do *Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas*. Reg. 273, E-AL-2, P-1, L-83.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. *Dicionários de Conceitos Históricos*. São Paulo: Contexto, 2014.

SILVA, Kalina Vanderlei. *Nas solidões Vastas e Assustadoras* – os pobres do açúcar e a conquista do sertão de Pernambuco nos séculos XVII e XVIII. Recife, 2003. 352 p. Tese (Doutorado em História) – Centro de Ciências Humanas e Filosóficas, Universidade Federal de Pernambuco.

SILVA, Wellington Barbosa da. *Entre a Liturgia e o Salário*: a formação dos aparatos policiais no Recife do século XIX (1830-1850). Jundiaí, São Paulo: Paço Editorial, 2014.

SILVEIRA, Manuel Lourenço da. Relatório sobre o estado dos Índios da Província das Alagoas. Anexo ao Relatório do Presidente Souza Carvalho. Maceió, 13 de junho de 1862. In: ALMEIDA, Luiz Sávio (Org.). *Os Índios nas Falas e Relatórios Provinciais das Alagoas*. Maceió: EDUFAL, 1999.

SOARES DE MOURA, Denise A. *Saindo das Sombras*: homens livres no declínio do escravismo. Campinas: Ed. UNICAMP, 1998.

SOS MATA ATLÂNTICA. www.sosma.org.br

TENÓRIO, Douglas Apprato. *Capitalismo e Ferrovias no Brasil*. Curitiba: HD Livros Editora, 1996.

TENÓRIO, Douglas Apratto. Apresentação. In: COSTA, Craveiro. *História das Alagoas:* resumo didático. São Paulo: Editora Comp. Melhoramentos de São Paulo/Reimpressão Sergasa, 1983.

TENÓRIO, Douglas Apratto; LESSA, Goubery Luiz. *O Ciclo do Algodão e as Vilas Operárias*. Maceió: SEBRAE/EDUFAL, 2013.

TEIXEIRA, Cid. *A História Brasileira da Infâmia* – Parte I. Direção: Werner Salles Bagetti, Produção: DOC TV – Ministério da Cultura, Brasil, Núcleo Zero, Staff, IZP e Tv Cultura, 2005, 1 DVD.

THOMPSON, E. P. As peculiaridades dos ingleses e outros Artigos. In: NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sérgio (Orgs.). *E. P. Thompson. As particularidades dos ingleses e outros artigos*. São Paulo: Ed. Unicamp, 2014.

TOLLENARE, Luís François. *Notas Dominicais*. Coleção Pernambucana, v. XVI. Recife: Governo do Estado de Pernambuco/Secretaria de Educação e Cultura, 1979.

TURIN, Rodrigo. *Tessituras do Tempo*: discursos etnográficos e historicidade no Brasil oitocentista. Rio de Janeiro: Eduerj, 2013.

TURNER, Frederick. *O Espírito Ocidental contra a natureza*: mito, história e as terras selvagens. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

VARNHAGEN, Francisco Adolf. Memorial Orgânico que a consideração das assembleias geral e provenceaes do império, apresenta um brasileiro (Varnhagen) dado a luz, por um amante do Brasil. [s,n,t] 1849, p. 12. In: ARAUJO, Johny Santana de. O Estabelecimento de Colônias Agrícolas Civis e Militares na Província do Piauí no Pós-Guerra do Paraguai (1865-1888). *Revista Oficina do Historiador*, Porto Alegre, EDPUCRS, v. 6, n. 2, jul.-dez, p. 57-77, 2013.

WOOD, David Lyle. *Abortive Panacea*: Brazilian Military Settlements, 1850 to 1913. Utah, 1972.193 f. Tese (Doutorado em História). University of Utah, Michigan,1972.

WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. In: *Revista de Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 4, n. 8, 1991.